



ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura
v. 39, n. 1, 2022

60
anos

DOCUMENTOS - ESTUDOS Estudos Universitários

GALAZANS FERNANDES. Angola: Depoimento 107
MARCUS FREDERICO CORTEZ. Cinema e Educação 119
EADIEL PERRUCCI. Porque os Ricos não Fazem Greve 125
SON NOGUEIRA. AVALIAÇÃO DE UM ENSAIO
Moderna Idéia de Partido 131
ENSAIOS

RESENHAS

Capitalismo, Socialismo

ALBERTO VALCANAR

and

Rev

Ciência, cultura,
linguagem e
democracia:
desafios contemporâneos

60 anos da EUs



PROEXC
PRÓ-REITORIA DE
EXTENSÃO E CULTURA



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Reitor

Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor

Moacyr Cunha de Araújo Filho

Pró-Reitor de Extensão e Cultura e Presidente do Conselho Editorial

Oussama Naouar

Editor

Adriano Dias de Andrade

Assistentes Editoriais

Artur Villaça Franco

Rodrigo Ferreira dos Santos

Conselho Editorial UFPE

Alfredo Cordiviola (Letras), Bernadete Perez Coelho (Ciências Médicas), Carlos Newton Júnior (Artes), Edvânia Tôrres Aguiar Gomes (Geografia), Flávia da Silva Clemente (Serviço Social), Flávio Henrique Albert Brayner (Educação), Janete Maria Lins de Azevedo (Educação), Maria Eliete Santiago (Educação), Marília Montenegro Pessoa de Mello (Ciências Jurídicas), Paulo André da Silva (Educação), Ricardo Oliveira da Silva (Química)

Conselho Científico

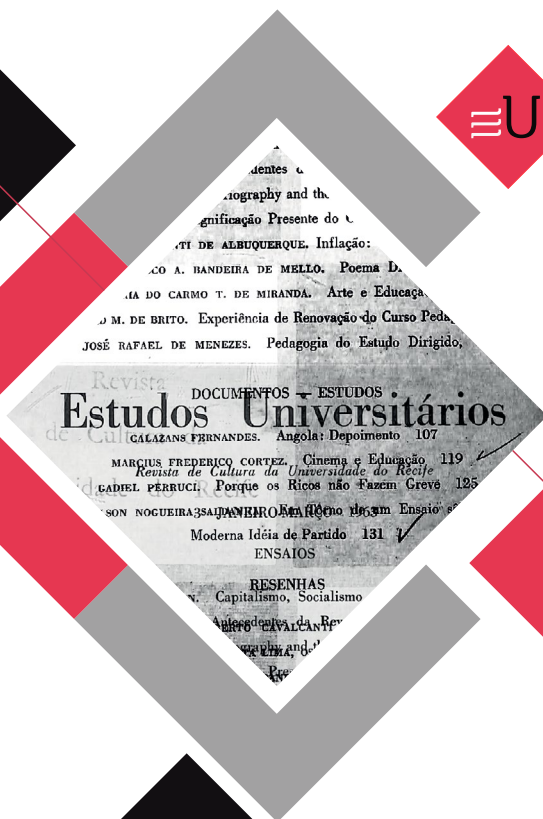
Ana Mae Barbosa (USP), Giane da Paz Ferreira da Silva (UFPE), José Dias dos Santos (UFPE), José Mauro dos Santos Filho (UFPE), Luiz Costa Lima (PUC-Rio), Maria Eliete Santiago (UFPE), Mário de Faria Carvalho (UFPE), Maurício Alves da Motta Sobrinho (UFPE), Miguel Angelo Laporta Nicolelis (Duke University), Rogério Luiz Covaleski (UFPE), Sérgio Alves de Souza (UFPE), Suranjit Kumar Saha (Wales University), Susana Novick (Universidad de Buenos Aires), Tania Bacelar de Araujo (UFPE), Theotonio dos Santos (UFRJ)



ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura
v. 39, n. 1, 2022

60
anos



Ciência, cultura,
linguagem e
democracia:
desafios contemporâneos

60 anos da EUs



PROEXC
PRÓ-REITORIA DE
EXTENSÃO E CULTURA

Estudos Universitários

Revista de Cultura

v. 39, n. 1, jan./jun., 2022

Editor

Adriano Dias de Andrade

Isabel Padilha de Castro Perazzo de
Andrade
João Gabriel Pereira da Silveira

Assistentes Editoriais

Artur Villaça Franco
Rodrigo Ferreira dos Santos

Projeto Gráfico

Karla Vidal (Pipa Comunicação)

Revisores

Andressa Lira Bernardino
Andreza Kaisa dos Santos Gomes
Isaac Nery da Costa Cavalcanti

Diagramação

Augusto Noronha e Karla Vidal
(Pipa Comunicação)

Catálogo na fonte: Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

Estudos Universitários, Revista de Cultura / [UFPE]. – Vol. 1, n. 1, (1962) - . – Recife : Ed.
Universitária da UFPE, 1962-
v.

Trimestral, jul/set. 1962-out./dez. 1974; semestral, jan./jun. 1975- jul./dez. 1985; irregular,
1997-2003; semestral, 2009-

Edições de jul. 1962 – ago. 1964 tem o título: Estudos Universitários,
Revista da Universidade do Recife.

Edição: vol. 39, n.1, jan./jun., 2022, tem o editor: PROExC.

Inclui referências bibliográficas.

ISSN 2675-7354 (online).

1. Paulo Freire, 1921-1997 – Crítica e interpretação. 2. Ensino superior – Periódicos.
3. Educação – Estudo e ensino. 4. Educação – Filosofia. 5. Pedagogia crítica – Brasil. I.
Universidade Federal de Pernambuco.

378

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2021-049)



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

PROPESQI
PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA E INOVAÇÃO



A Estudos Universitários é um periódico apoiado pela Pró-Reitoria
de Pesquisa e Inovação (PROPESQI) e pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas (SIB), da Universidade Federal de Pernambuco, por meio
do Edital n. 01, PROPESQI/UFPE, de 10 de fevereiro de 2022.

Avaliadores ad hoc

Este número contou com a indispensável colaboração de professoras/es e pesquisadoras/es de diversas áreas do conhecimento, de instituições de várias regiões do país, que atuaram como avaliadores *ad hoc*. Agradecemos a todas e todos que contribuíram para a qualidade técnica e textual do volume 39, número 1, 2022, da Estudos Universitários: revista de cultura, da Universidade Federal de Pernambuco.

Desirée De Vit Begrow

Universidade Federal da Bahia

Diana Priscila Sá Alberto

Universidade Federal do Pará

Erasmus da Silva Ferreira

Universidade de Pernambuco

Gabriel Bittencourt Farias

Universidade Federal de Pernambuco

Gabriel Lopes de Santana

Universidade Federal de Pernambuco

Isabelly Cristiany Chaves Lima

Universidade Federal de Campina Grande

Izaquiel Arruda Siqueira

Universidade Federal de Pernambuco

Juliana de Melo Lima

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Lara Luiza de Oliveira Amaral

Universidade Estadual de Campinas

Leandro Wagner de Albuquerque da Silva

Universidade Federal de Pernambuco

Lívia Valença da Silva

Universidade Federal de Pernambuco

Manuella Mirna Enéas de Nazaré

Universidade de Pernambuco

Marcelo Alves da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Maria Alzira Leite

Universidade Estadual de Campinas

Mariana Moreira Alves

Universidade Federal de Pernambuco

Paula Dias Dornelas

Universidade Federal de Minas Gerais

Severina Batista de Farias Klimsa

Universidade Federal de Pernambuco

Stefânio Ramalho do Amaral

Universidade Federal de Pernambuco

Thais Priscila de Souza Torres

Universidade Federal de Pernambuco

Thays Keylla de Albuquerque

Universidade Estadual da Paraíba

Vera Lúcia Conceição da Silva

Universidade Federal de Rondônia

Coordenação de Gestão Editorial e Impacto Social - CGEI/Proexc, UFPE

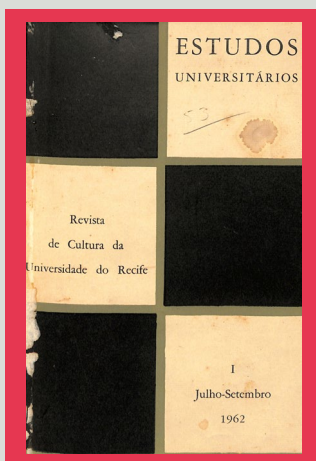
Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife, Pernambuco

CEP: 50670-901. Fone: +55 (81) 2126.8130

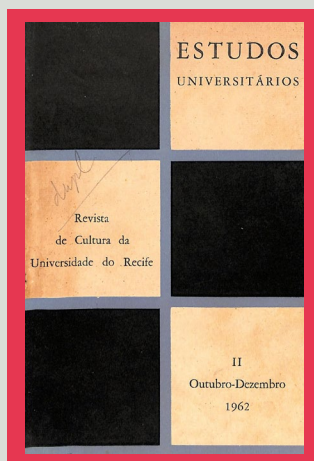
E-mail: estudosuniversitarios@ufpe.br

Envio de trabalhos e normas: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/estudosuniversitarios/index>

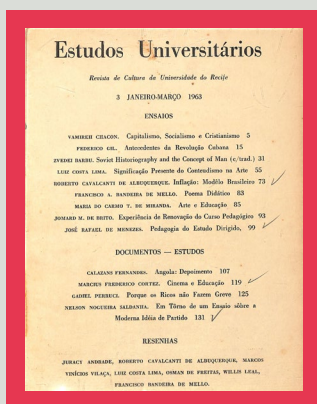
60 anos



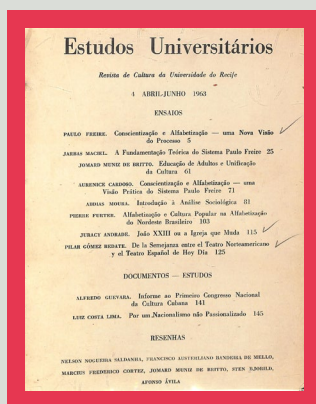
Volume 1



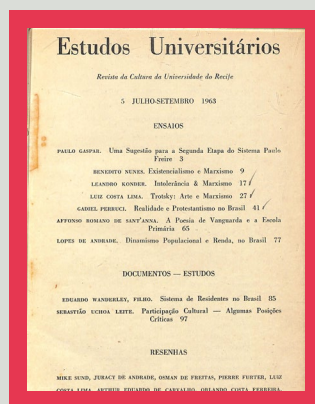
Volume 2



Volume 3



Volume 4



Volume 5



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura



Editorial

NAOUAR, Oussama; ANDRADE, Adriano Dias de. Editorial. Estudos Universitários – 60 anos. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/ Proexc, Recife, v. 39, n. 1, p. 7-17, jan./jun., 2022.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2022.254008>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

Estudos Universitários – 60 anos

A história do nosso país e a construção de uma Universidade pública pautada em valores democráticos e republicanos exigem inequivocamente a realização de ações capazes de alterar rotas e deixar marcas permanentes na trajetória das instituições. A *Estudos Universitários: revista de cultura (EUs)*, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é resultado de uma dessas ações, que, em seu tempo histórico, conseguiu registrar a vontade de uma mudança institucional e imprimir uma marca duradoura na trajetória da Universidade e na bibliografia oriunda de periódicos acadêmicos no Brasil.

A *EUs* nasceu do inconformismo, do sentimento de que a Universidade brasileira deveria extrapolar os tradicionais muros acadêmicos e se aproximar da comunidade extrauniversitária, reconhecendo outros saberes e outras experiências no mundo como manifestações humanas a serem valorizadas, que, por isso mesmo, devem ter espaço garantido na vivência acadêmica.

Esse movimento de ampliação epistemológica da própria natureza da instituição universitária brasileira implica numa vivência comprometida com o diálogo. Como bem afirmou Paulo Freire (1983, p. 28), “ser dialógico é não invadir, é não manipular [...]. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade”. Não pode haver diálogo sem a equiparação do outro ao mesmo nível de humanidade em que nos reconhecemos.

A *EUs* é ela mesma objeto e testemunha desse percurso dialógico inaugurado por João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, Paulo Freire, Luiz Costa Lima e tantos outros colaboradores, em 1962, com

a criação do Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade do Recife (UR), que viria a se tornar, alguns anos depois, a UFPE.

A revista, junto à criação da Rádio Universidade, constituiu-se como uma das primeiras iniciativas do SEC, um novo serviço que, nas palavras do então Reitor da época João Alfredo, destinava-se a “prolongar a função educativa da Universidade, isto é, a promover a difusão da cultura, a fazer com que a comunidade melhor sinta a presença da sua universidade, a colaborar na educação, em setores extrauniversitários, através de cursos, palestras, publicações [...]” (U. R. CONTINUA..., 1962, p. 3). Nesse empreendimento, a *Estudos Universitários* foi criada com o intuito de “tornar mais conhecido o pensamento e o trabalho dos valores humanos que vitalizam a Universidade, concorrendo para a sua afirmação cultural” (U. R. CONTINUA..., 1962, p. 3).

Na fala de João Alfredo, evidencia-se a presença do pronome “sua” ao referir a Universidade do Recife como patrimônio dos recifenses e pernambucanos, como instituição que deveria ser apropriada pela sociedade, com o sentimento de pertencimento e, mais além, com a participação realmente efetiva daqueles aos quais a Universidade sempre pertenceu: o povo brasileiro. Essa preocupação de João Alfredo, Paulo Freire e demais integrantes do SEC de fazer uma Universidade mais próxima das pessoas e dos grandes desafios do país nos anos 1960, como a intensa desigualdade social e as elevadas taxas de analfabetismo, chega até nós, neste ano em que celebramos os 60 anos do SEC e da *EUs*, na forma de incentivo, muito mais do que lembrança.

O legado pioneiro dos criadores do SEC é uma evidência de que a Universidade deve estar ao lado do povo e das inquietações do

seu tempo; é uma marca que nos faz compreender a importância do empreendimento universitário para o desenvolvimento do país e para a construção de uma nação democrática e republicana.

Nesses 60 anos de história, a *EUs* já pôde contar com colaborações de nomes hoje considerados referenciais no campo tanto acadêmico quanto cultural, a exemplo de *Alberto da Cunha Melo*, *Ariano Suassuna*, *César Leal*, *Cida Pedrosa*, *Maria Eliete Santiago*, *Gilberto Freyre*, *Leyla Perrone-Moisés*, *Luiz Costa Lima*, *Luzilá Gonçalves Ferreira*, *Silke Weber*, *Vera Lúcia Oliveira e Paiva* e do próprio Paulo Freire – para ficarmos com o registro de apenas alguns nomes de reconhecida expressão nas suas áreas.

Desde 2020, com o exercício da atual gestão da Universidade formada pelos professores Alfredo Macedo Gomes e Moacyr Cunha de Araújo Filho, assumimos, nos papéis de Presidente do Conselho Editorial e de Editor, a honrosa tarefa de reorientar as estratégias de produção e circulação da revista, novamente sob coordenação da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc) – ente universitário que surgiu a partir do SEC.

Para tanto, a fim de aprimorar a política editorial e os processos administrativos de elaboração da *EUs*, tornando-a mais sustentável e proeminente socialmente, propomos a reorientação da revista a partir dos seguintes eixos:

(i) sustentabilidade – com o encerramento da versão impressa e a implementação da versão digital (desde 2020), o que permitiu, além de economia de recursos, uma maior inserção através de diferentes plataformas e dispositivos digitais e também a inclusão social de leitores com deficiência

visual. Além disso, a versão digital é uma exigência de indexadores nacionais e internacionais e uma prerrogativa para que os periódicos sejam avaliados;

(ii) equipe executiva – com a definição de equipe de servidores e bolsistas dedicados aos processos editoriais, a revista passou a ser integralmente editada pela Coordenação de Gestão Editorial e Impacto Social (CGEI) da Proexc, num movimento de retorno da revista às suas origens no SEC;

(iii) processo de publicação – através da implementação da avaliação *ad hoc* por duplas de pareceristas, de forma anônima; e com a publicação sistemática de chamadas públicas para trabalhos, tornando os processos editoriais mais transparentes e democráticos;

(iv) foco e escopo – com o estabelecimento de política editorial consistente com a pluralidade da UFPE; com a adoção de diretrizes e normas públicas para publicação; e com o reforço do caráter multidisciplinar da *EUs*;

(v) circulação e impacto – com a publicação digital; com o estabelecimento de um robusto banco de avaliadores *ad hoc*, de instituições de todo o país e do estrangeiro; com a atração de novos autores de todas as regiões do país.

Todas essas medidas, ora implementadas, permitiram que a *EUs* se tornasse mais conhecida no país e, talvez ainda mais importante, na nossa própria comunidade acadêmica, fazendo com que estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes reconheçam a *Estudos Universitários* como uma marca importante da nossa Univer-

sidade e como um espaço relevante para onde podem ser endereçados seus ensaios, estudos, relatos, resenhas, contos e poemas.

Em 2022, dentre as atividades que celebram a fundação da *EUs*, estamos entregando à nossa comunidade acadêmica e ao país a digitalização dos números antigos da revista, de 1962 até 2012, os quais foram lançados exclusivamente no formato impresso. Esse trabalho, que tem por objetivo a preservação digital da revista e a disponibilização pública de todos os volumes já lançados, está sendo desenvolvido pela comprometida equipe da CGEI/Proexc, com o indispensável apoio da Biblioteca Central (BC) e da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife (FDR), integrantes do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB) da UFPE. Com esse trabalho, já foram digitalizados mais de vinte números, de 1962 a 1975, período que inclui a fase fundante da revista – com a publicação dos números 1 e 2, de 1962; e 1, 2 e 3, de 1963 – sob a coordenação de Paulo Freire, Luiz Costa Lima e colabores. Esses primeiros volumes já estão disponíveis para consulta e *download* na seção Acervo do *site* do periódico.

Também este ano, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPE aprovou e publicou a resolução nº 6/2022 (Boletim Oficial v. 57, de 15 de fevereiro de 2022), que institui o regimento da *EUs*, apresentando sua organização, funcionamento e conselhos. A publicação da resolução é uma importante ação institucional que confere a *EUs* uma clara definição do seu papel na Universidade, seu pertencimento à UFPE integralmente e sua filiação à Proexc, permitindo com que as sucessivas gestões editoriais tenham indicações institucionais mais bem definidas para prosseguir com as publicações de acordo com o escopo referendado pela Universidade.

O volume 39, número 1, da *Estudos Universitários: revista de cultura*, da Universidade Federal de Pernambuco, apresenta o tema *Ciência, cultura, linguagem e democracia: desafios contemporâneos*. Em comemoração ao aniversário de 60 anos da *EUs*, a edição problematiza a ciência e sua intersecção com a cultura, linguagem e democracia, apresentando e discutindo circunstâncias sociais e históricas dessa esfera, bem como perspectivas emergentes sobre a linguagem e a divulgação científica no país.

Esta edição apresenta 13 textos, escritos na forma de ensaios, entrevista, estudos, relato, resenha e poemas, que abordam, a partir de suas áreas e linguagens, o tema proposto para o número. A seção de ensaios dedica-se à história da *EUs*: o texto de Dimas Brasileiro Veras faz uma recapitulação da história da revista, salientando o seu período fundante no SEC; o ensaio seguinte, de Flávio Weinstein Teixeira e Almir Mirabeau, trata da obra e vida de Orlando da Costa Ferreira, responsável pelo projeto gráfico e pelas capas do período inicial da *EUs*.

Temos também a alegria de publicar uma entrevista com a Professora Emérita da UFPE Silke Weber. Através das questões proposta pelo Professor José Batista Neto, Silke fala de sua formação, voltada para uma abordagem interdisciplinar e interinstitucional do ensino; da sua relação com Paulo Freire, que permeou sua vivência acadêmica e profissional; de seu cargo como Secretária de Educação do Estado de Pernambuco, dos desafios encontrados e das contribuições feitas à constante luta pela democratização da educação; e reflete, ainda, sobre as mudanças percebidas no panorama nacional brasileiro. A professora faz paralelos entre as situações de ditadura dos anos 1960 e 1970, de redemocratização

das décadas de 1980 e 1990 e da atual desvalorização do Ensino Superior em efeito desde 2015, comparando os desafios vividos em todas essas épocas e oferecendo sua perspectiva sobre o futuro do Ensino Superior brasileiro.

A seção de estudos está composta por 6 textos: em *Mentiras que parecem verdades*, Ernani Terra, um dos mais reconhecidos autores de livros didáticos de português do Brasil, trata do pacto ficcional e da produção e disseminação de *fake news*; o tema é também debatido em *O modus operandi das fake news na Psicologia das Massas*, de Rafael da Silveira Moreira, Júlio da Silveira Moreira e Érico Andrade Marques de Oliveira. Em *Argumentos sobre as vacinas contra a Covid-19 no interior de Pernambuco*, Ana Cristina Barbosa da Silva e Milena Jayne dos Santos Moraes analisam “o posicionamento de pessoas do interior de Pernambuco sobre as vacinas e sua eficiência no combate à Covid-19”; em *Desocultar verdades e sublinhar bonitezas: uma perspectiva freireana para a literatura e a teoria da literatura*, Tiago Hermano Breunig Correio, “a partir de uma reconstituição do contexto intelectual da obra de Paulo Freire, se propõe a sugerir uma perspectiva freireana para a Literatura e a Teoria da Literatura”; em *A nova ordem conservadora e o desmonte das políticas públicas de promoção da igualdade racial e combate ao racismo no Brasil*, Aristóteles Veloso da Silva Muniz debate “a consolidação de uma conjuntura contaminada por processos políticos apresentados a nível internacional que estão a corroer as estruturas democráticas, a atacar os direitos das minorias e a negar a possibilidade de avanços das políticas de direitos humanos” no atual contexto político do país; por fim, em *Crianças surdas, laço social e linguagem: uma abordagem antropológica*, a autora discute a importância da linguagem para as crianças surdas e o papel da família e da sociedade na sua formação.

lógica sobre apropriação de linguagem de crianças surdas na ilha do Marajó (PA), Alexandre Maurício Fonseca de Azevedo “apresenta um estudo etnográfico sobre experiências sociais com vistas à apropriação de linguagem de crianças surdas” em comunidades do estado do Pará.

A edição também publica o relato de experiência *Letramento digital para o combate às notícias falsas e à desinformação: a experiência do JADiH, projeto de extensão de direitos humanos da UFOB*, de autoria de Carlos Henrique de Lucas e Samuel Souza de Oliveira, que descreve as ações do projeto para “desenvolver e estimular uma participação cidadã crítica altamente engajada no combate às notícias falsas”.

A resenha deste volume foi escrita pelo professor da UFPE e conselheiro da EUs Paulo André da Silva, que apresenta a obra *A Era da intolerância*, de Thales Guaracy (Editora Matrix, 2021). No livro, Guaracy “revela as intrigas e contradições do modelo econômico liberal que fomenta a atual era digital e os entraves e progressos políticos, sociais e tecnológicos que marcaram o final do século XX e configuraram as duas primeiras décadas do século XXI”.

Por fim, a seção de criação literária traz o conto *O Peixe aflito*, de Francisco das Chagas de Oliveira, e os poemas *amor cego*, *amor vivo*, *tempo vivo* e *tempo certo*, de Julia Maria Raposo Gonçalves de Melo Larré.

Este número marca os 60 anos da *Estudos Universitários*, reconhecendo o pioneirismo de João Alfredo, Paulo Freire, Luiz Costa Lima e dos demais fundadores do SEC, tomando esse movimento inovador da Universidade do Recife como inspiração para a concretização de uma revista cada vez mais relevante em nível local e

nacional, perseguindo a excelência acadêmica ao mesmo tempo em que mantém o debate cultural, múltiplo e diverso nas bases da sua existência, na relação com diferentes setores e agentes sociais. Esta edição é, portanto, um convite ao futuro através das páginas da nossa história.

Ótima leitura!

Recife, maio de 2022.

Oussama Naouar

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Doutor em Educação, Filosofia e História das Ideias

Presidente do Conselho Editorial, Pró-Reitor de Extensão e Cultura

E-mail: oussama.naouar@ufpe.br

 <https://orcid.org/0000-0002-9175-3280>

 <http://lattes.cnpq.br/7253950282205343>

Adriano Dias de Andrade

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Doutor em Letras (Linguística)

Editor, Coordenador de Gestão Editorial e Impacto Social - Proexc/UFPE

E-mail: adriano.dandrade@ufpe.br

 <https://orcid.org/0000-0002-4199-0069>

 <http://lattes.cnpq.br/4420455187125578>

Referências

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

U. R. CONTINUA intensificando atividades no setor cultural. *Diário de Pernambuco*, Recife, ed. 95, Primeiro Caderno, p. 3, 29 abr. 1962.



Volume 1

Lançado em julho de 1962, o primeiro volume da *Estudos Universitários: revista de cultura* da Universidade do Recife (UR) inaugura sua circulação, com periodicidade trimestral, referindo-se aos meses de julho a setembro. Nesta primeira edição, o diretor da revista era o então Reitor Prof. João Alfredo Gonçalves da Costa Lima; o secretário era o Prof. Luiz Costa Lima; e o projeto gráfico e a capa foram de autoria de Orlando da Costa Ferreira. O volume apresenta ensaios de: Gilberto Freyre; Celso Furtado; Cláudio Souto; Paulo Freire; Vamireh Chacon; Nelson Nogueira Saldanha; Sebastião Uchoa Leite; João Alexandre Barbosa; Jarbas Maciel. Estudos de: Luiz Costa Lima; e Gadiel Perruci. E resenhas de: Orlando da Costa Ferreira; Vamireh Chacon; Jomard Muniz de Brito; Walter da Costa Porto; Roberto Cavalcanti de Albuquerque; Jarbas Maciel; Sebastião Uchoa Leite; e Luiz Costa Lima.



Sumário

ENSAIOS

- 21 Notas sobre uma jovem sexagenária:
a revista Estudos Universitários (1962-2022)
Dimas Brasileiro Veras
- 43 Orlando da Costa Ferreira em revista. Itinerários
intelectuais de um *outsider* no mundo das letras
e artes gráficas
Flávio Weinstein Teixeira, Almir Mirabeau

ENTREVISTA

- 69 Silke Weber, por José Batista Neto
Silke Weber, José Batista Neto

ESTUDOS

- 101 Mentiras que parecem verdades
Ernani Terra
- 137 Desocultar verdades e sublinhar bonitezas:
uma perspectiva freireana para a literatura
e a teoria da literatura
Tiago Hermano Breunig Correio

- 161 *O **modus operandi** das fake news*
na Psicologia das Massas
Rafael da Silveira Moreira, Júlio da Silveira Moreira, Érico Andrade
Marques de Oliveira
- 193 Argumentos sobre as vacinas contra a Covid-19
no interior de Pernambuco
Ana Cristina Barbosa da Silva, Milena Jayne dos Santos Morais
- 229 A nova ordem conservadora e o desmonte
das políticas públicas de promoção da igualdade
racial e combate ao racismo no Brasil
Aristóteles Veloso da Silva Muniz
- 267 Crianças surdas, laço social e linguagem:
uma abordagem antropológica sobre apropriação
de linguagem de crianças surdas
na Ilha do Marajó (PA)
Alexandre Maurício Fonseca de Azevedo





RELATO

- 303 Letramento digital para o combate às notícias falsas e à desinformação: a experiência do JADiH, projeto de extensão de direitos humanos da UFOB
Carlos Henrique de Lucas, Samuel Souza de Oliveira

RESENHA

- 323 *A Era da intolerância*, de Thales Guaracy
Paulo André da Silva

CONTO

- 337 O Peixe aflito
Francisco das Chagas de Oliveira

POEMA

- 343 amor cego
amor vivo
tempo vivo
tempo certo
Julia Maria Raposo Gonçalves de Melo Larré



Revista de Cultura

Ensaio

Texto de autor convidado. Recebido em: 13 abr. 2022. Aprovado em 18 abr. 2022.

VERAS, Dimas Brasileiro. Notas sobre uma jovem sexagenária: a revista Estudos Universitários (1962-2022). *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proexc, Recife, v. 39, n. 1, p. 21-42, jan./jun., 2022.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2022.253779>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

Notas sobre uma jovem sexagenária: a revista Estudos Universitários (1962-2022)

Notes on a young sexagenarian: the journal Estudos Universitários (1962-2022)

*O hoje é apenas um furo no futuro
Por onde o passado começa a jorrar.
(Raul Seixas e Marcelo Nova, 1989)*

Dimas Brasileiro Veras

Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)

Doutor em História; Membro da Cátedra Paulo Freire da UFPE

E-mail: dimasveras@recife.ifpe.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-4684-305X>

 <http://lattes.cnpq.br/5094940139711801>

Resumo

Este ensaio se propõe a apresentar a história da *Estudos Universitários*: revista de cultura (EUs), criada sob a gestão de Paulo Freire do Serviço de Extensão Cultural (SEC) da então Universidade do Recife (UR), a partir de uma perspectiva acadêmico-afetiva, mesclando dados dos 16 anos de pesquisa dedicada à EUs com as vivências extracurriculares do autor em relação à publicação e aos seus inúmeros colaboradores. Em face à comemoração dos seus 60 anos e ao contexto político de incerteza e insegurança, faz-se necessária uma recapitulação do periódico, com o pensamento freireano de história como possibilidade sempre em mente. É feito, então, um importante paralelo entre a década de 1960, quando se iniciou a revista, e a primeira década dos anos 2000, com suas utopias e seus levantes progressistas; e são apresentados os contextos histórico e geográfico de criação e disseminação da revista, além do seu empas-

telamento, sua volta sob uma direção mais conservadora, seus desafios frente à Ditadura e aos seus novos hiatos e, por fim, sua volta definitiva, já no século XXI.

Palavras-chave: Estudos Universitários. Paulo Freire. Universidade Federal de Pernambuco.

Abstract

This essay aims to present the history of *Estudos Universitários: revista de cultura* (EUs), created under Paulo Freire's management of the Cultural Extension Service (SEC) of the then-called University of Recife (UR), from an academic and emotional perspective, merging data from 16 years of research dedicated to EUs with the extracurricular experiences the author has had in relation to the publication and its many collaborators. In view of the commemoration of its 60th anniversary and the political context of uncertainty and insecurity, a recapitulation of the periodical becomes necessary, bearing in mind the Freirean thought of history as a possibility. This essay presents an interesting parallel between the 1960s, when the journal started, and the first decade of the 2000s, with its utopias and progressive political movements; and proceeds to display the historical and geographical contexts of the journal's creation and dissemination, as well as its collapse, its return under a more conservative direction, its challenges against the dictatorship and its new hiatuses and, finally, its definite return, now in the 21st century.

Keywords: Estudos Universitários. Paulo Freire. Universidade Federal de Pernambuco.

Rememorar criticamente a efeméride da *Estudos Universitários: revista de cultura* (EUs), a jovem sexagenária revista de cultura da UFPE, me impele a uma concepção de história libertadora, história como possibilidade, forjada por Paulo Freire em seus tempos fundantes no Recife (SANTIAGO; BATISTA NETO, 2021), tempos em que criou seu método de alfabetização no juntamente sexagenário Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade do Recife (UR).

Leitores do humanismo crítico dos existencialistas e da nova esquerda, Paulo Freire e sua equipe de extensão produziram a revista Estudos Universitários e aprenderam com intelectuais que lutaram contra o fascismo e o nazismo, como Walter Benjamin, apresentado pelo companheiro do Serviço de Extensão Cultural (SEC) Pierre Furter (1962a, 1962b, 1963), que a história tem “o dom de despertar no passado as centelhas da esperança [...] convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 1994, p. 224).

Nessa perspectiva da história como possibilidade e libertação, reuni as memórias e os rastros documentais de dezesseis anos de pesquisa dedicada à Estudos Universitários, através de uma práxis militante do esperar freireano de tentar me mover na esperança enquanto luto, e de lutar com esperança, porque espero a realização da utopia (FREIRE, 1987).

Em tempos de barbárie, de pandemia e do governo militar no Brasil em pleno século XXI, não posso abrir mão de uma teoria e prática historiográfica que compreenda o presente como transição. Como diria Manuel Bandeira (2009 [1930], p. 129), “Não quero saber do lirismo que não é libertação”. Uma memória cujas vozes do passado sussurram a verdade da violação dos direitos humanos e da exploração das classes e grupos oprimidos no Brasil e trazem percepções e afecções cujos sentimentos de indignação, raiva justa e amor nos mobilizam para uma inédita e viável revolução democrática (VERAS, 2021a). Rememoremos.

Outono setentrional de 2005. Nos frios subúrbios de Paris, centenas de carros ardem em chamas. Estudantes, educadores, trabalhadores, imigrantes, sindicatos e movimentos sociais protestam contra a reforma trabalhista neoliberal de Jacques Chirac (1995-2007), na

maior revolta popular francesa desde maio de 1968. No verão tropical do ano seguinte, Michelle Bachelet é eleita a primeira mulher presidente do Chile e o líder sindical cocaleiro Evo Morales, o primeiro presidente indígena da Bolívia.

No Brasil e na Venezuela, os presidentes Lula e Hugo Chaves reelegem-se com margem expressiva dos votos. Um ano antes, o líder bolivariano propalava o socialismo do século XXI no Fórum Social Mundial (FSM). Países do Sul emergente se uniram em grupos políticos como os Brics, acrônimo dos seguintes países membros: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (LAMAS; FINAZZI; NASSER, 2017). O planeta fervia ou, no léxico pernambucano, frevava. Sonhávamos que *um outro mundo era possível* (GADOTTI, 2009, destaque nosso).

O movimento estudantil e os movimentos sociais estavam bastante ativos e atuantes em todo mundo. O Fórum Social Mundial promovia uma cultura da paz, da democracia, dos direitos humanos, da sustentabilidade ambiental, da autogestão, da cidadania planetária, dentre outros valores norteadores das utopias do século XXI (GADOTTI, 2009).

Então fazíamos acontecer na UFPE, no Diretório Acadêmico (DA) de História Francisco Julião - Gestão “Hoje o Samba Saiu” (2005-2007). Havia, além disso, a “Ciranda”, chapa do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPE, que reuniu em seus círculos de cultura diferentes matizes do campo socialista. Ademais, dialogávamos igualmente com os diretórios e os centros estudantis da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), da Universidade de Pernambuco (UPE), da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), dentre outras.

Como diziam os muros e cartazes das manifestações contra o neoliberalismo e a globalização: *Estamos vencendo!* (RYOKI; ORTELLADO, 2004). Existia um clima político e cultural bom nas ruas e nas universidades brasileiras. Sempre acontecia um evento acadêmico, cultural, político etc. O DA de História, por exemplo, promoveu a Semana Acadêmica e Cultural de História, o I Encontro da Linha de Pesquisa de História e Memória, assembleias, protestos, encontros regionais e nacionais de estudantes de História¹, bem como as calouradas épicas do CFCH, nas ruínas da Caixa d'Água da UFPE, antigo bar do DCE².

Nas ondas do ar, dial 88.1, o coletivo da *Rádio Livre-se* projetava a voz de estudantes, artistas, produtores culturais, trabalhadores, populares etc. através de transmissões radiofônicas ao vivo, *streamings* online, reuniões, ações e eventos. Ainda no ano de 2006, o coletivo organizou o I Encontro Intergaláctico de Rádios Livres, seguido do II Submidialogia, em Olinda. A UFPE recebeu, nesses eventos, comunicadores livres, pesquisadores e ativistas de todo o Brasil e do mundo. A programação contemplava oficinas, rodas de conversas, transmissões e ações, como por exemplo a instalação participativa da Rádio Comunitária da Ilha de Deus, comunidade ribeirinha da zona sul do Recife.

Numa outra perspectiva, a política pública de educação e ciência promovia a prática de pesquisa através do incremento das bolsas de pós-graduação e de iniciação à pesquisa e à extensão, favorecendo

1. O lendário XXIV ENEH foi realizado na UFRPE, em 2004, no Recife.

2. No espaço localizado entre o que hoje é o edifício de aulas e o Restaurante Universitário (RU).

o desenvolvimento científico e a transformação social (CALDAS; ARAÚJO, 2017). Para além do número crescente de trabalhos científicos, formava-se toda uma geração de professores, cientistas, pesquisadores, extensionistas, artistas, produtores culturais, políticos, enfim, trabalhadores intelectuais preocupados com seu tempo *saturado de agoras* (BENJAMIN, 1994, destaque nosso).

Aliás, foi sobre homens e mulheres de letras do Brasil da metade do século XX que o professor do Departamento de História da UFPE Flávio Weinstein Teixeira defendeu, em 2005, no Programa de História Social da UFRJ, a tese *O Movimento e a Linha: presença do Teatro do Estudante e do Gráfico Amador no Recife (1946 – 1964)*, depois publicada pela Editora da UFPE (2007). Tratava-se de uma análise sociocultural do ambiente intelectual do Recife no período democrático que vai do fim da ditadura do Estado Novo (1937-1945) ao golpe de 1964. Duas gerações intelectuais democráticas, das décadas de 1960 e de 2000, encontravam-se em suas ebulições e singularidades políticas e socioculturais.

Eu andava envolvido, então, com uma pesquisa voluntária dedicada ao Recife do poeta Manuel Bandeira, sob a orientação daquele mais novo doutor do departamento de História da UFPE. Desse modo, ele me convidou para participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) com um projeto dedicado à revista *Estudos Universitários* (1962-1964).

Da revista conhecíamos os colaboradores que ela compartilhou com o Teatro de Estudantes de Pernambuco e com O Gráfico Amador; a linha editorial combativa, dita “realista”; e os ensaios que sistematizaram pela primeira vez o método, ou como eles preferiam, o Sistema Paulo Freire de Alfabetização, publicados em 1963, no volume 4 do periódico, e organizados pelo professor Osmar Fávero em 1983.

Procurei as revistas originais na Biblioteca Central, nas bibliotecas dos Centros, no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, na Biblioteca Pública do Estado e nada. Segui pesquisando em outros acervos até encontrar as cinco edições dos tempos de Paulo Freire na Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife (FDR). Lá estavam os cinco números da fase heroica da Estudos Universitários, que circularam do lançamento, em 1962, até seu empastelamento, em 1963, fruto de pressão política do sociólogo Gilberto Freyre e da professora catedrática Maria do Carmo Tavares de Miranda (ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS, 1962a, 1962b, 1963a, 1963b, 1963c; VERAS, 2012).

As capas quadriculadas de cor verde oliva, roxa, laranja, azul e amarela tinham o design do professor Orlando da Costa Ferreira e a secretaria, ou melhor, a edição, do professor e crítico literário Luiz Costa Lima. As estantes centenárias da FDR também guardavam os volumes da segunda fase da revista, que foram publicadas entre os anos de 1966 e 1985 (GASPAR; BARBOSA, 2009). Com uma câmera digital emprestada pelo meu orientador, comecei a digitalizar todos os periódicos. Lembro com gratidão os diálogos com as bibliotecárias da FDR.

Era curiosíssimo ver aqueles ensaios caleidoscópicos dos anos 1960 assinados por Gilberto Freyre, Celso Furtado, Paulo Freire, Luiz Costa Lima, Jomard Muniz de Britto (JMB), Arthur Carvalho, Marcius Cortez, Pierre Furter, Orlando da Costa Ferreira, Sebastião Uchoa Leite, Jarbas Maciel, Eduardo Portela, Osman Freitas, Vami-reh Chacon, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Haroldo e Augusto de Campos, Décio Pignatari, Juracy Andrade, Gadiel Perruci, dentre outros intelectuais estabelecidos e aspirantes que seriam tragados pelo torvelinho político de 1964 (VERAS, 2012).

Os textos de Maria do Carmo Tavares de Miranda (1963), Aurenice Cardoso (1963) e Pilar Gómez Bedate (1963) são um indício da participação das mulheres numa universidade ainda predominantemente patriarcal. O SEC contava, além disso, com a presença das professoras alfabetizadoras Elza Freire, Maria Adozinda, Dulce Campos, Astrogilda de Carvalho Paes de Andrade e Aurenice Cardoso, todas contribuindo com o desenvolvimento do “Método Paulo Freire”. Na Rádio Universidade, cujo mote era “uma rádio a serviço da democratização da cultura”, Ana Canen trazia a experiência da *British Broadcast Corporation* (BBC) de Londres à rádio local, então sob a direção de José Laurenio de Melo, que trabalhara com Canen, sua esposa, na rádio inglesa (VERAS, 2015).

Tendo digitalizado as revistas, imprimir uma cópia da primeira fase da Estudos Universitários numa gráfica na mesma Rua Gervásio Pires que abrigara a sede do SEC, no número 674. Afora as salas onde trabalhavam Paulo Freire e sua equipe, o edifício, nos fundos da então Reitoria, possuía um auditório, onde eram realizadas atividades culturais e político-pedagógicas com estudantes, movimentos sociais, sindicatos etc.

Ali perto, na Praça Adolfo Cirne, ficavam a Reitoria da Universidade do Recife e a Faculdade de Direito do Recife, além da sede do 4º Exército. Mais à frente, na Rua do Hospício, estavam os sobrados da Escola de Engenharia de Pernambuco, da Faculdade de Ciências Econômicas, da Escola de Geologia de Pernambuco e do Escritório Técnico da Cidade Universitária (VERAS, 2012, 2018).

Apenas mais tarde descobriria que ali estava o coração político e cultural da Universidade do Recife. Não tardei a avançar com a pesquisa nos volumes subsequentes e em periódicos como o *Jornal do Commercio*, *Diário de Pernambuco* e *Última Hora*, então arqui-

vados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, na Rua do Imperador. Vivia então uma prática de pesquisa histórica nos periódicos que seria revolucionada, anos mais tarde, pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Quantas manhãs e tardes passei no arquivo junto de outros colegas do Pibic e da pós-graduação. Investigava página por página os jornais da cidade, assim descobrindo, pouco a pouco, que, além de sua função como revista acadêmica, a EUs participava de um projeto de universidade popular dirigido por Paulo Freire e apoiado pelo então reitor João Alfredo (1959-1964).

Tendo como inspiração o Movimento de Cultura Popular, criado no Recife em 1960, durante a gestão de esquerda da Frente Popular do Recife e do prefeito Miguel Arraes (1960-1962), o SEC possuía três projetos estruturantes para seu programa de universidade popular: o Sistema Paulo Freire de educação, a Rádio Universidade e a revista Estudos Universitários (VERAS, 2021b).

Entre os trabalhadores e as trabalhadoras permanentes, temporários e voluntários, a equipe do SEC era composta por Paulo Freire, Jarbas Maciel, Juracy Andrade, Padre Paulo Meneses, Almeri Bezerra, Elza Freire, Dulce Chacón, Judite Ribeiro, Maria Adozinda Monteiro da Costa, Astrogilda de Carvalho Paes de Andrade, Dulce Campos, Aurenice Cardoso, Hugo Martins, Severino Vieira, Marcius Cortez, Francisco Bandeira de Mello, Arthur Carvalho, Pierre Furter, Luiz Costa Lima, Jomard Muniz de Brito, Orlando da Costa Ferreira, José Laurenio de Melo, Sebastião Uchoa Leite, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Paulo Pacheco e Plácido Mendes Lima (VERAS, 2021b).

Duas multiplicidades cronológicas se encontravam naquele instante. Primeiro, a década de 1960 com seus movimentos, organizações e instituições focados no desenvolvimento nacional e

popular: o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), as Ligas Camponesas, o MCP, o Centro Popular de Cultura (CPC), o Teatro Popular do Nordeste (TPN), a Bossa Nova, o Cinema Novo, as novas tendências do movimento estudantil e, claro, o Movimento de Reformas de Base (reforma agrária, eleitoral, urbana, educacional etc.).

Já no século XXI, minha pesquisa sobre a revista de cultura da Universidade do Recife (UR) convivia com o fortalecimento dos governos progressistas, dos movimentos sociais, das rádios livres, do movimento estudantil, dos sindicatos, das organizações não governamentais (ONGs), dentre outros sujeitos históricos que tinham no Fórum Social Mundial uma instância de mobilização e de formulação de novas formas de enfrentar os desafios do tempo presente. O hoje era apenas um furo no futuro, por onde o passado começava a jorrar (BANQUETE..., 1989).

Após a digitalização dos documentos, passei a organizá-los e analisá-los para a redação do meu relatório final de Iniciação à Pesquisa e apresentação no Congresso de Iniciação Científica da UFPE (Conic). Diante dos bons resultados alcançados, parecia urgente continuar a investigação histórica sobre a Estudos Universitários e seus produtores no SEC. Com a concordância do meu orientador, redigi e submeti o projeto de mestrado sobre a revista Estudos Universitários ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFPE.

Durante o mestrado, a metodologia de pesquisa deveria avançar através de novos documentos e das ferramentas da história oral. A ideia era realizar entrevistas semiestruturadas com os antigos membros do SEC e outros colaboradores. Foi desse modo que cheguei em Porto de Galinhas, praia do litoral sul de Pernambuco,

na Fliperia de 2008, para assistir a uma palestra do professor Luiz Costa Lima e apresentar meu projeto ao primeiro editor da revista. Minha companheira Rebeca Amorim me apresentara, meses antes, a textos do crítico e teórico da literatura como *A Aguarrás do Tempo* (1989), *Dispersa demanda* (1981) e *História. Ficção. Literatura* (2006).

Depois da palestra e do primeiro contato com o professor Emérito da PUC-RJ, me entreguei à boêmia da festa literária. Num restaurante elegante da pracinha de Porto de Galinhas, me reencontrei com o professor Jomard Muniz de Britto, antigo colaborador da Estudos Universitários e membro da revista e do SEC. Já conhecia JMB de uma disciplina que participara durante minha graduação em História, além de livros como *Bordel BRASILírico Bordel* (1992) e de filmes como *O Palhaço degolado* (1977). Perambulando pelos sebos da cidade encontrei os livros de crítica cultural redigidos no calor da hora da *Estudos Universitários: Contradições do homem brasileiro* (1964) e, depois, o *Do Modernismo à Bossa Nova* (1966).

Voltamos a nos cruzar pelas ruas da Boa Vista. Eu indo lecionar no espaço cultural O Casarão, onde profissionalizávamos conscientizando aos moldes de Paulo Freire; e ele distribuindo seus panfletos, os famigerados *Atentados Poéticos*. Não raro lá estava ele na praça Oswaldo Cruz no Grito dos Excluídos, seguindo depois para o Sarau da Independência, outro dia no Bloco Nem Sempre Lily Toca Flauta, dentre outras festas realizadas no Mercado da Boa Vista.

Não poderia esquecer os encontros de psicanálise, aos quais fui levado pelo amigo de mestrado João Luna, campinense do metal que pesquisava a cena underground udigrudi pernambucana dos anos 1960 e 1970 - “a turma do Beco do Barato” (LUNA, 2019). Nas redondezas, no saudoso Recanto do Picuí do Derby, conheci a psicanalista Dulce Campos, antiga gestora do Colégio de Aplicação

(CAp) da UFPE e colaboradora do SEC, uma das primeiras pessoas a sugerir a Paulo Freire que seu método era muito mais que um conjunto de técnicas e procedimentos, mas sim todo um sistema educacional e antropológico (MACIEL, 1963).

Naqueles dias já alimentava uma amizade e diálogo pedagógico com JMB, numa prática que ele chamava de “(des)orientação”. Ele rejeitara categoricamente o meu convite e do professor Flávio Weinstein para que se tornasse meu coorientador, tendo me apresentado, com esse fim, ao professor Roberto Motta. De fato, os três professores tiveram um importante protagonismo na minha formação definitiva como historiador, sobretudo o professor Flávio Weinstein, meu eterno orientador e amigo.

JMB não tardou a me presentear com o livro *Golpe na Alma* (2008). Nele, Marcius Cortez narra a história do SEC sob sua própria ótica biográfica de jovem estudante de sociologia. Ainda em 2008 entrevistei, em Brasília, ao lado do professor Flávio Weinstein, o professor Vamireh Chacon, ativo colaborador da Estudos Universitários e diretor, naqueles anos, do Instituto de Estudos Internacionais da Universidade do Recife, órgão criado pelo reitor João Alfredo, também em 1962, para promover um diálogo com países emergentes não alinhados. Realizamos entrevistas, em seguida, com Roberto Motta, Dulce Campos, Marcius Cortez, Luiz Costa Lima, Juracy Andrade, Ricardo Ferreira, Anacleto Eloi, Osman Freitas, Almeri Bezerra, José Libonati, Marcelo Peixoto e Heraldo Souto Maior. Na época, tentava estruturar as entrevistas como diálogos aos moldes dos círculos de cultura freireanos (FREIRE, 2007).

Através de Anacleto Eloi consegui as cópias dos cinco volumes originais da primeira fase da Estudos Universitários. O designer formado na Universidade do Recife guardava as revistas como uma obra prima gráfica e objeto de memória de seus tempos de estudante e admirador da equipe Paulo Freire. Ele elaborou, por fim, o “Estudos Universitários: Índice por autor, em ordem alfabética”, que usei como modelo do sumário das revistas apresentado na dissertação e no livro (VERAS, 2012).

Foi por esses tempos que o Departamento de Relações Institucionais da Pró-Reitoria de Extensão da UFPE, nas pessoas de Djanise Mendonça, Miriam Vilanova e Socorro, me contactou. Para minha surpresa o então reitor, professor Amaro Lins (2003-2011), e a pró-reitora de Extensão, professora Solange Coutinho, pretendiam retomar a publicação periódica da Estudos Universitários, resgatando a linha editorial “realista” que marcara a primeira fase da revista nos tempos de Paulo Freire. O passado presente dos anos 1960 se encontrava com o presente passado da década de 2000.

Do projeto participavam, além disso, a recém criada Cátedra Paulo Freire e sua diretora, a professora Eliete Santiago. Com a antiga orientanda do patrono da educação brasileira, aprendi importantes lições freireanas, como o diálogo, a humildade, o rigor científico e a ética, as quais levo comigo para todo o sempre. Na Cátedra reencontrei com alegria, outrossim, meu mestre do ensino de história e da pedagogia Paulo Freire, o professor José Batista Neto, bem como conheci a professora Marília Gabriela.

No decorrer da edição do volume especial de retomada da Estudos Universitários, comecei a dialogar, igualmente, com o saudoso professor Denis Bernardes, que me introduziu aos seus estudos apaixonados sobre a história e as memórias da UFPE. Já o

conhecia das palestras dos tempos de graduação ou quando diariamente o via atravessar o *campus*, com seu chapéu panamá e seu cachimbo, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) em direção à parada de ônibus do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH). Lembro das reuniões em seu apartamento e de uma vez na qual visitamos juntos o acervo da Biblioteca Central, hoje chamado, numa justa homenagem, de Memorial Denis Bernardes.

Lançado em 2009, o número de retomada da Estudo Universitários possuía a seguinte comissão editorial especial: Agostinho Rosas, Denis Bernardes, Dimas Brasileiro Veras, Djanyse Mendonça, Eliete Santiago, Miriam Vilanova Maia e Solange Coutinho (Presidente). Assinavam ensaios inéditos: Dimas Brasileiro Veras e Djanyse Mendonça, Luiz Costa Lima, Jomard Muniz de Britto, Marcius Cortez, Juracy Andrade, Xavier Uytendenbroek e Sonia Mendes. O número contava, ainda, com entrevista inédita com o professor Jarbas Maciel (2009).

Durante o emocionante lançamento da revista reunimos pela primeira vez aqueles que faziam a Estudos Universitários e o SEC: Jomard Muniz de Britto, Luiz Costa Lima, Almeri Bezerra, Juracy Andrade e Jarbas Maciel.



Figura 1. Fotografia de membros da antiga Equipe Paulo Freire de Extensão do SEC e da revista Estudos Universitários³

Fonte: Acervo pessoal do autor (2009)

Aquelas vozes, memórias e histórias dos anos que circulam o golpe de 1964, com seus relatos sobre o lançamento da revista, a esperança, a luta, o empastelamento do periódico, a repressão, a prisão, o exílio e os anos de ditadura eram um bom presságio dos depoimentos futuros da Comissão Nacional da Verdade (2014).

Os jornais da cidade repercutiram a retomada da revista, narrando sua história e memórias. Numa longa série de reportagens, a jornalista Fabianna Freire Pepeu investigava o ambiente intelectual dos tempos da Estudos Universitários, notadamente

3. Em ordem, da esquerda para a direita: Luiz Costa Lima, Almeri Bezerra, Juracy Andrade, Jarbas Maciel, Marcius Cortez e Jomard Muniz de Britto.

durante a visita de Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir ao longo do I Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, realizado em 1960 (PEPEU; VERAS, 2010).

Defendi a dissertação em agosto de 2010, numa sala lotada e ansiosa pelos resultados de minha pesquisa sobre a Estudos Universitários e os tempos críticos da Universidade do Recife, tempos de Paulo Freire. O trabalho foi aprovado com louvor diante das saudações dos arguidores Antonio Torres Montenegro, Roberto Motta e Flávio Weinstein e da plateia de familiares, amigos e universitários.

No ano seguinte passaria a auxiliar, na qualidade de membro da comissão editorial, a nova fase da Estudos Universitários, com edição brilhante do professor Denis Bernardes. Junto ao saudoso historiador, eu, Djanyse Ribeiro e outros colegas trabalhamos incansavelmente nos volumes que foram publicados entre 2011 e 2014, até a travessia daquele guia intelectual que tive o privilégio de desfrutar naqueles anos. Nos despedimos do professor Denis Bernardes num velório realizado no Auditório João Alfredo da UFPE, evocando as memórias do educador e do último número que produzimos juntos.

A edição comemorativa de 50 anos da Estudos Universitários (2012) ficou um espetáculo. A capa preta trazia uma montagem com duas fotos tiradas pelo fotógrafo da UFPE, Passarinho: a primeira, dos anos 1980, apresenta Paulo Freire, Paulo Rosas, Ana Maria Freire e outros educadores e educadoras caminhando no centro de educação, rumo ao futuro; a segunda, do ano de 1966, apresenta o reitor Murilo Guimarães (1964-1971) marchando ao lado do presidente ditador Castelo Branco, seguidos de altos oficiais e civis numa ordem unida e sombria em direção ao passado.

Em 2012, já andava entretido com minha pesquisa de doutorado, cujo objeto eram as redes de intelectuais orgânicos conservadores que assumiram o controle da UFPE após o golpe de 1964, responsabilizando-se inclusive pelo antigo Serviço de Extensão Cultural e pela revista Estudos Universitários. Capturada, a antiga plataforma institucional e periódica do projeto freireano de educação popular passa a funcionar como espaço de produção de sociabilidades e de discursos liberais conservadores de sociedade (VERAS, 2018).

Em artigos científicos e em minha tese, mostrei como o novo diretor do então Departamento de Extensão Cultural (DEC), o professor Newton Sucupira, seria um importante mentor da reforma universitária ditatorial (VERAS, 2013, 2014, 2016, 2018). O criador do futuro Centro de Educação (CE) da UFPE e dos programas de pós-graduação brasileiros daria sua contribuição conservadora para a modernização do ensino superior brasileiro, num modelo elitizado antagônico à pedagogia libertadora de Paulo Freire.

Nada obstante, na segunda fase da Estudos Universitários também encontrei o trabalho do editor Cesar Leal. Entre 1966 e 1985 manteve-se rigorosamente a periodicidade da revista com um sem-fim de números cujos ensaios e estudos são assinados por pensadores, escritores e autoridades de relevo. Ademais, o editor inaugurou uma seção de criação literária na qual foram publicados os primeiros livros de escritores e escritoras da Geração 65.

Passaram-se mais de dez anos. De lá para cá, novos editores e colaboradores contribuíram com a Estudos Universitários, revivendo, de alguma forma, sua vocação para o debate cultural rigoroso e crítico, mas também a memória e a história viva da Universidade Federal de Pernambuco. Ou seja, rastros e indícios de uma universidade engajada nos debates emergentes de seu tempo e da socie-

dade, notas libertadoras de uma jovem sexagenária e sua história de luta que muito nos inspira hoje para enfrentar os velhos e novos autoritarismos civis e militares que assombram a nossa história brasileira.

Referências

BANDEIRA, M. *Estrela da vida inteira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BANQUETE de lixo. Intérprete: Raul Seixas. Compositor: Raul Seixas e Marcelo Nova. *In*: A PANELA do Diabo. Intérprete: Raul Seixas. São Paulo: WEA, 1989. 1 disco vinil, lado A, faixa 5 (6 min).

BEDATE, P. G. De la semejanza entre el Teatro Norteamericano y el Teatro Español de hoy día. *Estudos Universitários*: Revista de Cultura da Universidade do Recife, Recife, v. 4, p. 125-137, abr./jun. 1963.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRITTO, J. M. de. *Contradições do homem brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.

BRITTO, J. M. de. *Do modernismo à bossa nova*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

BRITTO, J. M. de. *Bordel Brasilírico Bordel*: antropologia ficcional de nós mesmos. Recife: Comunicarte, 1992.

BRITTO, J. M. de. *Atentados poéticos*. 1. ed. Recife: Bagaço, 2002.

CALDAS, A.; ARAÚJO, L. Na educação, avanços e limites. *In*: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano (org.). *Cinco mil dias*: o Brasil na era do lulismo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. 400 p.

CARDOSO, A. Conscientização e alfabetização: uma visão prática do Sistema Paulo Freire. *Estudos Universitários*: Revista de Cultura da Universidade do Recife, Recife, v. 4, p. 71-80, abr./jun. 1963.

CORTEZ, M. *O golpe na alma*. São Paulo: Pé-de-chinelo Editorial, 2008. 96 p.

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS: Revista de Cultura da Universidade do Recife. Recife: Imprensa Universitária. v. 1, 1962a.

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS: Revista de Cultura da Universidade do Recife. Recife: Imprensa Universitária. v. 2, 1962b.

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS: Revista de Cultura da Universidade do Recife. Recife: Imprensa Universitária. v. 3, 1963a.

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS: Revista de Cultura da Universidade do Recife. Recife: Imprensa Universitária. v. 4, 1963b.

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS: Revista de Cultura da Universidade do Recife. Recife: Imprensa Universitária. v. 5, 1963c.

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS: revista de cultura. Recife: UFPE. v. 29. n. 10, 2012.

FÁVERO, Osmar (org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GADOTTI, M. *Fórum Mundial de Educação: Pro-posições para um outro mundo possível*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GASPAR, L.; BARBOSA, V. *Estudos Universitários: índice v. 1 – 25 (1962 – 2004)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

LAMAS, I.; FINAZZI, J.; NASSER, R. Entre Porto Alegre e Davos. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (org.). *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. 400 p.

LIMA, L. C. *A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. 363 p.

LIMA, L. C. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. 248 p.

LIMA, L. C. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LUNA, J. C. de O. Ecos da contracultura: juventude, rock e rebeldia no Recife (1972-1976). In: KAMISNKI, L. F. *Contracultura no Brasil, anos 70: circulação, espaços e sociabilidades*. Curitiba: CRV, 2019.

MACIEL, J. A fundamentação teórica do sistema Paulo Freire. *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*, Recife, v. 4, p. 25-59, abr./jun. 1963.

MIRANDA, M. do C. T. de. Arte e educação. *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*, Recife, v. 3, p. 85-92, jan./mar. 1963.

O PALHAÇO degolado. Direção: Jomard Muniz de Britto. Letreiros e toques cênicos: Guilherme Coelho. Recife: Cinemateca Pernambucana, 1976. 1 vídeo (13 min). Publicado pela Cinemateca Pernambucana. Disponível em: <http://cinematecapernambucana.com.br/filme/?id=2493>. Acesso em: 13 abr. 2022.

PEPEU, Fabianna Freire. VERAS, Dimas Brasileiro. Sartre como amuleto para a modernidade (entrevista). *Jornal do Commercio*, Caderno C, p. 6, Recife, 14 ago. 2010.

RYOKI, A.; ORTELLADO, P. *Estamos vencendo! Resistência global no Brasil*. São Paulo: Conrad, 2004.

SANTIAGO, M. E.; BATISTA NETO, J. *Paulo Freire e a educação libertadora: memórias e atualidades*. Recife: UFPE, 2013.

SANTIAGO, M. E.; BATISTA NETO, J (orgs.). *Olhares sobre Paulo Freire: vida, história e atualidade*. Recife: CEPE, 2021.

TEIXEIRA, F. W. *O movimento e a linha: presença do Teatro do Estudante e do Gráfico Amador no Recife (1946-1964)*. Recife: UFPE, 2007.

VERAS, D. B. Sociabilidades letradas no Recife: a revista Estudos Universitários (1962-1964). Recife: UFPE, 2012.

VERAS, D. B. Onde dorme o cão sem plumas: o Recife e a formação do Sistema Paulo Freire de educação. In: SANTIAGO, M. E.; BATISTA NETO, J. *Paulo Freire e a educação libertadora: memórias e atualidades*. Recife: UFPE, 2013.

VERAS, D. B. *O ensino superior brasileiro nos anos de ditadura: a reforma universitária e a revista de cultura da UFPE (1964-1968)*. Principia, João Pessoa, v. 17, p. 94-106, 2014.

VERAS, D. B. Rádio Universidade: uma rádio a serviço da democratização da cultura. In: GOMEZ, M. V.; FRANCO, M. (orgs.). *Círculo de cultura Paulo Freire: arte, mídia e educação*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2015. *E-book*. Disponível em: https://www.ufpb.br/redepopsaude/contents/biblioteca-1/circulo-de-cultura-arte-midia-e-educacao-2013-paulo-freire/circulodeculturapaulofreire_artemidiaeducacao.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022.

VERAS, D. B. A Universidade em debate nas páginas da Estudos Universitários (1962-1969). *Estudos Universitários: revista de cultura*, Recife, v. 33, n. 1/2, p. 24-37, 2016.

VERAS, D. B. *Palácios cariados: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964-1975)*. 2018. 413 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32872>. Acesso em: 19 abr. 2022.

VERAS, D. B. A queda do reitor João Alfredo: ação midiática conservadora e a repressão aos dirigentes universitários no Golpe de 1964. *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 46, jan./abr. 2021a.

VERAS, D. B. Paulo Freire em seu tempo fundante: o Serviço de Extensão Cultural (SEC). In: SANTIAGO, M. E.; BATISTA NETO, J. (orgs.). *Olhares sobre Paulo Freire: vida, história e atualidades*. Recife: CEPE, 2021b.



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

60
anos

Ensaio

Texto de autores convidados. Recebido em: 28 mar. 2022. Aprovado em: 11 abr. 2022.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein; MIRABEAU, Almir. Orlando da Costa Ferreira em revista. Itinerários intelectuais de um *outsider* no mundo das letras e artes gráficas. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proexc, Recife, v. 39, n. 1, p. 43-68, jan./jun., 2022.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2022.253674>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

Orlando da Costa Ferreira em revista. Itinerários intelectuais de um *outsider* no mundo das letras e artes gráficas

*Orlando da Costa Ferreira in review. Intellectual
itineraries of an outsider in the world of Language and
Graphic Arts*

Flávio Weinstein Teixeira

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Doutor em História Social

E-mail: flavio.teixeira@ufpe.br

 <https://orcid.org/0000-0003-4468-7329>

 <http://lattes.cnpq.br/9299027485408607>

Almir Mirabeau

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj)

Doutor em *Design*

E-mail: mirabeau@mirabeau.art.br

 <https://orcid.org/0000-0002-4946-3693>

 <http://lattes.cnpq.br/6241859258008347>

Resumo

Resultante de um percurso formativo bem peculiar que alia uma tardia formação escolar com esforços inauditos de estudos autodidatas, e sem ter contado com uma origem familiar que lhe legasse relações sociais ou políticas privilegiadas, ou mesmo recursos materiais, por mínimos que sejam – o que, em seu conjunto, permite falar de um *outsider* –, Orlando da Costa Ferreira marcou a história cultural do Recife e, em alguma medida, do Brasil. Isto se deve às obras que produziu e as iniciativas artístico-intelectuais com as quais se envolveu e para as quais deu valiosa contribuição. Neste breve ensaio, procuramos apresentar um pouco de seu percurso

intelectual, bem como de sua atuação junto a iniciativas coletivas da vida cultural do Recife. Ao final do ensaio, a fim de discorrer com um pouco mais de propriedade sobre sua expertise de designer gráfico, apresentamos algumas de suas contribuições enquanto editor do Suplemento Literário do Jornal do Commercio e frente ao trabalho que desenvolveu junto à revista Estudos Universitários.

Palavras-chave: Orlando da Costa Ferreira. Gráfico amador. Revista Estudos Universitários.

Abstract

Resulting from a very peculiar academic path which combines a late school entry with unprecedented efforts in self-taught studies, and without having a family background that would bequeath privileged social or political relationships, or even material resources, however minimal they may be – which, as a whole, allows us to speak of him as an outsider –, Orlando da Costa Ferreira marked the cultural history of Recife and, to some extent, of Brazil. This is due to the works he produced and the artistic-intellectual initiatives in which he became involved and to which he made a valuable contribution. In this brief essay we try to present a little of his intellectual trajectory, as well as his work with collective initiatives in Recife's cultural life. At the end of this paper, in order to discuss his expertise as a graphic designer, we present some of his contributions as editor of the Literary Supplement of Jornal do Commercio and the work he developed with the Estudos Universitários journal.

Keywords: Orlando da Costa Ferreira. Amateur Graphic Designer. Estudos Universitários journal.

A não ser para quem se interessa por Bibliologia, História da Gravura/Artes Gráficas ou temas correlatos, o nome de Orlando da Costa Ferreira (OCF) é hoje destituído de qualquer referencialidade. Seu nome não aparece nos cadernos dominicais dos jornais, nas revistas culturais ou mesmo nos índices de algum desses muitos livros interessados em incensar supostos heróis intelectuais. No

entanto, por mais fugaz que tenha sido (pensando, estritamente, em termos de duração), quando sua luz cintilou no panorama intelectual brasileiro, todo um novo campo de conhecimento se iluminou, e, considerando o que corria no Recife, os debates revelaram uma nova e inédita densidade.

Ainda que não fosse por esse profundo desconhecimento a que se vê hoje relegado, para bem dimensionar a atuação de OCF e pensar sobre os significados de suas intervenções em nosso campo intelectual/cultural, seria preciso situar não somente nosso autor e suas realizações, mas também o espaço social em que atuou. Efetivamente nos parece que melhor compreenderemos a obra de OCF na medida em que a situarmos em relação às iniciativas coletivas a que esteve ligado durante os aproximadamente 10 anos, que vão desde seu aparecimento como liderança intelectual de um empreendimento cultural do porte d'O Gráfico Amador, de sua colaboração junto às ações que Paulo Freire levou à frente sob a rubrica do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (SEC/UR) – ou, mais diretamente, na Revista Estudos Universitários – e de seu papel como editor do Suplemento Literário do Jornal do Commercio, até o momento em que, a exemplo de seus companheiros de jornada, resolve partir do Recife e, no seu caso, decide se fixar no Rio de Janeiro.

Orlando da Costa Ferreira nasceu em 14 de agosto de 1915, na área rural de Rio Formoso, município canavieiro da Mata Sul pernambucana. Lá viveu até a adolescência e, até onde se sabe, a escola não foi uma realidade que se fizesse presente durante essa fase de sua vida. Ao que consta, teria sido alfabetizado por familiares e concluído o curso primário com professores particulares. Segundo José Laurenio de Melo, que teve longa convivência com ele, desde os

tempos de atuação junto a O Gráfico Amador, iniciativa à qual ambos estiveram ligados desde sua fundação¹, Orlando obteve o diploma secundário somente às vésperas de prestar concurso para o Banco do Brasil, mediante um curso supletivo (MELO, 1976).

Essa precária educação escolar é, por si só e em mais de um aspecto, bem sugestiva. Para além de sinalizar que se tratava de uma família que estava longe de viver livre de dificuldades econômicas, ela aponta para uma faceta importante de Orlando. Com efeito, apesar dessa tardia escolarização, quem com ele conviveu em sua vida adulta costumava chamar atenção para seu perfil de pertinácia e disciplina intelectual. Como forma talvez de contornar os inconvenientes de uma formação em grande parte autodidata, teria aprendido, desde jovem, a importância de se ter e seguir um programa sistemático de estudos.

Isso teria sido de grande valia quando se mudou para Recife, nos anos 1930. Tendo precisado trabalhar desde jovem e como tinha projetos intelectuais e veleidades literárias simultaneamente, foi graças a essa disciplina de estudos que logrou atingir seus objetivos em um e outro campo. Do ponto de vista da sobrevivência material, o ingresso nos quadros funcionais do Banco do Brasil, em 1942, numa época em que a carreira no Banco do Brasil era uma promessa de tranquilidade e relativo conforto material, foi uma solução definitiva. Ao mesmo tempo, por se tratar de uma profissão que consumia pouco de seu tempo e menos ainda de sua

1. Além de Orlando da Costa Ferreira e José Laurenio de Melo, seria um descuido inaceitável deixar de fazer referência, pelo menos, aos outros dois “mãos-sujas”, como Ariano Suassuna chamou àqueles mais direta e materialmente responsáveis pela existência d’O Gráfico: Gastão de Holanda e Aloísio Magalhães.

capacidade intelectual, encontrou-se, finalmente, em condições de dedicar-se àquilo que já lhe monopolizava os sentidos: o mundo dos livros. E das letras. Tudo nesse mundo parecia lhe interessar. Fosse como objeto material, fosse como suporte de ideias e informações, o livro tornou-se o centro de suas atenções.

Talvez se deva a isso sua opção por se inscrever na primeira turma do curso de Biblioteconomia, organizado pela Diretoria de Documentação e Cultura (DDC) da Prefeitura do Recife. Após concluir seu curso de Biblioteconomia (1949), Orlando obtém uma bolsa para estagiar na Biblioteca Municipal de São Paulo. A partir desse momento, e mais ainda quando, dez anos depois, retorna de um período de seis meses de estudo em Paris sob os auspícios do governo francês, seu interesse vai mais e mais se direcionando para o estudo não só dos livros, mas do conjunto mais amplo dos produtos bibliográficos. Esse período em particular que passou estudando em Paris, por sua vez, inaugurou nele uma percepção diferente e mais abrangente de quais eram as questões que deveriam ser encaradas para colocar em outro patamar os estudos de Bibliologia no Brasil².

Em 1960, após recuperar-se de seu primeiro infarto, dá início ao hercúleo trabalho de levantar e coligir os dados que lhe permitiriam escrever o “livro que, aos seus olhos, era a justificação mesma de sua vida” (MELO, 1976, p. 43). Inicialmente, sua intenção era:

2. “Como bolsista do governo francês, viaja em janeiro de 1959 para a França. Faz estágio, pesquisa na Biblioteca Nacional de Paris e em outras instituições públicas e privadas francesas. Viaja também pela Itália, Bélgica e Inglaterra, tendo então oportunidade de conhecer pessoalmente algumas figuras destacadas da bibliologia europeia, como Stanley Morison, Beatrice Warde, Jules-René Thomé, com os quais desde muito mantinha correspondência” (MELO, 1976, p. 44).

[...] escrever uma ‘Introdução à bibliografia descritiva e à história das artes de reprodução’, em que pretendia, por um lado, abordar os métodos de classificação e descrição sistemática do material bibliográfico e, por outro, oferecer uma visão global dos problemas inerentes às artes e técnicas de produção e multiplicação de impressos e estampas. Daí a preocupação com as várias modalidades de gravura, com os processos fotomecânicos, a tipografia, a fabricação de papel e questões correlatas (MELO, 1976, p. 44).

Essa dedicação quase monástica com que se entregou a seus estudos transformou-o numa autoridade no campo da Bibliologia e, sobretudo, das Artes Gráficas, sendo reconhecido nacionalmente como tal. Desse reconhecimento derivam os convites que recebeu de Antonio Houaiss e Aurélio Buarque de Holanda para colaborar com as obras que estavam presidindo a elaboração: a *Enciclopédia Mirador Internacional* e o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, respectivamente. Coube a Orlando redigir os verbetes sobre tipografia, gravura e cartaz para a primeira dessas obras e sobre tipografia, processos fotomecânicos, artes e indústrias gráficas, indústria do papel, bibliografia e bibliologia para a segunda³.

Após aproximadamente uma década e meia de estudos e pesquisas, finalmente na segunda metade dos anos 1970 seu esforço se vê materializado na forma de livro. Lançado em 1977, *Imagem e Letra* constitui o primeiro volume de uma obra que, de resto, no que diz

3. Acrescente-se que, como diz Melo (1976), durante esse longo período em que se dedicou a seus estudos, Orlando o fez sozinho (sem qualquer tipo de auxiliar de pesquisa) e isoladamente (sem ter com quem partilhar seus achados, dúvidas e reflexões, a não ser com um certo número de especialistas, na maior parte estrangeiros, com os quais mantinha uma permanente troca de correspondência).

respeito ao material remanescente, permanece inédito (MIRABEAU, 2018). O volume publicado, referente apenas à imagem gravada, deveria ter, segundo Melo (1976, p. 44) prosseguimento com outros volumes que tratassem “a imagem fotografada, a letra de fôrma, a fôrma de letras, a arte negra (impressão), a arte branca (o papel), até culminar no produto bibliográfico por excelência, o livro”.

Ainda que inconcluso, esse livro traz uma abrangente investigação histórica sobre a entrada das diversas modalidades de reprodução da imagem no Brasil (seja ela em relevo, em entalhe, ou em plano), seu desenvolvimento, seus praticantes, os processos e materiais utilizados, os tipos de serviços prestados, enfim, uma verdadeira descrição da história da arte de gravar e reproduzir imagens no Brasil do século XIX. Não bastasse, porém, esse *tour de force* pelas coleções oitocentistas, procedendo a um levantamento exaustivo que lhe possibilitou reconstituir com atenção ao detalhe e à informação precisa a história da gravura no Brasil, Orlando marcou seu livro com sua alentada erudição e espírito crítico. Assim como comentava técnicas e processos de produção das várias modalidades de gravuras, anotando suas vantagens e limitações, ele também não se eximia de emitir juízo crítico acerca das qualidades artísticas alcançadas nas gravuras e dos méritos dos artistas e artesãos produtores.

Uma vez postos estes traços gerais de sua biografia intelectual, a fim de delinear com um pouco mais de propriedade o tipo de intelectual que OCF foi, bem como algumas das escolhas que marcaram sua atuação e importante contribuição para a dinâmica cultural do Recife entre os anos 1950 e meados dos 1960, faz-se necessário observar mais atentamente o meio em que se encontrava imerso, as relações que estabeleceu, as iniciativas às quais

se somou e as adversidades e adversários que precisou enfrentar. É necessário, enfim, que se considere mais adequadamente o espaço social em que atuou como personagem de primeiro plano. Nesse sentido, não há como deixar de mencionar a sua participação no Gráfico Amador (LIMA, 1997). Não só porque deve-se a essa iniciativa seu efetivo aparecimento no campo intelectual/cultural do Recife, mas também porque as seguidas empreitadas com as quais se envolveu podem bem ser tomadas como desdobramento dessa primeira (TEIXEIRA, 2016)⁴.

Estritamente falando, O Gráfico Amador era exatamente o que seu nome indica: um empreendimento de caráter não profissional em prol da edição de livros, necessariamente pequenos nas dimensões e tiragens, porém mais elaborados do ponto de vista das artes gráficas. O que mobilizava seus criadores era a convicção de que, a despeito de alguns esforços isolados, os impressos brasileiros costumavam apresentar um acabamento gráfico sofrível. Do papel à qualidade de impressão, nada militava em favor do livro brasileiro. Isso, para quem tinha um padrão de exigência um pouco acima da média, acabava sendo duplamente decepcionante. O livro brasileiro sofria com a standardização gráfico-industrial, e, além disso, tal

4. Na verdade, tão logo concluiu seu curso de Biblioteconomia, em 1949, Orlando aparece nos jornais da cidade na qualidade de presidente de uma certa Associação Pernambucana de Bibliotecários (criada pelos formandos da primeira turma de bibliotecários, da qual saíra como aluno laureado), anunciando para breve a realização de uma “Exposição da arte do Livro” que, segundo declarou aos jornais, “valerá, principalmente, como uma tentativa de avivar, entre nós, o interesse pelo livro belo e movimentar um pouco nossos bibliófilos”. Ainda que episódica, sem nada que lhe desse continuidade, essa primeira aparição na arena cultural já sinalizava um campo de interesses (FERREIRA, 1949, p. 8).

padronização tinha se dado num nível muito grosseiro (ARAÚJO, 1986; HALLEWELL, 1985). Os anos 50 significam, enfim, o momento em que uns poucos mais interessados teriam se convencido da possibilidade de dar outro tratamento ao livro⁵ (ver Figura 1).



Figura 1. Em pé (a partir da esquerda): não identificado, Ariano Suassuna, não identificado. Sentados: Hermilo Borba Filho (à esquerda) e José Laurenio de Melo (à direita)
Fonte: Arquivo Orlando da Costa Ferreira.

5. Creni (1997) elenca, ao lado das experiências d'O Gráfico Amador e do poeta João Cabral – que desde Barcelona lançava no Brasil as edições que produzia e publicava sob o selo O Livro Inconsútil –, as iniciativas dos também poetas Geir Campos e Thiago de Mello, com a Edições Hipocampo, em Niterói (1951-53); a do poeta e artista plástico catalão, radicado no Rio, Manuel Segalá, com a Philobiblion (1954-57); a do professor Pedro Moacir Maia, com suas edições Dinamene, em Salvador (1951-79); e a do poeta Cleber Teixeira, com a Editora Noa Noa, em Florianópolis (1965-95). De todas, visto pela ótica do que se passava no Recife, a que alcançou mais repercussão foi a Editora Hipocampo e mais de uma nota emitida nos jornais recifenses atesta isso. Sobre a atuação da Hipocampo, ver Bragança e Santos (2002).

O Gráfico, porém, foi muito mais que apenas um grupo de impressores amadores. A importância do trabalho que desenvolveu ao longo de alguns poucos anos de existência (1954-61) vai bastante além do que a simples edição de livros representaria, por mais belos, inventivos e literariamente significativos que fossem. É certo, também, que os impactos culturais dessa atividade de impressores amadores não eram nada desprezíveis. Bastaria uma consulta aos jornais locais (mas também aos de circulação nacional), por ocasião do lançamento de cada uma de suas edições, para bem constatar isso. As copiosas manifestações e pronunciamentos de uma variegada fauna de intelectuais e escritores, locais e nacionais, que tais momentos despertavam, e os debates que tudo isto suscitava, são bem expressivos no sentido de evidenciar a importância d'O Gráfico para o ambiente cultural recifense e o quanto dinamizadoras e relevantes eram suas atividades de impressores para a cidade.

Não obstante tudo isto, ou mais propriamente como desdobramento do excitamento que suas atividades provocavam entre os segmentos letrados da cidade, o que sua existência deixou de mais marcante foi justamente a projeção e respeitabilidade que granjeou nos meios intelectuais e artísticos locais. Para além dos pequenos e preciosos livros que produziu, O Gráfico se tornou uma espécie de centro gravitacional em torno do qual numerosos jovens aspirantes a escritores, críticos, artistas dos mais diversos tipos, arquitetos etc. orbitavam. Além disso, tão ou mais relevante que suas atividades editoriais foi o fato de que ele se constituiu em um importante espaço de interação intelectual, de núcleo de socialização e de formação intelectual, onde questões relativas ao

campo das artes e da cultura, de um modo geral, eram discutidas, e onde concepções e percepções artístico-culturais eram afirmadas, intercambiadas e redefinidas⁶.

Entretanto, considerando O Gráfico por um viés mais estrito (impressores amadores) ou mais abrangente (espaço de sociabilidades letradas), a importância de OCF, o arrojo de suas posturas e a liderança que exerceu entre os mais jovens permanece incontestado. Coube a ele, por exemplo, introduzir seus companheiros d'O Gráfico à arte de dispor tipograficamente uma página: os cuidados que deviam ser tomados, o que observar, o que respeitar. Mas, conforme depoimento de Sebastião Uchoa Leite, que guardou dele uma imagem muito viva do *scholar* que dava uma ancoragem aos voos e fantasias imaginativas dos outros, sua importância ia além de uma expertise no campo da bibliologia:

6. João Alexandre Barbosa, um dos jovens que se lançaram intelectualmente a partir dessa experiência, relata do seguinte modo a importância do ambiente do Gráfico na formação dele (o que, é de se supor, era extensível a tantos outros): “Uma vez o Ariano falou para mim uma coisa muito importante: ‘Eu acho que o Gráfico vai ser importante para você, porque você não fez Letras, nem fez Estética; o Gráfico vai ser uma escola de Estética e Letras para você’. E era verdade. [...] A gente conversava sobre arte, literatura... E isso para mim foi excepcional. [...] O Gráfico foi importantíssimo, também, para a formação do [nosso] gosto. Era um gosto que fugia muito ao habitual da província” (BARBOSA, 2004, n. p.).

Orlando foi o estudioso do grupo. [...] Ele era um intelectual que conhecia de tudo sobre artes gráficas. Ele era o grande interessado. Era o que lia as coisas, que tinha revistas e tudo mais. E ele é que foi o líder do grupo. Líder do ponto de vista gráfico. Do ponto de vista intelectual, também⁷ (LEITE, 2002a, n. p.).

Quando assumiu junto ao grupo que fazia O Gráfico a edição do Suplemento Literário de um dos mais importantes jornais em circulação na cidade naqueles anos (o Jornal do Commercio), essa faceta de arrojo e rigor que tantos reconheciam nele mostrou-se bem evidente. De um lado, do ponto de vista gráfico, tudo o que desejava alcançar, afirmou, era “clareza e simplicidade” (FERREIRA, 1964, p. 2), o que, em si, já representava enorme desafio. Afinal, o padrão de diagramação então vigente nos jornais brasileiros, com suas colunas de tamanhos irregulares, dispostas ao longo das páginas segundo uma lógica absolutamente aleatória, ditada sabe-se lá por qual princípio de aproveitamento do espaço disponível, pode bem ser tomado como a materialização do escasso ou nenhum planejamento gráfico imperante. Mas não só. Por trás disso, havia todo um *modus operandi* próprio às oficinas gráficas, sobretudo as grandes, como eram as dos jornais, que precisaria ser alterado para se obter uma mera limpeza visual nas páginas impressas. Imprimir um jornal tanto naquele período quanto atualmente é

7. Neste mesmo ano, agora em entrevista para a Revista Continente Multicultural, Sebastião U. Leite fez questão de reafirmar a importância de OCF: “[...] que foi, digamos assim, quem gerou em mim todas essas coisas, como, por exemplo, o gosto pela qualidade e modernidade em tudo [...] não só um mestre nas artes, mas um mestre intelectual em geral. Ele era uma pessoa notável, que morreu cedo” (LEITE, 2002b, p. 60).

muito complexo; assim, é de se esperar que grandes mudanças fossem evitadas. Qualquer alteração profunda acarretaria uma reformulação que poderia passar pela aquisição de novos insumos e maquinaria.

Foi para fazer frente a isso que ele interveio no projeto gráfico do caderno. Em uma entrevista dada a o poeta Sebastião Uchoa Leite (SUL) na Rádio Universidade do Recife e publicada na seção *Alfabeto e Imagem*, publicada em 16 de fevereiro de 1964, OCF trata rapidamente desse assunto:

SUL: Do ponto de vista gráfico o suplemento do JC modificou-se muito sob sua orientação. A experiência do 'Gráfico Amador' teria contribuído para isso?

OCF: Com certeza, mesmo que a composição da página de jornal apresente problemas bem diferentes daqueles que enfrentávamos no Gráfico. Esta diferença, junto à impossibilidade de controlar o trabalho alheio numa grande oficina, mostra-se bem clara no arranjo dos primeiros números e ainda se faz sentir até hoje. Não obstante, tudo o que desejo é clareza e simplicidade (FERREIRA, 1964, p. 2).

A contribuição de OCF para dotar o segundo caderno de um projeto próprio e uma hierarquia tipográfica mais consistente que o restante do jornal deu-se antes mesmo de assumir a editoria. As colunas passaram a ser mais arejadas (Fig. 2) e eram utilizadas gravuras e desenhos abstratos/geométricos como vinhetas e ilustrações. Trabalhos de Adão Pinheiro, Francisco Brennand e Zuleno Pessoa, por exemplo, podem ser encontrados com frequência. O último, Zuleno, era ilustrador contratado pelo jornal naquele período. Muitos dos desenhos abstratos/geométricos e várias vinhetas não estão assinadas e apareciam em tamanhos diferentes e distribuídos por diversos números. Assim, durante o período em que OCF

foi editor, o projeto gráfico foi mantido: a tipografia, as margens e a colunagem não se alteraram.

Por outro lado, percebemos um cuidado maior com a diagramação: o *grid* era encarado de forma mais modular e as linhas horizontais a todo momento serviam de ponto de partida. Ajustes finos que eram possíveis e que melhoraram drasticamente o design do suplemento. A preocupação com a qualidade dos clichês e das imagens também aumentou: fotos em alto contraste passaram a ser usadas e as gravuras ganharam maior destaque. Além dos já citados Adão Pinheiro, Frank Brennd e Zuleno Pessoa, encontramos, ainda, ilustrações de Newton Navarro, Sérgio Benício, Tereza Diniz, Guita Charifker, Samico, Quirino Campofiorito, Ladjane Bandeira e João Câmara.



Figura 2. Detalhe da primeira página do Suplemento Literário do Jornal do Commercio de 07/03/1963. Fonte: Arquivo Orlando da Costa Ferreira.

Mas esse talvez nem tenha sido seu maior desafio. Difícil mesmo seria dotar essas páginas com textos de maior rigor intelectual e em sintonia com as questões mais prementes de seu tempo, nacional e internacionalmente falando. O desafio estava em não deixar o suplemento sucumbir aos apelos fáceis de um marxismo raso e acrítico, que, malgrado a hegemonia que à época dispunha entre as esquerdas brasileiras, mal conseguia fugir do círculo de ferro da “arte engajada”, considerando o pólo oposto do espectro político que buscava abraçar alguma variante dos mofados tropos lusotropicals que medravam em terras pernambucanas. Para isso, pôde contar com a preciosa colaboração de seus companheiros d’O Gráfico. Mas ele próprio tratou de dar o tom.

Foi justamente nesse período no *Jornal do Commercio* que Orlando da Costa Ferreira pela primeira vez pôde publicar parte da pesquisa que vinha fazendo para o sistema das artes de reprodução, que futuramente se tornou *Imagem e Letra*. Assim, em paralelo à editoria do segundo caderno do *Jornal do Commercio*, Orlando da Costa Ferreira contribuiu regularmente com a seção *Alfabeto e Imagem*. A partir de 13 de outubro de 1963, ele publicou oito colunas semanais sobre gravura que serviram de esboço para o *Imagem e letra: introdução à bibliologia brasileira, a imagem gravada*.

A operação intelectual que empreendeu em parte desses artigos (seção *Alfabeto e Imagem*) o levou a uma incursão nos processos socioculturais que geraram a economia das imagens contemporâneas ao momento de sua escrita. Uma verdadeira economia política da imagem é o que faz, por exemplo, na sequência de artigos que escreveu estimulado pela leitura do livro *The Image*, do Professor de História Americana da Universidade de Chicago Daniel J. Boorstin.

Aproveitando esse mote, Orlando se põe a pensar sobre os processos sociais que produzem – e infundem em nós – os sentidos das coisas, sentidos que a elas atribuímos. Seu entendimento é de que nunca poderemos apreender uma coisa em si. Esta será sempre uma operação segunda, que se dará sempre através de uma mediação. Não há como simplesmente “apreender a existência de uma imagem que não seja só a do seu arabesco (nesse sentido igual ao arabesco de letra) e que não seja também a do seu conteúdo (ou a sua ‘ilustração’, como diria Berenson), mas [com] o puro fenômeno” (FERREIRA, 1963d, p. 2). Se aqui se desenvolvem argumentos que flertam com a fenomenologia e toda a corrente de pensamento que, décadas depois, se alinharia com a concepção de que a “revolução da imagem” teria reduzido a realidade a uma espécie de contrafação, ou pseudo-realidade, ou simulacro – como mais tarde ficaria consagrado pela literatura francesa⁸ –, em outros de seus artigos o *background* seria mais próximo de uma *poíesis* semiótica⁹.

Nos artigos que reuniu sob o título de *Formas do bairro*, nosso autor se dispõe a explorar o não visto, o que passa despercebido no cotidiano da paisagem, que, de tão familiar, já não é nem mesmo

8. “Os pseudo acontecimentos que inundam nosso inconsciente – afirma o prof. Boorstin – não são nem falsos nem verdadeiros no velho e familiar sentido. Os próprios avanços que os tornaram possíveis também fizeram com que as imagens, embora planejadas, inventadas e distorcidas, fossem mais vívidas, mais atraentes, mais impressivas e mais persuasivas do que a própria realidade” (FERREIRA, 1963c, p. 2).

9. Caberia, talvez, lembrar que os estudos mais sistemáticos de semiótica no Brasil datam do início dos anos 1970, quando se criou o primeiro programa de pós-graduação voltado para esse campo disciplinar. Sobre esse tema, ver Santaella (2016).

notado, conseguindo, assim, chamar a atenção para o que há de inusitado em cada elemento dessa paisagem.

No primeiro desses artigos, tendo apontado para uma faixa “[...] que fazia sobrecéu por cima de um grupo de pessoas reunidas em forma de atol”, Orlando nota que o “vento balançava a faixa docemente, escapando [porém] pelos furos que burlavam sua ira” e que, assim, “começava o idealista por disciplinar as coisas da natureza” (FERREIRA, 1963a, p. 2). Observa, também, que, no centro do atol, um homem, com um folheto na mão, “cantava os versos diante de uma engrenagem composta de um pequeno escutador e de um grande falador, sendo para notar que o instrumento escutador tinha a forma de boca e o instrumento falador mais parecia uma imensa orelha” (FERREIRA, 1963a, p. 2). E concluía:

O folheto, agora dinamizado, atualizado, massificado, se assim posso dizer, pela grande orelha, representava o encontro do escrito e do oral, do escriba e do menestrel. Era impresso, mas não para ser ‘lido’ – e sim, ‘dito’, ou, como ali, ‘cantado’. Diante dele Homero teria, por despeito, despenhado de um píncaro qualquer (FERREIRA, 1963a, p. 2).

No segundo artigo, instigado por Klee – que revelou, em um de seus escritos, “o júbilo que dele se apoderou quando verificou que estava podendo viver exclusivamente no mundo das cores, para ele a forma mais plena de vida” (FERREIRA, 1963b, p. 2) –, e convencido de que “não é só o olho do pintor que tem o privilégio de poder mergulhar nesse ofuscante mundo cromático criado pela luz” (FERREIRA, 1963b, p. 2), se propôs a “inverter os papéis e tentar transpor para o natural uma tela de pintor ‘fauve’ por trás de cujas

manchas se diluem as formas, se escondem os planos, se esvaem as figuras” (FERREIRA, 1963b, p. 2):

Logo nos encontramos diante de uma tela de vivo amarelo sobre a qual se abria uma porta vermelha por onde um menino de roupa azul saía puxando um brinquedo verde. Por uma porta de loja, adiante, borbotavam lustrosas bolsas de couro castanho e malva, peças de fazenda desenrolavam agoniados roxos e urgentes açafrões, janelas ficavam de esmeralda e o bronze dos sinos se tornava ouro para brilhar no marfim da torre contra o céu de cobalto. Citrinos amarelos e úmidos escarlates coroavam o vendedor de frutas e até as pedras, que até há pouco eram apenas irregulares e instáveis, agora eram pedras violáceas. A moça da janela se fez rubra e loura, seu busto, pousado no peitoril verde, era um balão cor de rosa deixado pelo velho de cinzento e guarda-sol preto (FERREIRA, 1963b, p. 2).

O Gráfico e o suplemento dominical do JC não foram os únicos espaços culturais em que Orlando atuou. Como dito anteriormente, junto com seus companheiros de jornada, ele também emprestou seu apuro intelectual e sua refinada erudição para uma das iniciativas que Paulo Freire capitaneava junto à Universidade do Recife (atual Universidade Federal de Pernambuco), sob o guarda-chuva do Serviço de Extensão Cultural.

Como efeito, a Revista Estudos Universitários foi criada dentro de um projeto de redesenho mais amplo da Universidade do Recife, que havia sido concebido, por sua vez, com o propósito de dotar a Universidade de instrumentos que propiciassem seu “ajustamento” às necessidades de uma sociedade em transformação (VERAS, 2010). Em estreita sintonia com as preocupações de seu idealizador, o então jovem professor Paulo Freire, a revista fazia parte

desse programa maior e mais ambicioso. Em sua primeira fase, que durou pouco mais de um ano, a revista contou com a colaboração de vários dos membros d'O Gráfico (com exceção de Aloísio Magalhães, os demais se envolveram de uma maneira ou de outra), em particular com a dos jovens que nele – n'O Gráfico – tiveram seu primeiro e mais importante espaço de sociabilidade letrada: João Alexandre Barbosa, Sebastião Uchoa Leite, Gadiel Perruci, Marcius Cortez, e Luís Costa Lima, que assumiu as responsabilidades de secretário da revista com funções de editor.

O leitor já dispõe de um alentado trabalho que reúne cuidadosas pesquisas e reflexão sobre o SEC, com especial atenção para o importante papel desempenhado pela Revista Estudos Universitários na requalificação do debate intelectual daqueles anos (VERAS, 2010). Nada obstante, cremos ser proveitoso situar o leitor acerca de alguns aspectos mais relevantes da participação de OCF nessa experiência, com especial atenção para as anotações presentes no diário que manteve durante esses anos¹⁰.

Com efeito, OCF fez mais de um registro em seu diário pessoal relativo à sua participação na Revista Estudos Universitários. O primeiro foi em 20 janeiro de 1962, em um domingo. Neste momento, ele anota que ele e “L” ficaram até as 2 horas da manhã conversando e o tema principal era o novo projeto da Universidade de Recife. É mais do que provável que “L” seja Luís Costa Lima e o “novo projeto” seja a Estudos Universitários, pois, como visto,

10. Orlando manteve, durante vários anos, com frequência bastante diversa, anotações em cadernos que compõem os dois volumes de seus diários: o volume I, com 127 páginas e abrangência de 1958 a 1968, e o volume II com 39 páginas e abrangência de 1968 a 1975. Para maiores informações, ver Mirabeau (2018).

sendo Costa Lima o secretário com funções de editor da revista, nada mais natural que ele fosse o ponto de ligação entre OCF (e demais colaboradores d'O Gráfico) e a Estudos Universitários. Cabe observar que, antes, em agosto 1961, Orlando relatou:

Voltam a falar-me da minha escolha para compor a comissão organizadora e, talvez, diretora, da imprensa da universidade. Faço reflexões pessimistas sobre um impossível entendimento, não obstante penso nos três principais fatores de sucesso: a política editorial, o código bibliográfico e o estilo tipográfico (FERREIRA, [entre 1958 e 1968], n. p.).

Apesar desse convite não estar diretamente relacionado à Revista Estudos Universitários, mas a uma atuação junto à editora da universidade, essa anotação permite que se faça pelo menos duas inferências: de um lado, reafirmar a projeção que Orlando e seus companheiros (ao lado de Paulo Freire e cia.) vinham obtendo junto às instâncias superiores da Universidade do Recife, em seu intento de dar novos rumos à instituição, conforme referido anteriormente; e, por outro lado, entrever como as preocupações do bibliólogo estavam, para além do campo editorial, voltadas para questões de projeto e estilo tipográfico¹¹. Esse olhar indica uma abordagem onde o conteúdo editorial está intrinsecamente

11. Além das duas resenhas, OCF publicou apenas um ensaio na Estudos Universitários, intitulado "A serpente e a lira". É de todo interessante notar seu esforço de tecer neste ensaio uma erudita reflexão sobre a dimensão gráfico-sígnico-imagética da letra (e das palavras, por extensão). De certo modo, sua frase de abertura situa bem o escopo maior do texto: "É preciso antes de tudo considerar a Letra, pequeno enigma em sua demasiada clareza" (FERREIRA, 1962, p. 19). Uma análise mais aprofundada e detalhada deste ensaio pode ser encontrada em Veras (2010).

relacionado a decisões e partidos definidos a partir de questões relacionadas ao design dos produtos gráficos. Outro ponto interessante é que, na semana seguinte, em 28 de agosto de 1961, aparece o primeiro apontamento referente à entrada de Orlando como editor do Suplemento Literário do Jornal do Commercio.

Em um segundo momento, no dia 5 de junho de 1962, Orlando anota em seu diário que está trabalhando no projeto da “Revista da UR”. Pouco mais de um mês depois, em 14 de agosto, temos um relato bastante contundente no qual OCF comenta sobre acontecimentos relacionados ao fim do Gráfico Amador (“O cadáver do Gráfico foi doado à escola de Belas Artes”). Por outro lado, como forma de compensar a frustração/irritação com o fim d’O Gráfico, comenta que a “Revista da UR” foi lançada, e ressalta o “SEC [como] um bom ponto de encontro”. Mas o mais interessante nos registros desse dia é observar que, logo em seguida a essa anotação auspiciosa sobre o SEC e a Revista Estudos Universitários, Orlando escreve: “Alguns Pedros Álvares Cabrais redescobrem o Brasil” (FERREIRA, [entre 1958 e 1968] n. p.). Não há como afirmar que esta última anotação diz respeito ao trabalho desenvolvido na Universidade (SEC, revista, etc.), mas esta é, decerto, uma leitura plausível de que, aos seus olhos, algo como a redescoberta de um país até então ignorado em tantos aspectos estaria em curso com essas iniciativas. De qualquer maneira, tudo isso parece ser um interessante contraponto entre o término de um ciclo e o início de outros. O fim do ciclo n’O Gráfico Amador e o início de ciclos na Revista Estudos Universitários e no Jornal do Commercio. Em comum aos três, a participação direta do bibliólogo na formulação do projeto gráfico.

Como se pode depreender do que foi dito nos parágrafos acima, o ano de 1963 foi de muito trabalho e avanços importantes para OCF. A par de seu trabalho no Banco do Brasil, ele esteve concomitantemente envolvido com mais três tarefas: a editoria no Suplemento Literário do Jornal do Commercio, a participação da Revista Estudos Universitários e a pesquisa para o seu projeto de livro *Imagem e Letra*, que, entretanto, permaneceu inconcluso. Contudo, ao fim desse ano, especificamente no dia 9 de dezembro, ele relata que sua participação na Estudos Universitários cessaria devido à saída de Costa Lima e o “cancelamento de parte do último número”¹² (FERREIRA, [entre 1958 e 1968], n. p.). Ele tinha clareza do que isso representava para os esforços que ele e o grupo com o qual partilhava interesses e preocupações vinham empreendendo nos espaços culturais do Recife. Era bastante cômico não só das restrições daí advindas, das perdas intelectuais decorrentes desse garroteamento, como a quem devia ser atribuída a responsabilidade pelo que ele classificou como “grotesco *affair*”. Conforme anota em seu diário: “O S. L. [Suplemento Literário/JC], em pleno florescimento, será talvez agora nosso único veículo. Que dirá GF [Gilberto Freyre] a propósito?” (FERREIRA, [entre 1958 e 1968], n. p.).

O que passou despercebido a Orlando é que seu tempo – seu e de seus companheiros – à frente do Suplemento Literário também já estava com seus dias contados. Com o advento do Golpe Militar,

12. Comenta ainda que, apesar de seu projeto de livro ter ficado parado devido às demandas ocasionadas pelo seu trabalho no Suplemento Literário, publicar trechos do *Imagem e Letra* compensava nele a “perda de tempo” (FERREIRA, [entre 1958 e 1968], n. p.).

em finais de março do ano seguinte, toda essa geração que emergiu junto a ele no cenário intelectual do Recife viu-se obrigada a procurar outras paisagens e paragens nas quais pudessem se dedicar a seus projetos intelectuais com um pouco mais de tranquilidade, sem que todo e qualquer passo que dessem viesse a ser objeto de perseguições e violências desmedidas. E assim, melancólica e cavilosamente, vemos chegar ao fim uma das mais ricas e venturosas iniciativas artístico-intelectuais protagonizadas em terras pernambucanas.

Referências

- ARAÚJO, E. *A construção do livro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BARBOSA, J. A. [Entrevista cedida a] Flávio Weinstein Teixeira. 2004. n. p.
- BRAGANÇA, A.; SANTOS, M. L. dos (orgs.). *A profissão do poeta e carta aos livreiros do Brasil*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2002.
- CRENI, G. *Os artesãos do livro como uma alternativa no mercado editorial brasileiro*. 1997. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- FERREIRA, O. C. Entrevista. *Diário de Pernambuco*, Recife, 7 out. 1949.
- FERREIRA, O. C. *Imagem e letra: introdução à bibliologia brasileira*. São Paulo: Edusp, 1977.
- FERREIRA, O. C. A serpente e a lira. *Estudos Universitários*, Recife, v. 2, 1962.
- FERREIRA, O. C. Alfabeto e imagem (formas do bairro). *Jornal do Commercio*, Recife, 7 jul. 1963a.

FERREIRA, O. C. Alfabeto e imagem (formas do bairro – a cor). *Jornal do Commercio*, Recife, 14 jul. 1963b.

FERREIRA, O. C. Alfabeto e imagem (U.S.A. ou –). *Jornal do Commercio*, Recife, 25 ago. 1963c.

FERREIRA, O. C. Alfabeto e imagem (– ou uma nova iconomística). *Jornal do Commercio*, Recife, 1 set. 1963d.

FERREIRA, O. C. Alfabeto e imagem (literatura e tipografia). *Jornal do Commercio*, Recife, 16 fev. 1964.

FERREIRA, O. C. *Diário*. Volume I. [s. l.: s. n.]: [entre 1958 e 1968]. 127 p.

FERREIRA, O. C. *Diário*. Volume II. [s. l.: s. n.]: [entre 1968 e 1975]. 39 p.

HALLEWELL, L. *O livro no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1985.

LEITE, S. U. [Entrevista cedida a] Flávio Weinstein Teixeira. 2002a. n. p.

LEITE, S. U. Entrevista. *Revista Continente Multicultural*, Recife, n. 20, ago. 2002b.

LIMA, G. C. *O Gráfico Amador: as origens da moderna tipografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

MELO, J. L. de. Introdução e nota biográfica: as artes de reprodução. *José – literatura crítica e arte*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 43-45, jul. 1976.

MIRABEAU, A. *A paisagem gráfica de Orlando da Costa Ferreira: reconstruindo a paisagem do design através da imagem e da letra*. 2018. 199 f. Tese (Doutorado em Design) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/9038>. Acesso em: 30 mar. 2022.

SANTAELLA, L. Memória e perspectivas da semiótica no Brasil. *Intexto*, Porto Alegre, n. 37, p. 22-33, set/dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583201637>.

TEIXEIRA, F. W. *O movimento e a linha: presença do Teatro do Estudante e d'O Gráfico Amador no Recife (1946-64)*. 2. ed. Recife: Editora UFPE, 2016.

VERAS, D. B. *Sociabilidades letradas no Recife: a revista Estudos Universitários (1962-64)*. 2010. 232 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/7618/1/arquivo687_1.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

60
anos

Entrevista

Texto de autores convidados. Recebido em: 21 fev. 2022. Aprovado em: 26 fev. 2022.

WEBER, Silke. Entrevista. [Entrevista concedida a] José Batista Neto. *Estudos Universitários: revista de cultura, UFPE/Proexc, Recife*, v. 39, n. 1, p. 69-100, jan./jun. 2022.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2022.253726>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

Silke Weber, por José Batista Neto

Silke Weber, by José Batista Neto

Silke Weber

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Doutora em Sociologia

E-mail: silke@elogica.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-9663-1952>

 <http://lattes.cnpq.br/2168457966116912>

José Batista Neto

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Doutor em Ciências da Educação

E-mail: netojose31@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-9780-4264>

 <http://lattes.cnpq.br/4598908452423232>

Resumo

Silke Weber, doutora em Sociologia pela Universidade Paris V - René Descartes (1972), é professora emérita da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Neste volume, ela concede entrevista a José Batista Neto, doutor em Ciências da Educação pela Universidade Paris V – René Descartes (1998) e Professor Titular do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPE. Weber fala de sua formação voltada para uma abordagem interdisciplinar e interinstitucional do ensino; da sua relação com Paulo Freire, que permeou sua vivência acadêmica e profissional; de seu cargo como Secretária de Educação do Estado de Pernambuco, dos desafios encontrados e das contribuições feitas à constante luta pela democratização da educação; e reflete, ainda, sobre as mudanças percebidas no panorama nacional bra-

sileiro. A professora faz paralelos entre as situações de ditadura dos anos 1960 e 1970, de redemocratização das décadas de 1980 e 1990 e da atual desvalorização do Ensino Superior, em efeito desde 2015, comparando os desafios vividos em todas essas épocas e oferecendo sua perspectiva sobre o futuro do ensino superior brasileiro.

Palavras-chave: Silke Weber. Educação. Paulo Freire. Ditadura. Democratização da educação.

Abstract

Silke Weber, PhD in Sociology from Paris Descartes University (1972), is an Emeritus Professor at the Federal University of Pernambuco (UFPE) and a Permanent Professor of the Graduate Program in Sociology at UFPE. In this volume, she gives an interview to José Batista Neto, PhD in Science Education from Paris Descartes University (1998) and Professor of the Department of Teaching Methods and Techniques of the Graduate Program in Education at UFPE. Weber talks about her educational background, focused on an interdisciplinary and inter-institutional approach to teaching; about her relationship with Paulo Freire, which permeated her academic and professional experience; about her position as Secretary of Education for the State of Pernambuco, the challenges she faced and the contributions made to the constant struggle for the democratization of education; and also reflects on the changes perceived in the Brazilian national panorama. The professor draws parallels between the dictatorship of the 1960s and 1970s, the redemocratization of the 1980s and 1990s, and the current downgrading of higher education, which has been in effect since 2015, comparing the challenges experienced in all of these eras and offering her perspective on the future of Brazilian higher education.

Keywords: Silke Weber. Education. Paulo Freire. Dictatorship. Democratization of education.



Profa. Silke Weber. Foto: Eduardo Cunha.

Apresentação

É com alegria que recebo, para uma entrevista, a professora e pesquisadora Silke Weber, uma das referências acadêmicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) por sua trajetória e compromisso com a formação acadêmica e a ciência. Silke, nome com o qual me acostumei a chamá-la, é sergipana de Aracaju, por nascimento, e recifense, por adoção.

Esta entrevista está organizada em torno de três eixos temáticos: *ingresso no magistério superior e na UFPE; encontro com a educação: ensino, pesquisa e gestão; e ciência, cultura e democracia: desafios contemporâneos.*

Devido às limitações impostas pela pandemia do novo coronavírus, lamento não ter podido realizar a entrevista de forma presencial. Por esse motivo, agradeço a generosidade com que Silke acolheu a proposta e respondeu às perguntas.

A partir de sua formação em nível de pós-graduação, toda ela feita na França, país onde obteve os diplomas de Especialista em Planificação da Educação, pelo Institut de Recherches et de Formation en Vue du Développement (IRFED), em 1964, de Mestra em Psicossociologia, pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, em 1966, e de Doutora em Sociologia, pela Université Paris V – René Descartes, em 1972, aparece claramente um interesse de estudo em que, nas diversas disciplinas das chamadas Ciências da Educação, dialogam, em especial, a *Psicologia da Educação* e a *Sociologia da Educação*. O seu interesse inicial por esses dois campos da pesquisa educacional mostra um olhar interdisciplinar para as abordagens dos objetos de estudo.

O que a levou a decidir-se pelo diálogo interdisciplinar na abordagem dos objetos de estudo?

Desde a minha descoberta da Psicologia, quando fui aluna nas séries finais do Curso Normal no Colégio Nossa Senhora do Carmo, Recife, da Profa. Graziela Peregrino, pesquisadora do Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE), criado pelo Inep, e depois também na Fundaj, aos poucos fui desen-

volvendo a visão interdisciplinar. Com efeito, a Profa. Graziela, recentemente falecida e a quem presto aqui sincera homenagem, teve grande influência nessa postura, iniciada mediante o contato com os dados educacionais produzidos na instituição em que ela trabalhava e que, com entusiasmo, disseminava nas suas aulas. Tais dados, relativos à cobertura escolar, ao desempenho dos alunos, ao fluxo escolar, à formação docente, entre outros, passaram a trazer elementos substanciais sobre a realidade na qual estávamos inseridos, a apontar alguns desafios.

A Psicologia, por ela apresentada como ciência que buscava entender o comportamento humano, privilegiava as contribuições dos fundadores da psicologia experimental. A educação escolar, por sua vez, era discutida como problema nacional, especialmente no que diz respeito às dificuldades de acesso ao sistema de ensino por parte de crianças, jovens e adultos. Era o mote que a geração que eu integrava precisava para se situar na sociedade e procurar nela intervir de forma mais consciente e não aleatória.

Assim, a Psicologia, nas suas diversas vertentes, orientou o início da minha formação profissional desenvolvida no âmbito educacional no Curso de Pedagogia da Fafire, no qual fora aceita no final dos anos 1950 e onde encontraria um rico clima de debate acadêmico no que concerne a essa ciência, animado sobretudo por Zaldo Rocha, psiquiatra infantil de renome à época, e, no que diz respeito à educação, pela reflexão sobre as suas dimensões filosóficas e pedagógicas. Aqui

ganham destaque as contribuições de Zeferino Rocha, mais tarde psicanalista; de Maria Antônia MacDowell, sempre envolvida em questões de políticas educacionais; e de Paulo Rosas, psicólogo que teve papel importante em diversas iniciativas de formação de pesquisadores na área da Psicologia, inicialmente na orientação educacional e, mais adiante, como autor da proposta e responsável pela instauração da pós-graduação na área das Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), de cuja experiência inicial no Instituto de Ciências Humanas (ICH) tive a oportunidade de participar.

Não obstante, a indicação feita pela Juventude Universitária Católica (JUC), em 1963, para dar sequência à minha formação profissional na França com uma bolsa concedida pelo Comité France Amérique Latine, foi na área do Planejamento Educacional, vertente que ganhava visibilidade no debate sobre o papel da educação no desenvolvimento social e econômico que caracterizou o período pós-guerra e que se institucionalizava na região Nordeste mediante a criação da Sudene. E foi durante esse curso no exterior que vivenciei uma primeira experiência interdisciplinar que compreendia desde a composição da turma e dos grupos de estudo até a própria grade de formação e o trabalho final. Desse modo, expus-me, no IRFED, a uma literatura especializada – até então por mim desconhecida – nas áreas da demografia, economia, estatística e planejamento econômico, áreas de difícil domínio cujos responsáveis, entretanto, estavam abertos ao diálogo com as Ciências Humanas e Sociais. Exemplo disso foi a leitura obrigatória por parte dos alunos do livro

Tristes tropiques, de Lévi-Strauss, cuja discussão envolveu economistas, estatísticos, geógrafos, urbanistas, sociólogos, educadores e antropólogos, requerendo de uns e outros a formulação de argumentos fundados na abordagem do problema sob os diversos ângulos e perspectivas.

Outra experiência foi a minha vivência na pós-graduação *stricto sensu*, que mesclava sociologia, psicossociologia e educação, iniciada em 1964 no estágio com Otto Klineberg, psicólogo social renomado da Universidade de Columbia e professor da Universidade de Paris, na pesquisa sobre estudantes estrangeiros na França, de cuja construção participei com resultados que muito me impressionaram, tendo em vista a importância que ganhava a referência nacional. Também ou mais foi a vivência no Centre d’Ethnologie Sociale et de Psychossociologie, dirigido por Paul Henry Chombart de Lauwe, meu orientador entre 1964 e 1972, que me introduziu na vida científica francesa mediante a participação, desde outubro de 1964, no Seminário *Évolution de la vie sociale*, realizado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, assim como na participação efetiva que pude ter na vida acadêmica do Centre d’Ethnologie Sociale et Psychossociologie, em cuja biblioteca, aliás, redigi a tese de doutorado.

Não pode deixar de ser mencionada a formação obtida entre 1971 e 1972 junto ao Laboratório de Sociologia da Educação, dirigido por Vivianne Isambert-Jamati, nos seminários semanais que promovia e que se mostraram de grande valor na abordagem crítica da educação, perspectiva que findei por imprimir à tese de doutorado sobre *Aspirations à l’éducation*: le

conditionnement du modèle dominant, publicada pelo Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), em 1976, com patente perspectiva interdisciplinar.

Esse interesse a acompanhou em toda a sua trajetória de pesquisadora?

A vivência em Paris foi marcante e orientou toda a minha trajetória acadêmica posterior, de modo que as experiências de pós-doutorado foram escolhidas em função dessa tônica. Nesse sentido, em 1983, escolhi a Universidade de Bremen, Alemanha, pela possibilidade de poder manter interlocução com a psicologia, a psicologia social, a sociologia e a filosofia, com ênfase na teoria crítica da Escola de Frankfurt, que caracterizava o grupo dirigido por Thomas Leithäuser na abordagem dos processos de socialização, desenvolvida no Departamento de Psicologia, e que me deu lastro para o estudo do docente universitário, e, mais adiante, do docente da educação básica. A ida para Londres em 1991 foi determinada pelo contato com pesquisadores do Institute of Education e da London School of Economics and Social Sciences e explorou o debate sobre política educacional e sobre a sociologia das profissões, tendo Michael Burrage como principal interlocutor. Nessa mesma perspectiva, explorei as oportunidades oferecidas pelos departamentos de Sociologia e de Educação da USP e também da Universidade de Brasília. Em todos os lugares em que tive experiências de formação profissional e de intercâmbio acadêmico, eu procurava me inserir no debate em curso, que tanto era especializado como era

de natureza interdisciplinar, o que certamente enriqueceu o olhar sobre os problemas que elegi para aprofundar de forma sistemática, ensejando, conseqüentemente, tecer relações interdisciplinares e interinstitucionais, postura que mantive ao longo da minha vida profissional.

A emergência do Movimento de Cultura Popular (MCP) na cidade do Recife, as experiências de Paulo Freire no SEC/UR e o trabalho de grupos que contribuíram para a construção do Sistema Paulo Freire ocorreram no seu tempo e experiências de estudante universitária. Foi, também, um tempo de aproximação e vivência com Paulo Freire. O que nos diria da sua experiência/vivência com Paulo Freire nessa fase inicial do trabalho pioneiro e do tempo fundante de suas ideias e práticas?

A vivência no Movimento de Cultura Popular (MCP), para onde fui convidada em 1961 por Paulo Rosas, foi muito rica sob vários aspectos, principalmente considerando o aspecto de enfrentar o desafio de interferir, de forma inovadora e comprometida, com os anseios da população em relação à educação de crianças, jovens e adultos. Inserida no Projeto Meios Informais de Educação, ação educativa e cultural concretizada em Praças de Cultura, eu procurava conhecer e explorar as experiências desenvolvidas no MCP detendo-me na educação escolar e na área de pesquisa, sendo esta coordenada por Paulo Freire e através da qual germinava a proposta de Círculos de Cultura para realizar a alfabetização de adultos.

Acompanhei, assim, os diferentes momentos da formulação do que ficou sendo conhecido como Método Paulo Freire, tendo participado não somente do levantamento do universo vocabular da população concernida no projeto, no bairro do Poço da Panela, onde se situava o Centro de Cultura Dona Olegari-nha, local da primeira experiência de Círculo de Cultura, como também atuei como observadora.

A discussão periódica sobre o andamento da experiência de alfabetização, sua avaliação e redirecionamento em reuniões permitiram o aprofundamento da interlocução iniciada com o exercício de atividades no MCP e conduziram à instauração de uma relação pessoal que perdurou por todo o tempo de vida de Paulo Freire. Na ocasião, impressionava-me o entusiasmo e a alegria que envolvia Paulo Freire ao ouvir relatos dos observadores, quando estes enfatizavam a incorporação por parte dos alfabetizandos, a concepção de homem como ser que produz cultura e a forma como eles a operavam nas discussões das quais participavam. Tais relatos reforçavam o caminho proposto por Paulo Freire e serviram de referência para a instituição de uma forma ativa de alfabetização que parecia exitosa.

Como manteve a comunicação com Paulo Freire durante o período de exílio dele?

Paulo saiu do país quando eu já estava fora há mais de meio ano. Acompanhei o seu calvário pelos jornais, cartas e depoimentos de amigos que chegavam a Paris a partir de abril de 1964. Desde o momento em que saiu para a Bolívia, ele

começou a me escrever regularmente e assim pude conhecer suas vivências e preocupações. Cada carta recebida era logo respondida, uma forma de minorar seu sofrimento de estar sem Elza, sem a família, sem o país que tanto amava. Acompanhei quase semanalmente as suas novas descobertas e os seus desencantos. Os caminhos oferecidos eram explorados sob todos os ângulos e fui apresentada de forma epistolar a muitos dos que, no Chile, lhe deram suporte moral e financeiro, providenciaram a chegada da família e foram colegas de trabalho com rica interlocução. Algumas dessas cartas foram por mim doadas ao Centro Paulo Freire da Universidade Federal de Pernambuco, por ocasião de sua fundação, em 1995.

De minha parte, procurava difundir o pensamento educacional de Paulo Freire, sendo envolvida nas tratativas para a publicação, pela editora Maspero, do seu livro *Educação como prática de liberdade*. Ao mesmo tempo, contrapunha a contribuição de Paulo Freire ao que se discutia na época em Paris sobre educação escolar e sobre neocolonialismo, com destaque para Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron, com os *Herdeiros*, e Franz Fanon e Albert Memmi, respectivamente, com os textos *Condenados da terra* e *Retrato do colonizado, precedido do retrato do colonizador*. Esses últimos textos foram, mediante compra conjunta por Almeri Bezerra de Melo e por mim, enviados para o Chile em meados de 1965.

As suas andanças pelo mundo me eram comunicadas via cartas e textos, e, mais adiante, pelo reencontro em Paris e em Genebra no início dos anos 1970. De vez em quando, Paulo vinha a Paris e nos encontrávamos para jantar um spaghetti,

forma de evitar cardápios pouco afeitos a seu paladar. Também fui visitá-lo algumas vezes em Genebra. Eram ocasiões de rica troca da qual Elza participava ativamente, inclusive na discussão da minha tese.

Como mencionei, essa interlocução ocorreu até o final de sua vida com encontros, agora com a participação de Nita, sua segunda esposa, em São Paulo e em Recife, sobretudo por ocasião dos períodos em que estive à frente da gestão da Secretaria de Educação do Estado, a convite do governador Arraes.

Com a anistia, houve o reencontro com ele no trabalho de assessoria à sua gestão à frente da Secretaria de Educação de Pernambuco. O que destacaria nos campos da educação e da gestão?

Em uma conjuntura permeada pelo debate sobre a construção da democracia e da cidadania, o pensamento educacional freireano ganhava naturalmente espaço na definição de políticas educacionais de estados e municípios sem que houvesse uma relação direta de causa e efeito. É possível afirmar, desse modo, que, em ambos os períodos da minha gestão na Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, houve também influência de Paulo Freire, com importantes nuances a destacar. Ou seja, essa influência se deu tanto nas formas de gestão, que privilegiavam a ação colegiada em todas as instâncias da Secretaria e a participação da sociedade na formulação de políticas educacionais – a exemplo dos Fóruns Itinerantes de Educação e das Reuniões Interativas – como

também na formulação das propostas pedagógicas submetidas a debate, referenciadas na realidade vivida.

Assim, no período 1987-1990, ao mesmo tempo em que Paulo Freire acompanhava e orientava as discussões sobre a tônica dada às iniciativas de educação de adultos, especialmente aos Círculos de Educação e Cultura instituídos na relação com o mundo do trabalho, seja na sua face sindical, seja na dimensão profissional, a sua presença era receada por muitos professores que o percebiam como ameaça ao desenvolvimento de seu próprio trabalho docente. Exemplos podem ser trazidos do processo de capacitação dos candidatos à seleção interna de educadores de apoio, função criada visando o desenvolvimento de uma proposta de trabalho pedagógico coletivo de docentes baseada na instituição de uma dinâmica voltada à aprendizagem efetiva dos alunos em situação escolar similar, de escolas espacialmente próximas.

O caminho da capacitação então proposto tinha como ponto de partida a observação, durante quatro semanas, da dinâmica pedagógica vivenciada na escola em que o docente trabalhava. A análise da realidade escolar identificada trazia elementos inesperados que precisariam ser enfrentados em uma proposta coletiva, democrática, organizada de modo a assegurar a aprendizagem de qualidade dos alunos. Sem muito entusiasmo e mesmo com temor de consequências individuais, alguns docentes atribuíam a proposta à influência pedagógica de Paulo Freire, alimentando resistências, sobretudo no final de 1988.

A assessoria prestada por Paulo Freire na nossa segunda gestão, entre 1995 e 1998, não mais suscitava reações extemporâneas, uma vez que a tônica de sua gestão na Secretaria Municipal de São Paulo já era conhecida. Nesse período, não somente as iniciativas de alfabetização de jovens e adultos e do Programa de Escola Rural Ativa (voltado para melhorar a qualidade do ensino em classes multisseriadas das escolas do campo) foram por ele acompanhadas, como também programas mais amplos por meio dos quais a ação educativa tinha proeminência e envolvia outras secretarias do governo, como o Programa de Apoio Sustentável da Zona da Mata Pernambucana (Promata). Tais experiências propiciaram a Paulo Freire a compreensão da dimensão e complexidade dos elementos implicados em ações educativas promovidas por governos estaduais, o que foi objeto frequente de discussões em reuniões e conversas de que participava.

Cabe destacar que, em um e outro período, Freire e sua disposição à escuta impressionava aos que com ele trabalhavam diretamente; e de como essa escuta alimentava a interlocução que ele estabelecia com alfabetizadores e alfabetizandos, havendo registro de depoimentos a respeito de sua sensibilidade de ouvir e de incluir esse conteúdo nas propostas de ações que ajudava a formular. Considero, portanto, que foi muito enriquecedor para os educadores e gestores da Secretaria o diálogo estabelecido em torno da educação de jovens e adultos e de políticas educacionais com Paulo Freire, durante o período em que ele atuou como assessor.

Além disso, há um legado dele que continua contemporâneo: a compreensão de que o debate sobre a educação de jovens e adultos comporta pelo menos três dimensões, a primeira dizendo respeito à amplitude da Educação de Jovens e Adultos, no sentido de que ela não pode ser concebida como algo restrito à alfabetização em si, posto que precisa atender às características do mundo contemporâneo. Nesse sentido, é igualmente necessário reconhecer que jovens e adultos, aos quais foi negado o acesso à escola no momento adequado, têm direito a pensar de forma organizada a sua vivência mediada pelos conhecimentos produzidos ao longo da história da humanidade.

A segunda dimensão refere-se à formulação de políticas de jovens e adultos vinculadas a projetos de desenvolvimento econômico e social, dada a observação da persistência do aprendizado da leitura e da escrita entre jovens e adultos que anteveem a possibilidade de progredir na escolaridade e de relacioná-la ao que fazem cotidianamente.

A terceira dimensão diz respeito à importância das políticas de educação de adultos contemplarem a formação e a atualização dos profissionais responsáveis por assegurar a aprendizagem crescente dos jovens e adultos.

O seu ingresso no magistério da Educação Superior na UFPE ocorreu em 1968, período em que o país mergulhava em um dos regimes mais autoritários de sua história. Como era ser docente de uma universidade nesse período em que os pesquisadores foram chamados a enfrentar os cerceamentos à liberdade de pesquisa e de cátedra?

É importante lembrar que 1968, além de ser o ano em que os mecanismos repressivos foram consolidados, e por mais que a UFPE e as demais Universidades tenham criado ativos serviços de controle e vigilância da ação docente e estudantil, é, também, o ano da Reforma Universitária, que contraditoriamente constitui um marco para a universidade que foi sendo construída desde então. Vale lembrar que a legislação então elaborada não conseguiu deixar de considerar aspectos trazidos pelos debates sobre a da Reforma Universitária, promovidos pela UNE na Bahia (em 1961) e no Paraná (em 1962), sistematizados no *Documento UNE: luta atual pela reforma universitária*, de dezembro de 1963, condensada na fórmula “Universidade para quem?” e mantendo-se como referência para as discussões que se estabeleciam.

Desse modo, desde a instituição, pelo Governo Federal, do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, com a participação de especialistas brasileiros convocados para apresentar uma proposta de reforma universitária (consolidada na Lei nº 5.540/1968), a comunidade acadêmica da UFPE resistiu na defesa dos avanços obtidos naquela discussão do início da década. São assim reafirmadas posições em torno da demo-

cratização da gestão e da docência, da ampliação do acesso estudantil a estudos superiores, do atrelamento do conteúdo da formação oferecida pelos diferentes cursos e das pesquisas desenvolvidas aos problemas do país. Vale lembrar que a fórmula “Universidade calcada na produção do conhecimento” ganhou respaldo no Parecer nº 977/1965, da lavra de Newton Sucupira, professor da UFPE que normatizou a pós-graduação no Conselho Federal de Educação, tornando-se referência para as iniciativas institucionais.

Com efeito, tal parecer deu novo formato à universidade que, ao lado da tradicional formação profissional, deveria promover a pesquisa nas diversas áreas e, para isso, precisaria organizar-se de modo a dispor das condições necessárias à produção do conhecimento em nível de pós-graduação, patamar de formação que passa a ser estabelecido para seus docentes. Parece-me que esse foi um dos focos de atuação dos docentes da Universidade Federal de Pernambuco no período autoritário, caracterizado pela promoção de iniciativas, as mais diversas, de formação pós-graduada, inicialmente dos seus quadros, via cursos de especialização, e logo a seguir de cursos de mestrado e de doutorado, para o que contou com o apoio da Sudene e de muitas outras instituições, inclusive internacionais.

Assim, em concomitância com a vigilância constante das forças repressoras do aparato do governo, em que os docentes da UFPE procuravam formas alternativas de linguagem, indicação camuflada de leituras e disposição para manter a crítica ao cerceamento da atuação universitária de professores e estu-

dantes, foi notória a exploração das brechas existentes. Muitos projetos inovadores de formação e de organização universitária foram experimentados, principalmente na moldagem das propostas de pós-graduação *stricto sensu* nas diferentes áreas, na perspectiva de institucionalizar uma universidade baseada na produção do conhecimento.

Nesse processo, muita energia também foi mobilizada para que a estrutura de produção do conhecimento associasse formas de ampliação do acesso e permanência do alunado e de democratização da organização e da gestão institucional, perspectiva que foi se aperfeiçoando durante todo o período de redemocratização do país. Vale anotar alguns debates importantes relacionados à escolha de reitor, ao perfil docente e sua profissionalização, à criação de formas de apoio estudantil (dentre as quais mencionam-se a moradia e o restaurante universitários) e à própria criação da associação de docentes.

Desse modo, além de não ter tido, como outras universidades, a prática de denunciar professores aos órgãos de segurança, a UFPE teve o cuidado de proteger aqueles que estavam sob a sua mira, lutando inclusive pelo respeito aos resultados dos concursos realizados para docentes, conforme inúmeros depoimentos disponíveis. Isso criou um clima de confiança institucional que tornou produtiva a ação docente em tempos tão difíceis, ao lado do perene cuidado para escapar da repressão instituída.

A universidade pública, após um período de avanços significativos na sua expansão, propostas de projetos sociais e exercício da gestão democrática, voltou a ser atacada desde 2015. O que diferencia os ataques sofridos nos anos 1960/1970 com o que se vive no Brasil pós-2015?

A principal diferença parece-me residir no fato de que, durante o período autoritário, tendo em vista o projeto de modernização do país, a dinâmica universitária, embora sob intensa vigilância, encontrou espaço para a construção de propostas, inclusive de recuperação do percentual de financiamento público da educação, por meio de muita luta, é verdade, com greves de estudantes e de professores e movimentos de democratização da gestão, explorando a autonomia universitária. No que concerne à pós-graduação, foi um período no qual as instituições de fomento que lhe dão suporte – Capes e CNPq – puderam, com muita luta e raramente dispondo dos recursos necessários, se organizar de modo a impulsionar e sedimentar a qualidade da formação e da produção do conhecimento com ação planejada, consolidada nos planos nacionais de pós-graduação coordenados pela Capes, enquanto que, na atualidade, há um esforço deliberado do governo de destruir o que foi construído durante 30 anos, especialmente em termos de financiamento de suas complexas atividades.

É possível resumir em poucas palavras o que aconteceu com a universidade nos períodos indicados: no primeiro, entre 1960-1970, houve resistência, luta e construção dos alicerces de uma universidade comprometida com os ideais democráticos e voltada para compreender, servir e interferir na reali-

dade em que estava inserida. No segundo período, pós-2015, inicialmente houve apoio à continuidade do que fora construído, embora com bem menos recursos financeiros, e, a partir de 2019, houve a instauração de um nítido processo de destruição da especificidade das atividades universitárias forjadas no exercício da autonomia, principalmente na pós-graduação. Esta, além de sofrer drástica diminuição do aporte de recursos financeiros, viu os órgãos responsáveis pela sua manutenção, avaliação e desenvolvimento, como Capes e CNPq, terem redefinido, sem qualquer discussão prévia, suas atribuições essenciais – como a dinâmica dos processos avaliativos, responsável pelo seu crescente padrão de qualidade.

A restrição financeira imposta pelo governo às universidades anuncia para breve a desestruturação de serviços essenciais e o encolhimento das ações que lhes são inerentes. Por outro lado, o desrespeito às regras democráticas que regem a escolha de seus dirigentes tem trazido muita tensão na convivência universitária, desviando-a de focos essenciais da sua destinação.

Quais as perspectivas para a universidade brasileira superar mais uma crise?

A universidade brasileira vem se repensando, valendo assinalar o rico processo de discussão sobre a educação superior desencadeado pelo Ministério da Educação via seminários, em 2003, e ampliado por intermédio do diálogo estabelecido com instituições de educação superior, comunidades acadêmicas, entidades da sociedade civil, empresários, trabalhado-

res e movimentos sociais, mediante documentos que foram produzidos em 2004 e sistematizados em 2005. O resultado desse debate conduziu à formulação de um projeto de lei que, embora não votado, transformou-se desde então em orientação para aproximar a universidade dos impasses sociais e econômicos que caracterizam o país.

Cogitar, todavia, perspectivas para a universidade pública enfrentar a atual crise é tarefa difícil, sem considerar que qualquer iniciativa proposta tem a ver com o lugar que ela ocupará no projeto de país a ser homologado no próximo escrutínio eleitoral cuja concretização dependerá do necessário apoio financeiro e administrativo que obtiver do MEC e das entidades responsáveis pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Em qualquer projeto que se imponha, no entanto, há um legado a defender e a preservar, moldado no exercício da autonomia acadêmica nos últimos anos que se vê acrescido de sua atuação no período iniciado com a pandemia.

Com efeito, a universidade pública, nas diversas regiões do país, apesar das dificuldades das quais tem sido vítima e da falta crescente de apoio institucional, continuou a encontrar espaço para tomar iniciativas relevantes em nível local, sobretudo em áreas particularmente desafiadas como as da saúde, educação e tecnologia. São notórios os impactos de tais ações no desenvolvimento de conhecimento e de ferramentas para a sua disseminação, que, no limite, conduziram à experimentação de novas formas de atendimento educacional, hospitalar e ambulatorial da população, por exemplo. Nesse sentido, uma nova dinâmica vem sendo instituída, seja indicando ou

provido suporte tecnológico para a realização de atividades educacionais e acadêmicas de forma remota, seja desenvolvendo estratégias de apoio às áreas da saúde e educação. Isso tem motivado aprofundar a ação interdisciplinar ao explorar a tônica que tem caracterizado o desenvolvimento e a aplicação do conhecimento na atualidade.

Assim, além de incorporar esses legados recentes e aqueles produzidos ao longo da sua história, cabe a essas instituições continuar a formular projetos que envolvam os seus diferentes segmentos e a sociedade civil, a fim de atender a requerimentos sociais contemporâneos, como também aqueles providos da própria produção do conhecimento nas diversas áreas, continuando, portanto, a luta para assegurar o perfil de universidade comprometida com as demandas da sociedade.

Que papel tem desempenhado a universidade brasileira para a democracia e a democratização do saber nas últimas décadas?

A luta pela democracia tem sido uma constante da universidade brasileira, consubstanciada principalmente na defesa da ampliação do acesso, na oferta de formação de qualidade referenciada socialmente, no exercício da gestão democrática em todos os níveis institucionais e no esforço para socializar os resultados da sua produção científica. Nesse processo, avanços foram observados em relação a todos esses aspectos.

Embora ainda feita predominantemente por instituições privadas, que recebem 75% dos alunos, a matrícula no ensino superior hoje atinge, conforme dados do Inep de 2019, 19,6% da população de 18 a 24 anos. Vale lembrar que esse percentual era apenas de 1% no início dos anos 1960, o que deu substrato às críticas constantes do *Auto dos 99%*, formulado pelo Centro de Cultura Popular (CPC) da UNE. Por outra parte, algumas medidas vêm qualificando a ampliação do acesso, como o sistema de cotas experimentado desde o início dos anos 2000 e instituído legalmente em 2012, pela Lei nº 127. Podem ser apontadas, igualmente, ações de assistência estudantil destinadas a dar suporte à permanência dos novos segmentos sociais, tais como moradia estudantil, auxílio transporte, dentre outros, e também de formas de financiamento, a exemplo do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e do Programa Universidade para Todos (Prouni).

No que concerne à formação de qualidade, sobretudo a partir de meados de 1990, foi criado o sistema de avaliação do Ensino Superior, destinado a acompanhar e suscitar a elevação dos níveis de qualidade de formação observados, inicialmente via o Exame Nacional de Cursos, conhecido como “Provão”, e, a partir de 2004, pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Para tanto, o esforço destinado a promover formação pós-graduada em todas as áreas e dotar pessoal com titulação compatível ao exercício universitário tem alimentado os sucessivos concursos públicos para docentes, abertos em concomitância com a expansão de matrículas observada, sobretudo a partir de 2004. Por outro lado, a avaliação da formação oferecida e da produção

científica desenvolvida tem sido uma marca dos programas de pós-graduação, iniciada em 1976 e a cujo desmantelamento que se está assistindo no momento constitui uma atividade a ser recuperada com urgência.

Quanto à gestão democrática, há inúmeras experiências em curso, quase todas geridas por reitores provindos de indicação baseada em consulta pública institucional que têm incentivado a vivência colegiada em todas as instâncias, com êxitos evidentes no comprometimento profissional e social crescentes.

Por outra parte, vale destacar que as universidades, e com certeza muitos dos seus integrantes, foram presenças ativas no estabelecimento de legislação educacional decorrente da Constituição Federal de 1988, de cuja construção muitos foram atores destacados, especialmente nos debates sobre a lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) de 1996 e na sua implementação.

No que toca à socialização do conhecimento produzido pelas universidades nas diferentes áreas, assinala-se o compromisso com a melhoria da qualidade da educação básica, tanto pela oferta de titulação docente como de formação continuada de professores. Ganha destaque nessa matéria a instigante interlocução com instâncias responsáveis pela tarefa de assegurar políticas nacionais de formação inicial e continuada de professores, a exemplo da Capes, que, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituiu a Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (Decreto nº 6755/2009).

É evidente que foram apontadas somente algumas iniciativas, cujo efeito multiplicador é claro em si, e aquelas propiciadoras da criação de dinâmicas institucionais democráticas inovadoras.

Professora, a senhora foi Secretária Estadual de Educação em duas gestões do governador Miguel Arraes de Alencar (1987-1990 e 1995-1998), período caracterizado pelo fim do Regime Militar (1964-1985) e pela instalação de uma nova ordem política no país, inaugurada pelas lutas sociais pela redemocratização, que tem na Constituição de 1988 um marco fundante, e que ficou conhecido como o período de maior estabilidade democrática que conheceu a instável república brasileira. Que desafios enfrentou na educação pública estadual naquelas duas gestões e quais perduram desde que você foi secretária?

Os desafios eram e continuam inúmeros. Abrangem tanto a cobertura escolar quanto a situação das escolas, a qualidade do ensino oferecido, a formação e recrutamento de professores e a gestão das escolas e da Secretaria, incluindo o relacionamento com os municípios. Importa assinalar que havia disposição do Governo do Estado de “discriminar em favor dos despossuídos” e de encaminhar suas ações e gastos principalmente em áreas fundamentais para o exercício da cidadania, dentre as quais a de educação, reconhecida como instância que auxilia na organização do pensamento frente à realidade e à superação do senso comum.

Importa dizer que a política educacional de ambos os períodos da gestão foi formulada a partir de debates públicos sistemáticos com o setor educacional e com a sociedade, por intermédio dos Fóruns Itinerantes de Educação, de edição semestral, realizados nas sedes das Diretorias Regionais de Educação (Dere), tendo como referência a discussão que se travava em nível nacional a respeito dos rumos da educação do país. Assim, teve como diretrizes, respectivamente, a generalização do Ensino Fundamental com qualidade e a progressiva extensão do Ensino Médio, a valorização do trabalho do educador e a democratização do processo de gestão escolar e da gestão e execução da política educacional. A perspectiva era motivar a construção de um horizonte que contemplasse tanto o interesse das camadas populares como o desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico do país.

Desafio importante e cheio de tensão foi discutir o entendimento de que a gestão das instâncias educacionais e das escolas não eram uma forma de conservação do poder de grupos políticos locais ou regionais, motivo pelo qual a adoção de critérios relacionados à educação deveria nortear a escolha dos seus dirigentes. De forma correlata, não foi fácil o debate sobre o papel a ser desempenhado pela escola como lugar de ensino e aprendizagem e de exercício de cidadania, razão pela qual a sua dinâmica deveria se pautar na oferta de um ensino de qualidade ministrado por professores qualificados, recrutados mediante concursos públicos. Muita energia foi gasta principalmente na primeira gestão em relação a esse aspecto, até porque envolvia um processo de convencimento

dos tradicionais “donos” dos 7 mil cargos em princípio disponíveis a cada nova gestão. O resultado não foi o desejado, mas muitos políticos começaram a descobrir critérios mais compatíveis com o exercício da função educativa para balizar a indicação de seus “afilhados”, que passou a ser objeto de debate nos partidos.

Na dinâmica desse processo, foram experimentadas oito formas diferentes de indicação de diretores de escola, incluindo a eleição direta, quando a escola conseguia se organizar de modo convincente. Essa, aliás, foi razão para a gestão da Secretaria de Educação ser considerada apenas participativa, e não democrática.

A participação dos professores e servidores em todos os níveis de gestão mediante ação colegiada foi certamente uma marca da gestão no período, o que permitiu a circulação frequente de informações e alargamento da compreensão sobre a complexidade que necessariamente envolve a gestão de políticas educacionais.

Aliás, desafio importante foi efetivar formas de valorização do professorado dadas as restrições financeiras, situação que provocou insatisfação e se manifestou de forma contundente por meio de greves de longa duração. Não obstante, avanços foram alcançados com o estabelecimento de plano de cargos e salários organizado em torno dos níveis de formação obtidos, objeto também de muita resistência, e depois de reconhecimento por parte significativa dos professores, ao compreenderem que o nível de formação passou a ser

contemplado como mecanismo de ascensão na carreira. Um indicador dessa postura foi a crescente busca por cursos de especialização, de mestrado e de doutorado, aprofundando laços com as universidades locais que, por sua vez, incluíram tal ação nos seus planos institucionais.

É importante ressaltar, por outro lado, um legado no tocante à gestão de política educacional compartilhada com os municípios – resultante de longo processo de trabalho conjunto em que responsabilidades conseguiram ser divididas, apesar de importantes resistências político-partidárias.

Como analisa as contribuições da sua gestão à democratização da gestão da educação e da escola?

A questão da gestão democrática no âmbito educacional, em meados dos anos 1980, era importante tema nacional e objeto de inúmeros debates, além de mover algumas experiências, inicialmente na esfera municipal e logo a seguir na instância estadual. No caso de Pernambuco, havia a expectativa de que, no governo Arraes, a democratização da gestão educacional e da escola fosse instaurada a partir de consultas periódicas específicas a diferentes segmentos sociais, o que engendrou um clima de tensão permanente e expresso em diversas formas de manifestação dos professores, como passeatas e reuniões.

Não obstante, foi bem aceito que as políticas educacional e pedagógica fossem construídas e avaliadas nas diferentes sessões do Fórum Itinerante de Educação e das reuniões inte-

rativas, na perspectiva de estruturar uma política de gestão compartilhada com os municípios e em conjuntos de escolas situadas próximas.

Tais processos permitiram aprofundar a compreensão da complexidade envolvida nas decisões a serem implantadas, principalmente sobre o lugar e o significado da escola na dinâmica das relações de poder local estabelecidas ao longo da história. Essa compreensão favoreceu, por outra parte, a experimentação de várias formas de composição de direção (mencionadas anteriormente), o que reverberou positivamente no processo que conduziu à forma atual de indicação de diretores escolares (eleição). O mesmo não pode ser dito em relação às formas de elaboração e gestão das políticas educacionais e de ensino, uma vez que as gestões governamentais que sucederam ao nosso período de gestão privilegiaram o trabalho técnico de grupos ou empresas educativas terceirizadas, silenciando o debate público qualificado que tanto enriquecia a contraposição de propostas a serem desenvolvidas.

A despeito disso, estudos realizados sobre a gestão da educação no governo Arraes têm demonstrado que persiste a demanda por formas colegiadas de gestão, em todos os níveis institucionais, o que indica o reconhecimento da riqueza promovida pelo debate educacional permeado pelo conhecimento disponível, no processo decisório, tal como foi então vivenciado.

Como você vê a dependência crônica de financiamento dos estados em relação à União e o efetivo respeito à autonomia dos entes federativos para formular políticas educacionais?

Essa é uma questão que remete à discussão sobre o federalismo, e, nesse contexto, sobre concentração, centralização e descentralização de políticas, temas candentes de meados da década de 1980 e que foram sendo enfrentados por intermédio da atuação do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Com efeito, ambas as instituições têm contribuído para delimitar espaços de autonomia na definição de políticas educacionais e alguns êxitos obtidos podem ser indicados sobretudo a partir de meados dos anos 1990, no âmbito do *Plano Decenal de Educação Para Todos* e do *Pacto de Valorização do Magistério*, cujo marco foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) pela União, em 1996. Por meio desse mecanismo de financiamento partilhado entre as três esferas de governo, foram estabelecidos critérios para a redistribuição de recursos vinculados à educação no tocante a salários de professores e a sua formação e ao suprimento das escolas públicas com recursos provindos da rubrica desenvolvimento e manutenção do ensino. É considerado um avanço no financiamento da educação do país porque sistematizou o debate e deu certa previsibilidade e estabilidade à gestão educacional e escolar, ainda que os montantes alocados fossem decididos principalmente pela União.

Processo mais complexo caracterizou a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em 2006, tornado permanente em 2020, porque incluía a fixação de teto salarial para professores do Ensino Médio cuja oferta passou a ser prioritariamente assegurada pela esfera estadual, como também abrangeu professores de todo o período da educação básica em exercício nas escolas públicas.

Importa destacar que essas leis constituíram mais uma política educacional que foi sendo construída em concomitância com os debates relacionados à construção constitucional dos tópicos referentes à educação e, em seguida, à formulação da Lei nº 9394/1996, conhecida como LDB, delineada com base na crítica à situação educacional do país e frequentemente diagnosticada como inteiramente insatisfatória para as necessidades contemporâneas da população brasileira.

O aprofundamento da discussão sobre a autonomia dos entes federativos na definição e execução de políticas educacionais continua, no entanto, na dependência da criação do sistema nacional de educação, projeto de lei ainda em tramitação no Congresso Nacional.

Recife, fevereiro de 2022.



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

60
anos

Estudo

Texto de autor convidado. Recebido em: 24 jan. 2022. Aprovado em: 31 jan. 2022.

TERRA, Ernani. Mentiras que parecem verdades. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proexc, Recife, v. 39, n. 1, p. 101-136, jan./jun., 2022.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2022.253109>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

Mentiras que parecem verdades

Lies that seem like truths

Ernani Terra

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Doutor em Língua Portuguesa

E-mail: ernani@uol.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2889-1576>

 <http://lattes.cnpq.br/6898985526730299>

Resumo

O artigo tem por tema narrativa, ficção e verdade e objetiva mostrar, com fundamento teórico e metodológico na semiótica de perspectiva francesa e na teoria literária, que mentira e verdade são efeitos de sentido construídos discursivamente e que a mentira é da ordem do dizer, requerendo intencionalidade do enunciador. São problematizados, aqui, os discursos mentirosos que circulam em redes sociais e aplicativos de mensagem e os discursos por meio dos quais, através da mentira, cria-se uma suprarrealidade que permite ampliar a percepção do real. Procura-se responder às perguntas: o que há em comum entre fake news e narrativas literárias?; e o que faz com que mentiras pareçam verdades? As fake news são discutidas com base no conceito de veridicção, já as narrativas literárias são observadas fundamentando-se no conceito de verossimilhança. Conclui-se que, no texto literário, a aceitação do texto “mentiroso” como verdade se assenta num contrato tácito pelo qual o enunciatário sabe estar no universo da ficção e que, nas fake news, não existe a cláusula de ficcionalidade. Nelas, a aceitação da mentira como verdade está ligada a uma leitura não racional do texto e ao fato de a notícia mentirosa vir ao encontro das crenças e valores do enunciatário.

Palavras-Chave: Narrativa. Mentira. Ficção. Fake news. Veridicção. Verossimilhança.

Abstract

This article has, as its theme, narrative, fiction and truth, and aims to show, with theoretical and methodological basis in semiotics of French perspective and in literary theory, that lies and truth are effects of meaning that are discursively constructed and that the lie is related to the speech, requiring intentionality from the enunciator. We discuss here the lying discourses that circulate in social networks and messaging apps, and the discourses through which, by means of lies, one creates a super-reality that allows for a broadening of the perception of reality. We seek to answer the questions: what do fake news and literary narratives have in common?; and what makes lies seem like truths? Fake news are discussed based on the concept of veridiction, while literary narratives are discussed based on the concept of verisimilitude. The conclusion is that, in the literary text, the acceptance of the “lying” text as truth is based on a tacit contract by which the enunciatee knows he is in the universe of fiction, and that, in fake news, there is no fictionality clause. In them, the acceptance of the lie as truth is linked to a non-rational reading of the text and to the fact that the lying news meets the beliefs and values of the enunciatee.

Keywords: Narrative. Lies. Fiction. Fake news. Veridiction. Verisimilitude.

Introdução

O título deste artigo foi tomado por empréstimo de um livro de Umberto Eco e Marisa Bonazzi (ECO, 1980). A coincidência entre um e outro restringe-se exclusivamente ao título. Quanto ao conteúdo, tratam de temas diferentes. O livro faz uma análise de livros didáticos italianos; o artigo, por sua vez, discute a questão da verdade e da mentira nos discursos. Quanto à organização, optou-se pela divisão em quatro seções dedicadas à problematização do tema, além desta *introdução*, de uma *conclusão* e das *referências*.

Na primeira seção problematizadora, intitulada *Narrativa e mentira*, depois de mostrar que o sentido das palavras altera-se no tempo, discute-se o conceito de narrativa, destacando que, nos dias atuais, particularmente no discurso político, a palavra “narrativa” é usada como sinônimo de mentira com o objetivo de desqualificar discursos oponentes. Após mostrar que a mentira é da ordem do dizer e que pressupõe intencionalidade do enunciador, discute-se um tipo de mentira que se convencionou chamar de *fake news*. Na segunda seção, nomeada *Ficcionalidade*, discutem-se, a partir do conceito de ficção, as chamadas narrativas ficcionais literárias e as chamadas *fake news* – e como estas criam a ilusão de verdade. Na terceira, intitulada *Verdade do discurso*, procura-se mostrar que verdade e mentira são efeitos de sentido e que a verdade dos discursos está relacionada ao conceito de veridicção, que decorre da modalização do *ser* e do *parecer*. Por fim, na quarta, de nome *Verossimilhança*, aborda-se o conceito de verossimilhança, que está ligado ao de representação, e como ela se manifesta em narrativas para produzir efeitos de sentido de verdade.

Narrativa e mentira

Como a língua é viva, as palavras adquirem novos significados no tempo. Numa concepção pragmática de linguagem, o sentido de uma palavra está ligado ao uso que se faz dela. Atualmente, emprega-se a palavra “formidável” com o sentido de “ótimo”, “excelente”, “fantástico”. Em tempos distantes, esse adjetivo era usado com o sentido de “horrível”, “medonho”, “pavoroso”, “aterrador”.

Outro exemplo de palavra cujo significado mudou com o tempo é “melindre”. Em sua origem, esse substantivo era usado para nomear

um tipo de bolo feito com mel. Posteriormente, passou a ser usado para designar delicadeza excessiva; depois se tornou sinônimo de “mimo”, “pudor”, “recato”. Para chegar ao significado que é empregado atualmente – “suscetibilidade”, “facilidade em se magoar ou ofender” –, essa palavra percorreu um longo caminho.

A literatura, que comumente questiona a própria palavra e sua significação, é farta de exemplos de textos que exploram a diferença do sentido original de uma palavra com aquele que o uso disseminou, como ocorre em *Famigerado*, de Guimarães Rosa.

No conto, Damázio, um “jagunço até na espuma do bofe”, “com cara de nenhum amigo”, “com dezenas de carregadas mortes, homem perigosíssimo”, vindo de longe e armado, procura o doutor, o narrador do conto, para que esse lhe revele o sentido de “famigerado”, pois “um moço do Governo” usara essa palavra para referir-se a ele (ROSA, 2001, p. 50-51).

Damázio supõe que a palavra pode ter sido usada pelo outro para ofendê-lo: “Vosmecê mal não veja em minha grossaria no não entender. Mais me diga: é desaforado? É caçoável? É de arrenegar? Farsância? Nome de ofensa?” (ROSA, 2001, p. 52). Damázio se tranquiliza quando o doutor, depois de alguma hesitação, lhe revela que “famigerado” é o mesmo que “célebre”, “notório”, “notável”.

Acompanhando os noticiários, particularmente as falas de políticos, observa-se, com frequência, o uso da palavra “narrativa” com sentido um tanto quanto diferente do empregado nos estudos literários e narratológicos. Na voz de agentes políticos, “narrativa” passou a ser usada para desqualificar e desconstruir discursos opositores, procurando destacar que se trata de uma versão do fato que não corresponde à verdade. No discurso político, a palavra “narrativa” é usada para abrandar o sentido negativo de “mentira”. Trata-se,

portanto, de um eufemismo e de uma estratégia para qualificar o discurso do outro como “mentiroso”, “fantasioso”.

A mentira sempre teve lugar privilegiado na esfera política. Não é sem razão que as *fake news* encontraram nela terreno fértil para germinar. Arendt (2000, p. 283) sustenta que “as mentiras sempre foram instrumentos necessários e legítimos, não somente do ofício do político ou do demagogo, mas também do estadista”. Assim, tachar o discurso do adversário como narrativa, ou seja, fabulação, é estratégia retórica para desqualificar o oponente, tentando fazer colar nele o *éthos* de mentiroso.

Assiste-se hoje, na imprensa, nas redes sociais e em aplicativos de mensagens, a uma verdadeira batalha de narrativas, de versões distintas, muitas vezes conflitantes, de um mesmo fato. É desnecessário apontar exemplos, pois eles se renovam a cada dia.

O campo lexical da mentira não só é vasto como também é constantemente renovado. Além da palavra “narrativa”, o empréstimo da expressão de origem inglesa *fake news* já superou, pelo menos nas novas tecnologias, o uso de palavras como “inverdade”, “falácia”, “balela”, “lorota” e “boato”. Aliás, esta última é outro exemplo de palavra cujo sentido alterou-se com o tempo. Num passado distante, “boato” era anúncio de uma grande novidade, uma notícia muito divulgada. Com o tempo, passou a referir-se a notícia falsa, mentirosa. O sentido negativo de *fake news*, no entanto, é mais intenso do que o de seus correspondentes vernáculos, além de destacar o canal por meio do qual a mentira se dissemina (redes sociais e aplicativos de mensagens, principalmente). Ao sentido primário de “mentira” contido na expressão *fake news*, agregaram-se outros, de tal forma que *fake news* tem o sentido de “mentira que traz perigo” ou “risco”, devendo, portanto, ser desestimulada e combatida.

Em sua origem, “narrativa” designa o ato de narrar. Nesse sentido, também se emprega a palavra “narração”. Etimologicamente, “narrar” está ligado ao adjetivo latino *gnarus-a-um* (= que conhece, que sabe); sendo assim, narrar pressupõe transmissão de saberes. Ressalte-se que narrativas não são fenômenos exclusivamente verbais e tampouco se restringem à esfera literária. Tanto podem transmitir fatos e acontecimentos verdadeiros quanto mentirosos. O sentido das narrativas é construído discursivamente e não, como se verá adiante, por uma adequação a um referente extralinguístico. Agamben (2011) destaca que a mentira é inerente à linguagem. Como pela linguagem pode-se construir mundos possíveis, não é difícil entender o deslizamento de sentido da palavra “narrativa”, que passa a ser usada como sinônimo de “fabulação” e de “mentira”.

A origem das narrativas se confunde com a história da humanidade. Narrativas fazem parte da cultura de todos os povos, mesmo os não letrados. O semiólogo francês Roland Barthes, num texto chamado *Introdução à análise estrutural da narrativa*, afirma que “não há em parte alguma povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm suas narrativas” (BARTHES, 2011, p. 19).

As narrativas se manifestam em textos de diversos gêneros, sejam verbais, como notícias, depoimentos, *posts* em redes sociais, anedotas, contos, romances, biografias, etc., sejam não verbais ou sincréticos, como filmes, séries de televisão, animações, charges, memes, novelas gráficas, canções etc.

Aquilo que é narrado pode ser verdadeiro ou falso. No entanto, para se afirmar que o autor está mentindo, é necessário levar em conta a intencionalidade, ou seja, a ação deliberada e consciente de enganar ou iludir o outro. Para Agostinho (2018), é a intenção que

define a mentira. No livro *Sobre a mentira*, o bispo de Hipona chama a atenção para o fato de que “[...] não é todo aquele que diz algo falso que está mentindo, se crê ou opina ser verdadeiro o que diz” (AGOSTINHO, 2018, p. 10). O filósofo ressalta que, embora quem diga algo falso que crê verdadeiro não esteja mentindo, mesmo assim comete vício “[...] porque ainda que não minta, caso acredite em coisas nas quais não deveria acreditar ou ignore se sabe aquilo que pensa, toma o desconhecido pelo conhecido” (AGOSTINHO, 2018, p. 11). Mentira e verdade são construções discursivas; estão, portanto, no plano do dizer, e é por isso que há narrativas verdadeiras de fatos falsos e narrativas mentirosas de fatos verdadeiros.

Derrida (1996) esclarece essa aparente contradição em seu texto *História da mentira: prolegômenos*. Para o filósofo francês, apoiado em Santo Agostinho, a mentira depende da intenção, ou seja, do propósito de levar o outro a crer em algo que sabe que não é verdade. Quem conta uma mentira porque acredita que o que conta é verdade não está mentindo, pois lhe faltou a intenção. O fanático religioso que dizia a seus seguidores que o sertão ia virar mar e o mar ia virar sertão não estava mentindo, pois acreditava que o que dizia era verdade. No referido texto, Derrida (1996) afirma que:

Tal intenção [de enganar o outro], que define a veracidade ou a mentira do *dizer*, do ato de dizer, permanece independente da verdade ou da falsidade do conteúdo, daquilo que é *dito*. A mentira depende do dizer e do querer-dizer, não do dito [...] (DERRIDA, 1996, p. 10, grifos do autor).

Do ponto de vista da Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, 1990), a mentira tem função constativa, ou seja, ela não é utilizada para descrever o mundo das coisas e dos acontecimentos. Ela é uma forma de ação intencional, tendo, portanto, propósitos pragmáticos. O dizer mentiroso do enunciador é produzido com a intenção de levar o enunciatário a crer em algo que ele sabe que não é verdadeiro. Aquele que compartilha uma mentira porque considera que o que está compartilhando é verdade não está mentindo, já que faltou a ele a intenção de enganar. Isso é comum nas *fake news*, o que ajuda a explicar seu alto grau de disseminação.

As redes sociais e grupos de compartilhamento de mensagens no WhatsApp e Telegram são campos férteis para a propagação de notícias mentirosas. Basta um enunciador que consiga persuadir outras pessoas, levando-as a crer verdadeiro o que é efetivamente falso, para que essas pessoas, por ignorância ou por ingenuidade, passem a ser, mesmo que de boa-fé, propagadoras de mentiras em escala exponencial.

Sempre houve notícias mentirosas. No Brasil, é célebre o caso envolvendo o empresário Hugo Borghi, proprietário de empresas de rádio. Na eleição presidencial de 1945, Borghi, que era partidário da candidatura de Eurico Gaspar Dutra, divulgou um conteúdo falso que afirmava que o adversário de Dutra, o brigadeiro Eduardo Gomes, dissera que “não precisava dos votos dos marmiteiros”, ou seja, das camadas populares. Na verdade, a fala de Gomes fora outra e Borghi intencionalmente a alterou; mentiu, portanto. A notícia com a frase alterada se espalhou. É impossível mensurar o impacto dessa *fake news* no resultado final do pleito. O fato certo é que Gomes perdeu a eleição para Dutra. (FRASE..., [20-]).

O que a internet proporciona é facilitar a difusão de conteúdos mentirosos, contribuindo para a desinformação. Além disso, os mecanismos criados para minimizar a difusão de *fake news* não têm conseguido impedir que elas continuem se espalhando cada vez mais, como bem lembra a professora Regina Souza Gomes, da UFRJ:

O fenômeno das *fake news* é um dos casos extremos e as suas consequências políticas e sociais têm sido evidentes. O problema é tão grave que tem levado ao surgimento de mecanismos de verificação das notícias por órgãos da imprensa (Agência Lupa, Fake ou News, UOL Confere, Boatos.org etc.); no entanto, esses mecanismos não têm diminuído a veiculação e reprodução dessas notícias, que contam ainda com leitores crédulos para as replicar (GOMES, 2019, p. 17).

Os acontecimentos aos quais as narrativas fazem referência podem ter um referente no mundo real, como o acidente nuclear na extinta União Soviética narrado pela escritora Svetlana Aleksievitch, no *Vozes de Tchernóbil: a história oral do desastre nuclear*, ou serem fruto da imaginação de um sujeito, como ocorre num conto de fadas. Com base na referência, costuma-se dividir as narrativas em dois grandes grupos: as ficcionais e as não ficcionais. Esses grupos, evidentemente, abrigam narrativas de gêneros diversos.

Ficcionalidade

Os dicionários definem ficção como “ato ou efeito de fingir”, “criação imaginária” (HOUAISS, 2011); “simulação”, “fingimento”, “criação ou invenção de coisas imaginárias” (FERREIRA, 1999). Sendo assim, o ficcional se opõe ao real. Uma obra de ficção não

relata um fato ocorrido no mundo real, mas algo criado pela imaginação. Uma passagem da novela *A hora e a vez de Augusto Matraga* é exemplar nesse sentido. O narrador, adotando um processo não costumeiro, faz questão de deixar explícito o caráter fictício da matéria narrada. Nesse caso, ao contrário do título deste artigo, trata-se de uma mentira que deve parecer mentira mesmo e assim deve ser lida e interpretada:

E assim se passaram pelo menos seis ou seis anos e meio, direitinho deste jeito, sem tirar e nem pôr, sem mentira nenhuma, *porque esta aqui é uma estória inventada, e não é um caso acontecido*, não senhor (ROSA, 1995, p. 443, grifos meus).

Há, evidentemente, narrativas de ficção que se baseiam em fatos reais. Embora isso ocorra com mais frequência em narrativas cinematográficas, não são raros, na literatura, exemplos de narrativas baseadas em fatos reais, especialmente num gênero que se convencionou chamar de jornalismo literário, em que o rompimento com o caráter ficcional da literatura é explicitado. São narrativas de acontecimentos realmente ocorridos que tiveram grande repercussão, tratados literariamente como *O segredo de Joe Gould*, de Joseph Mitchell, *O jornalista e o assassino*, de Janet Malcolm, e *A sangue frio*, de Truman Capote, que já no subtítulo traz a seguinte informação: “*relato verdadeiro* de um homicídio múltiplo e suas consequências” (CAPOTE, 2003, p. 3, grifo meu).

No domínio das narrativas apoiadas no real, há, ainda, as biografias, autobiografias, os livros de memórias e romances de formação que se inserem na esfera literária, como *Infância e Memórias do cárcere*, ambos de Graciliano Ramos, os sete volumes das memórias

de Pedro Nava, *Viver para contar*, de Gabriel García Márquez, *De amor e trevas*, de Amós Oz, e os três volumes de *Os diários de Emílio Renzi*, de Ricardo Piglia.

Fora da esfera literária, as chamadas *fake news* são também exemplos de narrativas ficcionais que se ancoram em acontecimentos reais. O enunciador da notícia mentirosa, para conseguir a adesão do enunciatário, parte de um fato real e o adultera com a intenção deliberada de enganar, de desinformar. São várias as estratégias discursivas para levar o enunciatário a crer ser verdadeiro o que o enunciador sabe ser falso. Os procedimentos mais comuns são a descontextualização de falas, a mesclagem e adulteração de imagens, a manipulação do contexto, a ancoragem em elementos do real para dar concretude ao texto e, assim, produzir efeitos de sentido de verdade, os textos em terceira pessoa, para dar o sentido de objetividade e de isenção, e a atribuição a um determinado locutor, em geral pessoa com competência reconhecida no assunto veiculado pela *fake news*, de fala não dita por ele, um falso argumento de autoridade.

O desmascaramento das *fake news* pode ser feito observando-se alguns procedimentos, como verificar quem publica e onde publica. Deve-se desconfiar de mensagens que circulam em grupos de aplicativos de transmissão de mensagens sem qualquer indicação de autoria ou fonte. Além disso, devem-se observar as relações intertextuais que a notícia guarda com outras com as quais dialoga a fim de checar se o que é veiculado é confirmado ou desmentido por outras fontes, tais como órgãos de imprensa que gozam de credibilidade ou agências de verificação de notícias. Deve-se, também, se concentrar na análise interna do texto da notícia, observando sua organização linguística e discursiva. *Fake news* costumam apresentar problemas

na organização do texto, como a falta de coesão e coerência, os erros gramaticais grosseiros, a descontextualização e alteração de falas, os dados falsos, as legendas que não correspondem às imagens etc.

A ficcionalidade se apresenta em graus, num *continuum*, e pode se manifestar com maior ou menor intensidade, de acordo com a relação de proximidade ou afastamento que guarda com o mundo natural. Nas fábulas, nos contos maravilhosos e fantásticos e nas narrativas de ficção científica, tem-se um alto grau de ficcionalidade, já que o afastamento da realidade objetiva é bastante grande. Por outro lado, há textos ficcionais que procuram representar o real, espelhando-o. Nesse tipo de texto, há o que Fiorin (2008) chama de contrato objetivante. Nele, “[...] concebe-se que, na relação entre sujeito e objeto, isto é, homem e mundo, o segundo elemento impõe-se sobre o primeiro” (FIORIN, 2008, p. 203). Esse tipo de texto guarda relação muito próxima com o real, pois se propõe como representação (mímesis) do real, ancorando-se nele para dar ao enunciário a ilusão de realidade. Certas correntes estéticas, como o realismo e o naturalismo, na busca da objetividade, fizeram disso uma bandeira.

Textos ficcionais, em que há alto grau de ancoragem na realidade objetiva, produzem efeitos de sentido de verdade maiores do que aqueles cujo grau de afastamento da realidade objetiva é tênue. Em outras palavras, quanto mais ancorado na realidade objetiva o texto estiver, com mais facilidade levará o leitor a aceitar que o que veicula é verdadeiro. Os criadores de *fake news* usam esse procedimento, disseminando notícias falsas; mas, para que sejam críveis, eles procuram ancorá-las na realidade, citando pessoas e lugares que efetivamente existem.

Discute-se, na seção que segue, a verdade dos discursos.

Verdade dos discursos

Tradicionalmente a questão da verdade dos discursos foi tratada levando-se em conta a correspondência da língua a um referente extralinguístico por ser concebida como forma de representação das coisas do mundo. Um episódio que ajuda a entender essa concepção pode ser observado em *Cem anos de solidão*, de Gabriel García Márquez. Nele, relata-se que, para afastar a população da perda da memória causada por uma peste que atacara o povoado de Macondo, José Arcádio Buendía passa a marcar cada coisa do mundo com uma palavra que a represente:

Com um pincel cheio de tinta, marcou cada coisa com seu nome: *mesa, cadeira, relógio, porta, parede, cama, panela*. Foi ao curral e marcou os animais e as plantas: *vaca, cabrito, porco, galinha, aipim, taioba, bananeira* (MÁRQUEZ, 1995, p. 50, grifos do autor).

Saussure (2006), em seu *Curso de linguística geral*, mostrou que o signo linguístico une não uma palavra a uma coisa, um referente externo, um ser do mundo exterior à língua como no trecho da obra de García Márquez, mas um conceito, um significado, a uma imagem acústica, um significante.

A semiótica de perspectiva francesa, na esteira de Saussure e Hjelmslev, postula a impossibilidade de se recorrer a um elemento exterior à linguagem, destacando o princípio da imanência, na medida em que afasta qualquer recurso a fatos extralinguísticos. A questão da verdade dos discursos não é dada com base numa relação entre língua e mundo, o contrato objetivante de que fala Fiorin (2008), mas como algo interior ao próprio discurso. O linguista assinala que, nesse caso, o contrato veridictório é um contrato semió-

tico “[...] que parte do pressuposto de que a relação homem/mundo não se faz diretamente, mas de que é mediada pela linguagem” (FIORIN, 2008, p. 206). O signo não é representação das coisas do mundo, mas a junção de um significado a um significante. Assim, desloca o problema da verdade dos discursos para o da veridicção, isto é, do dizer verdadeiro, que é dado pelas relações modais em o parecer, aquilo que é manifestado, a aparência, e o ser, aquilo que é imanente, a essência.

De acordo com as relações que se estabelecem entre o *ser* e o *parecer*, a semiótica faz referência a quatro regimes de veridicção. Os discursos serão considerados verdadeiros (quando parecem e são verdadeiros); mentirosos (quando parecem, mas não são verdadeiros); secretos (quando não parecem, mas são verdadeiros) e falsos (quando não parecem nem são verdadeiros). Os regimes de veridicção são comumente representados por meio de um quadrado lógico representado abaixo:

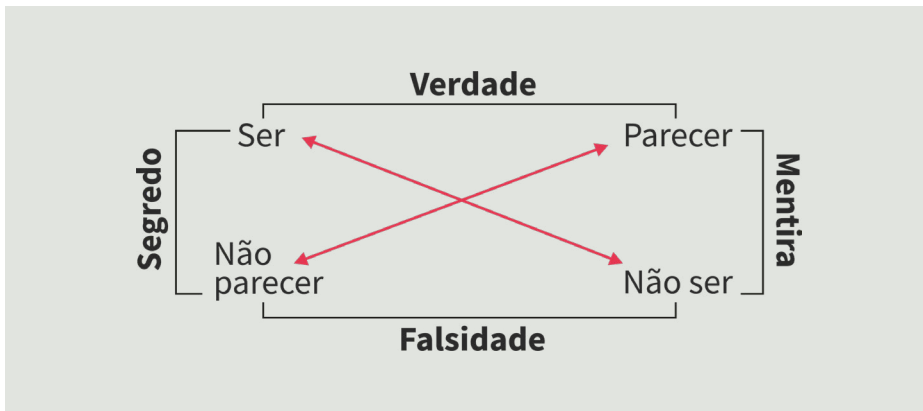


Figura 1. Quadrado das modalidades veridictórias
Fonte: Adaptado de Greimas e Courtés (2012, p. 532).

Os textos não exercem apenas uma função comunicativa (um fazer-saber); exercem, também, uma função persuasiva (um fazer-crer), ou seja, quem produz um texto não quer apenas dizer algo; visa também conseguir adesão do enunciatário, esperando que este aceite o texto, que creia nele.

O enunciador de uma mentira manipula o enunciatário para levá-lo a crer que o discurso que veicula é verdadeiro. A intenção de quem produz um texto mentiroso é a de fazer com que ele pareça verdadeiro para o enunciatário. Para isso, deixará no texto marcas linguísticas que levem o enunciatário a aceitá-lo como verdadeiro. Em outros termos: faz com que a mentira pareça verdade. A aceitação de um discurso mentiroso como verdadeiro, no entanto, não depende exclusivamente da capacidade persuasiva do enunciador. É preciso que ele conte com a cumplicidade do enunciatário. Diana Luz Pessoa de Barros (2003) destaca que:

A manipulação só será bem-sucedida quando o sistema de valores em que ela estiver assentada for compartilhado pelo manipulador e pelo manipulado, quando houver certa cumplicidade entre eles (BARROS, 2003, p. 33).

Entre enunciador e enunciatário se estabelece um contrato. O primeiro escolhe um regime de verificação e deixa no texto as marcas linguísticas para que o segundo interprete o discurso segundo o regime proposto. O fazer persuasivo do enunciador depende do enunciatário, que interpreta o discurso segundo suas crenças e valores. Quando o que orienta a leitura é o crer, não o duvidar, a crença se antecipa aos fatos. Lê-se da mesma forma que os fiéis leem os textos sagrados. Por essa razão, um discurso, por mais absurdo que seja, pode vir a ser interpretado como verdadeiro

se for ao encontro das crenças que o enunciatório considera verdadeiras. É o que é tratado como pós-verdade ou viés de confirmação, que é a tendência em acreditar nos discursos que vão ao encontro das crenças que se tem, desconsiderando-se os que as negam ou as contrariam. Por isso que os disseminadores de *fake news* obtêm maior sucesso quando pregam para já convertidos. Além disso, a veiculação pela internet favorece essa ilusão de verdade, pois muitos creem que a rede mundial de computadores é o local onde está armazenado todo o conhecimento humano e que o que ela veicula é expressão da verdade.

Emoções e crenças assumem papel preponderante na aceitação das *fake news* na medida em que obscurecem a racionalidade. As *fake news* prosperam mais facilmente quando aquele que lê a notícia age movido mais pela emoção do que pela razão. Isso explica por que notícias que não têm qualquer comprovação e que são desmentidas publicamente pela comunidade científica acabam sendo aceitas como verdadeiras. Até mesmo pessoas “esclarecidas” podem acabar dando origem a crenças das mais absurdas possíveis, como as que afirmam que, por meio de vacinas, inoculam-se no organismo *chips* que passam a controlar a pessoa vacinada, que vacinas provocam aids, que negros são inferiores a brancos, que o Holocausto nunca existiu e que não há aquecimento global. Uma leitura racional, fundada em atitudes como duvidar, confrontar, checar e investigar, é a forma que se tem (e que se deve ensinar) para desmascarar as *fake news*.

O cartum abaixo, do argentino Daniel Paz, circulou na internet, mostrando através do humor por que notícias falsas propagadas pela internet são aceitas como verdadeiras por certos usuários.



Figura 2. Esa noticia

Fonte: Paz (2020).

Alguns procedimentos são usados para fazer com que os textos pareçam verdadeiros ao leitor. Um deles, não muito comum, é declarar explicitamente a veracidade do fato narrado como ocorre no prefácio de *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe:

O editor acredita que a presente obra seja uma *narrativa verídica de fatos, sem nela haver qualquer aparência de ficção*, ainda que alguém pense, porque todas as coisas desse tipo são lidas às pressas, que o efeito seria o mesmo para seu aproveitamento, bem como para a instrução e diversão do leitor; posto isso, ele acredita, sem mais, que com esta publicação presta um grande serviço ao mundo (DEFOE, 2021, p. 11, grifos meus).

Mesmo com a declaração no prefácio de que os acontecimentos narrados em *Robinson Crusoe* são verdadeiros, o autor foi acusado de que sua obra não relatava acontecimentos verídicos, mas que se tratava de uma narrativa de ficção e que o narrador também

não seria uma pessoa real. Em sua defesa, Defoe, no prefácio de um livro posterior, o *Serious reflections*, insiste no caráter verdadeiro de sua narrativa, afirmando inclusive que a pessoa Robinson Crusoe existe de fato, chegando a assinar o prefácio como Robinson Crusoe, o personagem, e não como Daniel Defoe, o autor criador da personagem, estabelecendo intencionalmente uma confusão entre criador e criatura.

O procedimento mais comum para fazer parecer verdadeiro aquilo que é falso, no entanto, consiste em ancorar o discurso ao mundo natural por meio de figuras, elementos que dão concretude e sensorialidade ao texto. Ressalta-se que Defoe também se valeu desse procedimento no *Robinson Crusoe* e que o parecer verdadeiro de sua narrativa decorre disso, e não do fato de declarar que o que narra é verdadeiro, como se observou pela reação do público leitor a essa declaração.

A menção explícita a “imagens do mundo” como lugares, pessoas e objetos cria uma ilusão de verdade do discurso, como se pode observar nos trechos que seguem, extraídos de duas obras literárias. O primeiro trecho foi extraído de *Incidente em Antares*, de Erico Veríssimo; e o segundo, por sua vez, foi retirado de *Eles eram muito cavalos*, de Luiz Ruffato:

Que tipo de cidade era Antares e que espécie de gente a habitava e governava ao tempo em que ocorreu o macabro incidente que em breve se vai narrar? Os estudiosos talvez encontrem respostas satisfatórias a essas perguntas na obra intitulada *Anatomia duma cidade gaúcha de fronteira*, da autoria dum grupo de professores e alunos do Centro de Pesquisas Sociais, da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), publicada em forma de livro em 1964 mas baseada, toda ela, em dados colhidos entre a segunda semana de fevereiro e meados de março de 1962. É que, embora a comunidade estudada apareça na monografia sob o nome imaginário

de Ribeira, trata-se na realidade de Antares. Esse trabalho, que foi financiado pela Ford Foundation, teve como diretor e orientador o professor de sociologia Martim Francisco Terra, da URGs, ajudado por um especialista em ciências políticas, um outro em estatística e um terceiro em economia. A equipe de pesquisadores era mista, num total de onze pessoas, em sua maioria alunos do último ano de ciências sociais, e contava com um ‘apêndice não acadêmico’ – um fotógrafo profissional (VERÍSSIMO, 2006, p. 137, grifos do autor).

O elástico preto prende os cabelos num rabo de cavalo, caminha devagar pela *rua Sérgio Cardoso* enfiado numa camiseta preta, estampa do Halloween, calça big cor indefinível, tênis *Reebok* imundo, uma argola pendendo do lóbulo da orelha direita, na padaria da esquina compra *um maço de L&M*, um *mini-isqueiro Bic*. Toma o ônibus até a *estação Saúde do metrô*, baldeia na *Sé* para a *estação República*. Da escada-rolante emerge, o *Edifício Itália* funda-se nos seus ombros [...] (RUFFATO, 2013, p. 36, grifos meus).

No trecho extraído da obra de Veríssimo, as referências a um livro publicado (*Anatomia duma cidade gaúcha de fronteira*), à sua autoria (*um grupo de professores e alunos do Centro de Pesquisas Sociais, da Universidade do Rio Grande do Sul, orientado pelo o professor de sociologia Martim Francisco Terra, ajudado por três especialistas*), à origem dos recursos que financiaram a pesquisa (*financiado pela Ford Foundation*), ao período da coleta de dados (*entre a segunda semana de fevereiro e meados de março de 1962*), entre outras referências, criam a ilusão de que os dados foram efetivamente colhidos em pesquisa acadêmica concluída e publicada, conferindo ao texto efeitos de sentido de verdade. Para usar a expressão que dá título a este artigo, são mentiras que parecem verdades.

No trecho extraído da obra de Ruffato (2013, p. 36), o uso de expressões como “*rua Sérgio Cardoso*”, “*tênis Reebok*”, “*maço de*

L&M”, “mini-isqueiro Bic”, “estação Saúde do metrô”, “baldeia na Sé”, “estação República” e “Edifício Itália” confere ao texto um efeito de sentido de realidade, na medida em que essas expressões estão ancoradas em lugares e coisas reais, criando a ilusão de que o que se narra é real.

Os exemplos são de obras literárias. Nesse caso, o enunciatário, em decorrência do contrato de ficcionalidade, aceita o texto como verdade no domínio do ficcional. Esse mesmo procedimento é recorrente nas *fake news*, que, para fazer a mentira parecer verdade, se apresentam ancoradas no real, ao citar nomes de pessoas e lugares que efetivamente existem ou existiram, criando, com isso, uma ilusão de realidade. Nas *fake news*, entretanto, o contrato entre enunciador e enunciatário não se assenta na cláusula de ficcionalidade. Pelo contrário, a intenção do enunciador é levar o enunciatário a crer que o fato corresponde ao real e que é verdadeiro.

Um texto literário pode, evidentemente, ser construído a partir de acontecimentos reais. Em muitas produções cinematográficas, é comum alertar o espectador com o aviso “baseado em fatos reais”. Isso, por si só, não tira o caráter ficcional da obra na medida em que os fatos podem ser reais, mas a construção narrativa que reproduz aqueles fatos é ficcional. Seleccionam-se alguns fatos para serem apresentados, omitem-se outros, excluem-se participantes e alteram-se espaços e tempos, de modo que a narrativa, embora seja ficcional, lembre de certa forma o real (para quem conhece o real, evidentemente). É o que ocorre, por exemplo, em obras que visam recuperar acontecimentos históricos como em *A festa do Bode*, de Mario Vargas Llosa (2011), em que se relatam os acontecimentos ocorridos na República Dominicana durante a ditadura do general Rafael Leonidas Trujillo Molina, o Bode, entre

os anos 1930 e 1961. Nesse romance, personagens e acontecimentos reais convivem com personagens e acontecimentos fictícios. Um romance não é, portanto, o relato de um acontecimento verdadeiro, mas de algo verossímil, isto é, semelhante à verdade num dado universo sociocultural.

As palavras “ficcional” e “ficção” estão ligadas ao radical latino *fing-*, que aparece em “fingir” e “fingimento”, e um de seus sentidos é aquilo que é inventado, imaginado. Não é sem razão que Fernando Pessoa, referindo-se ao fazer poético, afirma, no poema *Autopsicografia*, que “O poeta é um fingidor./ Finge tão completamente/ Que chega a fingir que é dor/ A dor que deveras sente” (PESSOA, 1972, p. 164). Pelo fazer poético, ou seja, pela ficção, a dor verdadeira (“a dor que deveras sente”) se transforma em mentira: dor fingida.

A ficção tem um caráter contratual. Autor e leitor, falante e ouvinte, diretor e espectador num filme estabelecem que o que será lido ou visto na tela não é real, mas produto de uma imaginação criadora, ou seja, ficção. Em certos livros e filmes, há a advertência para o fato de que o que se lerá ou a que se assistirá ocorreu apenas no universo da ficção. O horizonte de expectativas de quem lê um conto ou assiste a um filme é que se trata de obra ficcional e assim deve ser entendida e interpretada.

Ao se referir ao caráter ficcional da literatura, não se está afirmando que apenas os acontecimentos narrados e os personagens são fictícios. Outros elementos da narrativa também costumam ser fruto da imaginação criadora do autor. O narrador, que nas obras ficcionais não deve ser confundido com o autor empírico, também é uma obra de ficção. Embora possa até assinar o prefácio, Robinson Crusoe não é Daniel Defoe; o finado Brás Cubas, o narrador de suas Memórias póstumas, não deve ser confundido com o ser ontológico

Machado de Assis; e Paulo Honório, o narrador de *São Bernardo*, não se confunde com Graciliano Ramos, o autor da obra. O início do romance *Eu receberia as piores notícias dos seus lindos lábios*, de Marçal Aquino (2005), ilustra essa afirmação:

Não adianta explicar. Você não vai entender.

Às vezes, como num sonho, vejo o dia da minha morte. É uma coisa meio espírita, um flash. E, embora a mulher não apareça, sei que é por causa dela que estão me matando. E tenho tempo de saber que não me deixa infeliz o desfecho da nossa história. Terá valido a pena (AQUINO, 2005, p. 11).

Evidentemente, não é o sujeito ontológico Marçal Aquino quem fala no texto, mas um narrador criado por ele. Isso não ocorre apenas nas narrativas de focalização interna, ou seja, aquelas em que o narrador participa da história e deixa espalhadas no texto as marcas linguísticas de pessoa como nos quatro exemplos citados. Nas narrativas de focalização externa, aquelas em que o narrador não é participante da história e cujas marcas linguísticas foram apagadas, aquele que narra também não deve ser confundido com o autor.

Não perceber o caráter ficcional da obra, interpretando-a como narração de fatos verdadeiros pode acarretar situações às vezes esdrúxulas como aquelas em que certas pessoas, ao encontrarem em público um ator que desempenha o papel de vilão numa novela de tevê, passam a ofendê-lo por tomarem como real o que só existe no universo da ficção. A respeito disso, vale registrar um fato ocorrido em 1882 na cidade norte-americana de Baltimore. No teatro, era encenada a peça *Otelo*, de Shakespeare. No momento em que Otelo vai matar Desdêmona, um soldado encarregado da guarda do teatro atira contra o ator que interpretava Otelo para salvar

Desdêmona. O mais grave é que, indagado por que atirou no ator, o guarda responde que não iria admitir que um negro tirasse a vida de uma branca. Além de não distinguir realidade de ficção, era racista.

Sobre o caráter contratual da obra ficcional, é sempre oportuno relembrar as palavras do crítico canadense Northrop Frye (2013) em sua clássica *Anatomia da crítica*:

Um leitor que briga com postulados, que desgosta de *Hamlet* porque não acredita que fantasmas existem ou que pessoas falem em parâmetros claramente não têm nada o que fazer em literatura. Ele não é capaz de distinguir a ficção da realidade e pertence à mesma categoria daquelas que enviam cheques para as estações de trem para o alívio do sofrimento das heroínas das novelas (FRYE, 2013, p. 193).

A ficcionalidade de um texto deve ser vista do ponto de vista pragmático – vale dizer, não há uma propriedade no texto em si que o caracterize como ficcional, pois isso está ligado à intencionalidade, ou seja, àquilo que o autor visa realizar. O que caracteriza o texto como ficcional decorre de sua força ilocucionária, isto é, da intenção do autor de produzir uma obra de ficção. Para isso, é necessário que o leitor aceite esse jogo e compartilhe com o autor a ficcionalidade, não agindo à moda de Dom Quixote, que processava como real o que existia no universo da ficção. Em suma, a ficcionalidade está ligada ao princípio da cooperação, pois depende de um pacto entre produtor do texto e leitor.

Na leitura de um texto literário, deve-se atentar para o uso pragmático da linguagem, para aquilo que se faz com ela, ou seja, para sua força ilocucionária, na medida em que a linguagem literária cria um estado de coisas *ex nihilo*. No início do romance *A peste*, de Albert Camus, há a seguinte afirmação: “Na manhã do dia 16 de abril,

o doutor Bernard Rieux saiu do consultório e tropeçou num rato morto no meio do patamar” (CAMUS, 2007, p. 13). Esse enunciado não se refere a nada anterior a ele. É a partir dele que se cria não só um personagem, mas, também, todo um contexto que o envolve. Para o leitor, nada existia antes daquela manhã de 16 de abril – não havia Rieux, nem o consultório, nem o rato. Foi devido ao caráter performativo da linguagem que o mundo de *A peste* foi criado.

Verossimilhança

O conceito de verossimilhança não deve ser confundido com o de veridicção, visto na seção anterior. Como salientado, “veridicção” diz respeito ao contrato semiótico, o que significa que não se apoia numa relação entre língua e um referente extralinguístico. Na verossimilhança, cujos estudos remontam a Aristóteles, se considera a relação língua/mundo. Os estudos sobre verossimilhança costumam estar relacionados à análise e a comentários de obras artísticas, em especial narrativas ficcionais.

Verossimilhança diz respeito à adequação entre ficção e realidade; em outras palavras, entre aquilo que é criado pela imaginação e o que efetivamente ocorreu (ou ocorre) no mundo natural. Com base nisso, postula-se que há uma relação estreita entre arte e vida; pois, como sustenta Aristóteles, a arte imita a vida, no sentido de que arte é mimesis, isto é, representação da realidade. Diz-se que uma obra é verossímil quando ela parece não contrariar a verdade.

A palavra “verossímil” significa exatamente isso: vero (verdadeiro); símil (semelhante). Logo, o adjetivo “verossímil” é a propriedade daquilo que parece ser verdadeiro, daquilo que é semelhante à verdade, daquilo que é plausível ou possível de acontecer na

realidade. Então, mesmo quando uma obra reconstrói pela linguagem um acontecimento real, há a voz do narrador, que filtra os acontecimentos e, valendo-se de estratégias narrativas e discursivas, torna original e criativo aquilo que conta, estimulando a imaginação do leitor.

A verossimilhança é, pois, um simulacro de verdade, uma pretensão de se mostrar verdadeiro na medida em que o verossímil é verdadeiro apenas na aparência. Nas palavras do pensador francês Paul Ricoeur (2010):

A verossimilhança ainda é uma província do verdadeiro, sua imagem e semelhança. É mais verossímil o que considera mais acuradamente o familiar, o comum, o cotidiano, por oposição ao maravilhoso da tradição épica e ao sublime do drama clássico (RICOEUR, 2010, p. 22).

Mia Couto assim começa o conto *O cachimbo de Felizbento*, que faz parte de seu livro *Estórias abensonhadas*: “Toda a estória se quer fingir verdade. Mas a palavra é um fumo, leve de mais para se prender na vigente realidade. Toda a verdade aspira ser estória” (COUTO, 2012, p. 47).

Em uma linguagem poética, o escritor moçambicano faz com que se reflita sobre a oposição “ficção versus realidade” e, portanto, sobre a questão da verossimilhança: a ficção finge ser verdade, mas ela é contada pela palavra, que é como fumaça, ou seja, leve demais para se prender ao real. Há, para ele, uma relação simbiótica entre ficção e verdade, pois esta também quer se tornar aquela. Essa mesma relação se manifesta no poema *Autopsicografia*, de Fernando Pessoa, comentado anteriormente, em que a dor verdadeira (“a dor que deveras sente”) se transforma em dor fingida.

Na esfera literária, no entanto, não há que se falar em mentira ou verdade. O que se pode afirmar é que as “mentiras” contadas pelas obras de ficção parecem verdades, produzem efeitos de sentido de verdade; ou seja, as obras literárias ficcionais caracterizam-se pela verossimilhança. No século XVII, Cervantes (2012) chamou a atenção sobre o caráter verossímil da obra literária no seguinte trecho de sua obra máxima:

[...] os autores desses livros os escrevem como quem conta mentiras e que, assim, não estão obrigados a se ater a escrúpulos nem verdade, eu responderia que a mentira é muito melhor quanto mais parece verdadeira e agrada muito mais quanto mais tem de ambíguo e possível. As histórias mentirosas devem casar com a inteligência dos que as lerem: tem-se de escrevê-las de forma que, tornando crível o impossível, nivelando os exageros, cativando as almas, surpreendam, encantem, entusiasmem e divirtam, de modo que andem juntas num mesmo passo a alegria e a admiração. E não poderá fazer todas essas coisas quem fugir da verossimilhança e da imitação, porque a perfeição do que se escreve reside nelas (CERVANTES, 2012, p. 580-581).

Cervantes (2012, p. 580-581) ressalta o caráter ficcional da obra literária. O que ele chama de “histórias mentirosas” é o que se denomina por narrativas de ficção (“escrevem como quem conta mentiras e que, assim, não estão obrigados a se ater a escrúpulos nem verdade”). Embora a matéria da literatura não sejam fatos verídicos, as mentiras que ela conta devem parecer verdadeiras (“a mentira é muito melhor quanto mais parece verdadeira”), ou seja, deve haver verossimilhança externa, adequação ao mundo possível, e verossimilhança interna, ou seja, coerência, fator responsável pelo sentido dos textos, decorrente da reiteração de temas e da recorrência de

figuras (“As histórias mentirosas devem casar com a inteligência dos que as lerem: tem-se de escrevê-las de forma que, tornando crível o impossível [...]”). O autor de *Dom Quixote* põe em evidência dois princípios aristotélicos para a obra de arte: a mimesis, entendida como imitação das ações humanas, e a verossimilhança, o parecer verdadeiro.

A verossimilhança está ligada a uma estratégia discursiva para fazer parecer verdadeiro aquilo que se enuncia. No início da novela *A metamorfose*, de Franz Kafka, o protagonista Gregor Samsa acorda e se vê transformado num inseto monstruoso:

Quando certa manhã Gregor Samsa acordou de sonhos intranquilos, encontrou-se em sua cama metamorfoseado num inseto monstruoso. Estava deitado sobre suas costas duras como couraça e, ao levantar um pouco a cabeça, viu seu ventre abaulado, marrom, dividido por nervuras arqueadas, no topo do qual a coberta, prestes a deslizar de vez, ainda mal se sustinha. Suas numerosas pernas, lastimavelmente finas em comparação com o resto do corpo, tremulavam desamparadas diante de seus olhos (KAFKA, 1997, p. 7).

O conhecimento que se tem do mundo diz que não é plausível ir dormir como ser humano e acordar na manhã seguinte “metamorfoseado num inseto monstruoso” (KAFKA, 1997, p. 7). Kafka, no entanto, narra o fato de modo que o leitor acabe por aceitar aquilo como verdadeiro no universo da ficção. O escritor inicia sua novela transpondo o leitor para uma realidade que ele sabe existir somente no universo da ficção, mas isso não impede que aquele que lê aceite a narrativa como verdadeira, dada sua coerência interna e o contrato de ficcionalidade estabelecido entre autor e leitor.

Um outro exemplo nesse mesmo sentido pode ser lido no conto *Bobók*, de Fiódor Dostoiévski. Numa passagem cujo espaço é um cemitério, várias personagens, todas mortas recentemente e enterradas, conversam entre si. A genialidade dessa narrativa está no fato de que todas as personagens, por estarem mortas, podem falar o que bem entendem, já que a vergonha não atinge os mortos. As personagens representam diversas classes sociais, mas, como estão mortas, as diferenças de classe se anulam e, portanto, todos se igualam; não há entre elas, portanto, qualquer regra ou hierarquia que ponha limites na interação como ocorre no mundo dos vivos.

Episódio semelhante aparece em *Incidente em Antares*, de Erico Veríssimo, em que os mortos saem do cemitério, se instalam no coreto da praça e de lá passam a relatar as ações e comportamentos condenáveis de pessoas ilustres de Antares. Nos três exemplos citados, há entre autor e leitor um contrato tácito em que o segundo interpreta o que é narrado como verdadeiro, por saber que se trata de uma narrativa de ficção. Acrescente-se que o conhecimento do gênero textual – uma novela, um conto e um romance – orienta a leitura de *A metamorfose*, *Bobók* e *Incidente em Antares* como obras ficcionais.

A verossimilhança não é exclusiva de obras literárias. Manifesta-se também em textos cujo plano da expressão não é exclusivamente verbal, tais como novelas gráficas, filmes, séries televisivas etc. Assim como nas obras literárias, a verossimilhança de um filme (um texto sincrético) deve levar em conta a coerência narrativa (verossimilhança interna) e o gênero (ficção científica, animação, fantasia, terror etc.).

Em um dos episódios do filme *Sonhos*, de Akira Kurosawa (1990), um pintor (ou estudante de pintura) está em uma galeria (ou museu) observando vários quadros do artista Vincent van Gogh ali expostos. Em determinado momento, ao olhar para uma das telas, entra nela e pergunta para algumas mulheres ali retratadas – que estão lavando roupa sob uma ponte – onde pode encontrar Van Gogh. As lavadeiras dão a informação a ele, que sai à procura do pintor. Quando se encontram, travam um diálogo enquanto percorrem lugares que podem ser reconhecidos em outras pinturas do artista holandês. O que esse episódio nos mostra é uma bela viagem ao mundo de Van Gogh e às suas obras.

O conhecimento que se tem do mundo mostra que não é passível de ser verdade uma pessoa entrar numa pintura exposta em uma galeria de arte, encontrar-se com o autor da tela e estabelecer uma conversa com ele. No entanto, esse episódio do filme (e os demais) é verossímil na medida em que faz parte de uma narrativa onírica. O que o filme narra em seus oito episódios são sonhos. O título cria um horizonte de expectativas, contextualizando o que será assistido. Dessa forma, sinaliza ao espectador que a narrativa não se desenvolverá no mundo real, mas no mundo onírico, cuja linguagem é polvilhada de imagens que revelam o inconsciente, razão pela qual é verossímil que se consiga entrar em um quadro do pintor holandês, voltar à Holanda do século XIX e conversar com Van Gogh.

A verossimilhança não diz respeito apenas à adequação da obra artística ao mundo natural como é conhecido. Se assim fosse, não seriam verossímeis os contos maravilhosos, por apresentarem fadas, bruxas, ogros; as fábulas com seus animais falantes; textos de ficção científica em que terrestres voam para outras galáxias e

encontram seres vivos que falam a mesma língua dos terrestres; mortos que narram suas próprias histórias e um ser humano acordar transformado em inseto monstruoso. Em outra obra, Terra e Pacheco (2017) destacam que:

[...] é preciso observar que a arte cria uma suprarrealidade com suas próprias normas que pode aceitar como verossímeis fatos que, se tomássemos por referência o real, não aceitaríamos como tal. Por outro lado, o conceito de realidade é amplo, abrangendo não somente o mundo natural, mas o mundo criado pela imaginação (TERRA; PACHECO, 2017, p. 19-20).

A verossimilhança é uma construção discursiva e diz respeito também a aspectos internos da obra, à linguagem, à estrutura, às figuras, aos temas e à ligação das partes, que vão fazer dela um todo de sentido, portanto, um texto. Sendo assim, para ser verossímil, não é necessário que aquilo que a obra representa tenha um referente no mundo natural (verossimilhança externa); é preciso que o texto esteja articulado de tal forma que o destinatário o aceite como verdadeiro no universo da ficção, mesmo sabendo ser mentira no plano da realidade.

A verossimilhança não é característica exclusiva de obras artísticas, podendo ser observada em discursos de outras esferas. No caso das *fake news*, a verossimilhança é fator determinante para que o enunciatário aceite como verdadeiro um texto como mentiroso; por isso esse tipo de notícia se funda na semelhança ao verdadeiro. A notícia é falsa, mas só prospera se estiver assemelhada ao real. É por isso que as *fake news* costumam ser textos ancorados no real.

É preciso destacar que, para uma *fake news* ser aceita como verdade, não basta que ela seja verossímil. Como se destacou anteriormente, há, entre enunciador e enunciatário, um contrato tácito pelo qual o primeiro manipula o segundo para fazer com que o que se veicula pareça verdadeiro. A aceitação como verdade pelo segundo, no entanto, não depende apenas da verossimilhança, pois, no caso das *fake news*, o que é dito tem de ir ao encontro das crenças e valores do enunciatário, o chamado viés de confirmação. Mais importante ainda: o contrato entre enunciador e enunciatário de uma obra literária está assentado em bases bastante diferentes do que as de uma *fake news*. Na obra literária, a cláusula de ficcionalidade (ou de mentira) é dada e aceita tacitamente. O enunciatário sabe, por esse contrato, que o que é narrado se passa no domínio da ficção. Além disso, o gênero orienta uma leitura ficcional do texto. No caso das *fake news*, a cláusula de ficcionalidade inexistente e o gênero simula uma notícia e o pressuposto é que notícia não é ficção, mas fato verdadeiro. É por essa razão que se aceita com tranquilidade e sem qualquer desconfiança que um ser humano vá dormir e acorde no dia seguinte transformado num inseto monstruoso, mas não se aceita, ou pelo menos se desconfia, no caso dos mais ingênuos, que alguém tenha tomado uma dose de vacina e se transformado em jacaré.

Conclusão

No artigo, trabalhou-se com dois tipos de discursos diferentes em praticamente tudo. Em princípio, pode ter causado estranheza ele tratar de *fake news* e literatura. Surge, então, o seguinte questionamento: o que as aproxima?

Ambas apresentam um traço comum e foi isso que se propôs pôr em evidência. Literatura e *fake news* são discursos mentirosos que procuram parecer verdadeiros. A partir disso, objetivou-se revelar de que estratégias discursivas o enunciador, nesses dois tipos de discurso, se vale para conseguir efeitos de sentido de verdade e, a partir daí, mostrar que nem toda mentira é desinformação. Destacou-se que mentira e verdade são construções discursivas e devem ser entendidas a partir do dizer, pois o que configura uma mentira é seu caráter intencional, a vontade do enunciador de levar o enunciatário a crer como verdadeiro aquilo que sabe ser falso.

Por meio dos conceitos de veridicção e de verossimilhança, intentou-se mostrar como os textos mentirosos produzem efeitos de sentido de verdade. No texto literário, a aceitação do texto como verdade se assenta num contrato tácito pelo qual o enunciatário sabe estar no universo da ficção, do fingir; além disso, o gênero explicita o caráter “mentiroso” do texto. Nas *fake news*, não existe a cláusula de ficcionalidade. Como simula uma notícia, o horizonte de expectativas do enunciatário é de que se trata de texto que veicula uma informação verdadeira.

Nas *fake news*, a interpretação de discursos mentirosos como verdadeiros está relacionada às crenças e valores do enunciatário, que, movido pela emoção, aceita como verdadeiro um discurso falso, porque este vai ao encontro de suas crenças e valores.

Revelou-se, ainda, que a mentira, nesses dois tipos de discurso, não é da mesma ordem. Nas *fake news*, a mentira é divulgada com o objetivo de desinformar, é um jogo sujo, pois o contrato entre enunciador e enunciatário não se funda na cláusula de ficcionalidade, o horizonte de expectativas do enunciatário é que lerá um texto que veicula conteúdo verdadeiro. A estratégia do enunciador

é, portanto, cegar o enunciatário por meio de um discurso autoritário e monofônico, em que só se ouve a voz do enunciador, arauto da verdade. Não há réplica.

Na literatura, a mentira também parece verdade. As regras do contrato estão postas desde início e são transparentes. O jogo é limpo. O enunciatário sabe que está no domínio da ficção. Na literatura, os discursos são lúdicos e polifônicos e, ao contrário das *fakes news*, são democráticos.

Por último, mas não menos importante, o discurso literário tem caráter pedagógico, pois o leitor, ao aceitar o contrato ficcional, aprende como reconhecer as estratégias e as regras do jogo que fazem com que mentiras pareçam verdades. O discurso literário é da ordem do esclarecimento, da elucidação, da informação; as *fake news* são a antítese disso.

Referências

- AGAMBEN, G. *O sacramento da linguagem: arqueologia do juramento*. Tradução: Selvino José Assmann. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- AGOSTINHO, S. *Sobre a mentira*. Tradução: Alessandro Jocelito Beccari. Petrópolis: Vozes, 2018.
- AQUINO, M. *Eu receberia as piores notícias dos seus lindos lábios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- ARENDT, H. Verdade e política. In: ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. 5. ed. Tradução: Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BARROS, D. L. P. de. *Teoria semiótica do texto*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.

BARTHES, R. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, R. et al. *Análise estrutural da narrativa*. 7. ed. Tradução: Maria Zélia Barbosa Pinto. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p. 19-62.

CAMUS, A. *A peste*. 17. ed. Tradução: Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro: Record, 2007.

CAPOTE, T. *A sangue frio*: relato verdadeiro de um homicídio múltiplo e suas consequências. Tradução: Sergio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CERVANTES, M. de. *Dom Quixote de La Mancha*. Tradução: Ernani Ssó. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2012.

COUTO, M. O cachimbo de Felizberto. In: COUTO, M. *Estórias abensonhadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 47-51.

DEFOE, D. *Robinson Crusoe*. Tradução: Leonardo Fróes. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

DERRIDA, J; BRIANT, J. História da mentira: prolegômenos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10, n. 27, p. 7-39, 1996.

DOSTOIÉVSKI, F. *Bobók*. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2012.

ECO, U.; BONAZZI, M. *Mentiras que parecem verdades*. Tradução: Giacomina Faldini. São Paulo: Summus Editorial, 1980.

FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio eletrônico século XXI*. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lexicon Informática, 1999. 1 CD ROM.

FIORIN, J. L. A crise da representação e o contrato de veridicção no romance. *Revista do GEL*, São José do Rio Preto, v. 5, n. 1, p. 197-218, 2008.

FRASE infeliz tira brigadeiro do páreo. *Memorial da Democracia*, São Paulo, [20--]. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/brigadeiro-faz-gol-contrano-final-da-partida>. Acesso em: 16 mar. 2022.

FRYE, N. *Anatomia da crítica*: quatro ensaios. Tradução: Marcus de Martini. São Paulo: É Realizações, 2013.

GOMES, R. S. Crise de veridicção e interpretação: contribuições da Semiótica. *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 15-30, dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/165198>. Acesso em: 11 jan. 2022.

- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. 2. ed. Tradução: Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto, 2012.
- HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2011.
- KAFKA, F. *A metamorfose*. Tradução: Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- LLOSA, M. V. *A festa do Bode*. Tradução: Paulina Wacht e Ari Roitman. São Paulo: Alfaguara, 2011.
- MÁRQUEZ, G. G. *Cem anos de solidão*. 41. ed. Tradução: Eliane Zagury. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- PAZ, D. Esa noticia. *Daniel Paz*, [S. l.], 3 maio 2020. Disponível em: <https://danielpaz.com.ar/blog/page/9/>. Acesso em: 27 jan. 2022.
- PESSOA, F. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1972.
- RICOEUR, P. *Tempo e narrativa 2: A configuração do tempo na narrativa de ficção*. Tradução: Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- ROSA, J. G. A hora e a vez de Augusto Matraga. In: ROSA, J. G. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. p. 429-462.
- ROSA, J. G. Famigerado. In: ROSA, J. G. *Primeiras histórias*. 15. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001. p. 49-52.
- RUFFATO, L. *Eles eram muito cavalos*. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- SAUSSURE, F de. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006
- SONHOS. Direção de Akira Kurosawa. Los Angeles, Califórnia, EUA: Warner Bros, 1990. 1 DVD, 1990 (119 min).
- TERRA, E.; PACHECO, J. *O conto na sala de aula*. Curitiba: InterSaberes, 2017.
- VERÍSSIMO, E. *Incidente em Antares*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

60
anos

Estudo

Texto recebido em: 10 fev. 2022. Aprovado em: 16 fev. 2022.

BREUNIG, Tiago Hermano. Desocultar verdades e sublinhar bonitezas: uma perspectiva freireana para a literatura e a teoria da literatura. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proexc, Recife, v. 39, n. 1, p. 137-160, jan./jun., 2022.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2022.253259>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

Desocultar verdades e sublinhar bonitezas: uma perspectiva freireana para a literatura e a teoria da literatura

Unveiling truths and underlining beauties: a freirean perspective for literature and literary theory

Tiago Hermano Breunig

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Doutor em Literatura

E-mail: tiago.breunig@ufpe.br

 <https://orcid.org/0000-0003-3123-3897>

 <http://lattes.cnpq.br/4555361609634168>

Resumo:

A partir de uma reconstituição do contexto intelectual da obra de Paulo Freire, o presente artigo se propõe a sugerir uma perspectiva freireana para a Literatura e a Teoria da Literatura, muito embora Paulo Freire não trate especificamente da Literatura em sua obra. Para tanto, fundamentado principalmente em textos de autoria de Paulo Freire (1959; 1967; 1978 [1968]; 1981 [1975]; 1989 [1981]; 2001 [1993]; 1996) e considerando sobretudo sua reflexão sobre a realidade e a educação brasileiras, bem como sobre a linguagem, propõe-se pontuar possibilidades de relações com a Literatura e a Teoria da Literatura, especialmente com a tradição da Crítica Estética ou da Estilística de Karl Vossler, referenciado por Freire, visando, por fim, a um ensino de literatura fundamentado na teoria, em contraposição ao perigo do pragmatismo alinhado ao discurso neoliberal.

Palavras-chave: Paulo Freire. Teoria da Literatura. Estilística.

Abstract

Based on a reconstitution of the intellectual context of Paulo Freire's work, this article aims to suggest a Freirean perspective for literature and literary theory, even though Paulo Freire does not deal specifically with literature in his work. To this end, based mainly on texts written by Paulo Freire (1959; 1967; 1978 [1968]; 1981 [1975]; 1989 [1981]; 2001 [1993]; 1996), and considering above all his reflections on Brazilian reality and education, as well as language, this paper points out possibilities of relations with literature and literary theory, especially with Karl Vossler's aesthetic criticism or stylistics tradition, referenced by Freire, aiming at a teaching of literature based on theory, as opposed to the danger of pragmatism aligned with neoliberal discourse.

Keywords: Paulo Freire. Literary Theory. Stylistics.

A leitura ou releitura da obra de Paulo Freire evidencia a reiteração de algumas ideias: a crítica ao “‘pragmatismo’ neoliberal”; a educação popular; a opressão pelas classes dominantes; o colonialismo; a alienação; o historicismo, o criticismo e a totalidade enquanto categorias de apreensão da realidade; a conscientização; a libertação; a reificação ou coisificação dos seres humanos; a humanização ou, como Paulo Freire (2001, p. 8) mesmo escreve, a “preocupação com a natureza humana a que devo minha lealdade sempre proclamada”. Embora Paulo Freire não tenha tratado especificamente da literatura, acreditamos poder, a partir de pistas deixadas em sua obra, conceber uma perspectiva freireana para a literatura e a teoria da literatura. Para tanto, proporemos uma contextualização das ideias de Paulo Freire em relação à realidade e à educação brasileiras para, a seguir, pontuar possibilidades

de relações com a literatura e a teoria da literatura, com vistas a um ensino de literatura fundamentado na teoria da literatura ou, ainda, em contraposição ao perigo do pragmatismo.

As ideias de Paulo Freire se identificam inicialmente com as preocupações do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, fundado nos anos 1950, mas com um alinhamento menos reformista do que o nacional-desenvolvimentismo do ISEB, caracterizado por uma compreensão universalizante de nação que eventualmente encobre questões de classe. Provavelmente, Paulo Freire mira o ISEB, ou um segmento dele, quando, a partir de um entendimento alinhado ao de Frantz Fanon (1968), critica “o modelo que a burguesia faz de si mesma às massas com possibilidade de sua ascensão”, através de “pactos entre as classes dominantes e as massas dominadas” (FREIRE, 1978, p. 172): “O apoio das massas populares à chamada ‘burguesia nacional’ para a defesa do duvidoso capital nacional foi um destes pactos, de que sempre resulta, cedo ou tarde, o esmagamento das massas” (FREIRE, 1978, p. 172).

A fragilização da organização da luta de classes decorrente de tais pactos não era, evidentemente, uma particularidade do ISEB. Tais pactos se encontram, inclusive, no Partido Comunista, como constata Roberto Schwarz (1992, p. 65):

Muito mais anti-imperialista que anticapitalista, o PC distinguia no interior das classes dominantes um setor agrário, retrógrado e pró-americano, e um setor industrial, nacional e progressista, ao qual se aliava contra o primeiro. Ora, esta oposição existia, mas sem a profundidade que lhe atribuíam, e nunca pesaria mais do que a oposição entre as classes proprietárias, em bloco, e o perigo do comunismo. O PC entretanto transformou em vasto movimento ideológico e teórico as suas alianças, e acreditou nelas, enquanto a burguesia não acreditava nele. Em consequência chegou despreparado à beira da guerra civil. *Este engano esteve no centro da vida cultural brasileira de 1950 pra cá* (SCHWARZ, 1992, p. 65, grifo do autor).

Como nota Renato Ortiz (1985, p. 48), “as filiações do pensamento de Paulo Freire com o ISEB são conhecidas”. E o próprio Freire o reconhece, quando escreve, em *Educação como prática da liberdade*, de 1967:

Dois empenhos, da mais alta importância, da educação universitária e pós-universitária, merecem referência especial. O do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB – e o da Universidade de Brasília. Ambos frustrados pelo Golpe Militar [...] o ISEB foi um momento do despertar da consciência nacional, que se prolonga à Universidade de Brasília (FREIRE, 1967, p. 98).

Ao constatar a negação do Brasil por parte dos intelectuais que, influenciados pelas teorias europeias, associavam-no ao atraso, Freire (1967, p. 99) conclui: “O ISEB, que refletia o clima de desalienação característico da fase de trânsito, era a negação desta negação, exercida em nome da necessidade de pensar o Brasil como realidade própria, como problema principal, como projeto”. Nesse

sentido, o ISEB representa, para Freire (1967, p. 99), a “identificação com o despertar da consciência nacional” com a tarefa de “transformação da realidade”.

As preocupações do ISEB enaltecidas por Paulo Freire parecem ser antecipadas por Manuel Bomfim, para quem “a compreensão do atraso latino-americano se liga ao esclarecimento das relações entre nações hegemônicas e nações dependentes” (ORTIZ, 1985, p. 23). Nesse sentido, ao propor uma teoria do imperialismo concebida em termos de parasitismo social, Bomfim constata, por exemplo, a incapacidade de se analisar e compreender a realidade brasileira. Assim, a despeito dos enganos decorrentes do seu biologismo, muito embora denuncie as teorias racistas vigentes “como ideologias que procuram legitimar uma situação de exploração em detrimento das nações subdesenvolvidas” (ORTIZ, 1985, p. 26), Bomfim identifica “o conservantismo e a falta de espírito de observação” (ORTIZ, 1985, p. 25) como mazelas da educação do colonizado pelo colonizador que caracterizariam a população brasileira:

O conservantismo decorre da posição do colonizador, que procura, custe o que custar, manter a tradição que lhe assegura o poder. Explica-se dessa forma o horror com que os brasileiros encaram todo projeto de mudança social; o apego às tradições conservadoras traduz na verdade uma dificuldade em se colocar diante do progresso social. A crítica de Manuel Bomfim se dirige principalmente aos políticos e intelectuais, que ele considera como essencialmente conservadores. A falta de espírito de observação corresponderia a uma incapacidade de se analisar e compreender a própria realidade brasileira (ORTIZ, 1985, p. 26).

Ao reconhecer, como vimos, a filiação de seu pensamento com o ISEB¹, em *Educação como prática da liberdade*, de 1967, Paulo Freire reitera, na verdade, o que escreve oito anos antes em sua tese de concurso para a cadeira de História e Filosofia da Educação na Escola de Belas Artes de Pernambuco, intitulada *Educação e atualidade brasileira*, de 1959. Ao comentar a necessidade de conscientização do homem brasileiro acerca de sua “responsabilidade social e política” para que participe do processo de desenvolvimento nacional, Freire observa: “Problema em que lucidamente vêm insistindo, de modo geral, os professores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), nem sempre bem compreendidos na sua ‘ideologia do desenvolvimento’” (FREIRE, 1959, p. 13). Freire menciona, a seguir, Álvaro Vieira Pinto como “um dos mais autênticos mestres daquele Instituto” (FREIRE, 1959, p. 13), o qual parece propor a Paulo Freire, como este transparece a seguir, “o problema da educação das massas” para uma “ideologia do desenvolvimento” (FREIRE, 1959, p. 19), que retomaremos adiante.

Em linhas gerais, o ISEB analisa a realidade nacional a partir de uma perspectiva filosófica e sociológica, privilegiando a história enquanto possibilidade de transformação da realidade, definida pela

1. Ainda a esse respeito, observa-se em Paulo Freire: uma arqueologia bibliográfica: “Paulo Freire se desenvolve intelectualmente dentro desse contexto e os seus primeiros escritos [...] sofrem notável influência do ideário do ISEB, sobretudo em sua linha mais progressista, representada por Álvaro Vieira Pinto” (PITANO; STRECK; MORETTI, 2019, s/p). Os autores avaliam ainda as consequências do ISEB para a postura de Paulo Freire: “A partir dessa influência isebiana, Freire recusou, desde os seus primeiros escritos, a introjeção de uma visão eurocêntrica sobre o Brasil, que, considerando-o um país atrasado, ‘negava o Brasil e buscava refúgio e segurança na erudição sem o Brasil verdadeiro e, quanto mais queria ser um homem de cultura, menos queria ser brasileiro’” (PITANO; STRECK; MORETTI, 2019, s/p).

condição colonial e pelo subdesenvolvimento, compreendido como uma fase de transição. O ISEB objetiva, portanto, a conscientização da situação colonial contra a alienação, visando à transformação da realidade nacional no sentido de seu desenvolvimento. Entre os intelectuais do ISEB que são citados explicitamente por Paulo Freire, encontram-se Álvaro Vieira Pinto, Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, entre outros, com os quais compartilha leituras de Hegel, Marx, Mannheim, Sartre etc. E é, de fato, Vieira Pinto quem parece ter maior impacto sobre a obra de Paulo Freire. Como exemplo, em *Consciência e realidade nacional*, de 1960, Vieira Pinto contrapõe uma consciência ingênua, alienada a uma consciência crítica, desalienada, propondo a categoria de “totalidade”, de extração hegeliana e marxista, enquanto um caráter distintivo do pensar crítico, oposto a um tipo de pensamento que, para compreender a realidade, mutila-a, apreendendo-a parcialmente.

Em Vieira Pinto, resume Ortiz (1985), a totalidade passa a se identificar com a nação, subdesenvolvida, no caso do Brasil, entendida numa situação colonial, mais ampla, em que o homem apenas pode realizar o seu Ser ou seu destino humano transformando esse mundo por meio do desenvolvimento. O desenvolvimento, para Vieira Pinto, corresponde, assim, a um humanismo, pois devolve ao homem colonizado sua dimensão humana, processo que se consolida com a libertação nacional e a construção de um Estado verdadeiramente nacional. Para tanto, o ISEB se afirma empenhado na “emancipação cultural” do Brasil e na compreensão dos “problemas do homem brasileiro e do contexto semicolonial e subdesenvolvido em que se acha situado” (VIEIRA PINTO, 1960a, p. 7), apoiando-se, contudo, no conceito duvidoso de “autenticidade” da cultural nacional.

Desse resumo grosseiro, gostaríamos de destacar dois aspectos que permitem avaliar o impacto de Vieira Pinto sobre a obra de Paulo Freire: a categoria de “totalidade” e a contraposição entre consciência ingênua ou alienada e consciência crítica ou desalienada; e o humanismo como desenvolvimento.

Desde 1959, em sua tese, Paulo Freire (1959, p. 7) visa a uma “relação de organicidade com a contextura da sociedade a que [o processo educativo] se aplica”, o que “implica num conhecimento crítico da realidade”, no sentido de uma integração e adequação com a atualidade. Para tanto, e considerando o passado colonial e o subdesenvolvimento, desfavoráveis a uma consciência democrática, Freire afirma que a emergência do povo na vida pública brasileira requer promover, pela educação, a transição da consciência “ingênua” para a “crítica” (FREIRE, 1959, p. 13). Em meados dos anos 1990, em seu último livro, Freire reitera, ainda, a transição, ou superação, da ingenuidade a uma “consciência crítica”, ao afirmar que ensinar exige criticidade: “Ao criticizar-se [a curiosidade], tornando-se então [...] curiosidade epistemológica, metodicamente ‘rigorizando-se’ na sua aproximação ao objeto, conota seus achados de maior exatidão” (FREIRE, 1996, p. 15). Ao longo de toda a sua produção, portanto, a obra de Paulo Freire é permeada por categorias propostas por Vieira Pinto.

Quanto ao segundo ponto, o humanismo, em Paulo Freire, deriva, certamente, de seu entendimento como desenvolvimento ou transformação da realidade em prol da dimensão humana, como se pode ver em *Educação como prática da liberdade*, de 1967, em que, considerando as condições estruturais de nossa colonização, afirma que a “humanização do homem brasileiro” pela educação

passa pela conscientização e desalienação, “propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades” (FREIRE, 1967, p. 57). O tema do desenvolvimento, tão caro ao ISEB, aparece ao reivindicar a “participação popular neste mesmo desenvolvimento, o da inserção crítica do homem brasileiro no processo de ‘democratização fundamental’” (FREIRE, 1967, p. 85). Paulo Freire privilegia, portanto, o desenvolvimento para as classes populares. Um ano depois, em *Pedagogia do oprimido*, de 1968, escreve que a “luta pela humanização, pela superação da contradição opressor-oprimido” exige a “responsabilidade total” e a liberdade que requer que “o indivíduo seja ativo e responsável” (FREIRE, 1978, p. 59-60). A humanização aqui se coaduna explicitamente com a “desalienação” e a “afirmação dos homens como pessoas”, por meio de um aprendizado, escreve Paulo Freire (1978, p. 30) aludindo a Frantz Fanon, que deve partir dos “condenados da terra”, dos “oprimidos” e dos que com eles se solidarizem. Nesse sentido, explica, uma pedagogia do oprimido é:

aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará (FREIRE, 1978, p. 32).

A humanização em Paulo Freire, portanto, preserva muito pouco do sentido presente em afirmações como a que presume que a literatura humaniza². A humanização aqui representa antes de tudo, e numa sociedade de classes, a recuperação da dignidade humana contra a reificação ou coisificação dos seres humanos por meio da superação da opressão, o que requer (mas não basta) a desalienação e o reconhecimento em sentido hegeliano. Trata-se, mais exatamente, de um humanismo fanoniano, digamos, que exige, como escreve Paulo Freire em *Educação como prática da liberdade*, de 1967, mencionando novamente Fanon, uma educação para a autorreflexão, a politização das massas que passa pela “tomada de consciência e de que resultará sua inserção na História, não mais como espectadoras, mas como figurantes e autoras” (FREIRE, 1967, p. 36).

Nesse sentido, e ainda em alinhamento com o ISEB, o ser humano é um “projeto”, “um mais além de si, capaz de captar a sua realidade, de conhecê-la para transformá-la” (FREIRE, 1978, p. 42). E, para tanto, a ação sugerida por Paulo Freire (1978, p. 44) consiste em enfrentar, “culturalmente, a cultura da dominação”. O problema da conscientização e da autorreflexão resulta na compreensão da educação como “problematização dos homens em suas relações com o mundo”: “Identifica-se – explica Paulo Freire (1978, p. 77, grifo do autor) – com o próprio da consciência que é sempre ser *consciên-*

2. Temos em mente, por exemplo, os textos que, ao reproduzir, a partir de Antonio Candido (1995 [1988]), em *O direito à literatura*, a afirmação de que a literatura humaniza, frequentemente ignoram a fundamental questão de classe que permeia os argumentos de Candido, sem a qual a noção de humanização acaba se voltando contra ela mesma.

cia de”, inclusive “quando se volta sobre si mesma”, cindida de modo que “a consciência [seja] consciência de consciência”.

Chegamos a um momento propício para recuperar a concepção de “ideologia do desenvolvimento”, de Vieira Pinto, relacionada, como vimos, com “o problema da educação das massas”. Enquanto, de maneira geral, o ISEB se ocupa com a compreensão da realidade brasileira focando, antes de tudo, as classes que promoveriam o desenvolvimento por meio do capital nacional, Paulo Freire amplia essa preocupação priorizando as classes populares e a alfabetização do povo brasileiro, um antigo problema cuja resolução promoveria a ampliação da participação popular, e, ao mesmo tempo, a conscientização dos educandos de sua realidade e atualidade, favorecendo a sua participação na democracia e nas transformações sociais.

Para tal alfabetização, interpõe-se, entre o educando e a realidade, a sua “codificação” e “descodificação”, como chama Paulo Freire. As “codificações”, explica Freire (1989, p. 13), são “representações da realidade”, provenientes de leituras do mundo, que antecedem, como escreve Freire (1989), a leitura da palavra, a qual permanece associada dinamicamente ao mundo, enquanto “palavramundo”.

Pois bem, a “representação da realidade”, em Vieira Pinto, condiz com a “consciência”, uma representação mental da realidade, ou seja, a ideologia – “linguagem e realidade se prendem dinamicamente”, escreve Freire (1989, p. 9), de modo que em “leitura do mundo”, devemos frisar a “leitura”. Reparemos nas palavras de Freire, em sua tese de 1959, a respeito da “ideologia do desenvolvimento”, de Vieira Pinto, e sua relação com a “educação das massas”:

Foi exatamente uma educação dessas, que deve implicar num trabalho com o povo e nunca sobre o povo ou simplesmente para ele, através dos grupos, que tentamos realizar em nossa comentada experiência [do Sesi de Pernambuco]. E é precisamente uma educação assim que, ultrapassando as paredes das escolas, precisa ser incrementada entre nós.

Medita-se, ainda, no que representa para países subdesenvolvidos como o Brasil, mas em processo de desenvolvimento, a inserção do povo no esforço da recuperação econômica de suas comunidades. E não só econômica, mas política e social. O que representa a criação e a amplitude de uma consciência popular do desenvolvimento. O sentido da responsabilidade social do homem. O que não poderão fazer comunidades assim ideologizadas no esforço de sua recuperação (FREIRE, 1959, p. 19).

Paulo Freire trata de uma “consciência” do desenvolvimento, que equivale a uma ideologia: “assim ideologizadas”, ele escreve, a respeito da conscientização ou da “criação e amplitude de uma consciência popular do desenvolvimento”. Vieira Pinto, embora insista no primado da objetividade sobre a representação, ao propor discutir a relação entre a representação de uma consciência coletiva e a realidade nacional correspondente, conclui que o pensamento resultante da operação de conscientização da realidade e de autoconscientização constitui ainda uma vinculação entre subjetividade e objetividade. E o cerne dessa operação é a atribuição de significado:

É o significado do trabalho. Trata-se de converter em enunciados ideológicos, reconhecidos pelas massas, os pressupostos lógicos das condições em que desempenham o seu trabalho. É preciso fazê-lhes ver que ao trabalharem estão pensando o mundo onde vivem e dando origem ao projeto de alterá-lo. (VIEIRA PINTO, 1960, p. 17-18).

Os processos de codificação e decodificação pressupõem que as situações existenciais, ou seja, as relações sociais, compreendem, enquanto ideologia, um significado, produzido pela representação. A codificação e a decodificação, que devem ser compreendidas como um processo e não um circuito comunicacional, constituem, como ocorre com as palavras geradoras, uma desconstrução das codificações precedentes, que conformam a representação mental do sujeito, articulada pela linguagem, lugar em que as situações existenciais ou as relações sociais são representadas e significadas e em que as ideologias, inscritas nas ações humanas, são materializadas. Assim, Freire (1989, p. 13-14) constata, por exemplo, que “esse conjunto de representações de situações concretas possibilitava aos grupos populares uma ‘leitura’ da ‘leitura’ anterior do mundo, antes da leitura da palavra”.

Retomemos Paulo Freire:

A decodificação da situação existencial [...] implica num partir abstratamente até o concreto; que implica numa ida das partes ao todo e numa volta deste às partes, que implica num reconhecimento do sujeito no objeto (a situação existencial concreta) e do objeto como situação em que está o sujeito. Este movimento de ida e volta, do abstrato ao concreto, que se dá na análise de uma situação codificada, se bem feita a decodificação, conduz à superação da abstração com a percepção crítica do concreto, já agora não mais realidade espessa e pouco vislumbrada (FREIRE, 1978, p. 114).

A codificação, que remete, “por abstração”, insiste Freire (1978, 114), “ao concreto da realidade existencial”, e a descodificação, que “possibilita descobrir a interação entre as partes do todo” da situação existencial codificada, conferem, finalmente, uma “significação” ao todo. A ideologia, enquanto representação e significação pelas quais são vivenciadas as situações existenciais, aparece, portanto, como propriedade do sujeito e da subjetividade, de modo que, embora exista concretamente fora da representação, a realidade pode ser vivenciada, enquanto situação existencial, em que o sujeito se reconhece como tal, apenas dentro da representação e da significação: “palavramundo”.

Nessas idas e voltas, voltemos ao problema da relação com a realidade, que aparece, como vimos, intermediada pelos processos de codificação e descodificação. Como uma tal intermediação poderia funcionar no caso da literatura? Aqui parece que a noção de estilo de Karl Vossler oferece uma resposta, ao menos no que diz respeito, hipoteticamente, ao entendimento de Paulo Freire.

Vossler figura praticamente sozinho na obra de Paulo Freire enquanto um nome representativo da teoria da literatura. Nome, inclusive, presente entre as leituras do jovem Paulo Freire, registradas entre 1942 e 1955, ao lado de Charles Bally, Benedetto Croce e Giambattista Vico (GADOTTI, 1996): “Foi Vossler – escreve Paulo Freire (2001, p. 41, grifo do autor) nos anos 1990 – quem primeiro me chamou a atenção para o problema do *momento estético* da linguagem”. E o escreve ao lembrar que propunha, em suas aulas, a leitura de Graciliano Ramos, de Machado de Assis, de José Lins do Rego, de Manuel Bandeira, de Carlos Drummond de Andrade, buscando incansavelmente a “boniteza na linguagem”.

A “boniteza na linguagem” ou “boniteza da expressão” (FREIRE, 2001, p. 41) deve coincidir, segundo Freire, “com a precisão rigorosa do pensamento e com o respeito à verdade. Estética e ética se dão as mãos”, conclui. O “momento estético” de que trata Freire representa, para Vossler, a expressão, individual, subjetiva, por meio da linguagem, ou, na terminologia de Bally, um “fato de expressão da linguagem”, assimilado a uma unidade de pensamento, identificado a “uma representação ou a um conceito do espírito” (BALLY, 1919 *apud* AGUIAR E SILVA, 1976, p. 600). Mas a “crítica estética” ou a “estilística” de Vossler, interessado, ao contrário de Bally, pela linguagem literária ou pela estética, consiste no desenvolvimento da teoria de Croce, que compreende a linguagem como um “ato espiritual e criador”, e a concebe, contra as teorias positivistas, como “expressão da fantasia”, assimilando linguagem e poesia (AGUIAR E SILVA, 1976, p. 602-603).

Considerando o contexto histórico-cultural da criação individual, como compreende a linguagem literária, ou da criação artística, como compreende a linguagem, pois, afinal, as expressões de linguagem são expressões de poesia, Vossler (1929 *apud* AGUIAR E SILVA, 1976, p. 604) concebe a linguagem, por um lado, como criação coletiva, teórico-prática, “condicionada por necessidades empíricas, ou seja, evolução” e, por outro lado, como “atividade puramente teórica, intuitiva e individual, portanto, arte. Todo indivíduo que exprime uma impressão espiritual, cria intuições, produz formas de linguagem”, escreve Vossler (1929 *apud* AGUIAR E SILVA, 1976, p. 603).

Ora, o modelo da “crítica estética” ou da “estilística” de Vossler parece compatível com a compreensão de Paulo Freire da relação com a realidade, de sua representação ou consciência, intermediada

pela linguagem, cujas formas, segundo Vossler, são expressão de uma “impressão espiritual”, individual, mas condicionadas “pelas necessidades empíricas”, sociais. Nesse sentido, o autor, situado em determinado contexto sociocultural e da evolução da linguagem, inclusive a literária, aparece, enquanto indivíduo real condicionado ou sobre-determinado ideologicamente e sócio-historicamente, como o artífice da representação concreta, o texto, afetado por sua representação mental ou sua “consciência”, seu “enfrentamento” com o mundo – afinal, segundo Freire (1981, p. 9), “os livros em verdade refletem o enfrentamento de seus autores com o mundo”. Concretizada pela linguagem, a “consciência” já não constitui simplesmente uma representação da realidade, mas uma realidade parcial: o texto. Uma realidade que cria uma outra realidade, ficcional ou não, que “totaliza”, enquanto texto, as suas parcialidades em uma unidade, situada, no entanto, na realidade concreta, histórica, e submetida a tantos condicionamentos ou sobredeterminações sociais e ideológicos quanto seus personagens e seu narrador, ou eu-lírico, seu autor e seu leitor.

Entre o leitor e o texto se encontra o autor em sua relação com a realidade, a qual – a relação e não a realidade – o autor expressa na literatura, com a qual o leitor dialoga em um confronto entre representações – ou “encontro das consciências”, como diria Freire (1967, p. 142), embora não trate especificamente da literatura: “o ato de estudar não se reduz à relação leitor-livro, ou leitor-texto. Os livros em verdade refletem o enfrentamento de seus autores com o mundo” (FREIRE, 1981, p. 9). Para Freire (1981), o ato de estudar é assumir uma relação de diálogo com o autor do texto e com seu contexto, que requer uma compreensão similar ao horizonte de expectativas que Hans Robert Jauss retoma da fusão de horizontes concebida por Hans-Georg Gadamer: “esta relação dialógica implica na percepção

do condicionamento histórico-sociológico e ideológico do autor, nem sempre o mesmo do leitor” (FREIRE, 1981, p. 10).

Jauss (1994) compreende a historicidade da literatura a partir de sua relação com o leitor, de modo que o sentido da obra deve ser compreendido como totalidade historicamente produzida, como observa Regina Zilberman (1989). Nesse sentido, afirma Jauss:

Minha tentativa de, do ponto de vista estético-recepcional, responder à pergunta acerca da função socialmente constitutiva da literatura pode partir do fato de que, desde Karl Mannheim, o conceito de horizonte de expectativa – já empregado anteriormente por mim na interpretação histórico-literária e agora desenvolvido metodologicamente – encontra-se presente também na axiomática da sociologia (JAUSS, 1994, p. 51).

Com a intenção, no entanto, de “definir a contribuição específica da literatura no processo geral da construção da experiência” (JAUSS, 1994, p. 51) a partir da premissa de um “horizonte de expectativas”, Jauss conclui que:

O horizonte de expectativa da literatura distingue-se daquele da práxis histórica pelo fato de não apenas conservar as experiências vividas, mas também antecipar possibilidades não concretizadas, expandir o espaço limitado do comportamento social rumo a novos desejos, pretensões e objetivos, abrindo, assim, novos caminhos para a experiência futura (JAUSS, 1994, p. 52).

Assim, a ampliação do horizonte de expectativa do leitor culmina na emancipação do homem precisamente porque a literatura ultrapassa a função de representação da realidade:

Conclui-se que se deve buscar a contribuição específica da literatura para a vida social precisamente onde a literatura não se esgota na função de uma arte da *representação*. Focalizando-se aqueles momentos de sua história nos quais obras literárias provocaram a derrocada de tabus da moral dominante ou ofereceram ao leitor novas soluções para a casuística moral de sua práxis de vida – soluções estas que, posteriormente, puderam ser sancionadas pela sociedade graças ao voto da totalidade dos leitores –, estar-se-á abrindo ao historiador da literatura um campo de pesquisa ainda pouco explorado. O abismo entre literatura e história, entre o conhecimento estético e o histórico, faz-se superável quando a história da literatura não se limita simplesmente a, mais uma vez, descrever o processo da história geral conforme esse processo se delineia em suas obras, mas quando, no curso da “evolução literária”, ela revela aquela função verdadeiramente constitutiva da sociedade que coube à literatura, concorrendo com as outras artes e forças sociais, na emancipação do homem de seus laços naturais, religiosos e sociais (JAUSS, 1994, p. 57, grifo do autor).

Assim como para Vossler o estudo da literatura exige prioritariamente o estudo do seu texto, em detrimento de estudos biográficos, impressionistas, sociologistas etc., Paulo Freire (1981, p. 8) compreende que, numa visão crítica, “o que estuda se sente desafiado pelo texto em sua totalidade e seu objetivo é apropriar-se de sua significação profunda”, percebendo “o condicionamento histórico-sociológico do conhecimento” (FREIRE, 1981, p. 9). Ademais, Freire insiste na volta ao texto apregoada pela tradição filológica e estilística de que faz parte Vossler:

Um texto estará tão melhor estudado quanto, na medida em que dele se tenha uma visão global, a ele se volte, delimitando suas dimensões parciais. O retorno ao livro para esta delimitação aclara a significação de sua globalidade (FREIRE, 1981, p. 9).

Para tanto, Freire reafirma “a necessidade de melhor instrumentalizar-se para voltar ao texto em condições de entendê-lo [...]. A compreensão de um texto [...] exige trabalho paciente de quem por ele se sente problematizado”, conclui Freire (1981, p. 10), sugerindo que “a atitude crítica no estudo é a mesma que deve ser tomada diante do mundo” (FREIRE, 1981, p. 9).

Nesse “movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo”, de que fala Freire (1989, p. 13), e diante da “tarefa a ser cumprida na escola apesar do poder dominante e por causa dele – a de desopacizar a realidade enevoada pela ideologia dominante” (FREIRE, 2001, p. 28), que implica, para Freire, que “ensinar exige estética e ética” (1996, p. 18), nesse “esforço de desocultar verdades e sublinhar bonitezas” (FREIRE, 2001, p. 56), como define a educação, impõe-se a teoria, como insiste Freire desde *Educação como prática da liberdade*, de 1967:

Quase sempre, ao se criticar esse gosto da palavra oca, da verbosidade, em nossa educação, se diz dela que seu pecado é ser ‘teórica’. Identifica-se assim, absurdamente, teoria com verbalismo. De teoria, na verdade, precisamos nós. De teoria que implica numa inserção na realidade, num contato analítico com o existente, para comprová-lo, para vivê-lo e vivê-lo plenamente, praticamente. Neste sentido é que teorizar é contemplar (FREIRE, 1967, p. 93-94).

Paulo Freire considera, inclusive, a “unidade dialética entre prática e teoria” uma de suas marcas mais visíveis: “uma das marcas mais visíveis de minha trajetória profissional” – escreve em *Política e educação*, de 1993 – “é o empenho a que me entrego de procurar sempre a unidade entre a prática e a teoria” (FREIRE, 2001, p. 43). Ao afirmar que precisamos de teoria, como vimos,

“de teoria que implica numa inserção na realidade”, Freire conclui evocando a etimologia da palavra: “Neste sentido é que teorizar é contemplar”.

Com efeito, como confirma Nascentes (1966, p. 724), a palavra “teoria” deriva do grego *theōría*, que significa “ação de contemplar, examinar, observar, especulação, estudo”. Conforme Liria (2010), a palavra nomeia a adoção de uma atitude distinta da natural (*empeiría*) que os gregos chamaram *theōría*, ou seja, o distanciamento da atitude natural com relação ao mundo, que implica “olhar” (*theōreîn*) o mundo de outra maneira, olhar que revela um interesse pelas coisas que estava necessariamente ausente na consideração do mundo como conjunto de *prágmata*. A *theōría* consiste, assim, no endireitamento do olhar ao ser, que, pela perplexidade, obriga a considerar o mundo como tendo uma realidade distinta da que se oferece na experiência cotidiana do mundo e nos incita a dirigir o olhar para tal realidade: “Na perplexidade, o *ser* em si mesmo das coisas se converte em objeto de nossa consideração na medida exata em que nos descobrimos ignorando-o” (LIRIA, 2010, p. 20, tradução nossa):

Hans Blumenberg, seguindo Jacob Bernays, remete o sentido original da *theoría* à “posição e atitude do espectador incólume”, do que se situa *além* do acontecer e o observa *à distância*, como se viesse de fora, como se não estivesse de fato preso ao acontecer mesmo. A *theoría* significa um *distanciamento*, a abertura de uma brecha na imediatez do acontecido ou do dado. [...] A *theoría* é, nesse sentido, a atividade ou a atitude pela qual chegamos ao *ser*, pela qual a *essência* do que acontece se faz presente.

Assim, pois, a *theoría*, apesar de ser um distanciamento em relação à *práxis*, é – em certo sentido que Aristóteles destaca – a *práxis* mais autêntica, pois implica um modo de participação no jogo mais radical do que o simples jogá-lo [...]. A *theoría* é, pois, a única *práxis* pela qual entramos em relação com o mundo *como tal*. É o “isolamento” em relação ao mundo pelo qual esse se manifesta no que é e, consequentemente, pelo qual é possível *agir* autenticamente sobre ele mesmo (LIRIA, 2010, p. 23-24, tradução nossa).

Ao destacar, por fim, a relação que existe para os gregos entre a *theōría* e a “verdade” como os gregos a entendem, ou seja, como desocultamento, Liria (2010, p. 28) retoma Heidegger: “A *theoría* é a respeitosa atenção ao desocultamento do presente. A *theoría* no sentido antigo, ou seja, primeiro, é o olhar para a verdade”. Ora, tal olhar que nos põe diante de um “mundo ‘admirável’ (*thaumásios*)” (LIRIA, 2010, p. 22, tradução nossa), e que descreve o sentido presente na etimologia de “teoria”, parece condizer com a função da arte, como sugere uma conhecida narrativa de Eduardo Galeano (2002, p. 16), chamada “A função da arte”:

Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando.

Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza.

E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: — Me ajuda a olhar! (GALEANO, 2002, p. 16).

Se a função da arte, como sugere o texto de Galeano, é ajudar a olhar o mundo, a teoria e, mais especificamente, a teoria da literatura, ajuda a olhar o olhar o mundo, a olhar a literatura e, por conseguinte, a realidade em sua opacidade, no “movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo” (FREIRE, 1989, p. 13), fundamental para a educação enquanto “esforço de desocultar verdades e sublinhar bonitezas” (FREIRE, 2001, p. 56).

Ao ignorarem, portanto, a teoria em nome, supostamente, da prática, como muitas vezes ainda ocorre, flertando, desavisadamente, talvez, com um ensino tecnicista defendido pelo discurso neoliberal, pedagogos e professores seguem o outro Paulo, não o Freire.

Referências

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. *Teoria da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

CANDIDO, Antonio. *O direito à literatura*. In: CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995 [1988].

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução: José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981 [1975].

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989 [1981].

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Educação e atualidade brasileira*. Tese (História e Filosofia da Educação). Escola de Belas Artes de Pernambuco. Recife, 1959.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 [1968].

FREIRE, Paulo. *Política e educação: ensaios*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001 [1993].

GADOTTI, Moacir (org.). *Paulo Freire: uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez, 1996.

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. 9. ed. Porto Alegre: L&PM, 2002.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Tradução: Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

LIRIA, Pedro Fernández. *¿Qué es filosofía? Prólogo a veintiséis siglos de historia*. Madrid: Akal, 2010.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico resumido*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1966.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PITANO, Sandro de Castro; STRECK, Danilo Romeu; MORETTI, Cheron Zanini (org.). *Paulo Freire: uma arqueologia bibliográfica*. Curitiba: Appris, 2019.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIEIRA PINTO, Álvaro. *Consciência e realidade nacional: a consciência ingênua*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960a. v. 1.

VIEIRA PINTO, Álvaro. *Consciência e realidade nacional: a consciência crítica*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960b. v. 2.

ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 1989.



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

60
anos

Estudo

Texto recebido em: 31 jan. 2022. Aprovado em: 07 mar. 2022.

MOREIRA, Rafael da Silveira; MOREIRA, Júlio da Silveira; ANDRADE M. OLIVEIRA, Érico. O modus operandi das fake news na Psicologia das Massas. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proexc, Recife, v. 39, n. 1, p. 161-192, jan./jun., 2022.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2022.253131>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

O modus operandi das fake news na Psicologia das Massas

The modus operandi of fake news in Group Psychology

Rafael da Silveira Moreira

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Instituto Aggeu Magalhães (Fiocruz)

Doutor em Saúde Pública

E-mail: rafael.silveiram@ufpe.br

 <https://orcid.org/0000-0003-0079-2901>

 <http://lattes.cnpq.br/8532679856626407>

Júlio da Silveira Moreira

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Doutor em Sociologia

E-mail: julio.s.moreira@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-3597-6420>

 <http://lattes.cnpq.br/9438403556820306>

Érico Andrade Marques de Oliveira

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Doutor em Filosofia

E-mail: ericoandrade@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-4956-7713>

 <http://lattes.cnpq.br/0725459534795685>

Resumo

O recente fenômeno das *fake news* vem se tornando cada vez mais presente nas redes de comunicação social, especialmente na internet, por meio de suas plataformas sociais. Sendo consideradas notícias falsas, intencionalmente criadas com o intuito de enganar os receptores de seus conteúdos, umas vezes com intenção mercadológica, outras vezes com

propósitos políticos, pouco se discutiu sobre as condições que contribuem para o seu sucesso. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é recorrer à obra de Freud intitulada *Psicologia das massas* para a compreensão das *fake news* enquanto um fenômeno de massa, logo, admissível de crença pelo indivíduo inserido na alma coletiva das multidões. Como resultado, foi possível compreender os aspectos psicológicos que envolvem os indivíduos nas massas e que justificam a renúncia de comportamentos críticos diante das narrativas falaciosas das *fake news*. Tal alma coletiva é capaz de assumir como verdade uma narrativa que corresponda apenas às necessidades de sentido e coerência em relação aos seus anseios, sacrificando as evidências objetivas e factuais da realidade. Adicionalmente, corrobora a própria construção de uma realidade que justifique a profecia enganadora lançada pelas *fake news*. Com efeito, o trabalho buscou contribuir na identificação dos aspectos que contribuem para o êxito das *fake news* e sua forma de operação social, no intuito de oferecer subsídios para o combate a este fenômeno e minar seu potencial destrutivo na sociedade. Conhecendo as condições e a forma de ação das *fake news*, abre-se um caminho para sua prevenção e tratamento precoce.

Palavras-chave: *Fake news*. Psicologia. Democracia.

Abstract

The recent phenomenon of fake news has become increasingly present in social communication networks, especially on the internet, through its social platforms. Being considered false news, intentionally created with the intent of deceiving the recipients of its contents, sometimes with marketing intent and other times with political purposes, little was discussed about the conditions that contribute to their success. In this sense, the objective of this article is to resort to Freud's work entitled "Group Psychology" to understand fake news as a mass phenomenon, therefore, admissible of belief by the individual inserted in the collective soul of the crowds. As a result, it was possible to understand the psychological aspects that involve individuals in the masses and that justify the renunciation of critical behavior in the face of the fallacious narratives of fake news. This collective soul assumes as truth a narrative that corresponds only to the needs of meaning and coherence in relation to its

desires, sacrificing objective and factual evidence of reality. Additionally, it corroborates the construction of a reality that justifies the misleading prophecy launched by fake news. Indeed, the work sought to contribute to the identification of the aspects that contribute to the success of fake news and its form of social operation, offering subsidies to combat this phenomenon and undermine its destructive potential in society. Knowing the conditions and the form of action of fake news, opens a way for its prevention and early treatment.

Keywords: Fake news. Psychology. Democracy.

Introdução

O fenômeno das *fake news*, ou notícias falsas, não é recente. Embora atualmente o termo esteja sendo bastante utilizado nos meios de comunicação e nas redes sociais, o seu uso acompanha toda a ação humana assentada no expediente da mentira. Dessa forma, trata-se de um fenômeno antigo, cuja origem se torna difícil precisar. Mesmo antes do uso da linguagem, seja enquanto representação da realidade, seja enquanto ato performativo, o fenômeno da mentira já estava presente nas habilidades de ludibriação do ser humano como forma de ser no mundo. Nesse sentido, as próprias estratégias de caça e armadilhas do homem antigo já poderiam ser consideradas ações intencionalmente criadas para corromper a realidade, com vistas a um determinado objetivo.

Sagan (2006) oferece o ceticismo perante as narrações (algo parecido com a dúvida filosófica de Sócrates) como um processo de verificação com base nas regras da ciência, fazendo a diferenciação entre ciência e pseudociência, esta última povoada por histórias transmitidas através de crenças ou por construções recentes, igualmente míticas, com algumas lógicas que as fazem ter sentido,

mas elididas por outras evidências expressivas. Ele dá o exemplo da suposta existência de Atlântida, um continente submerso, sobre o qual existem inúmeros livros narrativos, mas que não suporta um exame dos mapeamentos oceanográficos e geofísicos da ciência, mostrando a impossibilidade de ter existido um continente na região e na época relatada.

No entanto, as *fake news* se distinguem dessas formas mais primitivas de dissimulação da realidade. Sua tradução deveria ser mais usada como “notícia fraudulenta”. Silva (2018, *apud* COSTA, 2018) as considera como notícias fraudulentas pelo fato de serem publicadas dolosamente, de forma trapaceira e baixa, o que nem sempre ocorre quando se publica uma notícia falsa culposamente, ou seja, sem o conhecimento de que se trata de uma notícia falsa *a priori*. Para ter sucesso em sua empresa de mentiras, como toda produção em massa que busca alcançar o maior número de clientes, elas precisam operar mobilizando afetos coletivos. Essa estratégia é necessária porque, ao mobilizar esses afetos, é pavimentado um caminho para a construção de narrativas favoráveis aos interesses de quem se utiliza desse expediente. Com efeito, os interesses podem ser desde a propaganda comercial de determinado produto até a propaganda política de determinada ideologia.

Existem várias definições de *fake news*. Elas estão presentes desde os dicionários, como o dicionário britânico, a artigos científicos sobre o tema. Por exemplo, o conceito de *fake news* segundo o dicionário britânico *Collins* é de uma informação falsa e sensacionalista disfarçada de notícia jornalística ou reportagem (COLLINS, 2020). Outra definição defende que as *fake news* não são informações mal apuradas ou pela metade, mas um conjunto de informações falsas que são divulgadas de modo intencional com vistas

a determinados interesses, sejam estes individuais ou coletivos (RECUERO; GRUZD, 2019). De forma mais severa, Ireton e Posetti (2018) criticam o uso do termo *notícia* para designar *fake news* como notícia falsa. Segundo as autoras, o termo *notícia* é reservado para as informações verificáveis de interesse público. Em outras palavras, o termo *notícia falsa* danifica a credibilidade da informação que atende aos requisitos de verificação da correspondência com a realidade e de interesse público. Ou seja, para ser notícia, a informação deve ser real, caso contrário não podemos chamar de notícia (IRETON; POSETTI, 2018).

Tanto na propaganda comercial quanto na ideológica, se necessita de um número muito grande de pessoas mobilizadas por elas para que as *fake news* obtenham sucesso. Não só um grande número de pessoas, mas que elas estejam unidas por um mesmo sistema de crenças, que possa amparar suas expectativas e desejos. E, em ambas as propagandas, a direção dos afetos ocorre em um ambiente coletivo, em um sentimento coletivo.

Nesse sentido, a preocupação central deste artigo foi a utilização das *fake news* como uma estratégia política para a desinformação em massa. Dessa forma, defendemos a tese de que as *fake news* se caracterizam como um fenômeno de massa. Essa tese será sustentada pela caracterização desses fenômenos segundo Freud, em sua obra *Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos* (FREUD, 2011). A questão que guia o nosso artigo consiste em compreender como as *fake news* se instalam no espaço público como um fenômeno de massa capaz, portanto, de mobilizar coletivamente afetos para determinados fins ideológicos e políticos.

Para realizar a nossa tarefa, iremos caracterizar mais detalhadamente as *fake news*. Com isso, teremos subsídios para poder-

mos avaliar a sua circulação e compartilhamento num grupo de pessoas que guardam em comum um mesmo conjunto de crenças irrefutáveis. Vamos também visitar a obra de Freud com vistas a compreender como se formam as massas, para poder esclarecer o modo como se desenvolve a circulação dos afetos no interior desses grupos. Acreditamos que as *fake news* se comportam como um fenômeno de massa. Concluiremos que elas podem provocar essa suspensão de comportamentos e pensamentos a respeito de avaliações morais por parte dos indivíduos que compõem uma massa ou um corpo coletivo homogêneo para que se construa um sentimento único e homogêneo. Portanto, iremos mostrar como as *fake news* ganham força em grupos que se comportam como uma massa, segundo a acepção de Freud.

Assim, teremos o seguinte percurso: o artigo está dividido em três seções; na primeira seção, é esboçado o conceito de *fake news*, suas características e sua forma de funcionamento, com exemplos reais; na segunda seção, são definidas as características dos fenômenos de massa segundo Freud em sua obra *A Psicologia das massas*; finalmente, na terceira seção, buscamos estabelecer o enquadramento das *fake news* no arcabouço conceitual da psicologia das massas.

Fake news: conceitos e modalidades operacionais

Além do conceito de *fake news* já descrito pelo dicionário britânico Collins (COLLINS, 2020), existe também uma concepção de que elas sejam mais do que simplesmente uma informação falsa, mas uma informação fraudulenta, dada sua intenção dolosa de causar

danos (RECUERO; GRUZD, 2019). Também existem autores que preferem remover o conceito de notícia atribuído às *fake news*, haja vista *notícia* ser um atributo exclusivo de informações verdadeiras (IRETON; POSETTI, 2018).

O importante dicionário da língua inglesa *Lexico* (2021), organizado pela Universidade de Oxford, define *fake news* como “Informações falsas que são transmitidas ou publicadas como notícias para fins fraudulentos ou com motivação política”¹. Por meio desse conceito, Barbosa (2020) aponta dois aspectos importantes; são eles a finalidade política e a imitação do gênero jornalístico das notícias veiculadas (*news*). Trata-se de um expediente que busca legitimar por meio de um rótulo jornalístico, cuja autoridade repousa sobre a informação de fatos verdadeiros, uma notícia falsa com intencionalidades políticas. Para ser convincente, as *fake news* precisam imitar o *modus operandi* das notícias verdadeiras.

Outro importante dicionário inglês, o *Cambridge Dictionary* (2021), apresenta uma definição semelhante, caracterizando as *fake news* como “histórias falsas que parecem ser notícias, espalhadas na internet ou usando outros meios de comunicação, geralmente criadas para influenciar visões políticas ou como uma piada”². Esse conceito inclui outro elemento importante: a internet como meio usual de disseminação das *fake news*.

É segundo essa última definição inglesa que o *Dicionário Online de Português* (2021) traz o conceito de *fake news*, que são definidas como “Notícias falsas; quaisquer notícias e informações falsas ou

1. Tradução nossa

2. Tradução nossa.

mentirosas que são compartilhadas como se fossem reais e verdadeiras, divulgadas em contextos virtuais, especialmente em redes sociais ou em aplicativos para compartilhamento de mensagens”.

Tandoc, Lim e Ling (2018) propõem uma tipologia das *fake news* baseando-se em dois aspectos de seu conteúdo: a facticidade e a intencionalidade. O primeiro aspecto avalia se a notícia possui realidade objetiva, se ela se refere a um fato verdadeiro. O segundo aspecto lida com a intenção do autor da notícia, no sentido de provocar a desinformação. Dessa forma, considerando estes dois aspectos, os autores classificam as *fake news* em seis grupos: (1) sátira de notícias, (2) paródias, (3) fabricações, (4) manipulação, (5) publicidade e (6) propaganda.

Segundo Santaella (2019), as notícias falsas também são definidas como fofocas, boatos, rumores, estórias que são criadas intencionalmente para fornecer informações enganadoras ou ludibriar. Buscam influenciar as crenças das pessoas, gerar confusões em prol de interesses escusos ou manipulá-las politicamente.

Contudo, Santaella (2019) complementa que:

Inteiramente novo [...] é o modo inédito de operar e a grande mudança de escala propiciada pelo poder de difusão do computador habilitado pelas plataformas de redes sociais. As redes operam de acordo com a lógica dos caça-cliques (*clickbaits*) em que o conteúdo online é valorizado pelo volume de tráfego de um post ou de um site. (SANTAELLA, 2019, p. 32, grifo dos autores).

Muitas vezes os usuários dessas redes sociais compartilham as mensagens sem ler o conteúdo, mobilizados por imagens que provocam um apelo emocional, sem disputar distinção entre uma notícia factual e uma notícia fantasiada. O processo de comparti-

lhamento obedece ao ajuste de algoritmos que buscam, dentro de uma lógica de mercado, oferecer o conteúdo propagandístico mais apropriado ao perfil de cada usuário. Contudo, esses mesmos algoritmos podem ser usados na disseminação de conteúdo falso direcionado ao perfil ideológico dos usuários. As bolhas, também chamadas de câmaras de eco ou salas espelhadas, constituem “o ecossistema individual e coletivo de informação viciada na repetição de crenças inamovíveis” (SANTAELLA, 2019, p. 10).

O que os usuários acessam nessas bolhas que eles mesmos criaram a partir de suas preferências são reflexos de outras informações que reforçam suas opiniões, fechando o espaço para novas informações, assuntos ou ideias. Tudo isso perfeitamente dissimulado para dar a impressão de que o mundo é da forma como se fantasia no interior das bolhas. Além disso, tais bolhas possuem grande número de membros e não necessitam de raciocínio argumentativo por não exibirem contradições em seu interior, reforçando a crença nas notícias ali instaladas.

Segundo Chapman (2017), as notícias falsas que circulam na internet apresentam três traços característicos: desinformação, desconfiança e manipulação. A autora enumera alguns exemplos de notícias falsas: conteúdo político que é deliberadamente falso; mensagens que são muito enganadoras, mas não necessariamente falsas; e memes que não são nem verdadeiros nem falsos, porém capazes de produzir uma impressão negativa ou incorreta.

Para Bounegru *et al.* (2017), a super capacidade de se propagar (*spreadability*), oferecida pela internet, é o aspecto mais perigoso que caracteriza as *fake news* contemporâneas. O entendimento da rede de disseminação das notícias e boatos precisa vir acom-

panhado da compreensão tanto do seu conteúdo quanto de sua forma, na identificação das *fake news*.

O grande potencial de propagação de conteúdos e informações que passaram a ter todos os usuários das redes sociais propiciou o surgimento de uma infodemia. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2021), a infodemia é caracterizada pela disseminação excessiva, tanto em quantidade de conteúdo quanto em número de destinatários, sem o devido controle para filtros de mensagens falsas. Dessa forma, esse ambiente de hiperinformação dificulta o acesso às fontes mais confiáveis de conteúdo. Se antes tínhamos poucas opções de acesso à informação, favorecendo o surgimento de monopólios informacionais com grande possibilidade manipulativa, hoje vivemos o excesso de canais informativos. Tal excesso contribui para que a crença em determinada informação seja mais dirigida pela adesão afetiva de cada indivíduo e não pela realidade objetiva, haja vista estar oculta ou misturada como uma agulha em um palheiro.

Nesse sentido, a infodemia favorece o surgimento da desinformação, caracterizada pela Unesco (2021) como a disseminação de informações falsas ou não confiáveis, intencionais ou não, em meio ao excesso de conteúdo disseminado.

Essa atmosfera de notícias falsas, de acordo com Perosa (2017), gera as condições perfeitas para o fenômeno da pós-verdade. Segundo o *Dicionário Oxford*, (2021) esse fenômeno denota “circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal”. Entre as causas para este fenômeno, Perosa (2017) enumera: 1) a alta polarização política que atua contra o debate racional e o

bom senso, gerando tumultos e violências; 2) a descentralização da informação devido à existência de inúmeros canais de comunicação alternativos, diferenciados e independentes; e 3) o ceticismo generalizado em relação às instituições democráticas e políticas representadas pelos partidos, mídia tradicional e pelo governo. Segundo a autora, tal desconfiança tem levado a crenças extremas como o terraplanismo ou negacionismo da crise climática.

Silva (2019) define que as *fake news* são consequência da era da pós-verdade, na medida em que os indivíduos acreditam nas informações que concordam com suas visões de mundo, independente da materialidade e objetividade dos fatos à disposição. Trata-se de um regime de verdade no qual o compartilhamento inadvertido das informações obedece muito mais a determinados apelos emocionais e crenças pessoais do que à realidade objetiva dos fatos.

Santaella (2019) aponta alguns fatores para o sucesso das notícias falsas e da pós-verdade, tais como: “a sobredeterminação que a emoção exerce na racionalidade humana, pela ausência do debate público e de formas de consenso que as redes sociais pulverizaram, em suma, problemas que ajuste de algoritmos, por si só, não conseguem resolver” (SANTAELLA, 2019, p. 53). Nesse sentido, buscou-se nas próximas seções descrever como as notícias falsas, especialmente nas redes sociais, encontram respaldo enquanto um fenômeno de massa e enquanto instrumentos muito similares aos da propaganda no interior dos movimentos antidemocráticos.

O comportamento psicológico das massas segundo Freud

No início da sua obra *Psicologia das massas* (FREUD, 2011), somos convidados a desistir de uma divisão considerada até então natural entre a psicologia individual e a psicologia social. Isso ocorre porque, mesmo na análise de um ser humano particular, é impossível isolá-lo das relações estabelecidas com os demais indivíduos. É nesse contexto que Freud entende que mesmo as categorias da psicanálise devem ser pensadas de modo articulado e não há restrição para estender esses termos a uma espécie de teoria social. Como sabemos, a Escola de Frankfurt levará a cabo esse projeto freudiano, com o qual se pode operar uma análise social. Nesse sentido, Freud compreende que certos grupos sociais funcionam de modo análogo a indivíduos, porque seguem completamente coesos como se fossem uma massa.

Interessante notar que Durkheim (2007) já discutia a ação do indivíduo condicionada pela multidão, o que chamava de correntes sociais:

Numa assembleia, os grandes movimentos de entusiasmo ou de devoção que se produzem não têm, por lugar de origem, nenhuma consciência particular. Eles nos vêm, a cada um de nós, de fora e são capazes de nos arrebatam contra a nossa vontade (DURKHEIM, 2007, p. 4).

Durkheim já observava como esses processos de mobilização coletiva se aplicavam também aos movimentos de opinião, produzidos a todo instante e em toda a sociedade, nas mais diversas áreas (como artes, política e religião).

Também Simmel (2006) analisa esse fenômeno, que chama de “arrebato da massa”, nas grandes aglomerações em que o indivíduo sente estar tomado por uma força externa e independente de seu querer individual. Como o grupo é formado por indivíduos, todos participam do processo, mas o tipo de interação oculta a consciência de sua parte individual. O indivíduo arrebatado e é arrebatado. O autor dá o exemplo das risadas em um teatro, ou dos efeitos do discurso de um político. Esse “estado sociológico de inebriação” provoca “inibições críticas” do entendimento e da moral. Ainda que sejam usadas com intenções nobres e comprometidas com algo que possa ser eticamente válido, isso não exclui o processo de ocultamento da consciência individual.

Contemporâneo da obra de Durkheim, Gustave Le Bon desenvolveu o termo “psicologia das massas” na obra *Psicologia das Multidões* (LE BON, 2018). Freud se debruçou sobre ela para tentar apresentar algumas características psicológicas mais gerais e primitivas dessa “alma coletiva”. Por isso, acreditamos que é fundamental recuperarmos as posições de Le Bon, especialmente no diálogo que Freud fará com elas.

Notadamente, o que chamou a atenção para Le Bon foi o fato de que um mesmo indivíduo tratado de maneira isolada passa a apresentar pensamentos, sentimentos e ações completamente distintos do esperado de sua condição isolada quando ele está alinhado à multidão na qual ele pertence e com a qual forma um todo. Essa multidão, Le Bon a denomina de “massa psicológica”, porque se trata não de um simples agrupamento de pessoas, mas de uma totalidade de pessoas que se reconhecem por um conjunto de crenças comuns e inquestionáveis. Uma espécie, portanto, de doutrina.

O que caracteriza essa massa psicológica é a união de pessoas (não necessariamente inseridas em um mesmo contexto social e econômico) em torno de determinadas crenças tomadas como verdades absolutas, com as quais todos os membros do grupo estão de acordo. Essas massas, portanto, podem se formar em determinado momento do tempo e passarem a constituir uma “alma coletiva”. Dessa forma, determinados pensamentos e ações só ocorrem quando os indivíduos compõem a massa, mas dificilmente seriam manifestados por estes mesmos indivíduos fora dessa condição. Para Le Bon, as particularidades individuais ficam suspensas e passam a operar fundamentos inconscientes comuns a todos. Ele acrescenta que, na alma coletiva, apagam-se as aptidões intelectuais dos homens e conseqüentemente sua individualidade. “[...] O partilhar das qualidades ordinárias explica porque as multidões não poderiam realizar atos que exigem uma inteligência elevada. [...] As multidões acumulam não a inteligência, mas a mediocridade” (LE BON, 2018, p. 34).

Le Bon defende o surgimento não apenas de comportamentos silenciados nos indivíduos isolados, mas o aparecimento de características novas. Essas novas características são devidas a três fatores:

- a) O pertencimento à massa, pelo próprio fator numérico, produz um sentimento de poder invencível nos indivíduos que passam a alimentar instintos controlados isoladamente. Como a massa é anônima, ela não pode ser responsabilizada pelos seus atos, o que gera abertura para a suspensão da condenação individual, criando a possibilidade de poder agir de forma irresponsável. Extingue-se o “medo social”.

b) As massas criam uma atmosfera de contágio social que passa a dirigir suas manifestações. Tudo que ocorre nas massas é contagioso a ponto de o indivíduo renunciar a seus interesses em prol dos interesses coletivos.

c) O fenômeno da sugestionabilidade surge nas massas como o principal produtor não só do contágio social, mas da gênese de novas características muitas vezes bastante contrárias ao comportamento individual isolado. Esse fenômeno se assemelha com o estado de hipnose, quando os traços conscientes de personalidade são perdidos e o indivíduo passa a obedecer às sugestões provocadas pelo hipnotizador. Porém, nas massas, o efeito de uma sugestão é muito mais exacerbado pela reciprocidade, haja vista se tratar de uma mesma sugestão para todos os indivíduos da massa.

Parece ficar claro por esses fatores que a massa, segundo Le Bon, é impulsiva, volúvel e excitável, obedecendo a impulsos que podem ser nobres ou cruéis, heroicos ou covardes, a depender do contexto, mas que são superiores aos interesses pessoais. Mesmo o interesse que nos parece mais vital, a saber, o interesse pela auto-preservação, pode ser colocado em suspenso. São onipotentes e desconhecem a noção do impossível ou do improvável. Ademais, é influenciável, crédula e acrítica. Seus sentimentos são simples e exaltados, desconhecendo qualquer dúvida ou incerteza. Por ser assim intensa e confiante, a massa transita rapidamente entre sentimentos extremos. Uma simples suspeita levantada se transforma em certeza e indiscutível. Uma antipatia precoce se transforma em ódio mortal.

As ações realizadas podem ser perfeitas quanto a sua execução, mas, não sendo dirigidas pelo cérebro, o indivíduo age conforme as contingências da excitação. [...] Portanto, é escrava dos impulsos recebidos. O indivíduo isolado pode ser submetido aos mesmos excitantes que o homem na multidão; porém, como sua razão lhe mostra os inconvenientes de ceder a eles, não cede (LE BON, 2018, p. 40).

Sendo inclinada a sentimentos e ações extremas, a massa também é igualmente excitada por estímulos desmedidos.

Quem quiser influir sobre ela, não precisa medir logicamente os argumentos; deve pintar com as imagens mais fortes, exagerar e sempre repetir a mesma coisa (FREUD, 2011. p. 27).

Sendo a multidão impressionável apenas por sentimentos excessivos, o orador que quiser seduzi-la deverá abusar de afirmações violentas. Exagerar, afirmar, repetir e nunca demonstrar qualquer coisa por meio de um raciocínio são os procedimentos de argumentação familiares aos oradores das reuniões populares (LE BON, 2018. p. 52).

Segundo Le Bon, isso ocorre porque as massas são indiferentes à verdade. Demandam ilusões irrenunciáveis, haja vista que o irreal prevalece sobre o real. Não fazem distinção entre o verdadeiro e o falso.

Tendo consciência de sua enorme força e não colocando em dúvida as informações referentes à verdade ou falsidade de suas proposições, as massas se tornam intolerantes na mesma medida em que se tornam obedientes a uma autoridade. As massas valorizam a força e a violência, e, em geral, consideram a bondade uma fraqueza. Não é raro que elas possuam uma reverência pela tradição na mesma proporção que guardam uma aversão aos progres-

sos e inovações. São substancialmente conservadoras e procuram nutrir um espírito de dominação, opressão e medo em relação aos que lhes comandam.

A massa é um rebanho dócil, que não pode jamais viver sem um senhor. Ela tem tamanha sede de obediência, que instintivamente se submete a qualquer um que se apresente como seu senhor. Assim, as necessidades da massa a tornam receptiva ao líder, mas este precisa corresponder a ela com suas características pessoais. Ele próprio tem de estar fascinado por uma forte crença (numa ideia), para despertar crença na massa; ele tem de possuir uma vontade forte, imponente, que a massa sem vontade vai aceitar. (...) No conjunto, entende que os líderes adquirem importância pelas ideias de que eles mesmos são fanáticos (FREUD, 2011, p. 30).

De modo geral, Le Bon descreve características de massas efêmeras, rapidamente formadas por indivíduos com perfis distintos que se unem por um interesse em comum, porém passageiro. Exemplos de massas revolucionárias, especialmente as surgidas durante a Revolução Francesa, o influenciaram nessas descrições.

Em síntese, de acordo com Le Bon, as ligações afetivas entre os indivíduos em uma massa podem explicar:

1. Falta de autonomia e de iniciativa de cada indivíduo;
2. Similitude entre a sua reação e a de todos os demais;
3. Enfraquecimento da aptidão intelectual;
4. Desinibição da afetividade;
5. Incapacidade de moderação e adiamento;

6. Tendência a ultrapassar barreiras na expressão dos sentimentos;
7. Descarregar os sentimentos na ação.

No seu diálogo com a obra de Le Bon, Freud ressalta o esforço na compreensão das massas estáveis, nas quais os indivíduos passam a maior parte de sua vida, e que se corporificam nas instituições sociais. Nessa mesma direção, Freud cita outro importante autor, William McDougall, que em seu livro *The Group Mind* (MCDUGALL, 1927) dá o nome de multidão a essa massa desorganizada. Para se tornar uma alma coletiva, ou seja, uma massa psicológica, é necessário que essa multidão tenha algo em comum, compartilhamento de interesses, direção afetiva semelhante e capacidade de influência mútua entre seus integrantes. Quanto maior o número de pessoas experimentando a circulação de um mesmo afeto, maior será a coação mútua e o prazer gerado por esse afeto compartilhado. Em nome da circulação desse afeto e do prazer que é proporcionado, se silencia toda a capacidade crítica dos indivíduos tomados isoladamente ou num contexto que eles não estariam formando uma massa.

Novamente, a sensação de poder ilimitado é produzida no indivíduo no interior das massas, a ponto de provocar nele ações que ele mesmo evitaria em situações em que não estivessem sob o efeito das massas. McDougall também corrobora a tese da inibição coletiva da inteligência na massa, na qual se postula que o aumento da afetividade gera condições desfavoráveis para o trabalho mental correto, e porque a atividade de pensamento não é livre, mas intimidado.

A elevação da massa para um nível mais organizado necessita cumprir cinco condições enumeradas por McDougall (1927). São elas:

1. Necessidade de continuidade na sua existência: pode ser uma continuidade material quando as pessoas ficam muito tempo na massa ou pode ser formal quando ocorre sucessão de pessoas, mas permanência de posições criadas nessa massa;
2. Formação de um vínculo afetivo com a massa em seu conjunto: compartilhamento de concepções de natureza, função, reivindicações e realizações da massa;
3. Necessidade de rivalidade entre outras massas, mesmo que sejam semelhantes em alguns pontos;
4. Manutenção de tradições, costumes e disposições especialmente entre os membros das massas;
5. Necessidade de divisão, diferenciação e especialização das atividades para cada indivíduo da massa.

Em apertada síntese, observamos que as massas podem se apresentar bastante distintas em sua morfologia e processo de formação. Podemos notar massas passageiras e outras duradouras; formadas por indivíduos semelhantes (homogêneas) ou distintos (heterogêneas); artificiais (aquelas que necessitam de uma coação externa) ou naturais; primitivas ou organizadas. Contudo, Freud (2011) irá se ocupar com as características de dois tipos: as massas com líder e sem líder. Haja vista o fato de Le Bon e McDougall já terem apresentado descrições de massas mais simples, Freud irá se deter ao modelo mais organizado e artificial de massa com líder. Para

tanto, ele recorre a duas organizações cujos membros assumem um comportamento de massa pelo dever de se comportar estritamente com o conjunto de regras instituídas como uma doutrina. Freud (2011) toma como exemplo a formação da Igreja e do Exército.

Tanto a Igreja como o Exército são massas artificiais, ou seja, necessitam de uma coação externa para evitar sua dissolução e garantir sua continuidade, além de impedir mudanças na sua estrutura. Também em ambas o desligamento do indivíduo é desestimulado ou punido de modo severo, restrito a certas condições muito delimitadas. Ambas possuem um líder, seja um general, no caso do exército, ou, no caso da Igreja, um líder religioso ou um chefe supremo, como Cristo nas religiões cristãs. Este líder ama com igual intensidade todos os membros da massa. Segundo Freud (2011), a manutenção dessas massas depende dessa ilusão afetiva. Uma vez abandonada essa crença, tanto a Igreja quanto o exército se dissolveriam.

No ambiente religioso cristão, Cristo se relaciona com os indivíduos como um irmão mais velho e bondoso, um substituto paterno. Todos os crentes são iguais, recebem a mesma dose de amor e se tratam como irmãos em Cristo. Da mesma forma no Exército, em que o general é o pai, donatário igualitário do amor aos seus soldados, que se consideram camaradas entre si.

Freud (2011) chama a atenção para um aspecto de rivalidade presente entre massas semelhantes, mas distintas em alguns pontos, que foi descrito anteriormente por McDougall:

(...) mesmo que se denomine a religião do amor, tem de ser dura e sem amor para com aqueles que não pertencem a ela. No fundo, toda religião é uma religião de amor para aqueles que a abraçam, e tende à crueldade e à intolerância para com os não seguidores (FREUD, 2011, p. 54).

Contudo, Freud (2011) nos alerta que uma diminuição na violência e crueldade na intolerância contra membros fora dessas massas religiosas não se deve à uma suavização dos costumes humanos, mas do enfraquecimento dos sentimentos religiosos e das ligações afetivas que deles dependem. Se a ligação religiosa é substituída por outra ligação de massa, passaremos a observar a mesma intolerância com os indivíduos fora dessa massa, semelhante à época das lutas religiosas. Freud parece antever um fenômeno atual já naquela época, quando afirma que “se as diferenças de concepções científicas viessem a ter, algum dia, importância igual para as massas, o mesmo resultado se repetiria também com essa motivação” (FREUD, 2011, p. 54).

No interior desses dois exemplos de massas artificiais e organizadas, Freud (2011) destaca o principal fenômeno da psicologia das massas: a ausência de liberdade do indivíduo na massa de se posicionar de modo contrário às crenças compartilhadas pelo grupo. Além disso, o laço afetivo das massas com o líder parece ser mais forte do que nos indivíduos das massas entre si. Apesar de um simples agrupamento de pessoas não formar uma massa, pelo menos torna mais fácil o surgimento de uma massa psicológica, uma alma coletiva, quando há essa disponibilidade para se partilhar um conjunto de crenças e afetos em comum.

Freud (2011) coloca alguns questionamentos bastante interessantes sobre a figura do líder nas massas. Questiona se ele não poderia ser substituído por uma abstração, uma ideia, como no caso das religiões nas quais o líder supremo é intangível, mas continua exercendo liderança na figura de um líder secundário ligado à ideia. Ou então o líder poderia ser substituído por um desejo partilhado pelas massas, uma certa tendência em comum.

O papel do líder na ligação afetiva com as massas possui uma importância de tal monta que, caso essa ligação fosse rompida, as massas se desintegrariam, os indivíduos voltariam aos seus desejos individuais e renunciariam comportamentos típicos das massas. Contudo, essa desintegração vem muitas vezes acompanhada de angústia e pânico. Freud (2011) cita o exemplo das massas militares, quando as ordens do superior não são mais ouvidas e cada indivíduo cuida apenas de si, sem se importar com os demais. As ligações mútuas foram eliminadas, os laços afetivos foram cessados, liberando uma angústia enorme e sem sentido.

Mas Freud (2011) concede não só ao líder a soberania na constituição das características das massas, reivindicando o papel da sugestão mútua.

Somos lembrados [...] do quanto cada indivíduo é governado pelas atitudes de uma alma de massa, que se manifestam como particularidades raciais, preconceitos de classe, opinião pública etc. A influência da sugestão [...] é exercida não só pelo líder, mas também por cada indivíduo, um sobre o outro [...] (FREUD, 2011, p. 78).

Outro aspecto interessante que Freud (2011) chama a atenção é o instinto de rebanho ou instinto gregário, no qual os membros da massa, ao se oporem a este instinto, são separadas do rebanho e se tornam angustiados. Contudo, em uma massa, deve haver igualdade entre os indivíduos e dominação por apenas um deles, superior a todos os outros. Nesse sentido, Freud (2011) corrige a expressão na qual o homem seria um animal de rebanho para um animal de horda, haja vista as hordas serem conduzidas por um chefe.

Herdando as características das hordas primevas, tal como a atrofia da personalidade individual consciente, a unidirecional-

dade dos sentimentos e pensamentos, a soberania da afetividade e psique inconsciente, e a inclinação para a execução imediata das ações, Freud (2011) distingue a figura das massas de seu líder, na medida em que:

Os indivíduos da massa eram tão ligados como hoje, mas o pai da horda primeva era livre. Seus atos intelectuais eram fortes e independentes mesmo no isolamento, sua vontade não carecia do reforço dos demais. Supomos, conseqüentemente, que seu Eu tinha poucos laços libidinais, ele não amava ninguém exceto a si mesmo, ou amava outros apenas enquanto satisfaziam as necessidades dele. [...] Ao morrer, tinha que ser substituído; seu lugar era provavelmente ocupado por um filho jovem, que até então fora indivíduo da massa como os outros (FREUD, 2011, p. 86).

Em suma, Freud (2011) considera que o líder da massa continua sendo o temido pai primordial dessa horda primeva. A massa ainda mantém a vontade de ser dominada com forças sem restrições e anseia extremamente por uma autoridade. Corroborando Le Bon, a massa tem sede de submissão. Nesse sentido, iremos discutir agora os aspectos que configuram a propaganda totalitária e anti-democrática que também mobilizam, em certo sentido, o espírito das massas.

Fake news e democracia no Brasil contemporâneo

Na parte do presente artigo que nos dedicamos ao estudo das *fake news*, mostramos que mesmo possuindo várias definições, é possível dizer que há uma convergência para um denominador comum, que é a fabricação intencional de informações falsas. Resgata o valor das narrativas na construção de visões do mundo em uma sociedade. O sucesso de uma *fake news* é medido pela confiança que ela alcança no conjunto de crenças das pessoas que a recebe. Nesse sentido, para alcançar esse sucesso, uma *fake news*, a princípio, precisaria emular a aparência de uma verdade na medida exata que se conforma às crenças de um grupo que guarda uma predisposição afetiva para endossar certas crenças em detrimento de outras.

Na formação da massa, a circulação de afetos como ressentimento, desejo de vingança, pertencimento a um grupo, entre outros, levam as pessoas a assumirem um comportamento comum em detrimento da forma como agiriam se estivessem sozinhas ou isoladas. Ou seja, elas estão dispostas a aceitar qualquer crença que reforce esse conjunto de sentimentos e, por consequência, os laços pelos quais o grupo se mantém coeso como uma massa. É nesse contexto que as *fake news* ganham terreno, porque elas são crenças que não se comprometem com a realidade ou com dados da realidade, mas com aquilo que o grupo deseja acreditar para se manter unido e coeso como uma massa.

O ponto é que uma *fake news* não se sustenta sem o apoio de várias pessoas que acreditam e compartilham seus conteúdos. E para que esse compartilhamento ocorra em massa é preciso que

haja grupos ou massas, como mostramos na seção anterior, que desejam aquelas informações para emular o real de tal sorte que ele passe a ser apenas um espelho daquilo que se deseja acreditar. Isto é, a leve pincelada de realidade, (lembrando que muitas das *fake news* misturam informações falsas com verdadeiras ou operam com informações verdadeiras, mas colocadas em temporalidades distintas) está longe de demonstrar um compromisso com algum grau de objetividade, mas aponta apenas para o poder que uma notícia tem para reforçar um conjunto de crenças já existentes quando essa notícia é dita sob medida do que se deseja acreditar.

Desse modo, mesmo com ações tecnológicas e mercadológicas na criação de algoritmos, de robôs e no financiamento público e privado na disseminação das *fake news*, só conseguem ganhar força porque elas estão a serviço das massas cuja existência depende, a todo custo, de que os seus indivíduos estejam unidos pelas mesmas crenças e as reforcem independente da realidade, entendida como um dado de experiência objetiva. Assim, as *fake news* só ganham projeção no espaço público porque certas massas dependem delas para alimentar as suas narrativas paranoicas, nos termos colocados por Freud (2011), de que devem se proteger de uma ameaça externa ao grupo e que pode colocar por terra a integridade daquele grupo.

Para reforçar a nossa posição, convidamos os/as leitores/as a constatar a base sobre a qual as *fakes news* são produzidas. Elas coincidem com aquilo que Freud (2011) falava das Igrejas ou das massas que podem se formar em consonância com aspectos religiosos. O *kit gay*, por exemplo, é uma *fake news* que se estrutura num conjunto de crenças religiosas, as quais estão no centro de certas massas cujo comportamento é fundamentalista. Isto é, as

fake news são produzidas sob a medida de uma disposição para se acreditar nas crenças que formam a unidade do grupo. Igualmente à ameaça comunista, para a qual sempre se recorre à importância das forças armadas (outro grupo ou massa estudada por Freud) para combater esse inimigo externo que deseja invadir o país, é uma *fake news* responsável por reforçar as crenças relativas à importância do exército e dos seus valores patrióticos.

É nesse contexto que Freud (2011) articula a importância da criação de um inimigo em comum para os problemas enfrentados em uma determinada sociedade. Esse inimigo, no terreno psicológico das massas, funciona como o elemento em comum que aproxima os indivíduos.

Nas eleições brasileiras de 2018, observou-se a luta contra as pautas identitárias, o inimigo da vez na união das pessoas nas massas reacionárias, as quais desejam a volta a um passado fantasmático, isto é, a um passado que não necessariamente existiu, mas que serve de contraponto às novas pautas políticas. O desejo em comum de reafirmar os valores “cristãos” e “cívicos” levou as massas a aceitarem de bom grado várias *fake news*, cuja falta de compromisso com a realidade era proporcional à adequação às crenças que certas massas desejam nutrir para se manterem unidas.

Desse cenário destaca-se a importância de um líder, de um messias que poderia combater o grande inimigo social. Freud muito nos ajudou a entender a ligação afetiva das massas com esse líder e a ligação entre os membros de suas massas seguidoras. Os próprios exemplos citados por Freud (2011), da formação das massas na Igreja e no Exército, parecem ter sido fielmente absorvidos pela grande mobilização que as chamadas bancadas parlamentares da Bíblia e da bala exercem na população brasi-

leira. Essa mobilização das massas religiosas e armamentistas garante grande percentual de votos em todas as eleições, sendo parte indispensável da propaganda política.

Como se pode observar, uma vez que o indivíduo se identifica no interior de uma massa, especialmente uma organizada e com um líder, fica mais fácil a assimilação de conteúdos falsos dada a renúncia de uma maior capacidade crítica nesses indivíduos, associados ao contágio e sugestionabilidade presente nessas massas físicas ou virtuais. A liderança importa nesse contexto na medida em que ela catalisa os valores por meio dos quais os grupos se reafirmam. Ela serve de norte, por isso os indivíduos da massa se projetam de modo identificatório nela, para que a massa tenha um ponto de referência e um lugar pelo qual o seu discurso escoar.

Assim como a ciência produz um efeito de admiração, também a pseudociência o faz, porém atendendo às emoções e expectativas do público. A sua validação é um processo mais curto e aceitável, pois as lacunas podem ser respondidas por outras informações igualmente falsas, perfazendo uma lógica circular.

Para Sagan (2006, p. 21), “as consequências do analfabetismo científico são muito mais perigosas em nossa época do que em qualquer outro período anterior”, o que tem consequências diretas para a vida em sociedade e a democracia. Por um lado, ao permitir a liberdade de expressão, a democracia permite que afirmações absurdas e pseudocientíficas sejam propagadas – ao ponto de a sociedade ter sempre de lidar com os limites – quando são propagados preconceitos atentatórios à dignidade humana, campanhas de difamação, ameaças, injúrias e outras violências.

Por outro lado, os métodos da ciência podem e devem ser utilizados nas práticas de governo, bem como na gestão e aperfeiçoamento de sistemas sociais, políticos e econômicos. Aqui, Sagan (2006) leva o significado do termo “experimento” ao nível de abertura para as situações práticas, já que todas as medidas da política e da economia deixam consequências e resultados, por isso são chamadas de “experimentos”. Ter processos de análise de dados (a chamada política baseada em evidências), verificabilidade e sistematização são práticas científicas que se aplicam à organização social. Para que essas práticas sejam efetivas, são imprescindíveis a liberdade e a democracia.

Por fim, a proximidade das *fake news*, enquanto um fenômeno de massas, parece bem plausível e viável nas sociedades democráticas, nas quais a substituição da realidade por uma ficção totalitária prescinde de golpes de estado ou ações violentas. A mobilização afetiva dos indivíduos, atomizados no interior das massas virtuais, a forma de disseminação das informações falsas nas plataformas da internet, e os resultados políticos, econômicos e sociais da construção do edifício da história da humanidade sobre alicerces ficcionais, engendrados de modo totalitário, oferecem os ingredientes suficientes para a implantação de um projeto metafísico de governo no qual a realidade dos fatos históricos sucumbem perante o idealismo e incontestâncias das narrativas coerentes e perfeitas, basicamente intocáveis, pretendidos na atual desinformação brasileira. Por isso, o combate à desinformação certamente é um dos pilares centrais para a sobrevivência das democracias modernas.

Referências

ANDRADE, Érico. *Sobre losers: fracasso, impotência e afetos no capitalismo contemporâneo*. Curitiba: CRV, 2019.

ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BAGGINI, J.; FOSL, P. *As ferramentas dos filósofos: um compêndio sobre conceitos e métodos filosóficos*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

BARBOSA, S. Verdade, política e fake news: reflexão à luz da obra de Hannah Arendt. *Revista Boletim Historiar*, 2020. v. 7, n. 2. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/view/14378>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BOUNEGRU, L. et al. *A field guide to 'fake news' and other information disorders*. Amsterdam: Public Data Lab, 2017.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHAPMAN, M. *Fake news, echo chambers and filter bubbles: what you need to know*. 2017. Disponível em: <https://www.betterinternetforkids.eu/web/portal/practice/awareness/detail?articleId=1990814>. Acesso em: 15 abr. 2021.

COLLINS. *Collins Online English Dictionary*. Disponível em: <https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english>. Acesso em: 15 abr. 2021.

COSTA, F. Editorial. *Revista USP*. São Paulo. 2018. n. 16. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/10663>.

DA EMPOLI, G. *Os engenheiros do caos – como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*. São Paulo: Vestígio, 2019.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FAKE NEWS. In: CAMBRIDGE DICTIONARY. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/fake-news>. Acesso em: 15 abr. 2021.

FAKE NEWS. In: DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fake-news/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

FAKE NEWS. In: LEXICO. Disponível em: https://www.lexico.com/definition/fake_news. Acesso em: 15 abr. 2021.

FALCÃO, P.; SOUZA, A. B. De. Pandemia de desinformação: as fake news no contexto da Covid-19 no Brasil. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*; v. 15, n. 1 (2021): Dossiê Comunicação, Saúde e Crises Globais: parte 2DO - 10.29397/reciis.v15i1.2219, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2219>. Acesso em: 15 abr. 2021

FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

FREUD, S. *FREUD (1920-1923) Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

IRETON, C.; POSETTI, J. *Jornalismo, fake news & desinformação: Manual para Educação*. Paris: Unesco, 2018.

LE BON, G. *Psicologia das multidões*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

MCDUGALL, W. *The group mind*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1927.

MELLO, P. C. *A máquina do ódio*: Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

OMS (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE). *Infodemic*. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/infodemic#tab=tab_1. Acesso em: 15 abr. 2021.

PEROSA, T. O império da pós-verdade. *Época*, 2017. Disponível em: <https://epoca.globo.com/mundo/noticia/2017/04/o-imperio-da-pos-verdade.html>. Acesso em: 15 abr. 2021.

POST truth. In: DICIONÁRIO OXFORD. Disponível em: <https://www.lexico.com/definition/post-truth>. Acesso em: 15 abr. 2021.

RECUERO, R.; GRUZD, A. Cascatas de fake news políticas: um estudo de caso no Twitter. *Galáxia*, São Paulo, p. 31-47, 2019.

SAGAN, C. *O mundo assombrado pelos demônios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTAELLA, L. *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

SILVA, F. B. da. *O regime de verdade das redes sociais on-line: pós-verdade e desinformação nas eleições presidenciais de 2018*. [S.l.]: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

TANDOC, E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. Defining “fake news”. *Digital Journalism*, v. 6, n. 2, p. 137–153, 7 fev. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>. Acesso em: 15 abr. 2021.

TEIXEIRA, A. *Fake news contra a vida: desinformação ameaça vacinação de combate à febre amarela*. [S.l.]: Pontifícia Universidade Católica - SP, 2018.

UNESCO. *Desinfodemia*. Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/desinfodemic>. Acesso em: 15 abr. 2021.



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

60
anos

Estudo

Texto recebido em: 11 mar. 2022. Aprovado em: 20 abr. 2022.

SILVA, Ana Cristina Barbosa; MORAIS, Milena Jayne dos Santos. Argumentos científicos sobre as vacinas contra a Covid-19 no interior de Pernambuco. Estudos Universitários: revista de cultura, UFPE/Proexc, Recife, v. 39, n. 1, p. 193-228, jan./jun., 2022.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2022.253516>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

Argumentos científicos sobre as vacinas contra a Covid-19 no interior de Pernambuco

Scientific arguments regarding COVID-19 vaccines in the countryside of Pernambuco

Ana Cristina Barbosa da Silva

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Doutora em Educação

E-mail: kristtinna2009@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2724-4630>

 <http://lattes.cnpq.br/2790603219671193>

Milena Jayne dos Santos Moraes

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Graduanda em Comunicação Social

E-mail: milena.morais@ufpe.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7709-2973>

 <http://lattes.cnpq.br/3247541360371879>

Resumo

Esta pesquisa buscou analisar o posicionamento de pessoas do interior de Pernambuco, tanto do mundo acadêmico quanto de fora, sobre as vacinas e sua eficiência no combate à Covid-19, com foco na argumentação e no letramento científico. A pesquisa foi fruto da disciplina “Argumentação e Letramento Científico”, do curso de Comunicação Social vinculado ao Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA/UFPE), situado na cidade de Caruaru. A coleta dos dados ocorreu através do Formulários Google e o questionário foi composto por perguntas abertas e de múltipla escolha. Foram contemplados 53 respondentes no total, oriundos de várias cidades do interior de Pernambuco, com idades

de 16 a 76 anos. As respostas mostraram que 52 respondentes se posicionaram a favor das vacinas e 1 afirmou que era mais ou menos a favor. Além disso, 41 respondentes acreditavam na eficiência das vacinas, enquanto 11 assinalaram “mais ou menos”. Os argumentos teorizaram acerca dos tipos causa e efeito, pragmático, meios e fins, de autoridade, simbólico e de exemplo, conforme preconizam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), e, com a análise dos dados, percebeu-se que os indicadores da alfabetização científica propostos por Sasseron e Carvalho (2011) estavam presentes nos argumentos dos universitários e dos não universitários, apresentando graus de letramento científico diversos. Os investigados afirmaram que os jornais de televisão, as redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter, Youtube) e as buscas na internet foram as principais fontes de informações que subsidiaram as argumentações apresentadas.

Palavras-chave: Argumentação. Letramento científico. Covid-19. Vacinas.

Abstract

This study has sought to analyze the views of people from Pernambuco's countryside, both from the academic world and outside it, regarding vaccines and their efficiency to combat COVID-19, focusing on argumentation and scientific literacy. The research was the result of the discipline “Argumentation and Scientific Literacy”, of the Communication course linked to the Academic Center in the Northeastern Agreste (CAA/UFPE), located in the city of Caruaru. The data collection occurred through a survey on Google Forms, composed of open and multiple choice questions. A total of 53 survey respondents were contemplated, from various cities in the countryside of Pernambuco, with ages ranging from 16 to 76. The answers showed that 52 respondents positioned themselves in favor of vaccines, while one stated to be more or less in favor. In addition, 41 respondents said they believe in the effectiveness of vaccines, while 11 were uncertain about it. The arguments theorized about cause and effect, pragmatic, means and ends, authority, symbolic and exemplary types, as advocated by Perelman and Olbrechts-Tyteca (2005), and, with the data analysis, it has been noted that the indicators of scientific literacy, proposed by Sasseron and Carvalho (2011), were present in the arguments of both people from academia and outside it, showing varying degrees of scientific literacy. The

respondents stated that television newscasts, social media (Facebook, Instagram, Twitter, Youtube) and internet research were the main sources of information that subsidized the arguments presented.

Keywords: Argumentation. Scientific literacy. COVID-19. Vaccines.

Introdução

A atividade de interação verbal entre as pessoas acontece cotidianamente em várias esferas da comunicação humana, uma vez que os indivíduos são seres sociais, históricos e providos de linguagem. Por serem seres que interagem verbalmente e que se comunicam de diversas formas por meio do uso de tecnologias, as pessoas costumam sempre expor suas opiniões diante de fatos polêmicos que acontecem e se tornam públicos na sociedade. Atualmente, um fato que suscitou discussões diversas e sobre vários aspectos, em nível nacional e mundial, foi a pandemia do coronavírus (Sars-CoV-2), que causa a doença Covid-19. Muitos questionamentos em relação a essa pandemia foram trazidos a público pelos meios de comunicação, tais como: “Como surgiu o vírus?”; “como se espalhou com tanta rapidez?”; “como o vírus afeta o organismo humano?”; “como evitar a contaminação?”; “como erradicar o vírus?”; “há cura para a Covid-19?”; “a vacina é a melhor opção de combate a essa doença?”; “qual é a melhor vacina das que estão sendo oferecidas?”; “elas são realmente eficientes?”.

Diante dessas polêmicas, surgiu a ideia de realizar esta pesquisa, fruto da disciplina “Argumentação e Letramento Científico”¹ do

1. Disciplina ministrada pela Profa. Dra. Ana Cristina Barbosa da Silva, em 2020, com carga horária de 60h.

curso de Comunicação Social vinculado ao Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA/UFPE), que se situa em Caruaru. O objetivo foi analisar os posicionamentos de pessoas universitárias e não universitárias do interior de Pernambuco a respeito das vacinas contra a Covid-19, com foco na argumentação e no letramento científico. Nesse sentido, alguns aspectos foram considerados e, por meio deles, buscou-se analisar: quais eram os elementos argumentativos mais recorrentes que davam suporte ao ponto de vista defendido; se as argumentações possuíam caráter científico ou não; e quais fontes de informação subsidiaram as argumentações postas.

A pesquisa foi realizada a partir do envio de um questionário elaborado pelo Formulários Google a 53 respondentes, com 8 perguntas que solicitavam informações sobre o local de residência, a idade, a atividade profissional exercida, o nível de estudo, além de questões sobre ser contra ou a favor das vacinas e a eficiência das mesmas. Algumas perguntas eram de múltipla escolha e outras eram abertas, solicitando explicações.

A pesquisa se baseou na perspectiva da teoria da argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), para os dados relacionados à argumentação, e em Shen (1975), Sasseron e Carvalho (2011), para as questões de letramento e de alfabetização científica.

A argumentação: alguns esclarecimentos

A argumentação vem sendo estudada ao longo dos séculos e está diretamente relacionada à Retórica, a qual tem sua sistematização a partir das obras de Aristóteles (384-322 a. C.), de Cícero

(106-43 a. C.) e de Quintiliano (35-100 d. C.), conforme afirma Cano (2000). De acordo com Massmann (2017, p. 28), no “[...] contexto das disciplinas clássicas, a argumentação aparece relacionada à arte de pensar, à arte de bem falar e à arte de bem dialogar [...], e aparece ligada à lógica, à retórica e à dialética respectivamente”. Foi amparados nessas três perspectivas, portanto, que os estudos da argumentação se consolidaram, considerando o que já era proposto nos estudos da Retórica, chamada anteriormente de Retórica clássica ou antiga.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 6), o objeto da retórica antiga era o “[...] uso da linguagem falada, do discurso, perante uma multidão reunida na praça pública, com o intuito de obter a adesão desta a uma tese que se lhe apresentava”. Sendo assim, a Retórica antiga focava na oralidade e tinha como propósito a arte da oratória para a adesão dos espíritos, ou seja, a adesão do público sobre um dado ponto de vista.

No entanto, foi na década de 1950 do século XX que o estudo da argumentação tomou um novo rumo, a partir dos estudos de Chaim Perelman e sua colaboradora Lucie Olbrechts-Tyteca, na Bélgica, resultando na publicação da obra *Tratado da argumentação: a nova retórica*, em 1958. Nesta perspectiva, o que se tem como pressuposto é a negação da existência de interpretações verdadeiras, podendo essas interpretações serem verossímeis ou não, porém nunca verdadeiras ou falsas. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 1), o “[...] campo da argumentação é do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo”, pois, como acreditavam, é no mundo das opiniões e das discussões que a argumentação acontece, a partir do confronto de diferentes pontos de vista.

Para esses autores, deve-se compreender o mecanismo do pensamento quando se fala em argumentação, preocupando-se com a sua estruturação, contemplando principalmente a escrita, não se limitando à oralidade e não se preocupando em convencer uma multidão reunida em uma praça ou em um auditório, como se preocupava a Retórica antiga com o intuito de convencer os espíritos. Essa Nova Retórica dá lugar à preocupação com o discurso, o orador e o auditório, tendo como perspectiva a argumentação, aquele que a apresenta e aqueles a quem ela se dirige. Nesse viés, o orador que enuncia o discurso precisa se preocupar com seu auditório, ou seja, com aqueles que quer influenciar através de sua argumentação. Esse auditório não é sempre bem estabelecido, mas é possível prever quem possivelmente se quer persuadir com a argumentação. Se o orador exerce influência sobre o auditório, ele deve, portanto, refletir sobre a melhor forma de organizar seu discurso, de proferi-lo e de se comportar diante dele. Sendo assim, o papel social do orador também vai influenciar na percepção do auditório sobre o discurso.

Massmann (2017) afirma que orador, auditório e discurso representam, na prática, a retomada dos três componentes da persuasão em Aristóteles: *ethos* (imagem do enunciador), *pathos* (as paixões do auditório) e *logos* (discurso). Dessa forma, o *ethos*, no papel do orador, e o *pathos*, no papel do auditório, estarão sempre em comunhão, uma vez que não é possível argumentar sem ter em mente a quem se direcionará tal argumentação e é a partir desse auditório presumido que o orador formulará seus argumentos/discurso: o *logos*.

Diante destas questões, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) apresentam esquemas argumentativos que servem ao propósito de análises das argumentações em dois tipos de processos: os de

ligação e os de dissociação. Esses elementos possibilitam analisar argumentações em gêneros textuais diversos. O processo de ligação corresponde aos “[...] esquemas que aproximam elementos distintos e permitem estabelecer entre estes uma solidariedade que visa, seja estruturá-los, seja valorizá-los positiva ou negativamente um pelo outro” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 215). Já os processos de dissociação, por sua vez, são “[...] técnicas de ruptura com o objetivo de dissociar, de separar, de desunir elementos considerados um todo, ou pelo menos um conjunto solidário dentro de um mesmo sistema de pensamento” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 215). As duas técnicas atuam em conjunto e são complementares.

Os esquemas de ligação dividem-se em: argumentos quase-lógicos, que se aproximam dos pensamentos formais; argumentos baseados na estrutura do real, referentes à organização das coisas; e os argumentos que visam fundar o arranjo do real, configurando certos elementos do pensamento conforme esquemas aceitos em outros campos do real.

Ademais, nos esquemas de ligação, os argumentos baseados na estrutura do real apresentam as ligações de sucessão, que são dos tipos vínculo causal, pragmático, causa e consequência, fins e meios, de desperdício, de direção e de superação; e nas ligações de coexistência, há os argumentos de interação entre o ato e a pessoa, de autoridade, da ligação simbólica e de hierarquia. Nos argumentos que visam fundar a configuração do real, há os argumentos de exemplo, de ilustração, de modelo e antimitelo, por analogia e metáfora.

Conhecimento científico, letramento científico e divulgação científica

As abordagens sobre o termo “conhecimento” são diversas, uma vez que ele remete a várias noções e conceitos e é utilizado em diversas áreas. No entanto, neste estudo, não há o propósito de se aprofundar nessa diversidade de abordagens, tampouco nas áreas que o utilizam. O que se pretende aqui é fazer uma explanação sobre conhecimento científico com o intuito de relacioná-lo à argumentação. Porém, é viável abordar a noção de conhecimento de modo amplo para se chegar às reflexões sobre o conhecimento científico.

No ponto de vista de Luckesi *et al.* (1998), entende-se “conhecimento” não só como uma compreensão teórica, “[...] mas também a sua tradução em ‘modo de fazer’, em tecnologia. Aliás, entendimento e ‘modo de fazer’ são duas faces inseparáveis do mesmo ato de conhecer. Teoria e prática, ação e reflexão são elementos indissociáveis de um todo” (LUCKESI *et al.*, 1998, p. 50), ou seja, uma prática que contempla ação e reflexão, o que implica a compreensão teórica de alguma coisa.

De acordo com esses autores, o conhecimento obtido através de uma visão reducionista vem sendo denominado de “senso-comum”, “ingênuo”, “acrítico”. Este tipo de conhecimento revela uma forma de interpretar a realidade com base nas primeiras impressões, sem a utilização de recursos metodológicos. Esse é o tipo de conhecimento que orienta a maior parte das atividades do dia a dia das pessoas.

Por outro lado, o conhecimento que vai além das primeiras impressões está baseado na compreensão das relações de

conjunto, denominado de “crítico”, “adequado”. É nessa perspectiva que está inserido o conhecimento científico, que objetiva articular relações e implicações lógicas entre os elementos ideais e abstratos, permitindo ao ser humano sobreviver nas adversidades do meio, uma vez que lhe auxilia a agir de forma adequada.

O conhecimento científico está baseado na suposição de que é possível encontrar uma “ordem” no mundo dos fatos aparentemente caóticos. É possível criar um modelo que classifique as coisas, revele o “bom” e o “mau” funcionamento delas e esclareça as ocorrências da realidade através de um caminho metodológico (LUCKESI *et al.*, 1998). No entanto, as formas metodologicamente organizadas do conhecimento não se referem apenas aos modos escolarizados, mas também à maneira de se refletir e sistematizar as ações cotidianas.

É neste sentido que se fala em letramento científico, que amplia a perspectiva sobre o conhecimento e sobre a ciência e possibilita que cada vez mais as pessoas possam se utilizar da compreensão das coisas nas atividades rotineiras e sociais. Benjamin Shen (1975, p. 265) afirma que o letramento científico é do interesse de todos, cientistas ou não, e que consiste em “[...] obter um melhor entendimento da ciência e de suas aplicações, nem que seja para saber como melhor utilizar seus benefícios e evitar suas armadilhas”². Essa noção de letramento científico está relacionada ao que se propôs na área da Linguística:

2. Tradução nossa. Optamos por utilizar o termo “letramento” ao invés de “alfabetização” por corresponder ao que realmente se deseja que aconteça com a ciência, conforme a definição de letramento de Soares (2010).

[...] a pessoa que aprende a ler e a escrever – que se torna *alfabetizada* – e que passa a fazer uso da leitura e da escrita, a envolver-se nas práticas sociais de leitura e escrita – que se torna *letrada* – é diferente de uma pessoa que não sabe ler e escrever – é *analfabeta* – ou, sabendo ler e escrever, não faz uso da leitura e da escrita – é *alfabetizada*, mas não é *letrada* (SOARES, 2010, p. 36, grifos da autora).

Considerando o que Soares (2010) afirma e o que Shen (1975) entende por letramento científico, percebe-se que é preciso realizar as atividades cotidianas em comunhão e utilizar a ciência para um melhor entendimento da realidade e para a resolução de problemas sociais.

Shen (1975) distingue três formas de letramento científico que diferem quanto aos objetivos, ao público, ao conteúdo, ao formato e à divulgação: as formas prática, cívica e cultural, sendo a prática, para ele, a forma mais urgente e mais negligenciada e que consiste em um tipo de conhecimento científico e técnico que pode ser imediatamente utilizado para melhorar os padrões de vida das pessoas. É preciso prover as pessoas de informações e conhecimentos para que elas possam ter atitudes adequadas para se manterem bem em relação à alimentação, à saúde e à moradia. Ainda de acordo com Shen (1975), os meios de comunicação de massa têm um papel importante na disseminação do conhecimento para um grande público.

Sobre o letramento científico cívico, o autor afirma que é necessário dotar as pessoas de conhecimentos que possam ajudá-las a opinar sobre questões sociais ligadas à Ciência e à Tecnologia junto ao poder público. Esse tipo de letramento científico permite que as pessoas sejam mais conscientes sobre as questões relacio-

nadas à ciência para que assim, dotadas dessa consciência, juntamente aos seus representantes, “[...] possam chegar ao bom senso e influenciá-los e, dessa forma, participar mais plenamente do processo democrático de uma sociedade cada vez mais tecnológica” (SHEN, 1975, p. 266). Para isso, as pessoas precisam ter mais acesso à ciência, podendo ser através dos meios de comunicação e/ou das instituições de ensino.

O letramento científico cultural está relacionado ao fato de uma pessoa de determinada especialidade ou estudante se interessar por algo científico de outra área. Shen (1975) exemplifica mencionando que, quando um artista lê um artigo de revista sobre o Ácido Desoxirribonucleico (DNA) ou quando um advogado assiste a um programa de televisão sobre astronomia, ambos estão empenhados em melhorar seu letramento científico cultural.

Na perspectiva de Shen (1975), o que se espera é que a ciência aconteça e chegue ao maior número de pessoas possível e que seja utilizada no cotidiano dos cidadãos para uma melhor qualidade de vida nos diversos aspectos sociais e individuais. O letramento científico é necessário enquanto exercício da democracia participativa, uma vez que possibilita a atuação da sociedade nas tomadas de decisões pelos governantes. Dessa forma, é esperado que os cidadãos tenham cada vez mais acesso à ciência para que possam empregar o conhecimento científico para identificar questões sociais sobre saúde, moradia, alimentação, entre outras, e possam suprir suas necessidades nesses aspectos, bem como adquirir novos conhecimentos, explicar fenômenos científicos e tirar conclusões baseadas em evidências.

Como afirma Shen (1975), todo esse processo de letramento científico pode ser realizado através dos meios de comunicação de massa, bem como pelas instituições de ensino a partir do ensino das Ciências em seu sentido amplo, contemplando as várias áreas de conhecimento. Desse modo, o acesso ao conhecimento científico deve ser constante aos indivíduos para que estes possam se familiarizar com tais conhecimentos, utilizá-los e produzi-los, tendo consciência dos riscos e dos benefícios de cada avanço científico e tecnológico.

Nesse sentido, é possível estabelecer um diálogo entre as ciências, as tecnologias e os meios de comunicação, possibilitando que os conhecimentos científicos sejam divulgados em uma linguagem apropriada a diversos públicos para que eles mesmos possam melhorar suas condições de vida. No entanto, o que se deseja é que haja uma comunicação bidirecional no sentido colocado por Costa, Souza e Mazocco (2010, p. 151), os quais afirmam haver duas esferas de abordagens dos modelos de comunicação pública da ciência: “[...] a que prevê uma comunicação de via única, tratando o público como mero receptor; e outra que assume uma comunicação de duas vias, em que o público ocupa uma posição ativa e de integração no processo”. Portanto, não se pode levar o público a se comportar como receptores de uma ciência pronta, acabada e verdadeira, mas como participante do processo comunicativo e científico.

Costa, Souza e Mazocco (2010) expõem que, dentro da esfera unidirecional da comunicação, há o modelo de *déficit*, colocando os cientistas na posição de detentores do poder (os que possuem o conhecimento) e o público como carente de fatos científicos e tecnológicos (aquele desprovido de conhecimento). Esse modelo

tem o foco na disseminação do conhecimento e é o que predomina no Brasil, segundo o autor. Mas também há

[...] dois modelos de tendência dialógica ou bidirecional da comunicação: o de experiência leiga, em que os conhecimentos locais podem ocupar a mesma importância do conhecimento científico na resolução de problemas; e o modelo de participação pública, quando o público participa de assuntos e de políticas relacionadas à ciência e à tecnologia nas mesmas condições de cientistas, valorizando o diálogo e as relações entre ciência, tecnologia e sociedade (COSTA; SOUZA; MAZOCCO, 2010, p. 153).

O modelo de participação pública prevê a participação da sociedade nas decisões relativas a questões de Ciência e de Tecnologia, tanto na determinação dos objetivos de pesquisa como no destino dos recursos públicos para esse fim. A ênfase é no diálogo entre os cientistas e o público, estando ambos no mesmo patamar de decisão.

No entanto, para que verdadeiramente haja a participação dos indivíduos leigos nas discussões científicas, é preciso que os cidadãos comuns ampliem seu acesso às informações sobre as práticas de Ciências e Tecnologia (C&T), uma vez que a “[...] criação de um público crítico e reflexivo parece só ser viável pela democratização dos conhecimentos e, principalmente, dos valores que sustentam a C&T em seus bastidores. E essa é uma tarefa na qual a educação científica e tecnológica constitui um componente primordial” (VALÉRIO; BAZZO, 2006, p. 32). Dessa forma, a falta de conhecimentos suficientes para a participação em discussões dessa natureza impede que a sociedade participe ativamente das questões de C&T.

Valério e Bazzo (2006) também afirmam ser urgente, nesse cenário de avanço científico e tecnológico, uma divulgação científica de qualidade, uma vez que a divulgação adquiriu uma grande impor-

tância na construção de uma sociedade democrática e que recoloca a C&T a seu favor. A divulgação, portanto, responsabiliza-se por “[...] democratizar os saberes e valores da C&T, promover uma alfabetização científica/tecnológica numa perspectiva crítica e fomentar a inserção política dos cidadãos nas tomadas de decisão” (VALÉRIO; BAZZO, 2006, p. 37).

De posse do letramento científico, as pessoas podem manifestá-lo de diversas maneiras, sendo comum explicações e justificativas sobre fatos, exemplificações, comparações e uso de definições e termos técnicos. Sasseron e Carvalho (2011, p. 102) abordam que, no tocante aos indicadores de alfabetização científica (AC), há “[...] a construção de uma *explicação*, o uso de *justificativa* para fundamentar uma ideia e o estabelecimento de *previsão* sobre o que pode decorrer desta situação”.

A Covid-19 e as vacinas

A humanidade está sendo atingida por uma grande pandemia que assola vários países, provocada pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2). O primeiro caso de contaminação por esse vírus foi identificado no continente asiático, especificamente na cidade de Wuhan, na China. O vírus rapidamente se espalhou para outros países, expondo as populações à Covid-19, nome dado à doença causada pelo vírus. Essa enfermidade atingiu muitas pessoas no mundo, causando diversas mortes, e, em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu esse surto como uma pandemia, tendo sido a primeira morte no Brasil confirmada em São Paulo (BARRETO, 2020). Atualmente, de acordo com o site oficial do Governo brasileiro Coronavírus Brasil, a Covid-19 já causou 660.312 óbitos no país (PAINEL..., 2022).

A velocidade com que a sequência genética do vírus foi divulgada em 11 de janeiro de 2020 facilitou as pesquisas em vários países para tentar erradicar a doença. Muitos países, como Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Rússia e China, por exemplo, investiram em pesquisas para solucionar esse problema a partir da elaboração de vacinas, passando pelo desafio de reduzir todo processo de fabricação, distribuição e administração das vacinas em tempo recorde.

O resultado dos investimentos foi a confecção de vacinas que foram testadas e que têm sua eficiência comprovada contra o coronavírus. De acordo com a Deutsche Welle (DW) Brasil³, ao menos 73 vacinas estavam sendo desenvolvidas no mundo nesse contexto (PLADSON, 2021). Dessas vacinas, seis estão sendo utilizadas em pelo menos um país e outras já estavam em uso meses antes, mesmo sem ter passado por todas as etapas. São elas: Moderna, produzida pela companhia americana de biotecnologia Moderna em parceria com o Instituto Nacional de Alergia e Doenças Infecciosas dos Estados Unidos (Niaid); Oxford-AstraZeneca, produzida pela farmacêutica anglo-sueca AstraZeneca em parceria com a Universidade de Oxford, sendo sua elaboração também realizada no Brasil; BioNTech-Pfizer, produzida pela empresa alemã Biontech e pela farmacêutica americana Pfizer; Sputnik V, desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Gamaleya com o Ministério da Saúde da Federação Russa, sendo sua produção financiada pelo Fundo de Investimento Direto da Rússia (RDIF); Sinopharm, desenvolvida

3. Empresa pública da Alemanha, com sedes em Bonn e Berlim, que transmite conteúdos para o exterior através de programas de rádio, de televisão e de portal na internet.

na unidade de Pequim, na China National Pharmaceutical Group Corporation; Coronavac, desenvolvida pela companhia biofarmacêutica chinesa Sinovac Biotech e produzida no Brasil pelo Instituto Butantan; e Covaxin, desenvolvida pela Bharat Biotech International Limited (PLADSON, 2021).

No Brasil, as duas vacinas mais avançadas no campo de testagens são as vacinas desenvolvidas pela Universidade de Oxford, associada à farmacêutica britânica AstraZeneca, e a desenvolvida pela empresa chinesa Sinovac, sendo produzidas pela Fiocruz e pelo Butantan, respectivamente.

Para o desenvolvimento de vacinas, conforme Lima, Almeida e Kfoury (2021), são traçados alguns caminhos metodológicos, contemplando ensaios clínicos em humanos divididos em três fases. A fase 1 avalia a segurança do produto; a fase 2 avalia a segurança, a dose, a frequência de administração e a imunogenicidade; e a fase 3 analisa a eficácia do produto através de ensaios clínicos envolvendo milhares de voluntários. Após essas 3 fases, é feita a publicação científica dos resultados para que a vacina candidata seja submetida à avaliação pelas agências reguladoras, para então ser produzida e, por fim, distribuída para aplicação. Os estudos continuam em uma fase 4, ou “fase de pós-licenciamento”, que “[...] estima os efeitos e eventos adversos após a utilização da vacina em larga escala na população alvo. Cada etapa deste processo dura em média vários meses a anos” (LIMA; ALMEIDA; KFOURI, 2021, p. 2). De acordo com pesquisas divulgadas nos sites oficiais da Fundação Oswaldo Cruz, do Instituto Butantan e da Pfizer, as vacinas contra a Covid-19 estão proporcionando resultados positivos nas fases.

No caso da vacina Oxford-AstraZeneca, os dados foram levantados pela revista científica *The Lancet*, a qual constatou que a primeira

dose da vacina já garante eficácia geral de 76%, dos 22 aos 90 dias após a aplicação. Depois desse período, é necessária uma segunda dose para que a eficácia suba para 81,3% (VOYSEY *et al.*, 2021).

A CoronaVac, de acordo com dados apresentados pela SSRN, mostrou que a eficácia da vacina para casos sintomáticos atingiu 50,7%, com 14 dias de intervalo entre as duas doses. Além disso, a eficácia global aponta que o imunizante possui a capacidade de proteger em casos leves, moderados ou graves em até 62,3%, se o espaço entre as duas doses for de 21 dias ou mais (PALACIOS *et al.*, 2021). Vale destacar que, nas pesquisas, a eficácia mínima da vacina já aparece na segunda semana depois da primeira dose. Porém, para que a imunização seja completa, é necessário receber as duas doses.

Já a Pfizer, segundo os resultados de estudo da fase 3 publicados na *The Lancet*, apresenta globalmente a eficácia da vacina contra a Covid-19 de 95%, com esquema de duas doses, num intervalo de 21 dias entre as doses (VOYSEY *et al.*, 2021).

Os tipos de argumentos sobre as vacinas contra a Covid-19

As vacinas estão sendo aplicadas na população mundial. Porém, no Brasil, muitos pontos de vista se contrapõem acerca da crença na eficiência dessas vacinas. Por isso, esta pesquisa se dedicou a investigar os posicionamentos de algumas pessoas nesse sentido a partir de aplicação de um questionário elaborado por meio do Formulários Google, tendo em vista a verificação dos elementos argumentativos mais recorrentes e dos tipos de argumentos expostos pelos respondentes, conforme as ideias de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

Os investigados que foram convidados a responder ao formulário faziam parte do círculo acadêmico das pesquisadoras ou então eram amigos das pessoas desse círculo. Todos residiam no interior de Pernambuco, em municípios como Agrestina, Barra de Guabiraba, Bonito, Camocim de São Félix, Canhotinho, Caruaru, Garanhuns, Joaquim Nabuco, Jupi, São Caetano, Sairé e Vitória de Santo Antão. Foram 53 respondentes no total, com idades de 16 a 76 anos, sendo que 30 participantes, (56, 6%) exerciam atividades profissionais: empregada doméstica, vendedora, professor, auxiliar de serviços gerais, mecânico, auxiliar de produção, operador de telemarketing, operador de Centro de Processamento de Dados (CPD) de supermercado, comerciária, bibliotecária, músico, jornalista, farmacêutica veterinária, redator, vendedor, técnico de enfermagem, estagiário em comunicação, eletricitista, tecnologia de informação, radialista e auxiliar administrativo. Os demais 23 participantes (43,4%) declararam que não exerciam atividade profissional.

Quanto ao ponto de vista de serem a favor das vacinas contra a Covid-19, verificou-se que 52 respondentes (98,1%) eram a favor, enquanto que 1 participante (1,9%) respondeu com “mais ou menos”. Questionados sobre o porquê do posicionamento favorável às vacinas, os participantes expuseram vários tipos de argumentos para dar suporte ao seu ponto de vista. Contudo, de modo geral, percebe-se que o tipo que prevaleceu foi o argumento de autoridade, apoiando-se em discursos já estabelecidos socialmente, a exemplo dos discursos dos cientistas de que as vacinas protegem as pessoas das doenças infecciosas.

A partir dos argumentos apresentados, verifica-se que os respondentes se valeram dos discursos já estabelecidos socialmente – advindos da esfera científica – a respeito da confiança em

vacinas de modo geral, estendendo-os também às vacinas contra a Covid-19. Nessa perspectiva, há a construção de um *ethos* do enunciador de crença na ciência acima de tudo, o que faz com que seu argumento também seja confiável. As exposições das respostas seguirão ordem crescente de numeração, assim representadas: R (resposta⁴), R1 (resposta 1).

R. 1 – Pois é uma coisa que sempre esteve presente em nossas vidas e são de extrema importância para que a sociedade e pessoas passem sem se prejudicar por vírus e outras coisas que podem afetar, incluindo a Covid que ceifa a vida de várias pessoas que não reagem bem ao vírus.

As respostas dos investigados também se deram pensando no coletivo, explicando que a vacina vai proteger a humanidade, a sociedade, a população, o coletivo, o mundo, a nossa família, ou seja, todas as pessoas. Para se referirem à doença “Covid-19”, ora os respondentes a chamavam de “coronavírus” ou “vírus”, se referindo ao próprio vírus; ora de “Covid-19”; ora de “doença”; ora de “pandemia”; ora de “infecção”. No entanto, as nomeações diversas deixam transparecer que a preocupação não está em torno de uma definição exata, mas do que remete à pandemia que preocupa toda a humanidade.

Observa-se, ainda, que os discursos se apresentavam no sentido de que a vacina irá salvar as pessoas, deixando-as imunes contra a Covid-19. Essas argumentações giraram em torno da proteção;

4. As respostas estão sendo reproduzidas fielmente às escritas do formulário.

da salvação contra a doença; do combate ao vírus; da diminuição de infecções, de mortes e de hospitais lotados; e da redução aos danos causados pela doença, para que as pessoas tenham saúde, segurança, controle do vírus e consigam acabar com a pandemia. Essas expectativas nos argumentos revelam uma relação de causa e efeito, ou seja, toma-se a vacina para obtenção de tais resultados. No entanto, também houve, para essa pergunta, respostas como estas: “acredito que seja o melhor a se fazer”; ou “por que eu seria contra?”.

Outra questão importante a mencionar foi o fato de quase não haver contestação em relação à vacina. Os argumentos foram a favor de que o imunizante salvará a humanidade sem nenhuma ressalva, com exceção de um argumento, cuja resposta foi “mais ou menos” quando perguntado sobre ser a favor da vacina. Essa resposta, no entanto, se configura como uma refutação no sentido da reação após tomá-la. Foram citadas reações como coceira, braço inchado e dores. Nota-se, portanto, que o discurso de autoridade da ciência foi levado a sério sem contestação, sem nenhum posicionamento no sentido de o imunobiológico não surtir efeitos positivos em todas as pessoas. Não houve questionamento sobre se algumas das vacinas seriam eficientes ou não, se o fato de se tomar apenas uma dose não teria o efeito esperado com as duas doses ou se o efeito de imunização é permanente ou não para o vírus em questão e as outras variantes.

Nota-se que, tomando a perspectiva de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), os argumentos estão baseados na estrutura do real, presente com muita força em todas as respostas. A defesa do ponto de vista gira em torno da crença de que, ao tomar o imunizante, todos os problemas causados pela Covid-19 estarão solucionados; ou seja, há uma relação de causa e efeito, o que também faz acontecer os argumentos pragmáticos. Já é sabido que as vacinas

fazem bem aos indivíduos e que elas previnem várias doenças e é por isto que todas as crianças devem ser vacinadas desde o nascimento. Sendo assim, esses imunizantes contra a Covid-19 também são necessários e eficientes.

Outra questão também presente nas defesas de pontos de vista foi a exposição, pelos respondentes, de que os efeitos nos testes durante a elaboração das vacinas foram positivos, bem como os resultados já obtidos das populações mundiais que já se vacinaram. Dessa forma, esses novos imunizantes são eficientes e todos ficarão bem ao tomá-los. Isso leva a um outro tipo de argumento nas respostas analisadas, que é a relação de meio com fim, ou seja, a vacinação é o meio de se alcançar a tranquilidade em relação à saúde. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 308), essa relação é muito importante numa argumentação eficiente, uma vez que “[...] o fato de considerar ou não uma conduta como um meio de alcançar um fim pode acarretar as mais importantes consequências e pode, portanto, por essa razão, constituir o objeto essencial de uma argumentação”.

Percebe-se mais uma vez a presença de argumentos de autoridade quando se menciona a ciência como aquela que pode solucionar tais problemas através da vacina. O argumento de autoridade “[...] utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 348). Dessa forma, a ciência já se constitui como uma entidade de prestígio social e mundial dotada de reconhecimento de autoridade e credibilidade, o que leva os respondentes a acreditarem que suas argumentações sejam dignas de crédito por se basearem na ciência.

Por outro lado, os argumentos de autoridade utilizados, advindos da ciência, se opõem aos argumentos advindos de autoridades nacionais, como o Presidente do Brasil e o Ministério da Saúde, os quais demonstraram publicamente descrédito na ciência e preferiram argumentos contra a esfera científica, fatos mostrados através dos meios de comunicação. Essas autoridades se valeram de argumentos simbólicos, uma vez que exercem uma autoridade no país e são representantes do povo. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 380), se “[...] um indivíduo, membro de um grupo, tornou-se símbolo deste, seu comportamento será considerado mais importante, porque mais representativo, do que o de outros membros do mesmo grupo”. Esse membro, símbolo do grupo, exerce uma influência significativa nos demais membros, o que lhe atribui uma certa superioridade. Neste caso, os representantes do Brasil se valeram de sua autoridade para obrigar a aceitação de seus pontos de vista, independentemente de visões plausíveis e aceitas socialmente. Em outras palavras, houve a tentativa das autoridades brasileiras de fazer a população desacreditar na ciência em relação às vacinas. No entanto, essa tentativa foi frustrada no que concerne aos respondentes, o que é demonstrado pelos argumentos analisados, conforme trechos a seguir:

R. 2 – Sou a favor da ciência.

R. 3 – Porque num cenário de praticamente 4.000 mortes diárias, me parece que a única salvação é a vacinação (e o impeachment, é claro).

Apesar de não estar explícita a contra-argumentação sobre as opiniões do presidente do Brasil e responsáveis por órgãos de Saúde, os investigados deixaram muitas pistas nos seus textos que levam a argumentos contrários a tais representantes. Os pesquisadores demonstraram estar atentos aos pronunciamentos oficiais nos meios de comunicação, mas não a favor deles.

A decisão de ser a favor das vacinas neste momento ultrapassa uma decisão individual, pois é possível colocar o outro em risco ao se optar por não se vacinar, como apareceu nas justificativas das respostas. De acordo com Lima, Almeida e Kfoury (2021, p. 1), as vacinas se tornaram a esperança mais promissora e ansiosamente esperada, visto que uma vacina eficaz seria crucial para controlar a pandemia, questão bem explicitada pelos meios de comunicação.

Os participantes da pesquisa também foram levados a responder se acreditavam na eficácia das vacinas, mesmo elas tendo sido desenvolvidas em tempo reduzido para 12 a 18 meses, em todas as suas fases, o que corresponde a algo inédito no mundo.

Verifica-se, conforme as respostas, que 42 investigados (79,2%) afirmaram acreditar na eficiência das vacinas e 11 participantes (20,8%) acreditavam “mais ou menos”. Os participantes que acreditam na eficiência afirmaram ter segurança nos estudos que embasaram as etapas e testes, nos resultados positivos durante os testes e no fato de que os investimentos financeiros no desenvolvimento das vacinas em vários países favorecem os bons resultados. Além do mais, os participantes afirmaram ter segurança nas vacinas porque, além de haver o compartilhamento de conhecimentos entre os cientistas de vários países, o desenvolvimento tecnológico avançado também permitiu certa rapidez no processo, sem perder a qualidade do produto:

R. 4 – Porque existem provas científicas da eficácia das vacinas, há o número em porcentagem, provado em testes laboratoriais. O fato da vacina ter se desenvolvido tão rápido foi devido a urgência e investimentos na área científica simultaneamente em vários locais do mundo, permitindo que conhecimento científico fosse compartilhado e desenvolvido em escala global.

As vacinas foram apontadas como seguras e eficazes pela maioria dos respondentes pelos seguintes motivos: por acreditarem que os órgãos reguladores brasileiros analisaram bem a situação antes de autorizar a aplicação dos imunizantes nas pessoas; pelos resultados satisfatórios da população mundial que se vacinou e contribuiu para que os índices de contaminação diminuíssem; e pelos bons resultados da vacina, dado o avanço da tecnologia, o uso de bons recursos para o financiamento e o compartilhamento dos conhecimentos entre os cientistas de vários países.

Diante das respostas analisadas, verifica-se que houve a presença de vários tipos de argumentos, tais como de causa e efeito, pragmático, meios e fins, de autoridade, simbólico e de exemplo. Esses argumentos, por sua vez, ressaltaram o fato de que os bons resultados perante os testes da vacina garantem credibilidade em sua eficiência, conforme já vem acontecendo com outros imunizantes.

A questão dos resultados positivos da vacinação em vários países e em várias categorias de vacinados, tais como idosos e trabalhadores que atuam na linha de frente no combate à Covid-19 no Brasil, possibilitou que os respondentes se utilizassem desses fatos e formassem argumentos de causa e consequência para provar a eficiência da vacina, conforme passagens a seguir:

R. 5 – Acho que os números do exterior (principalmente Israel) tem provado isso. Negacionismo comigo nem se cria, apenas ciência.

R. 6 – Locais onde a vacinação é feita de forma eficaz diminuíram mortes, contágio e internação pela doença.

A menção ao negacionismo faz parte do contra-argumento ao discurso de outrem que se apresenta como um tipo de argumento simbólico trazido na memória dos investigados. É a exposição de um posicionamento contrário aos argumentos das autoridades brasileiras.

Apesar de a maioria das opiniões ter sido favorável à eficácia da vacina, argumentos total ou parcialmente contrários também foram expostos. Percebe-se que 11 pessoas (20,8%) responderam “mais ou menos” quanto à crença na eficácia das vacinas. Como contra-argumentos trazidos nessa perspectiva, aparecem exposições de fatos reais desfavoráveis ao imunizante, tais como: algumas pessoas tomaram as vacinas e apresentaram reações adversas e pessoas que tiveram Covid-19 e vieram a óbito mesmo após a vacinação. Outros argumentos giraram em torno das seguintes afirmações: o pouco tempo para elaborar a vacina; o surgimento de variantes do vírus; a não eficácia em 100%; a lentidão no processo de vacinação e de aquisição dos imunizantes pelo governo federal; e as distorções de informações, a exemplo das *fake news*.

R. 7 – Porque pessoas que se vacinaram se contaminaram e chegaram a óbito.

R. 8 – São eficientes para determinado vírus, mas como tem variantes é necessário muito estudo para que seja descoberta realmente o componente que realmente seja eficaz para os tipos de variantes e seja aplicada a toda população para que consiga acabar com a pandemia.

Sobre os posicionamentos contrários à eficiência da vacina, percebe-se que foram feitos argumentos de causa e consequência, de meios e fins e de autoridade. Verifica-se, portanto, que as afirmações ocorreram em torno de que existe um tempo já previsto para as criações de vacinas, não havendo brecha para mudanças. Em outras palavras, acredita-se que as vacinas que já circulavam na sociedade levaram um período de elaboração muito superior ao tempo utilizado para a criação das vacinas da Covid-19, o que causa desconfiança. Houve, também, contestação dos pontos de vista veiculados nos meios de comunicação que foram caracterizados pela imprensa, cientistas e população em geral como *fake news* e negacionismo. Muitos dos argumentos foram advindos de pessoas de autoridade, como mencionado, as quais trouxeram alternativas em oposição à ciência para a erradicação da pandemia no país, mas, ao contrário do que se imaginava, esses argumentos geraram revolta e indignação.

Argumentos baseados na ciência

Nesta seção, serão verificadas em que medida os argumentos possuíam caráter científico ou não e em que grau de cientificidade apareciam. Para isso, serão analisadas as respostas observando-se

a presença de justificativas e/ou explicações, previsões e linguagem científica para a identificação da AC, conforme preconizam Sasse-ron e Carvalho (2011). Os dados serão contrapostos com o grau de instrução dos respondentes e com as fontes de informação declaradas que subsidiaram as argumentações.

Analisar a questão do letramento científico e os índices de AC requer informações sobre os investigados quanto aos seus níveis de instrução. O gráfico a seguir demonstra os dados:

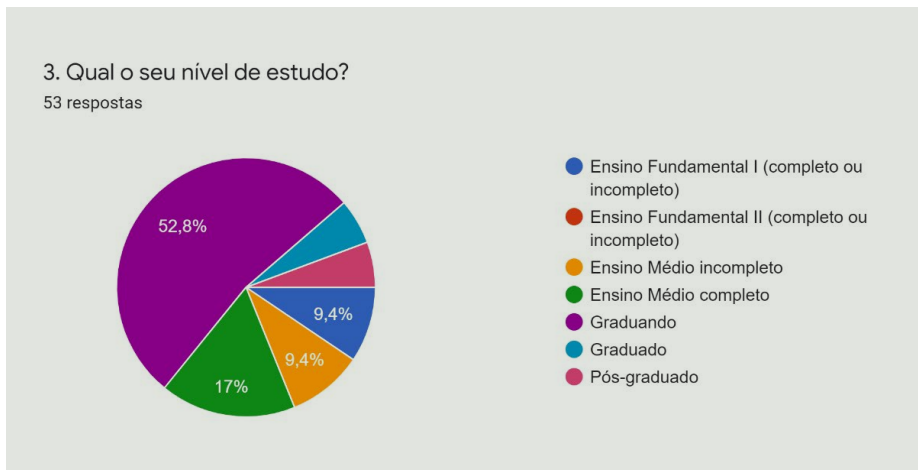


Gráfico 1. Níveis de escolaridade dos respondentes

Fonte: As autoras (2022).

A quantidade de graduandos corresponde a 28 participantes (52,8%), seguida por 9 pessoas com Ensino Médio completo (17%), 5 indivíduos com Ensino Médio incompleto (9,4%), 5 respondentes com Ensino Fundamental 1 (completo ou incompleto) (9,4%), 3 graduados (5,7%) e 3 pós-graduados (5,7%).

Conforme exposto na seção anterior, os argumentos foram em sua maioria voltados para a defesa da vacinação contra a Covid-19,

contemplando a ideia de que as vacinas são a única alternativa para erradicar a pandemia. As respostas revelam a crença na eficácia dos imunizantes e apresentam indícios de letramento científico e indicadores de AC. Nesse sentido, os argumentos dos respondentes de Ensino Médio completo, graduandos, graduados e pós-graduados apresentam explicações e justificativas sobre a importância da aplicação da vacina, sua eficiência, sobre a previsão da finalização da pandemia e sobre a diminuição dos internamentos em hospitais e de mortes. Houve, ainda, uma resposta que apontou para o avanço da economia no país:

R. 9 – A vacina é necessária para que através da ciência a população consiga vencer essa pandemia. E dizer sim a vacina, é também dizer sim a vida” (Ens. Méd. Comp.).

R. 10 – Porque ela (vacina) é um fator indispensável no controle das infecções e através dela é possível a diminuição das lotações das redes de saúde e da quantidade de mortos por dia causados pela Covid-19 (Graduando).

A partir dos argumentos dos investigados dotados de vários graus de instrução, notou-se que há o entendimento de que a Ciência e a Tecnologia podem proporcionar uma vida melhor para todos e solucionar problemas sociais, podendo o indivíduo intervir nas situações para o bem comum. Portanto, conforme os argumentos, percebe-se que, quando se acredita na ciência, é possível sair do estado de “ignorância”, no caso do desconhecimento sobre a Covid-19, e dominar a situação incômoda através da própria ciência e do uso da tecnologia.

A maioria dos argumentos, considerando todas as respostas do formulário, apresenta a utilização de linguagem específica da área da Saúde, como se pode perceber em alguns trechos: “que através da ciência a população consiga vencer essa pandemia”; “controle das infecções”; “vacinas serem um pacto social para a erradicação das doenças”; “proteção contra o vírus e diminui os riscos de contágio”; “por meio da vacinação é possível designar uma resposta imunológica secundária mais eficiente”; e “a vacina impedirá casos mais graves de infecção”. A utilização de linguagem específica foi constatada em várias respostas, correspondendo a indícios de letramento científico e de AC com o uso de justificativas, exemplificações e de termos especializados.

Quanto ao grau de instrução, percebe-se que o letramento científico e a AC aparecem com mais evidência e em maior grau nos respondentes da graduação, graduados e pós-graduados. No entanto, nos argumentos daqueles com graus de instrução menores, que é o caso dos respondentes com Ensino Médio completo, Ensino Médio incompleto e com Ensino Fundamental I, também apareceram os indicadores de AC e de letramento científico:

R. 11 – Acho que já tinham um bom conhecimento sobre a produção da vacina, e o mundo todo estava focado na produção de várias vacinas, compartilhando conhecimento entre si, então confio sim que são eficazes (Ens. Méd. Inc.).

R. 12 – Porque a vacina é importante no controle da pandemia, e com ela é possível prevenir os estágios mais graves da doença (Ens. Fun. I).

Ao serem perguntados sobre onde costumam obter informações sobre as vacinas contra a Covid-19, as três opções mais selecionadas foram: jornais da televisão (66%), redes sociais – podendo ser Facebook, Instagram, Twitter, Youtube – (64,2%) e buscas na internet (56,6%). O gráfico a seguir faz uma síntese de todas as alternativas e seus percentuais correspondentes:

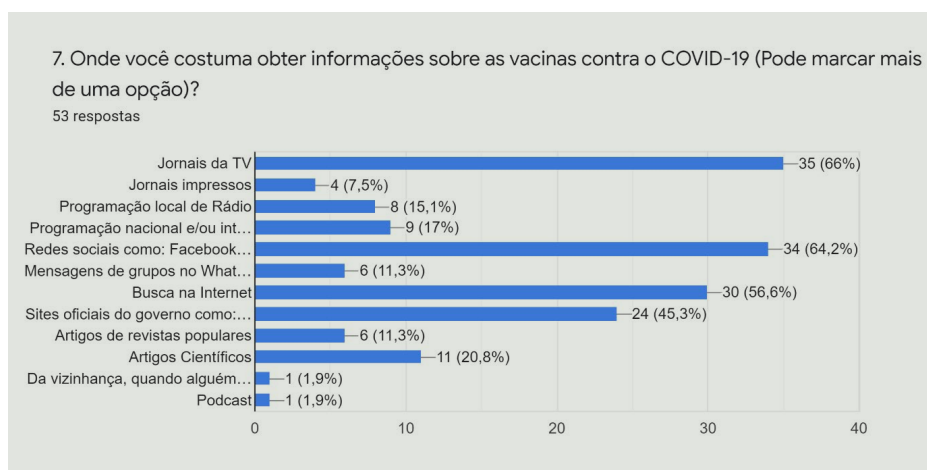


Gráfico 2. Fontes de informações dos respondentes

Fonte: As autoras (2022).

A partir do gráfico, constata-se que as fontes de informações mais utilizadas sobre o assunto foram os meios de comunicação. Essas opções foram apontadas pelos respondentes mais e menos escolarizados, revelando que os meios de comunicação foram responsáveis por divulgar informações as quais subsidiaram os posicionamentos apresentados via questionário.

Ainda de acordo com os dados, os respondentes que apresentam um maior grau de instrução – como os graduandos, os graduados e os pós-graduados – tiveram como fontes de informações mais

mencionadas as redes sociais, os jornais de televisão e a busca na *internet*. No entanto, por serem indivíduos envolvidos com o meio acadêmico e terem acesso ao meio científico, era esperado que esses grupos de respondentes fossem declarar como principais fontes de informações alguns materiais científicos, tais como artigos e sites oficiais, o que não ocorreu.

Já os respondentes do Ensino Médio completo e incompleto e Ensino Fundamental I tiveram os jornais de televisão como fonte principal de informações, sendo esta a mais votada, com as redes sociais e a busca na *internet* empatadas na segunda posição. Percebe-se, portanto, que esses grupos de respondentes também tiveram os meios de comunicação digitais como fontes primárias de informações sobre as vacinas contra a Covid-19.

Os dados mostram que, como apontam Shen (1975), Valério e Bazzo (2006) e Costa, Souza e Mazocco (2010), os meios de comunicação na contemporaneidade, juntamente às tecnologias, devem promover o letramento científico da população leiga através da divulgação científica. Porém, para isso, é preciso que haja um envolvimento bidirecional, para que a sociedade não seja passiva na recepção das informações, mas sim tenha atitudes reflexivas, críticas e transformadoras diante das informações oferecidas por esses veículos de informação e comunicação.

Considerações finais

O estudo sobre a argumentação deve se tornar mais constante por ela corresponder a uma manifestação inerente à língua, sendo, portanto, inerente ao ser humano. No entanto, é preciso atentar para aspectos da argumentação que possam ser explicados e demonstrados a partir de sistematizações e de teorizações adequadas ao objetivo de estudo, como ocorreu nesta pesquisa, com base na teoria da argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Analisar as argumentações escritas de expressões espontâneas de pessoas comuns na sociedade à luz de uma teoria fez compreender que é possível encontrar os argumentos presentes nesses discursos, mesmo eles não sendo criteriosamente formulados para serem expressos como acontece no uso da língua em ocasiões formais.

A pesquisa demonstrou que as pessoas, diante de questões polêmicas da sociedade, conseguem expor suas opiniões usando argumentos que defendem e sustentam os seus pontos de vista, utilizando-se de vários tipos de argumentação (de causa e efeito, pragmático, de meios e fins, de autoridade, simbólico e de exemplo) mesmo sem terem consciência de tais usos.

Com a pesquisa, foi possível perceber, também, que mesmo diante de questões mais específicas como as de saúde, pessoas leigas e não universitárias conseguem usar argumentos que se aproximam dos científicos com maior e menor propriedade, o que significa que tais pessoas apresentam um certo nível de letramento científico adquirido tanto na escola quanto nas práticas sociais do dia a dia, como ainda no acesso aos meios de comunicação de massa e às tecnologias digitais. Assim como as pessoas que passaram pelo Ensino Superior, os indivíduos que não tiveram essa

formação também apresentaram certo grau de letramento científico e AC quando foram solicitados a argumentar, conseguindo explicar, justificar e prever se utilizando de uma linguagem própria da área; neste caso, da Saúde.

No entanto, vale salientar que o assunto polêmico que foi considerado para requerer a argumentação dos respondentes desta pesquisa é um assunto atual e muito debatido, uma vez que faz parte de uma situação mundial que está afetando a todos, como é o caso da pandemia de Covid-19. Esse problema de saúde pública está repercutindo em todos os meios de comunicação e fazendo com que todos os cidadãos fiquem a par do que está acontecendo e recebam informações diárias e diversas. Isso, por sua vez, contribuiu para um certo nível de letramento científico da população, de várias idades, com ou sem formação universitária.

Por fim, percebeu-se que os argumentos apresentados pelos respondentes ganharam força por estarem embasados pelo científico, assim como o científico ganhou força ao servir de argumentos nos discursos dos respondentes. Neste contexto, os meios de comunicação de massa e as redes sociais assumem papel importante na divulgação dos conhecimentos científicos, pois auxiliam a popularizá-los por meio da abordagem de questões sociais relacionadas à Ciência e à Tecnologia, seus impactos, seus benefícios e seus riscos para a sociedade. Sendo assim, é preciso que a divulgação científica seja realizada pelos meios de comunicação e pelas redes sociais, assim como pelas instituições de ensino, de modo que haja interação entre as pessoas leigas, os cientistas e os governantes através de uma comunicação pluridirecional e dialógica.

Referências

BARRETO, C. Ministério da Saúde confirma primeira morte por Coronavírus no Brasil. *Pebmed*, São Paulo, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://pebmed.com.br/ministerio-da-saude-confirma-primeira-morte-por-coronavirus-no-brasil/>. Acesso em: 7 abr. 2022.

CANO, R. L. *Música y retórica en el barroco*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2000.

COSTA, A. R. F.; SOUZA, C. M. de; MAZOCCO, F. J. Modelos de comunicação pública da ciência: agenda para um debate teórico-prático. *Conexão: Comunicação e Cultura* (UCS), Caxias do Sul, v. 9, n. 18, p. 149-158, jul./dez. 2010.

LIMA, E.; ALMEIDA, A.; KFOURI, R. Vacinas para COVID-19 - o estado da arte. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, v. 21, supl. 1, p. 521-527, fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9304202100S100002>.

LUCKESI, C. et al. *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. São Paulo: Cortez, 1998.

MASSMANN, D. *Retórica e argumentação: percursos de sentido na biculturalidade*. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017. 294 p.

PAINEL Coronavírus. *Coronavírus Brasil*, Brasília, 6 abr. 2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 7 abr. 2022.

PALACIOS et al. Efficacy and Safety of a COVID-19 Inactivated Vaccine in Healthcare Professionals in Brazil: The PROFISCOV Study. *SSRN*, abr. 2021. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3822780. Acesso em: 13 abr. 2022.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução: Maria Ermantina de A. P. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLADSON, K. De onde vêm e para onde vão as vacinas contra a Covid-19? *Deutsche Welle - Made for minds*, Bonn, 6 jan. 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/de-onde-v%C3%A3o-e-para-onde-v%C3%A3o-as-vacinas-contr-a-covid-19/a-56137276>. Acesso em: 7 abr. 2022.

SASSERON, L. H.; CARVALHO, A. M. P. Construindo argumentação na sala de aula: a presença do ciclo argumentativo, os indicadores de alfabetização científica e o padrão de Toulmin. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 17, n. 1, p. 97-114, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1516-73132011000100007>.

SHEN, B. S. P. Science literacy. *Sigma XI – Scientific Research Society*, Ithaca, v. 63, n. 3, p. 265-268, 1975.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VALERIO, M.; BAZZO, W. A. O papel da divulgação científica em nossa sociedade de risco: em prol de uma nova ordem de relações entre ciência, tecnologia e sociedade. *Revista de Ensino de Engenharia*, Brasília, v. 25, n. 1, p. 31-39, 2006. Disponível em: <http://revista.educacao.ws/revista/index.php/abenge/article/view/34/16>. Acesso em: 7 abr. 2022.

VOYSEY *et al.* Single-dose administration and the influence of the timing of the booster dose on immunogenicity and efficacy of ChAdOx1 nCoV-19 (AZD1222) vaccine: a pooled analysis of four randomised trials. *The Lancet*, Londres, v. 397, n. 10277, p. 881-891, mar. 2021. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(21\)00432-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)00432-3). Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(21\)00432-3/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(21)00432-3/fulltext). Acesso em: 13 abr. 2022.



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

60
anos

Estudo

Recebido em: 31 jan. 2022. Aprovado em: 14 mar. 2022.

MUNIZ, Aristóteles Veloso da Silva. A nova ordem conservadora e o desmonte das políticas públicas de promoção da igualdade racial e combate ao racismo no Brasil. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proexc, Recife, v. 39, n. 1, p. 229-266, jan./jun., 2022.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2022.253124>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

A nova ordem conservadora e o desmonte das políticas públicas de promoção da igualdade racial e combate ao racismo no Brasil

The new conservative order and the dismantling of public policies to promote racial equality and combat racism in Brazil

Aristóteles Veloso da Silva Muniz

Centro Universitário do Vale do Ipojuca (UNIFAVIP)

Doutor em Sociologia

E-mail: aryveloso77@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0003-3289-4531>

 <http://lattes.cnpq.br/5376110616374985>

Resumo

No Brasil, a eleição para presidente de Jair Messias Bolsonaro representou, em detrimento dos avanços democráticos dos anos anteriores, o surgimento de uma nova ordem contra-hegemônica cujos objetivos políticos alimentam uma agenda de desmonte, de desqualificação e de deslegitimação das pautas das minorias buscando conter os avanços democráticos até então postos. Este trabalho tem como objetivo afirmar que, entre 2014 e 2019, no Brasil, se identifica a consolidação de uma conjuntura contaminada por processos políticos apresentados a nível internacional que estão a corroer as estruturas democráticas, a atacar os direitos das minorias e a negar a possibilidade de avanços das políticas de direitos humanos, tudo isso em favor de uma agenda econômica que busca garantir os interesses e a reprodução social e política do grande capital financeiro e do seu campo ideológico e político. Nossa afirmação se

baseia em uma revisão da literatura sobre a crise democrática e o avanço de uma onda conservadora a nível local; e na observação e no acompanhamento dos fatos e processos políticos, ligados à agenda do combate ao racismo e na promoção da igualdade racial, que buscaram deslegitimar e desmontar a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), negando e impedindo o reconhecimento e regulamentação das comunidades quilombolas e incentivando ou negligenciando ataques às religiões de matriz africana e afro-brasileira.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Crise democrática. Onda conservadora. Igualdade racial. Quilombolas.

Abstract

In Brazil, the election of Jair Messias Bolsonaro as president represented, in contrast with the democratic advances of previous years, the emergence of a new counter-hegemonic order whose political objectives feed an agenda of dismantling, disqualification and delegitimization of minorities' claims, seeking to contain the democratic advances that have happened so far. This paper aims to affirm that, between 2014 and 2019 in Brazil, one can identify the consolidation of a conjuncture contaminated by political processes presented at an international level and that are eroding democratic structures, attacking the rights of minorities and denying the possibility of advances in human rights policies, all in favor of an economic agenda that seeks to guarantee the interests and social and political reproduction of large financial capital and its ideological and political field. Our statement is based on literature review on the democratic crisis and the advance of a conservative wave at the local level, and on the observation and monitoring of political facts and processes, which are linked to the agenda of combating racism and promoting racial equality, that sought to delegitimize and dismantle the Special Secretariat of Policies for the Promotion of Racial Equality (Seppir), denying and preventing the recognition and regulation of quilombola communities and encouraging or neglecting attacks on African and Afro-Brazilian religions.

Keywords: Public Policies. Democratic crisis. Conservative wave. Racial equality. Quilombolas.

Introdução

As discussões em torno das políticas públicas de Promoção da Igualdade Racial (PIR) recebem grande atenção no Brasil a partir da década de 1990, tendo, como consequência, sua inserção e ampliação na agenda política governamental e na esfera pública. Essa intensificação do debate e consequente implementação foram decorrentes do processo de abertura e democratização política em nossa sociedade e das pressões internacionais¹ em torno da agenda dos direitos humanos e do racismo. Pautada em torno da luta por reconhecimento e redistribuição, parte da população negra, historicamente, irá articular e mobilizar suas ações com o objetivo de combater as injustiças culturais e econômicas decorrentes do processo de discriminação cultural e exploração econômica produzidas por históricas relações raciais marcadamente desiguais (AVRITZER, 2015; BERNARDINO, 2002).

Recentemente, percebemos que esse debate em torno das nossas relações raciais no espaço público vem recebendo ataques que buscam deslegitimar, desqualificar e negar a existência do racismo. Diante disso, vê-se, claramente, uma reação das forças conservadoras que até então estavam “adormecidas” e que são historicamente pautadas por uma concepção hegemônica de que nossas relações raciais sempre foram “harmoniosas” e “democráticas” (SCHWARCZ, 2012). Essas reações retomaram

1. A III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata foi realizada em setembro de 2001, em Durban, na África do Sul, e contou com mais de 16 mil participantes de 173 países.

uma narrativa desqualificadora e negadora do racismo da década de 1950 que acusava os negros e negras, que se articulavam em torno da denúncia do racismo, de estarem plantando a discórdia e a separação em nossa sociedade, desse modo realimentando discussões, ações e releituras sobre nossas concepções acerca da mestiçagem, da branquitude, da negritude, e principalmente da nossa democracia racial. Essa movimentação em torno das políticas de PIR, que desde os anos 1990 problematiza, com suas ações e denúncias, o “mito” da democracia racial, fez aos poucos germinar ações políticas nutridas por ressentimentos e revanchismos em torno dos avanços no debate sobre a aceitação do racismo e a negação da democracia racial. Esse revanchismo e ressentimento se materializou nas diversas narrativas de deslegitimação e desvalorização do debate que vieram somar ao aparecimento, em 2014, na cena política brasileira, de um fenômeno que iremos definir como uma *onda conservadora* (BURITY, 2018). As denúncias em torno desigualdade racial entre brancos e negros, a ampliação das políticas públicas de PIR para a população negra – como é o caso das políticas de cotas nas universidades e concursos públicos –, de uma legislação antifascista e favorável a quilombolas, das denúncias do racismo religioso, entre outras, só fizeram alimentar e expor as contradições de nossa ordem moral racista. E isso, ao que tudo indica, alimenta os diversos conflitos em torno dos sentidos e significados que foram construídos historicamente e que possibilitaram relações desiguais de poder e prestígio, posi-

cionando de forma desigual brancos e negros² em nossa sociedade (SCHWARCZ, 2012).

No Brasil, apesar dos avanços democráticos e das políticas públicas de PIR, veremos que, a partir de 2013, este cenário de avanços e conquistas sofrerá retrocessos e questionamentos mais incisivos por parte de setores de nossa sociedade que verão nessas ações uma nítida afronta aos princípios da igualdade (CONFIRA..., 2008). Esses questionamentos nas diversas instâncias e espaços de nossa sociedade nos parecem reações lógicas e sintomáticas de ressentimentos, temores, ansiedades e antagonismos em torno de nossas relações raciais que foram, historicamente, marcadas por diversas contradições, violência e negação de direitos (SCHWARCZ, 2012). Neste sentido, em termos conjunturais, entendemos que estamos vivendo no Brasil um momento muito delicado em torno das nossas agendas políticas. Desde 2015, identifica-se o surgimento e consequente avanço de uma narrativa e de ações práticas que não fazem parte apenas da conjuntura local, mas que são produto de conexões globais com os diversos movimentos revanchistas mundo afora. Essa movimentação política em torno de agendas e demandas conservadoras irão provocar, no Brasil, uma tendência à regressão de nossa expansão democrática pós-1994 (AVRITZER, 2018).

2. O Estado brasileiro define, de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial, o que é a população negra para formulação, planejamento e execução das políticas públicas, sendo ela o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga.

No Brasil, essa crise, junto aos efeitos da onda conservadora, se apresenta de forma bastante clara no processo político de impeachment da presidenta Dilma e na emergência de uma coalizão reacionária de grande alcance popular, que terá repercussões diretas sobre as políticas de PIR. Para este trabalho, iremos direcionar nossas reflexões para as políticas de PIR, identificando que muitos dos avanços nestas políticas serviram de catalisadores que alimentaram ressentimentos e revanchismos³. Em um estudo mais detalhado das políticas e legislações em torno da PIR,⁴ fica bastante claro o avanço do diálogo estabelecido entre o governo federal e os movimentos e representações da população negra em torno de estratégias participativas com o objetivo de visibilizar e ampliar a inserção desta agenda nas diversas instâncias governamentais. E, na contramão desta conjuntura de avanços pós-2003, a eleição de Jair Messias Bolsonaro como presidente do país representará o surgimento de uma nova ordem contra-hegemônica que lutará pela hegemonia do campo político e terá como um dos seus objetivos políticos alimentar uma agenda de desmonte, de desqualificação e de deslegitimação das pautas das minorias, buscando conter os avanços democráticos até então postos (BURITY, 2018).

3. Foi no cenário pós-2003, com a vitória da coalizão em torno do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, que houve um crescimento significativo destas políticas de PIR, ampliando sua visibilidade e amplitude e, conseqüentemente, chamando atenção de setores conservadores de nossa sociedade.

4. Em pesquisa realizada para minha tese de doutorado realizamos uma análise de documentos e publicações em torno da ação da Seppir no período de 2003 a 2016, onde foi possível identificar claramente o quanto as políticas de PIR avançaram neste período.

Em resumo, o que nos interessa neste trabalho é identificar quais as consequências desta onda conservadora sobre as políticas de PIR em nosso país. Como ela está afetando os avanços que foram conquistados desde a década de 90, e especificamente pós-2003, com a implementação destas políticas públicas e de uma legislação que regulamenta esses avanços nas agendas PIR? É notório que a luta pela PIR, o combate ao racismo, o reconhecimento e valorização da identidade cultural da população negra no Brasil vinham ganhando espaço nas últimas décadas. Desde o governo FHC até a Era Lula-Dilma, a agenda PIR ganhou espaço institucional e visibilidade política de maneira significativa, ajudando no confronto, na desconstrução e na desmobilização de um discurso negador do racismo, que alimenta historicamente o mito da democracia racial freyriana e que traz consequências econômicas, políticas, sociais e culturais para a população negra. Desta forma, essa onda conservadora, pós-2015, entra em conflito direto com as pretensões culturais, sociais, econômicas e políticas do movimento negro e da população negra.

A onda conservadora e a crise democrática

Como destacamos, vivemos no Brasil um momento de grave crise institucional no que se refere a um reforço de valores conservadores que buscam desinstitucionalizar os avanços sociais, políticos e jurídicos até então encaminhados (MARTINS, 2019). Essa crise seria decorrente de um conjunto de processos que em junção produzem uma conjuntura política alimentada pela nova configuração assumida pelo neoliberalismo (DARDOT, 2019), pela

crise de representação democrática (KANG, 2012) e pela emergência de valores conservadores e autoritários na agenda política global e local (BURITY, 2018; RIEMEN, 2017). Estamos observando de forma categórica uma reversão no jogo democrático global e local, uma perda dos valores coletivos e democráticos que deveriam reger a organização do bem comum e da diferença, que desde a década de 60 vinham se institucionalizando e que passaram a sofrer um grave revés em suas pretensões. Uma crise que se apresenta não apenas como econômica, devido a nova configuração assumida pelo neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2019), mas que é influenciada também por valores políticos e morais em disputa que buscam orientar as ações vindouras (BURITY, 2018) e as condições de produção das subjetividades.

De acordo com Dardot e Laval (2019), é necessário ir ainda mais longe e perceber o sentido das transformações atuais deste novo neoliberalismo. Este se destaca, diferente do liberalismo clássico, por uma dimensão subjetiva, uma lógica que busca converter essa dimensão em uma dimensão normativa, que irá transcender a economia, a sociedade e o próprio Estado. Nas palavras de Dardot e Laval (2019, n. p.), seria um “projeto radical e inclusive, caso se queira, revolucionário”, pois este novo neoliberalismo “não se confunde, portanto, com um conservadorismo que se contenta em reproduzir as estruturas desiguais estabelecidas”, mas, se apresenta com a possibilidade de “instrumentalizar os ressentimentos de um amplo setor da população, pela falta de identidade nacional e de proteção pelo Estado, dirigindo-os contra bodes expiatórios (DARDOT; LAVAL, 2019, n. p.).

Trata-se, portanto, de uma política alimentada por ressentimentos e revanchismos canalizados para a arena política e para a construção de subjetividades marcadamente conservadoras e anti-democráticas.

Este novo liberalismo, apresentado por Dardot e Laval (2019), combina autoritarismo antidemocrático, nacionalismo econômico e racionalidade capitalista ampliada. Esse antidemocratismo está relacionado com um questionamento político cada vez mais aberto e radical contra os princípios e as formas da democracia liberal, uma ofensiva declarada contra os direitos humanos, acusados de colocar em perigo a segurança das diversas sociedades. Seu nacionalismo econômico, nova fase deste liberalismo, flerta com o fechamento de fronteiras, a construção de muros, o culto à nação e a soberania do Estado. Segundo Dardot e Laval (2019), apesar da grande semelhança, não podemos definir esse novo liberalismo como fascismo. Essa conjuntura que se apresenta dialoga com o debate em torno da crise da democracia, em especial da crise de representação no jogo democrático. Essa crise dos regimes democráticos em nossa contemporaneidade flerta diretamente com a conjuntura que possibilitou a ascensão dos regimes nazistas e fascistas do início do século XX. Segundo Kang (2012), a principal característica do fascismo alemão, do início do século XX, estaria na mitificação da sua experiência política e social, transformando-a em consciência coletiva por uma ideologia que tinha como objetivo manipular a experiência coletiva e política do espetáculo midiático. Em nosso contexto global, interligado pelas mídias de massa e marcado pela crise da representação em regimes democráticos, podemos perceber que a política se torna um espetáculo de massa, uma teatralização do político e da repre-

sentação, tendo o Estado, com a ajuda dos meios de comunicação, um fiel depositário desta estratégia.

Vivemos, segundo Martins (2019), em uma sociedade marcada pela espetacularização da política que alimentam conjunturas de crise e de reforço do poder conservador, onde as ações e políticas públicas de interesse social passam a ser objeto de contestação pelas forças de direita, contribuindo ainda mais para um movimento de refluxo das energias democráticas. A leitura que Riemen (2017) realiza na construção de um diagnóstico do nosso tempo presente, com relação à conjuntura mundial, é bastante pertinente e nos ajuda a situar o debate e identificar alguns sintomas característicos dessa onda conservadora. De acordo com Riemen (2017), o fascismo está se fazendo presente em diversas situações que se encontram hoje nos debates e ações políticas nas quais estamos observando e, por que não, vivenciando. A ignorância, a estupidez organizada, o declínio dos valores morais, o pensamento homogêneo e violento são características presentes no fascismo de ontem, que teimam em aparecer nos discursos e ações políticas de hoje. O medo e o ressentimento são o alimento para esse tipo de postura.

Essa nova ordem política e econômica, a nível global e local, que busca se instalar e impor sua agenda, traz em si sintomas, segundo Riemen (2017), do velho fascismo europeu que se apoiava na crítica dos valores humanísticos e no culto de sentimentos irracionais. Esse velho fascismo europeu era pautado na satisfação dos desejos da massa pela violência, onde o que importava eram apenas seus pares, seus semelhantes, que pensavam e agiam de maneira uniforme, uma massa constituída que destilava desprezo pelo diverso, pelo diferente. Uma ideologia, para Riemen (2017), alimentada e alimentando

uma descarga de simplificações cognitivas e interpretativas, de uma vida padronizada, ordenada para satisfação do ego feroz e violento de seus idealizadores e possíveis seguidores. Riemen (2017) nos faz refletir sobre nossa conjuntura contemporânea, pois ela se apresenta de forma bastante incisiva e com características que remontam a esse velho fascismo, apresentando um cenário que possibilita pensar que estaríamos revivendo na política contemporânea a agitação, o ódio e o ressentimento, bem como as paixões e os afetos que impulsionaram as práticas deste velho fascismo. Essa velha política seria pautada na agressão, na violência, no uso de retóricas vazias, indicando as possíveis ausências de um projeto definido do que se quer e qual seria sua proposta para realização de sua obra. Um vácuo entre teoria e prática. No entanto, Riemen (2017) salienta que a própria percepção da ausência de projeto como sintoma desta retórica vazia seria justamente o projeto em voga, um projeto de desorientação do político, tornando-se um circo, um espetáculo intolerável à crítica que se manifesta na figura de um líder avesso à liberdade e a igualdades democráticas.

De acordo com Dardot e Laval (2019), por mais que a conjuntura política, global e local, dialogue com a possibilidade de caracterizarmos essa conjuntura como fascista, esse autor chama atenção para a existência de grandes diferenças com o fascismo alemão do início do século XX. Observa-se que o “fascismo” no Brasil:

Não impõe o partido único, nem a proibição de qualquer oposição e de qualquer dissidência, não mobiliza e enquadra as massas em organizações hierárquicas obrigatórias, não estabelece o corporativismo profissional, não pratica liturgias de uma religião laica, não preconiza o ideal do cidadão soldado totalmente consagrado ao Estado total, etc. (DARDOT; LAVAL, 2019, n. p.).

O que achamos importante, e o que nos chama atenção no autor, é que o fundamental é compreender que esses governos, como é o caso do governo Bolsonaro que iremos tratar mais à frente, não se opõem em nada ao neoliberalismo como forma de poder, mas estão ligados diretamente ao autoritarismo de extrema direita com caráter absolutista e hiperautoritário.

Portanto, o que pretendemos aqui, neste trabalho, é defender que a crise que se instalou em nosso país é devedora da conjuntura global pautada no avanço do poder econômico, na figura do capital financeiro, que subordina – aos ditames do lucro e dos interesses do capital – a esfera do político, na figura do Estado e de seu aparato repressor-burocrático (MARTINS, 2019). Essa estratégia do capital financeiro, e do novo liberalismo conservador e autoritário, reflete diretamente no papel desempenhado pelos Estados nacionais em nossa conjuntura global. O Estado está posicionado de forma a perder a função ideológica de aparelho regulador da vida social, política e cultural, trazendo descrédito à política e ameaçando desmanchar as conquistas democráticas (MARTINS, 2019). Neste sentido, o Estado está sendo colonizado por esta configuração política em torno do novo liberalismo (DARDOT; LAVAL, 2019). A partir deste debate e da observação e acompanhamento dos processos políticos no Brasil, podemos afirmar que estamos inseridos nesta conjuntura, contaminados pelos sintomas apresentados a nível internacional que estão a corroer as estruturas democráticas, a atacar os direitos das minorias e a negar a possibilidade de avanços das políticas de direitos humanos, tudo isso em favor de uma agenda econômica que garanta os interesses e a reprodução social e política do grande capital financeiro e do seu campo ideológico e político.

No Brasil, segundo Burity (2018), iremos nos deparar com a emergência de uma das mais reacionárias formações políticas da história republicana do país. O contexto brasileiro pós-2014 apresentará sintomas desta conjuntura global, desencadeando uma nova crise hegemônica no Brasil que terá como principal característica a desmontagem dos arranjos construídos pelos governos anteriores – de FHC ao lulismo. Burity (2018) pontua ainda que, entre nós, alguns processos foram de grande importância para o desfecho desta crise hegemônica, e destaca as jornadas de junho de 2013; as dificuldades de gestão da coalizão governamental pela presidenta Dilma; e o processo de impeachment da presidenta como consequência das derrotas sofridas pela coalizão nos primeiros meses de 2016. Entende-se que, desde 2015, já vinha se conformando em nosso país a possibilidade de emergência desta onda conservadora que se apresenta atualmente. Esta nova ordem que buscou se estabelecer irá, de acordo com nosso autor, produzir três estratégias de enfrentamento aos avanços políticos dos governos anteriores: a) a proposição de um receituário neoliberal; b) uma politização da pauta anticorrupção; e o c) enfrentamento da pluralização de valores e relativização das fronteiras étnicas. Para tanto, o que nos chama atenção nesta conjuntura é a necessidade dessa nova ordem política em desmontar tudo que foi construído pelo bloco governista anterior, destacando aqui a agenda de PIR, nos levando a situações autodestrutivas que poderão ter consequências para o jogo político democrático a curto prazo.

Essa crise política, como destacamos no início deste trabalho, alimentada pela nova ordem que se apresenta, é produto do revanchismo das forças políticas de direita e extrema direita deste país, que, por sua vez, são alimentadas por uma ideologia conservadora,

autoritária e antidemocrática e que, entre outras tantas pautas, se desembocam na conjuntura formada contra as políticas de identidade alimentadas pela virada cultural em torno das agendas de luta dos movimentos sociais ao redor do mundo, das disputas nacionais em torno do multiculturalismo e do liberalismo, e dos avanços nos processos de democratização a nível global. É nítido os avanços em torno da democratização e das políticas da diferença, forçando no interior das diversas sociedades o jogo político e social do conviver com o diferente, assumindo, desta maneira, responsabilidades e expressando solidariedade aos “outros” que nos constituem enquanto nação (BURITY, 2018). Desta forma, com o golpe político-institucional que foi o impeachment da presidenta Dilma, a agenda de PIR será de certa forma desmobilizada e atacada acarretando no desmonte da A Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), no aumento dos ataques às religiões de matriz africana e às comunidades quilombolas. É justamente nesses três pontos do desmonte que iremos nos aprofundar um pouco mais, tentando demonstrar que essas ações não são apenas ações pontuais de reforma ou reformulação governamental e política, mas estão inseridas em uma conjuntura muito mais ampla e até bem mais complexa e violenta do que imaginamos.

A institucionalização das políticas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial no Brasil

A institucionalização das políticas de PIR apresenta uma linha histórica que perpassa nossa formação enquanto nação. Na cronologia histórica desta agenda, o que temos são ações tímidas⁵. Foi a partir de uma análise mais detalhada que percebemos claramente um movimento de avanços e expansão destas políticas de PIR e de legislações antirracistas a partir da década de 90. Avritzer (2018) nos ajuda a compreender esse movimento de avanços e retrocessos nas políticas públicas de PIR a partir da metáfora do pêndulo utilizada por ele para caracterizar nosso processo democrático. A tese defendida por esse autor é a de que a democracia brasileira conviveria continuamente com possibilidades antidemocráticas ou contrademocráticas de questionamento da soberania política e de resultados eleitorais, que sempre que necessário são utilizados por nossas elites. Desta forma, nossa democracia se caracterizaria pela metáfora do pêndulo, onde viveríamos oscilando entre momentos de regressão e de expansão das experiências de democratização. Esses

5. Até 1990, o que temos como avanços nas políticas de PIR são as legislações em torno do combate ao preconceito de cor e raça: a lei 1.390/51 (Afonso Arinos), a lei 7.437/85 – que vem dar nova redação à Lei Afonso Arinos –, os artigos na constituição de 1988 sobre a prática do racismo, a proteção pelo Estado das manifestações culturais afro-brasileiras e a questão quilombola. Temos ainda a lei 7.668/88, que institui a Fundação Cultural Palmares, e a lei 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça e cor, retomando o debate das legislações anteriores. Cronologicamente, de 1935 a 1990, temos de significativas apenas essas experiências acerca das políticas de PIR.

momentos de regressão, segundo Avritzer (2018), caracterizam-se por fortes divisões políticas, por momentos de crises econômicas, de desacordos sobre os projetos de nação entre os diversos atores políticos, pela diminuição do apoio à democracia por amplas camadas da opinião pública e pela contestação de resultados democráticos. Além destas características, o autor chama atenção para a nossa fraca tradição na garantia de direitos – este um grande problema na consolidação de um Estado democrático de direito. O cenário de regressão democrática apresentado por Avritzer se assemelha bastante ao cenário apresentado por Burity quando da caracterização da onda conservadora, pois ambos ajudam a compreender o que estamos vivenciando na arena política contemporânea e nos apresentam uma leitura da realidade política, identificando a articulação entre o global e o local, a crise democrática que estamos inseridos e o jogo político utilizado nesta conformação política violenta e contra-hegemônica que se apresenta atualmente. Nossa onda conservadora é parte de um projeto muito mais amplo do que se apresenta à primeira vista. Vivemos tempos de incertezas com relação às nossas experiências e vivências democráticas.

Na nossa história recente, Avritzer (2018) destaca alguns momentos de regressão, como os momentos políticos entre 1964 e 1974 e entre 2013 e 2018, períodos analisados pelo autor e por nós no que se refere às políticas de PIR. Em contraposição a esta regressão que estamos vivenciando, teríamos a expansão da democracia, situações históricas de compatibilidade entre a democracia e as políticas públicas. São exemplos desse movimento de expansão, os aumentos reais do salário mínimo dentro de uma perspectiva de redistribuição, a ampliação das políticas de proteção social, de reco-

nhecimento e valorização cultural, políticas afirmativas, entre outras. Esses momentos são marcados, segundo o autor, pelos avanços dessas políticas públicas em consonância com o jogo democrático.

No Brasil, a discussão em torno das políticas públicas para a população negra toma forma com o processo de abertura política e democratização na década de 1970, quando alguns movimentos sociais buscaram se rearticular em torno de agendas de luta, pautadas na política da diferença e da identidade. Devemos destacar que essa estratégia política de luta por políticas de reconhecimento e redistribuição que acompanha a história do movimento negro no Brasil é caudatária de um processo de luta por justiça social. Essa estratégia de reconhecimento e redistribuição dialoga com a problemática em torno das novas políticas de identidade, ou dos novos movimentos sociais em nossa contemporaneidade, perpassando demandas que envolvem questões de injustiças socioeconômicas e culturais que dialogam diretamente com as condições a que está submetida a população negra em nossa sociedade (IBGE, 2019).

No Brasil, a agenda política do movimento negro ganha força e abertura de diálogo com o Estado quando “descobrimos”, a partir do governo FHC⁶, que éramos diversos, passando o Estado brasileiro a reconhecer a existência do racismo em nossa sociedade. Não podemos deixar de destacar que a abertura do Estado a essa agenda é um dos possíveis produtos da onda democratizante que, segundo Avritzer (2018) se afirmou no Brasil entre 1994-2014. É importante

6. Foi em julho de 1996, durante o seminário internacional “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos” que o então presidente da república Fernando Henrique Cardoso (FHC) reconheceu a existência da discriminação racial no Brasil.

destacar que o autor, neste mesmo trabalho, destaca a existência de uma compatibilidade entre democracia e os avanços das políticas públicas entre 1994 e 2010, coincidindo, justamente, no momento de avanço nas políticas de PIR no Brasil. Neste cenário contemporâneo de ampliação dos processos democratizantes e de avanços nas políticas públicas de PIR, o Partido dos Trabalhadores (PT) – alvo importante desta onda conservadora e de sua narrativa anticorrupção – se constituiu em um espaço estratégico para a atuação de militantes da questão racial: em conjunto com o movimento negro, o partido buscou assumir compromissos que foram de suma importância na construção e possível articulação de uma agenda política para população negra que se institucionalizou através da criação da Seppir. A Seppir foi criada em março de 2003, nesta onda democratizante, fruto do reconhecimento das lutas históricas do movimento negro, tornando-se, entre 2003 e 2016, o órgão responsável em propor e articular políticas públicas para a população negra. A formação da Seppir e a agenda de políticas públicas que foram implementadas de 2003 a 2015 incitaram o debate sobre nossas relações raciais estabelecidas, desestabilizando suas narrativas de conciliação racial, e estabeleceram parâmetros para afirmarmos a existência de avanços democráticos e participativos no que se refere às demandas desta agenda política.

A Seppir, neste sentido, se apresentou de forma incisiva como referência, seja de aliança, seja de disputa, das possíveis construções de uma agenda política para promoção da igualdade racial e combate ao racismo (RIBEIRO, 2012). A Seppir, com todas as suas limitações, assume a articulação política governamental acerca das políticas de PIR, com orçamento, recursos humanos, material e canais de comu-

nicação abertos com as outras instâncias da administração a nível federal, estadual e municipal. O acontecimento político e discursivo que foi a sua criação se apresenta como uma convergência de alguns enquadramentos historicamente produzidos e que ganharam espaço institucional e político na agenda do governo e, consequentemente, da sociedade. E nesta estratégia política, dois grupos se destacam no diálogo e na proposição de demandas para a secretaria: os quilombolas e as religiões de matriz africana.

A Seppir adota, desde seu início, a política participativa como estratégia de mobilização e escuta da população negra, tornando-se um espaço marcado pela disputa, por conflitos e por debates sobre os processos de institucionalização das políticas de PIR. Os espaços privilegiados na contribuição para os avanços destas políticas são as conferências públicas realizadas por este órgão (RIBEIRO, 2012). Nestas conferências, podemos perceber as diversas manifestações de afirmação dos quilombolas e das religiões de matriz africana, como importantes articuladores da agenda e de demandas da Seppir. Apesar de identificarmos um retrocesso na pauta a partir de 2013, podemos perceber também que essa mesma agenda já vinha dando sinais de desgastes devido ao choque com as pautas conservadoras que alimentavam a coalizão vitoriosa de 2002. Iremos perceber que essa nova ordem conservadora, antidemocrática e autoritária, surgirá na contramão de tudo que foi produzido de forma participativa e democrática. Por mais que tenhamos críticas no que se refere ao alcance desta agenda, a nível de mobilização política e força de suas demandas sobre as outras políticas, percebemos que sua construção, organização e execução primaram por processos participativos e de diálogo com os diversos segmentos que constituem e são constituídos na

representação proposta pela Seppir. Entendemos que os avanços das políticas afirmativas, das titulações e demarcações das terras quilombolas, da visibilidade das religiões de matriz africana e do questionamento de nossa identidade nacional forjada na mestiçagem e no mito da democracia racial assanharam as forças conservadoras e reacionárias que se projetaram sobre os vetores globais antidemocráticos e voltaram ao protagonismo até então dominado pelas forças progressistas.

O avanço da onda conservadora sobre a Seppir, as religiões de matriz africana e as comunidades quilombolas

Como destacado até agora, desde a década de 1990, as políticas públicas de PIR e a institucionalização de órgãos nas esferas municipais e estaduais para operar essa agenda só fizeram expandir aqui no Brasil. Fruto das lutas políticas por reconhecimento e pela onda democratizante em nosso país, essas políticas irão avançar de forma quantitativa nas esferas estaduais e municipais criando órgãos de articulação e execução de políticas de PIR. A Seppir, produto da articulação do movimento negro com o PT, como bem destacamos anteriormente, surgiu em 2003 com o status governamental de ministério, sendo responsável pela formulação, execução e articulação das políticas de PIR em nosso país. Com o avanço deste campo conservador e sua institucionalização através do impeachment da presidenta Dilma, da posse do vice Michel Temer e da vitória do presidente Jair Bolsonaro, entendemos que consolidou-se um processo de desmonte deste

segmento de políticas públicas para a PIR, que tem seu início, no ano de 2015, ainda no governo do PT, com a Medida Provisória (MP) nº 696/2015 que integrou as políticas de PIR com outras agendas políticas instituindo o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e Direitos Humanos (MMIRDH). Esta MP retira o status de ministério da Seppir, pondo a já debilitada política de PIR em situação de dividir recursos e estrutura dentro de um ministério que já nasce inflacionado por outras demandas de tamanho e complexidade semelhantes à agenda de PIR. Desde 2005, essa questão da perda do status de ministério já vinha sendo posicionado dentro das discussões sobre o destino deste órgão⁷. No mesmo ano, uma nova MP extingue o MMIRDH e, nesse trâmite, são transferidas as competências deste ministério para o Ministério da Justiça e Cidadania (MJC). Essas mudanças são avaliadas como consequência de embates que já se colocavam dentro da mesma coligação que levaram a mudanças e avanços sobre as políticas PIR, porém, internamente os setores mais conservadores infligiram algumas derrotas e pressões sobre os setores progressistas.

Com o golpe político institucional e a posse do vice Michel Temer, em agosto de 2016, as políticas de PIR sofrem, apesar da crescente fragilidade dentro do governo em decorrência dos processos de disputa, outro revés. Esse fato político demonstrou claramente a fragilidade do governo e dos movimentos em favor das políticas de PIR contra a dinâmica dos acontecimentos políti-

7. Identificamos, como uma demanda das discussões levantadas e que fizeram parte do relatório final da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, uma possibilidade de desmonte no segundo ano do mandato presidencial da coligação liderada pelo PT.

cos que antecederam o golpe. Esse campo conservador já estava demonstrando sua força dentro e fora da coalizão governamental. As manifestações de 2013, a quase derrota nas eleições em 2014 e a debandada de aliados de até então foram alguns pontos que ampliaram as forças contra-hegemônicas e ajudaram na iniciativa golpista de 2016. Todas essas ações estavam alinhadas, ou foram capturadas, por esta conjuntura conservadora e anti-democrática que vinha se configurando até então. No governo Temer, e com a sua reforma ministerial, estas políticas, como as outras destinadas às minorias, passaram a ser vinculadas a um novo ministério, o Ministério dos Direitos Humanos (MDH). A MP nº 768/2017 ao mesmo tempo que cria o novo ministério para acolher as demandas da população negra e de outros segmentos sociais, extingue diversas secretarias, entre elas a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Essa movimentação deixa claro o rebaixamento do status governamental das políticas de PIR e inviabiliza de forma contundente as possíveis respostas às demandas de uma gama de segmentos apenas por um canal de diálogo e construção. Essa fragmentação põe de vez as políticas de PIR fora de possibilidades maiores de pleitear espaço nas políticas governamentais. Na Seppir, essa articulação interna e externa ao governo já era difícil, que dirá agora com a nova conjuntura (RIBEIRO, 2012). Essa mudança de status, de ministério para secretaria, configura um rebaixamento de sua posição dentro do jogo político governamental e uma clara demonstração de que essa agenda não seria mais uma prioridade. Em resumo, o que se mantém do que foi a Seppir com a reorganização do governo Temer é uma secretaria dentro de um ministério sobrecarregado de demandas de outros grupos sociais. O que nos chama atenção

é que, nesse movimento, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR) se mantém como órgão ligado aos ministérios que foram se constituindo, um movimento que mereceria uma maior reflexão sobre suas causas e consequências, assunto para um posterior trabalho.

Os ataques e desmontes na agenda da PiR vão continuar com a vitória da coalizão em torno do candidato Jair Messias Bolsonaro à presidência. Com a MP nº 870/2019 serão criados novos ministérios, entre eles o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), tendo como uma de suas áreas de competência os direitos da população negra e das minorias étnicas e sociais; e mantendo-se na sua estrutura básica a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPiR), o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR) e o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CONPCT). Por toda articulação criada em torno destas pautas de costumes⁸, tudo indicava que este ministério seria criado para ser gerenciado por segmentos ligados a grupos evangélicos da base de sustentação do governo, gerando uma enorme preocupação por parte dos segmentos religiosos de matriz africana que, agora, têm suas demandas vinculadas a esse novo ministério. Entende-se, desta maneira, que a mudança de orientação deverá repercutir diretamente na elaboração, execução e continuidade das políticas de PiR para esse grupo em especial. Basta saber como essa pauta foi tratada, apresentada

8. O debate sobre os costumes foi uma pauta encabeçada, dentro da coligação que elegeu Bolsonaro, por setores conservadores ligados ao campo evangélico.

e desprezada⁹ pelo candidato eleito Jair Bolsonaro em sua campanha e nas entrevistas realizadas com ele.

Se o desmonte da Seppir já era um movimento político esperado, podemos dizer que a reação contra os segmentos de maior interlocução e diálogo na agenda de PIR não poderiam passar despercebidos. O avanço do conservadorismo, condensado pelo imaginário de setores evangélicos, terá consequências diretas sobre as religiões de matriz africana. É perceptível, ao acompanhar os relatos e denúncias deste segmento, que o processo de perseguição social e política foram intensificados contra os adeptos destas religiões. Neste momento de perseguição, teremos como referência as constantes invasões e queimas de templos e uma ação que chegou ao STF que se apresentava contrária aos rituais de sacralização animal. Ao acompanharmos os noticiários e os diversos relatos de algumas lideranças e adeptos, fica evidente o aumento dos ataques em quantidade. Os ataques às religiões de matriz africana equivalem a praticamente 60% de todos os casos de intolerância religiosa registrados de 2011 a junho de 2018 (OLIVEIRA, 2019). Só em 2018, o Disque 100 (Disque Direitos Humanos) registrou 506 casos¹⁰. Entre os segmentos mais atingidos estão a umbanda com 72 denúncias, candomblé com 47, testemunhas de Jeová com 31, outras religiões de matri-

9. Bolsonaro ainda era deputado federal quando proferiu uma palestra no Clube Hebraica, em Laranjeiras, zona sul do Rio de Janeiro, em abril de 2017. Na ocasião, ele falou: “Fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles” (SILVA, 2020, n. p.).

10. Em comparação com 2017, as ocorrências diminuíram: neste ano foram registrados 537 nesse período.

zes africanas com 28 e outros segmentos evangélicos, com 23. Ao agregarmos esses dados veremos que 147 destas denúncias foram direcionadas às matrizes africanas e afro-brasileiras. No entanto, os números podem ser ainda maiores, pois a taxa de subnotificação dos casos é alta. Com relação a essa questão da subnotificação, chamamos atenção para uma questão que surgiu durante uma pesquisa de campo realizada entre 2011 e 2015 que chamou nossa atenção. Os sacerdotes e sacerdotisas faziam questão de enfatizar a ausência de problemas com vizinhos de outras denominações religiosas e com a própria polícia, trazendo relatos que entravam em contradição com a literatura acadêmica e militante em que se aponta a recorrência da intolerância, da perseguição policial e violação de direitos. Nesses relatos, percebeu-se uma tentativa de negar os fatos com o intuito de se mostrarem “livre de qualquer problema”, na busca por reafirmar a ideia de que eram “pessoas sérias e de respeito”. Porém, nas conversas informais realizadas no decorrer da participação e convivência com os adeptos e líderes destas denominações religiosas, presenciamos diversos relatos de discriminação, intolerância e desrespeito contra esse segmento religioso¹¹. Um levantamento realizado pela organização Gênero e Número, com base em dados do Disque 100, indica que 59% dos

11. Foi realizado um mapeamento em Caruaru, Pernambuco, pela Secretaria Especial da Mulher, sob minha coordenação, no período de setembro de 2011 a janeiro de 2012, no qual conseguimos identificar 60 casas de cultos afro-brasileiras. Esse trabalho continua a ser desenvolvido pelo Grupo de Estudos Memória, Identidade e Cultura (Gemic), vinculado ao Centro Universitário do Vale do Ipojuca (Unifavip). Por meio do trabalho do grupo, continuamos juntando e recebendo informações sobre a localização de possíveis terreiros, suas histórias e documentos para produção de um livro sobre o surgimento das religiões de matriz africana na cidade de Caruaru.

registros eram relativos a religiões como a umbanda e o candomblé; 20% a religiões evangélicas; 11% a espíritas; 8% a católicos; e 2% a ateus (OLIVEIRA, 2019; SOARES, 2019). Na Bahia, por exemplo, o estado da federação referência aos adeptos das religiões de matriz africana, os casos de intolerância religiosa cresceram 81,4% em Salvador (SOARES, 2019). Em 2019, já foram registrados 127 casos de intolerância pelo Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação (GEDHDIS) do Ministério Público da Bahia (MP-BA), que acompanha as denúncias. Mesmo antes do ano terminar, o número de 2019 já supera em 57 casos se comparado a 2018, quando 70 denúncias foram registradas (SOARES, 2019). No estado de São Paulo encontramos outro exemplo deste avanço nos ataques, a Polícia Civil de São Paulo capital recebeu 562 notificações de crimes desta natureza, de janeiro a abril; em 2018 neste mesmo período, foram notificados 280 casos (CARDOSO, 2019). Além desses números, temos os diversos relatos de invasão dos templos por evangélicos, queima de imagens que fazem referência às religiões de matriz africana, expulsão de sacerdotes e derrubada de terreiros nas favelas controladas por traficantes “evangélicos”, entre outras situações¹².

Algumas ações de natureza legislativa entraram na linha de frente dos ataques às religiões de matriz africana. Um caso importante dessas ações foi a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) encaminhada ao STF, motivada por ação do Ministério Público do Rio Grande do Sul contra uma lei estadual que deixava expressamente

12. Intolerância religiosa: Cem terreiros recebem ordens de traficantes para fechar no Estado (TRAFICANTES..., 2019).

autorizado o abate dos animais em cultos de religiões de matriz africana, como a umbanda e o candomblé. Essa ação de inconstitucionalidade teve seu julgamento iniciado em 2018 e finalizado em 2019, dando ganho de causa às religiões de matriz africana. Esse ataque feria diretamente a estrutura ritualística desta manifestação religiosa, pois para seus adeptos o sacrifício detém importante centralidade devido aos significados simbólicos a ele atribuídos, sendo, ademais, a sua realização assegurada pelo dispositivo constitucional da liberdade religiosa. Sem entrar nas dimensões deste debate, o que queremos destacar aqui é a possibilidade de se negar o direito de liberdade religiosa em detrimento de concepções morais ligadas a segmentos religiosos que estão na linha de frente do avanço da onda conservadora. Essa estratégia se configura como mais um sintoma de uma conjuntura antidemocrática e autoritária, um avanço contra os direitos das minorias em questão.

Com relação aos quilombolas, os principais ataques foram direcionados às políticas de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação. Identificamos uma drástica reforma ministerial, MP nº 870/2019, que resolveu subordinar toda a política de reconhecimento dos territórios dessas comunidades aos ruralistas, através da subordinação desta agenda ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que passou a ser gerenciado por integrantes do segmento ruralista, opositores históricos da democratização do acesso à terra no país. Em seu artigo 68, a Constituição Federal de 1988 busca assumir a responsabilidade de demarcar os territórios quilombolas e reparar, após intenso processo de negociação, os danos causados pela escravidão e consequente limitações ao acesso a terra por parte da população negra. A Carta Magna afirma que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos

que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988). Com isso, vem definir que indígenas e quilombolas tenham direito à posse de suas terras tradicionais, e que esse direito deve ser garantido pelo Estado brasileiro. Para regulamentar e estabelecer as regras da demarcação das terras indígenas, cria-se o decreto 1.775 de 1996; estabelecido no governo de Fernando Henrique Cardoso, esse decreto buscou definir como o processo de demarcação seria realizado pelo órgão indigenista oficial, a Fundação Nacional do Índio (Funai). Já o procedimento para garantir a titulação de terras quilombolas foi regulamentado em 2003, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do decreto 4.887, e seria de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)¹³ (BOND, 2019; BRITO, 2018; FÁBIO, 2019).

Sem a certificação, os territórios que remontam ao período colonial e que serviram de refúgio para negros escravizados ficam inacessíveis às políticas públicas básicas destinadas a este segmento. O processo de regularização das terras quilombolas possui muitas etapas, e a Fundação Cultural Palmares¹⁴ seria um dos órgãos responsáveis pelo processo de certificação, fazendo parte das etapas de regularização. Já o Incra iniciava o procedimento de regularização a pedido da comunidade, de outros órgãos ou por

13. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.

14. O § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 reserva à Fundação Cultural Palmares (FCP) a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral (FCP, [21-]).

meio de ofício. Dependendo do caso, a finalização do processo pode levar anos. O título é concedido, sem ônus financeiro, em nome das associações que legalmente representam as comunidades quilombolas. O documento deve ser registrado com a condição de que o território se mantenha inalienável, imprescritível e impenhorável (BRITO, 2018; BOND, 2019).

Com o avanço das forças conservadoras apoiadas pela bancada ruralista,¹⁵ o processo de regularização das terras quilombolas sofreu algumas alterações e tornou-se alvo de contestação na justiça. Identificou-se, durante a campanha eleitoral, que o presidente eleito Jair Bolsonaro se posicionou contrário e crítico fervoroso das demarcações e titulações das terras quilombolas. Um dos primeiros atos do novo presidente após a posse, no dia 1º de janeiro de 2019, foi publicar no Diário Oficial a medida provisória a que fizemos referência acima. Entre as mudanças está a forma como o país irá demarcar e conceder títulos relativos a terras indígenas e quilombolas (BRITO, 2018). Com esta MP nº 870/2019 criou-se o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), definindo como sua área de competência a reforma agrária, a regularização fundiária de áreas rurais, a região instituída como Amazônia Legal e terras indígenas e quilombolas. Ademais, passou a compreender por regu-

15. Na atual legislatura, a Frente Parlamentar da Agropecuária passou a contar 257 signatários (no ano passado eram 240). PP e PSD são as siglas com mais membros filiados à frente, com 29 e 27, respectivamente. Em seguida, MDB e PSL são os mais numerosos, com 25 parlamentares cada um. São seguidos por DEM (22), PR (18), PSDB (16), PRB (12), PDT (11) e PSB (11). Os 225 deputados filiados à frente representarão 44% da Câmara, que conta com 513 parlamentares. No Senado, os ruralistas detêm 32 das 81 cadeiras disponíveis (39,5%). Faz parte do grupo, também, o presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ) (COM 257..., 2019).

larização fundiária os processos de identificação, reconhecimento, delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Esses processos de demarcação e titulação foram transferidos do Incra, vinculado desde 2016 à Casa Civil, para o novo Ministério da Agricultura do governo Bolsonaro. Para nós, uma clara sinalização de mudança na política de titulação e demarcação se alinhando às promessas e à base de sustentação política do governo conservador e antidemocrático eleito. A proposta do governo seria criar uma nova secretaria responsável pela política fundiária no Ministério da Agricultura, atualmente, pasta controlada pela União Democrática Ruralista (UDR)¹⁶ (BOND, 2019; BRITO, 2018; FÁBIO, 2019).

Esse conflito em torno das titulações das terras quilombolas arrasta-se a bastante tempo. Recentemente, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) de número 3.239, levada ao STF em 2004 pelo PFL, atual DEM, que questionava a validade do decreto presidencial que definiu os ritos e critérios para a demarcação, teria sido julgada dando ganho de causa aos quilombolas. Nesta ação, o DEM defendia que a demarcação dessas áreas não deveria ter sido regulamentada por um decreto presidencial, e sim pelo Congresso, e questionava a possibilidade de que as comunidades quilombolas se autoidentificassem (PUPO, 2018). O decreto em questão seria o de nº 4.887/2003, criado durante o governo Lula, que buscava regularizar o tema ao alterar os trâmites da regularização de áreas quilombolas,

16. Associação civil criada em maio de 1985 por grandes proprietários de terras, com a finalidade de defender a propriedade privada e como expressão da radicalização patronal rural contra a política agrária promovida pelo governo federal no começo da administração do presidente José Sarney (1985-1990) (FGV, [21-]).

tornando-o uma competência do Incra (até então, a tarefa cabia à Fundação Palmares). Em trâmite desde 2004, essa ADI é retomada pelo governo Temer em 2017 com o objetivo de dificultar as ações de titulação das terras quilombolas (PUPO, 2018). Fica clara a estratégia política de embaraçar o processo de titulação que teve avanços em sua regulamentação desde 2003, ampliando a certificação e titulação, acirrando os conflitos fundiários em torno das terras quilombolas. Com o impedimento da presidenta Dilma e a posse do seu vice, Michel Temer, novas ações voltaram a dificultar o processo de demarcação e titulação.

Em 2017, um ofício é enviado pela Casa Civil da Presidência ao Ministério Público Federal informando sobre a determinação que interrompe o processo de titulação, última fase da demarcação, que garantia à comunidade a posse permanente da terra. O governo Michel Temer mandou suspender as titulações de territórios quilombolas até que o Supremo Tribunal Federal (STF) concluísse o julgamento da ADI sobre a legalidade do processo de demarcação. A estratégia de barrar o processo, neste caso, é sintomática. É a primeira vez que o governo federal suspende titulações de áreas quilombolas por tempo indeterminado desde que essas terras começaram a ser regularizadas, em 1995 (PUPO, 2018; FELLET, 2017). A suspensão ocorre num momento em que o governo, sob forte pressão da bancada ruralista no Congresso, um dos grupos de sustentação do impedimento da presidenta Dilma, revisa suas políticas para comunidades tradicionais e indígenas. Ficam bastante claras as intenções que alimentam essa nova formação governamental que se impôs pelo golpe político. As intenções são barrar os avanços que vinham sendo conquistados por essas comunidades

no que se refere à luta pela terra, por melhores condições de vida e reparação histórica.

No entanto, em fevereiro de 2018, o Supremo Tribunal Federal confirmou a constitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003, mantendo-o como normativa que regulariza o reconhecimento e a demarcação de terras quilombolas. Os ministros mantiveram todas as regras do texto, reafirmando sua constitucionalidade. A decisão do Supremo garante ainda que não é necessário estabelecer o marco temporal de 1988 para a concessão dos títulos para os quilombolas, como pleiteavam algumas entidades (PUPO, 2018; FELLET, 2017). Apesar desta vitória no campo da jurisprudência, percebe-se que ainda se mantêm as barreiras e empecilhos no campo da política governamental responsável pelos processos de regularização. Essas etapas são indispensáveis para regularização das terras, porém, hoje se encontram sob regulação dos atores históricos que buscam a todo momento barrar esses avanços, seja pela via legal, seja pela via política.

O conflito entre o governo e as comunidades dá-se não apenas sobre o processo de titulação e demarcação, mas também na esfera orçamentária. O governo impõe à política fundiária quilombola uma diminuição nas verbas para a demarcação das áreas. Em 2017, o orçamento da União destinou R\$ 4,1 milhões para a atividade – o menor volume desde 2009. Os valores vêm caindo desde 2012, quando foram reservados R\$ 51,7 milhões para a regularização desses territórios. Nesta luta pela regularização fundiária, as lideranças quilombolas vinham alertando para a redução do orçamento federal destinado ao processo de regularização das terras de comunidades tradicionais. Segundo levantamento da Organização Terra de Direitos, com base em informações do Incra, a destinação de recursos públicos para a

titulação de territórios quilombolas sofreu uma queda de mais de 97% nos últimos cinco anos. O levantamento mostra que em 2013 foram usados mais de R\$ 42 milhões para a desapropriação das terras onde estão os territórios quilombolas e este valor caiu para cerca de R\$ 1 milhão em 2018 (BRITO, 2018). Neste sentido, nota-se o contingenciamento que já vinha sendo realizado dentro do governo Dilma, principal aliado dos quilombolas desde 2003, e que foi potencializado pelas pressões políticas decorrentes do fortalecimento de setores conservadores dentro do próprio governo, impondo derrotas a essa política. Em decorrência das disputas em torno da questão fundiária quilombola, registra-se como principais sintomas a queda nos investimentos orçamentários para política, uma diminuição nos processos de reconhecimento das comunidades e, consequentemente, um pico anormal no número de casos de ameaças e mortes de lideranças quilombolas.

Considerações finais

A partir dos argumentos levantados no decorrer deste trabalho, esperamos ter apresentado de forma parcial que o mundo e o Brasil estão convivendo com uma crise democrática e consequentes avanços antidemocráticos e autoritários. A nível mundial identificamos uma conjuntura contaminada pelas estratégias políticas que se assemelham às ondas fascistas europeias do início do século XX. Essas estratégias buscam corroer as estruturas democráticas globais e locais, deslegitimando os avanços nas políticas de direitos e reconhecimento de setores minoritários e marginalizados. Essa conjuntura, ao se caracterizar pelo ataque aos direitos das minorias e a negação dos avanços das políticas de direitos humanos ao

redor do mundo, contribui para inflacionar a crise democrática e de representação que vem corroendo nossas relações políticas, favorecendo uma agenda econômica que busca garantir os interesses e a reprodução social e política do grande capital financeiro e do seu campo ideológico e político, no caso o neoliberalismo. Essa onda conservadora e antidemocrática de raízes globais chega com força no Brasil, se apresentando de maneira contundente em 2014 com o avanço dos movimentos de oposição à coalizão governamental liderada pelo PT, que teve como uma de suas pautas políticas o avanço dos direitos e políticas públicas para as minorias marginalizadas e excluídas em nosso país. Dentro deste cenário, buscamos apresentar que apesar dos avanços das políticas públicas de PIR, veremos que estes avanços e conquistas sofreram e sofrem ataques e questionamentos mais incisivos por parte da onda conservadora institucionalizada pela eleição do presidente Bolsonaro. Identificamos que esse retrocesso que se estabelece em nosso cenário político e institucional afetou diretamente, entre tantas outras políticas públicas que destoam do repertório ideológico desta onda conservadora, as políticas de PIR; assim, desmantelando a Seppir e suas políticas de articulação e de combate ao racismo. Desarticulou e desorganizou, ainda, as políticas de demarcação, reconhecimento e regulamentação das comunidades quilombolas, afetando os avanços e conquistas até então adquiridos por significativa parcela de associações de quilombolas. Por fim, teremos os avanços na violência e atos de intolerância contra as religiões de matriz africana e afro-brasileira, que tiveram aumento significativo no número de denúncias, tendo como seus principais perseguidores alguns setores evangélicos que de certa forma comungam da postura e ideologia que sustenta o governo Bolsonaro. Desta forma, observa-se que a onda conserva-

dora global, com repercussões nacionais, veio afetar diretamente todo o processo de articulação construído desde 2003 pela institucionalização da Seppir, afetando suas políticas, articulações e parcerias em torno do combate ao racismo e a promoção da igualdade racial.

Referências

AVRITZER, L.; GOMES, L. C. B. Política do reconhecimento, raça e democracia no Brasil. *Revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, 2015

AVRITZER, L. O pêndulo da democracia no Brasil: Uma análise da crise 2013–2018. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 273-289, 2018.

BERNARDINO, J. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 24, n. 2, p. 247-273, 2002.

BOND, L. Ministério da Agricultura fica responsável por demarcar terra indígena. *Agência Brasil*, Brasília, 2 jan. 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/ministerio-da-agricultura-fica-responsavel-por-demarcar-terra-indigena>. Acesso em: 22 dez. 2019.

BRITO, D. Menos de 7% das áreas quilombolas no Brasil foram tituladas. *Agência Brasil*, Brasília, 29 maio 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/menos-de-7-das-areas-quilombolas-no-brasil-foram-tituladas>. Acesso em: 22 dez. 2019.

BURITY, J. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?. In: ALMEIDA, R. de; TONIOL, R. (orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Ed. Unicamp, 2018. p. 15-66.

CARDOSO, W. Cresce registro de crimes de intolerância religiosa em São Paulo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/08/cresce-registro-de-crimes-de-intolerancia-religiosa-na-capital.shtml>. Acesso em: 2 dez. 2019.

COM 257 parlamentares, bancada ruralista declara apoio à reforma da previdência. *Congresso em foco*, [s.l.], 2 abr. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/economia/com-257-parlamentares-bancada-ruralista-declara-apoio-a-reforma-da-previdencia/>. Acesso em: 6 jan. 2020.

CONFIRA íntegra de manifesto contra cotas e quem o assinou. *Jus Brasil*, [s.l.], 2008. Disponível em: <https://folha-online.jusbrasil.com.br/noticias/9211/confira-integra-de-manifesto-contras-cotas-e-quem-o-assinou#>. Acesso em: 22 dec. 2019.

DARDOT, C.; LARVAL, P. A “nova” fase do neoliberalismo. *Outras Mídias*, [s.l.], 29 jul. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/dardot-e-larval-a-nova-fase-do-neoliberalismo>. Acesso em: 29 jul. 2019.

FÁBIO, A. C. O que mudou na definição de terras indígenas e quilombolas. *Nexo*, [s.l.], 2 jan. 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/01/02/O-que-mudou-na-defini%C3%A7%C3%A3o-de-terras-ind%C3%ADgenas-e-quilombolas>. Acesso em: 22 dez. 2019.

FELLET, J. Governo Temer trava demarcações de áreas quilombolas. *BBC Brasil*, Brasília, 18 abr. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39625624>. Acesso em: 22 dez. 2019.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). União democrática ruralista (UDR), [21--]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-ruralista-udr>. Acesso em: 17 mar. 2022.

FUNDAÇÃO PALMARES CULTURAL (FCP). Certificação Quilombola. Brasília, DF, [21--]. Disponível em: https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: 17 abr. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Informações Demográficas e Socioeconômicas*, nº 41 – Desigualdades Sociais por Cor e Raça no Brasil. Brasil, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 17 mar. 2022.

KANG, J. A mídia e a crise da democracia: repensando a política estética. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 93, p.61-79, 2012.

MARTINS, P. H. O pensamento crítico pós-colonial e a radiografia da crise institucional. In: CORRÊA, D.; PETERS, G. *Blog do Labemus*. [s.l.], 21 abr. 2017. Disponível em: <https://blogdosociofilo.com/2017/04/21/o-pensamento-critico-pos-colonial-e-a-radiografia-da-crise-institucional-em-curso/>. Acesso em: 23 dez. 2019.

OLIVEIRA, C. Por que os cultos de matriz africana são alvos da intolerância religiosa? A demonização das religiões de matriz africana tem origem no racismo que acompanha o povo negro há séculos, desde que chegou ao Brasil escravizado. *Rede Brasil Atual*, [s.l.], 20 out. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/10/religoes-matriz-africana-intolerancia/>. Acesso em: 22 dez. 2019.

PUPO, A. LINDNER, J. Decreto de demarcação de terras quilombolas é constitucional, diz STF. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 fev. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,decreto-de-demarcacao-de-terras-quilombolas-e-constitucional-decide-stf,70002183457>. Acesso em: 22 dez. 2019.

RIEMEN, R. El eterno retorno del fascismo In: *Para combatir esta era: Consideraciones urgentes sobre el fascismo y el humanismo*. México: Penguin Random House, p. 14-43. p. 14-43.

RIBEIRO, M. (Org.). *As políticas de igualdade racial: reflexões e perspectivas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

SCHWARCZ, L. M. *Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. 1. ed. São Paulo: Claro enigma, 2012.

SILVA, F. A. da. O racismo de Jair Bolsonaro: origens e consequências. *Nexo*, [s.l.], 17 nov. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2020/O-racismo-de-Jair-Bolsonaro-origens-e-consequ%C3%Aancias>. Acesso em: 16 mar. 2022

SOARES, I. Disque 100 registra mais de 500 casos de intolerância religiosa. *Correio Braziliense*, Brasília, 13 jun. 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/06/13/interna-brasil,762632/disque-100-registra-mais-de-500-casos-de-intolerancia-religiosa.shtml>. Acesso em: 22 dez. 2019.

TRAFICANTES ordenam para que 100 terreiros fechem no estado do RJ. *RJ2*, Rio de Janeiro, 27 maio 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7647281/>. Acesso em: 22 dez. 2019.



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

60
anos

Estudo

Texto recebido em: 15 mar. 2022. Aprovado em: 4 abr. 2022.

AZEVEDO, Alexandre Maurício Fonseca de. Crianças surdas, laço social e linguagem: uma abordagem antropológica sobre apropriação de linguagem de crianças surdas na Ilha do Marajó (PA). *Estudos Universitários: revista de cultura, UFPE/Proexc*, Recife, v. 39, n. 1, p. 267-302, jan./jun., 2022.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2022.253536>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

Crianças surdas, laço social e linguagem: uma abordagem antropológica sobre apropriação de linguagem de crianças surdas na Ilha do Marajó (PA)

Deaf children, social bond and language: an anthropological approach on language appropriation by deaf children in Marajó Island (PA)

Alexandre Maurício Fonseca de Azevedo

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Doutor em Antropologia

E-mail: azevedoalexandre535@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-3901-7999>

 <http://lattes.cnpq.br/2515650351748253>

Resumo

Este artigo apresenta um estudo etnográfico sobre experiências sociais com vistas à apropriação de linguagem de crianças surdas, realizado nas comunidades do Céu e Caju-Una, situadas no município de Soure, na Ilha do Marajó (PA), através do qual é discutido o modo como as crianças se introduzem no campo da linguagem a partir de suas relações familiares e das vivências em comunidade. Neste estudo, a linguagem é destacada como um fenômeno ligado às relações primordiais que, gradativamente, vai se ampliando na medida em que se incorpora à realidade subjetiva dessas crianças. Tal estudo confirma a importância do laço social para as construções simbólicas que enriquecem o campo da linguagem e preparam o terreno à emergência da língua. A fim de entender a circulação linguística em situações observadas em campo, o autor descreve, aqui, o

modo como as relações de dominação linguística são forjadas no âmbito da cultura, como as crianças surdas constroem seus laços sociais e como se posicionam em relação às brincadeiras compartilhadas nos espaços da casa e na vida comunitária. É a riqueza simbólica que nos permite descortinar a linguagem na experiência humana e exercitar um novo olhar sobre as experiências que animam a vida cotidiana das crianças marajoaras, num cenário em que o autor se inclui como antropólogo e participa como escritor desse rico universo.

Palavras-chave: Etnografia. Crianças. Surdez. Cultura. Linguagem.

Abstract

This article presents an ethnographic study about social experiences, focusing on the appropriation of language by deaf children, carried out in the communities of Céu and Caju-Una, located in the municipality of Soure, in the Marajo Island (PA), through which the way children enter the field of language through their family relationships and Community life is discussed. In this paper, language is highlighted as a phenomenon linked to primordial relationships which, gradually, expands itself to the extent that it is incorporated into the subjective reality of these children. This study confirms the importance of social bonding for the symbolic constructions that enrich the field of language and prepare the ground for the emergence of the language. In order to understand the linguistic circulation in situations observed during his field work, the author describes how relationships of linguistic domination are forged within the scope of culture, how deaf children build their social bonds and how they position themselves in relation to shared games in the spaces of the house and of community life. It is the symbolic richness that allows us to uncover language in human experience and exercise a new look at the experiences that animate the everyday life of Marajoara children, in a scenario in which the author includes himself as an anthropologist and participates as a writer of this rich universe.

Keywords: Ethnography. Children. Deafness. Culture. Language.

Introdução

Este artigo apresenta um estudo etnográfico¹ sobre experiências sociais com vistas à apropriação de linguagem de crianças surdas realizado nas comunidades do Céu² e Caju-Una³, situadas no município de Soure, na Ilha do Marajó (PA), através do qual destaco o modo como as crianças se introduzem no campo da linguagem a partir de suas relações familiares, das vivências com outras crianças e de suas relações comigo mesmo, na condição de antropólogo.

Nessa perspectiva, pode-se entender a linguagem como um fenômeno ligado às relações primordiais que surge bem antes de a língua ser devidamente incorporada pela criança, posto que a linguagem é marcada inicialmente pelo “prazer do *nonsense*”,

1. O trabalho etnográfico apresentado neste artigo contempla uma parte dos estudos realizados no meu doutorado, cuja tese foi orientada pela Profa. Dra. Angélica Maués e defendida no ano de 2014 junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (IFCH/UFGPA).

2. A vila do Céu tem seu marco de fundação no ano de 1913, data que coincide com o início das comemorações do Círio de Santa Maria, padroeira da comunidade, sendo essas comemorações realizadas anualmente no mês de agosto. Como referência ao mito de origem do lugar, seus moradores inicialmente me disseram que a comunidade era antes conhecida como Areião. Um dos seus moradores mais antigos afirma que ela se formou, no início do século XX, a partir do deslocamento de alguns moradores estabelecidos na Vila do Pesqueiro para uma área também litorânea próxima à Comunidade do Caju-Una.

3. A comunidade do Caju-Una tem sua memória de fundação atrelada ao primeiro ato de devoção a São Sebastião, em 1894, e à sua primeira festividade de São Sebastião, ocorrida em 1921.

próprio do manhês, “[...] que seria uma modalidade de fala que fisgaria o *infans* na linguagem” (REZENDE; VORCARO, 2018, p. 48, grifo do autor) e que, ao longo do desenvolvimento, dilui-se gradativamente, enquanto que a língua vai se introduzindo aos poucos na realidade subjetiva dessas crianças:

Via de regra, o manhês capta a atenção dos bebês pelo prazer que ele veicula, o que seria constatado desde a vida intrauterina. Tal afirmação é dada a ver no contexto em que qualquer outro adulto assume a função de cuidador do neonato, orientando seu cuidado pelo balanço dos corpos associado às emissões prosódicas, que incluem as típicas ‘cantigas de ninar’ [...] ao oferecer o próprio corpo como marcador do ritmo que embala o *infans*, o agente cuidador procura sincronizar-se à criança, possibilitando ressoar em seu corpo o que Freud (1905/1992) denominou de ‘prazer do nonsense’ (VORCARO, 2016 *apud* REZENDE; VORCARO, 2018, p. 48, grifos meus).

Parte daí a pertinência deste estudo, que confirma a importância do laço social sobre as construções simbólicas capazes de enriquecer o campo da linguagem e preparar o terreno à emergência da língua, pois sem as escansões na linguagem, promovidas inicialmente pelo agente materno, legítimo representante da cultura, a língua se tornaria apenas um meio de comunicação eminentemente funcional.

No primeiro contato estabelecido na comunidade do Caju-Una, em um contexto familiar onde se inseria uma das *crianças surdas* participantes de minha pesquisa, deparei-me com uma situação inusitada, que, na oportunidade, representaria uma imediata dificuldade no campo. Tratava-se mais especificamente de uma

questão relacionada à comunicação com Iris⁴, uma menina surda que morava com a avó. Prontamente achei que não somente eu, como também sua família, necessitaríamos de suporte linguístico em Língua Brasileira de Sinais (Libras), a fim de estreitarmos a comunicação com a menina. Eu, ainda muito envolvido com o curso de Letras - Habilitação em Libras, em que atuo como professor assistente das disciplinas “Psicologia da Aprendizagem”; “Cultura e Identidade”; e “Literatura e Psicanálise”, entendi que seria importante reunir um material didático em Libras, pois achei que, de certa forma, isso ajudaria a criar melhores condições de comunicação com ela.

A despeito do esforço em conseguir a “xerox” que, posteriormente, seria entregue à família, pude compreender que aquilo que julgava importante não estava exatamente na mesma ordem ou prioridade de interesse para eles, visto que a interação entre eles (Iris, seu irmão e toda a família), que não tinham qualquer domínio de Libras, era facilitada por uma enriquecida linguagem de códigos domésticos que permitia estabelecer um nível razoável de comunicação, indicativo de que as coisas transcorriam relativamente normais em termos de interação, algo bem diferente dos ideais linguísticos que se revelavam em minhas ideias acabadas e impregnadas por artefatos de uma língua de sinais oficializada: a Libras.

4. Os nomes das pessoas (inclusive das crianças) referidas neste estudo são os próprios nomes (reais) pelos quais elas pedem que sejam chamadas. Houve exceção apenas por parte de uma pessoa (avó de Iris), que me pediu para utilizar o nome “Amiga da Praia”. Iris, a quem eu me refiro nesta introdução, é também chamada por alguns de seus familiares (a exemplo de sua mãe) de “Francy”, pois seu nome composto é “Francy Iris”.

Aos poucos, refleti que aquilo que se apresentava como suposta deficiência linguística na comunicação com Iris não necessariamente (nem nas mesmas condições) representaria barreiras de linguagem, sobretudo entre ela e seus familiares. De certo modo, meu olhar de outrora sobre a surdez já não correspondia ao olhar que observou o diálogo entre Iris e seus familiares e que haveria de compreendê-lo sob um novo ângulo de visão. Em outras palavras, a maneira de ver a deficiência a partir de pressupostos relacionados às políticas de inclusão, própria ao meu universo acadêmico, que, certamente, interferiu em meu posicionamento, era sensivelmente diferente, pois estava influenciada por um viés predominantemente pedagógico.

Em busca de um caminho para a pesquisa

Tal fato veio iluminar as questões que problematizo nesta introdução em busca de um ponto de partida que se direcione a uma compreensão mais ampliada sobre a linguagem, levando em consideração, sobretudo, outros aspectos representativos da cultura que me permitiram entender os “caminhos” ou as trilhas por onde as crianças surdas circulam, estejam elas acompanhadas de seus familiares ou de seus colegas e amigos, além dos caminhos da vida, os quais servem de referência às crianças e adultos no seu deslocamento em busca de coisas que lhes despertam o mundo, e, no meu caso, como antropólogo, que representam os caminhos que percorro a fim de chegar até os sujeitos desta pesquisa. Para tal, inspirei-me no artigo *Jornada ao longo de um caminho de vida – mapas, descobridor-caminho e navegação*, de Tim Ingold (2000, tradução nossa), cuja analogia destaca a importância de

“descobrir-caminhos” a partir do olhar sobre o mundo que se move incessantemente no tempo e no espaço.

O trabalho de campo exposto neste artigo obviamente não é um mapa estático de pontos fixos, e sim um conjunto de caminhos, trilhas e experiências que estão em movimento permanente e contribuem para a visão totalizadora da atividade humana neste particular universo sobre o qual me debruço conforme o alcance de minhas considerações no caso. Nessa ordem, a etnografia deve ser vista também como uma “[...] tomada ao longo de muitas trilhas que compõem um território, ao longo das quais as pessoas vão e vêm na vida prática” (INGOLD, 2000, p. 226, tradução nossa) e constroem suas experiências na coletividade. Segundo Ingold (2000, p. 222, tradução nossa), “o mundo de nossas experiências é um mundo suspenso em movimento, que está continuamente se criando, enquanto nós – pelo nosso próprio movimento – contribuimos para sua formação”.

Tal disponibilidade ao campo exigiu, de minha parte, certo espírito de prontidão a fim de que eu pudesse, em vez de criar meu próprio caminho, seguir os passos e o ritmo das pessoas na comunidade. Mesmo porque, quando se planeja minimamente o trabalho de campo e logo se vê imerso na vida das pessoas, tudo parece imprevisível, provocando uma série de interrogações de alta complexidade do ponto de vista das relações que se travam no ambiente de pesquisa que nem sempre são favoráveis à construção de um determinado conhecimento.

Daí vem a crença de que as oportunidades de contato no campo seriam forjadas “naturalmente” e decorreriam fundamentalmente do acerto de uma postura ética e respeitosa ao modo de vida das

famílias e das crianças, inclusive as consideradas especiais. Nesse caso, a família torna-se um campo prioritário de observação, uma vez que as crianças, de modo geral, passam boa parte do tempo em companhia dos parentes mais próximos, sendo necessário, portanto, pensar em estratégias de aproximação para acessá-las.

A vida nas comunidades

A alvorada no Caju-Una é revestida de silêncio, interrompido apenas pelo canto dos galos que se repete de duas a três vezes quando os primeiros clarões anunciam o nascer do dia. Gradativamente o céu vai se preenchendo de tons laranja-dourado que aos poucos vão se misturando aos tons avermelhados no horizonte parcialmente encoberto pela vegetação que protege a vila do mar sob as nuvens que, vagarosamente, se dissipam no céu. O sol da manhã, na sua forma branda, compõe um cenário que coincide com a chegada do pão levado pelo padeiro que o distribui em ambas as vilas: do Céu e Caju-Una.

Em um desses momentos, observei o entregador de pães sentado à garupa de uma moto com que chegava e encostava próxima à primeira fileira de casas na vila do Caju-Una. Logo que percebem o homem dos pães adentrando a vila, as pessoas surgem de suas casas como formigas atraídas por alimento, a fim de garantir o pão do dia. Antes que as famílias se revezem na tarefa de abastecer de água suas residências, o padeiro refaz o caminho com o intuito de receber o dinheiro da venda diária ou das vendas acumuladas ao longo da semana. Simultaneamente à providência

do pão, as pessoas se deslocam ao centro da arena⁵ para encher seus baldes de água⁶, lavar a louça, cuidar da higiene pessoal e assim iniciar uma nova jornada.

Constato, reiteradamente, que a necessidade de ir e vir ao poço proporciona aos moradores inúmeras oportunidades de contato, sobretudo quando as necessidades concretas da água se transformam também em oportunidades de convívio social. Assim, enquanto enchem seus baldes de água, homens trocam informações sobre a maré e travam conversas sobre assuntos diversos, jovens adolescentes trocam conversas e olhares buscando algum tipo de aproximação e crianças que acompanham suas mães transformam esses momentos em mais uma de suas brincadeiras.

A partir das primeiras tarefas matinais, a vida segue seu curso normal: homens organizam suas pescarias; algumas mulheres dão continuidade às tarefas domésticas, tais como lavar roupa, varrer a casa ou mesmo cozinhar; outras se envolvem em funções específicas em escolas, postos de saúde e centros comunitários; e as crianças vão para a escola. Quando não estão na escola, as crianças menores permanecem em casa assistindo à televisão ou brincando nas proximidades da casa enquanto as crianças maiores ajudam em algumas tarefas domésticas e às vezes acompanham seus pais até o igarapé que se forma na parte norte da vila.

5. Área central da vila, coberta de areia, onde acontecem as peladas e, também, onde as crianças brincam.

6. O problema da inexistência de água encanada e tratada na comunidade faz parte de uma reivindicação antiga da comunidade. Inclusive muitos moradores se queixam de que essa questão nunca foi tratada com a devida seriedade pelos políticos representantes municipais, sendo inquestionável sua importância à vida das pessoas.

A rotina da vida diária dos cajunenses; espelha, de certa forma, o cenário das atividades econômicas e sociais que são desenvolvidas naquele entorno. Quando o sol esquentava e uma parte das tarefas do dia já foi cumprida, as famílias se sentam para almoçar e, quando possível, também fazem a sesta. Na quietude passageira do início da tarde, eu me deito em uma rede e aproveito para atualizar meu diário ou realimentar textos que venho elaborando. Na medida em que o sol vai esfriando, por volta das 17 horas, as pessoas começam a sair de casa. Muitos aproveitam esse momento de efusão geral para ir novamente ao poço e abastecer de água suas casas; outros aguardam seus pares a fim de combinar os jogos que se iniciam momentos depois.

O final de tarde culmina em um intenso momento de encontros, quando as pessoas ocupam as pequenas varandas de suas casas ou se acumulam nos degraus das escadas para assistir ao movimento que se intensifica no entardecer, momento em que as janelas das casas de madeira abrem-se e transformam-se em molduras para os rostos acesos que contemplam a vida pulsante do lado de fora.

As crianças organizam seu jogo de bandeirinha junto com as mães, tias e parentes afins, que também participam. Os finais de tarde ganham uma dimensão festiva na medida em que a profusão simultânea de estímulos sonoros se faz presente: o tecnobrega é disparado de uma pequena aparelhagem de som localizada nas imediações centrais da arena e, em seguida, se mistura ao ritmo da balada do som vindo do aparelho de outro morador, que, a uma distância de apenas cinco casas na mesma fileira, chega a confundir os ouvidos dos moradores no que se refere à origem do som. Assim, a música duplica, triplica os estímulos, criando na vila um ambiente

eletrizante onde o som brega mistura-se ao funk e a outros gêneros musicais, porém com prevalência do ritmo tecnobrega.

As crianças jogam e dançam ou dançam e jogam quando o som vai se incorporando aos movimentos exigidos nas brincadeiras e nos jogos. Até mesmo Iris, que não compartilha da mesma percepção auditiva, dança com as vibrações do som: ela abre seu braço esquerdo, coloca sua mão na barriga e dança no ritmo que pulsa em seu corpo; depois desfaz o seu teatro pessoal e pede que a mãe sinta a palpitação que vibra em seu coração, segurando sua mão e a colocando à altura de seu peito. A mãe, percebendo que eu a observava, diz: “o coração dela tá batendo forte, é porque ela tá dançando”.

A noite chega e as crianças – gradativamente e um tanto quanto imperceptivelmente – vão se retirando da arena. Algumas mais resistentes ainda perambulam por lá em busca de um resto de brincadeira, mas o corpo reclama e apela à necessidade de reposição das energias perdidas, o que torna mais provável o retorno às casas. Nesse sentido, todas as crianças que moram no Caju-Una, bem como no Céu, possuem casas e uma clara referência familiar.

Há, nesse sentido, recomendações implícitas e até mesmo explícitas na conduta dos pais para que as crianças não se distanciem nem retornem após os horários previamente combinados e, como a maioria das crianças se mantêm relativamente próximas dos olhares dos pais, não constitui tarefa de difícil interpretação saber o momento certo que devem retornar para casa.

À noite, por volta das nove horas, quando normalmente os aparelhos estão desligados, as novelas tornam-se atrativos prediletos para as famílias: normalmente sintonizadas na programação do canal SBT, na novela Chiquititas, e às vezes na

Globo, na novela Amor à Vida. Os dramas que se desenrolam nas novelas são amplamente discutidos pelas crianças maiores e pelos adultos. Vale ressaltar que, até nas casas mais humildes e menos aparelhadas do ponto de vista de suas estruturas, há sempre uma televisão disponível, sendo que uma parte delas possui conexão através de antena parabólica.

Vale registrar um fato curioso, entendido por mim como prova incontestável da espiritualidade infantil: em uma das visitas que fiz à casa de Ana Claudia, na vila do Céu, fui recebido pelo seu filho Anderson, de 9 anos, e por um casal de cachorros que o acompanhavam até a porta. Ele, em sinal de cortesia, ao passo que me pedia para entrar, alertava os cachorros para se afastarem. Perguntei, então, o nome dos cachorros, e o garoto, sorrindo, me respondeu: “aqui a novela termina, mas as estrelas permanecem: esta é a Lucimar e este é o Russo”. Sorrindo, Anderson me lembra que são personagens da novela Salve Jorge, transmitida pela emissora Globo e que terminara havia pouco tempo. Não foi difícil de confirmar o que já havia observado em outras casas: assistir a novelas constitui momento de diversão não somente para os adultos, mas também para as crianças, que, como Anderson, guardam a lembrança de seus personagens em seus bichos de estimação.

Em casa, com a família

Para seus moradores, a casa ganha vida e transforma-se em lar na medida em que resguarda pequenas relíquias, porta-retratos com fotos de família, imagens de santos, salmos evangélicos dentre outros objetos íntimos que reforçam a identidade das pessoas que nela vivem. Para as crianças, trata-se do lugar onde guardam seus

cadernos, livros, brinquedos e alguns objetos de estima que adquirem novos sentidos de acordo com o imaginário da criança ou em decorrência da situação brincada (AZEVEDO, 2006).

Em uma de minhas visitas à casa de Iris (a menina surda de quem falei brevemente na introdução), relembro uma cena prosaica que me fez refletir sobre o caráter polissêmico do imaginário infantil. Na casa da avó com quem moram, Iris e seu irmão habituaram-se a conferir os ovos postos pelas galinhas criadas no entorno da casa, pois, como pude observar, tornaram-se atrativos não somente pelo prazer proporcionado em sua alimentação como também pela vida que se reproduz entre as galinhas, consideradas para eles, também, como animais de estimação.

Certo dia, testemunhei o semblante de contentamento de Iris quando entrou na cozinha da avó segurando um ovo posto por sua galinha. Ela o mostrou de relance à avó e logo tratou de guardá-lo entre suas roupas na gaveta de sua cômoda. Era a primeira vez que via uma criança guardar um ovo junto a seus objetos pessoais e logo pude entender que não se tratava apenas de uma questão alimentícia, algo voltado à simples satisfação de uma necessidade biológica: ele representava para Iris, também, a posse de um bem simbólico, guardado como um tesouro que passava a dividir o espaço íntimo de suas coisas, junto às suas roupas. Percebi que o ovo de sua galinha adquiriu valor de estimação incomensurável⁷ e

7. Na minha leitura dessa inusitada realidade, esse fato porta certa semelhança com o que representa a narrativa da “galinha dos ovos de ouro” escrita nos contos de fada “João e o Pé de Feijão”. Nessa referência, “os tesouros do ogro são três: a galinha dos ovos de ouro, as sacas de moedas de ouro e uma harpa que canta e toca sozinha” (CORSO; CORSO, 2006, p. 123).

foi daí que surgiu a necessidade de entender o modo como incide a linguagem que, como se vê, não é concomitante ao aprendizado da língua.

Certamente Iris não teve a exata dimensão de que sua atitude, a respeito da intenção de guardar seus ovos, evocara em mim toda essa simbologia. Depreendi de tal revelação o modo como Iris cuida e guarda suas coisas, ou melhor dizendo, como ocupa e transforma os espaços da sua casa em lugares de identidade. Como nos explica Benjamin:

A Terra está repleta dos mais puros e infalsificáveis objetos da atenção infantil. E objetos dos mais específicos. É que crianças são especialmente inclinadas a buscarem todo local de trabalho onde a atuação sobre as coisas se processa de maneira visível. Sentem-se irresistivelmente atraídas pelos detritos que se originam da construção, do trabalho no jardim ou na marcenaria, da atividade do alfaiate ou onde quer que seja. Nesses produtos residuais elas reconhecem o rosto que o mundo das coisas volta exatamente para elas, e somente para elas, neles estão menos empenhadas em reproduzir as obras dos adultos do que em estabelecer uma relação nova e incoerente entre esses restos e materiais residuais. Com isso as crianças formam seu próprio mundo de coisas⁸, um pequeno mundo inserido no grande (BENJAMIN, 2002, p. 57-58).

8. Marx (1988), especialmente no capítulo sobre o fetichismo da mercadoria no volume I de O Capital, ao falar do fetiche da mercadoria, diz que, no sistema capitalista de produção, há uma coisificação das pessoas que difere fundamentalmente da potencialização e desenvolvimento de uma subjetividade autêntica do indivíduo. Portanto, falar de “coisas” nesse trabalho não tem a ver com o sentido mercadológico que está posto na sociedade capitalista atual, ideia da qual Benjamin, filiado a essa tradição de pensamento, está inteiramente de acordo.

O que guarda Iris é uma pequena amostra de um mundo adulto que se ressignifica no seu próprio mundo, e, com isso, o sentido atribuído ao espaço das casas vai se constituindo como linguagem numa espécie de alternância do significado das relações que se travam em seu interior. Se pararmos para refletir um pouco sobre essa questão, podemos notar que há um pouco mais de humanidade nos objetos que nos circundam e animam nossa intimidade do que efetivamente nossa percepção alcança.

Laço social e linguagem

A multiplicidade de encontros entre diferentes famílias ou diferentes segmentos familiares reforça os laços de solidariedade em diversos níveis, ampliando a sociabilidade das crianças e permitindo que elas encontrem outras com quem passam a conviver, a exemplo dos eventuais reencontros de primos com os quais não conviviam há muito tempo e que, por diferentes razões, passam a circular no seu espaço familiar. Dessa maneira, as crianças oportunizam a ocorrência de novas formas de brincar, como acontece nos grandes festejos da comunidade.

Às vésperas da festa do Círio de Caju-Una, o contato entre as famílias se intensifica e os adultos se ocupam com os preparativos para a festa, já que essa é também uma oportunidade para “ganhar um dinheirinho”. Assim, reúnem-se nos dias que antecedem a festa para elaborar os pratos que serão vendidos aos cajunenses e seus visitantes. Enquanto trabalham, seus descendentes brincam, transformando o momento em novas possibilidades de criação lúdica e interação entre eles. Acomodado ao fundo da sala, eu os observo com atenção: de um lado os netos da Amiga da Praia (Iris e Júnior)

e de outro, os filhos de Vanessa (Heloisa e Mateus), ex-vizinha de casa e amiga da família que atualmente mora no Céu.

Iris interage com Heloisa e as duas se entendem na medida necessária de sua interação, causando-me a impressão de uma harmoniosa comunicação, pois, a despeito da surdez de Iris, vejo que seus olhares, gestos e sorrisos substituem plenamente as palavras. Junior, acompanhado de Mateus, manuseia seu pequeno boneco quebrado da “Liga da Justiça” em busca de movimentos que obedeçam ao cenário imaginário que vivencia. O pequeno Mateus puxa seu carrinho distraidamente em cima do tablado da sala, seguindo de um lado a outro sem se dar conta das demais interações entre as outras crianças e confundindo-se com o próprio carrinho, o qual se liga soprando de seus lábios o som do motor. No centro dessa interação, a televisão permanece ligada, disputando uma significativa parcela de atenção das crianças que, mesmo envolvidas com suas brincadeiras, desviam os olhares para o desenho animado.

Até mesmo Iris, que não escuta os diálogos reproduzidos no desenho, mantém sua atenção voltada à televisão e sorri quando percebe que as imagens, por si mesmas, lhe transmitem um pouco da trama que se desenrola entre os personagens. Naquele momento, me perguntei como será que ela faz a leitura labial em um desenho que reproduz a articulação da fala humana, o que deduzi estar em descompasso em relação ao que era dublado ou dito pelos personagens. Nesse momento, constatei a importância de se entender a linguagem devidamente articulada ao contexto em que ela se reproduz na narrativa do desenho e, mais uma vez, me surpreendi com o interesse de Iris pelos desenhos quando a via assistindo televisão.

Dominação e circulação linguística entre as crianças da comunidade

A fim de entender possíveis relações de dominação linguística em situações observadas em campo, descrevo inicialmente o “jogo do taco”, que consiste na seguinte brincadeira: tacadas em uma bola – emborrachada, pouco maior do que uma bola de tênis – que é arremessada com pedaços de pau por uma dupla de jogadores, visando atingir uma garrafa “pet” colocada à frente, onde se posiciona uma outra dupla de jogadores. A cada bola arremessada por uma dupla de jogadores, a dupla adversária rebate com a intenção de lançá-la o mais distante possível; quando a bola não é rapidamente alcançada, os jogadores cruzam o campo várias vezes tocando na garrafa da dupla adversária, e a cada volta e toque na garrafa, são computados pontos que vão se acumulando até o total dos pontos definidos pelo grupo. Dessa maneira, quanto mais longe a bola for tacada, mais oportunidade a dupla tem de cruzar o campo e pontuar. O time adversário precisa, por sua vez, acertar a garrafa e resgatar a condição de tacar novas bolas, condição que favorece, também, suas chances de êxito no jogo. A dupla que atingir primeiramente a marca estipulada ganha o jogo, que pode ser resumidamente traduzido como uma variação do baseball americano.

O jogo é realizado por crianças e por alguns adultos – normalmente familiares, que se infiltram na brincadeira a fim de participar também. É um jogo relativamente fácil de ser organizado, pois depende de materiais de baixo custo, normalmente encontrados na comunidade, a exemplo de garrafas pet, pedaços de madeira que servem como tacos e uma bola pequena. Normalmente a brincadeira

é organizada em um espaço amplo, próximo ao campo de futebol da vila do Caju-Una, tendo como plateia a criança que se aglomera nas escadas das casas para acompanhar.

Transações linguísticas e inibições na comunicação

Em um dos jogos que oportunamente filmava, eu observava Iris, sentada à entrada de uma das casas, que assistia às tacadas dos jogadores e a todo o movimento gerado pela brincadeira. Pude constatar no seu semblante a inquietação de seu olhar que revelava seu desejo de participar da brincadeira e sua hesitação no sentido de se oferecer e formar dupla com outro jogador, lhe restando tão somente a observação não participante.

De fato, ela não conseguia se inserir na brincadeira compartilhada pelas demais crianças. Sua hesitação não foi difícil de interpretar como resultado de sua disfunção orgânica, caracterizada pela surdez profunda, que poderia lhe criar situações embaraçosas que certamente comprometeriam o êxito na brincadeira. Sua desvantagem linguística em relação aos ouvintes se tornou evidente. Talvez precisasse da motivação de algum colega sensível ao seu silencioso apelo, alguém bem-intencionado, a fim de incluí-la efetivamente no jogo, mas tal situação não aconteceu e ela permaneceu apenas sentada nas escadas da casa defronte do local onde a brincadeira se realizava. Acompanhava cada jogada com atenção, mantinha-se curiosa e se mostrava particularmente interessada na participação de seu irmão Junior, que formava dupla com outra criança e arriscava suas primeiras tacadas.

As transações linguísticas que se formam no campo gravitacional da brincadeira do taco, mesmo sem se fazer notar por Iris, lhe outorgavam uma condição passiva e até certo ponto submissa, enquanto as demais crianças ouvintes discutiam a validação de determinadas regras, experimentavam novos tacos, criavam jogadas efusivas e tentavam ganhar o jogo.

Há que se admitir, segundo Bourdieu (1983, p. 159), que as “transações linguísticas particulares dependem da estrutura do campo linguístico, ele próprio expressão particular da estrutura das relações de força entre os grupos que possuem as competências correspondentes”. Como Iris não compartilha da competência linguística capaz de lhe endereçar um lugar nessa brincadeira, sua posição tornou-se bastante incômoda, tendo ela assumido provavelmente uma posição excludente sob o ponto de vista de quem observa de fora. Ainda segundo o autor:

A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. Não procuramos apenas ser compreendidos, mas também obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos. Daí a definição completa da competência como direito à palavra, isto é, a linguagem legítima como linguagem autorizada, como linguagem de autoridade (BOURDIEU, 1983, p. 160-161).

Nesse caso, as relações de dominação não se restringem a eventuais falhas comunicativas, pois mesmo entre as crianças que dominam uma mesma língua – caso das crianças ouvintes que participam do jogo –, o nível de performance na língua e as posições simbólicas que cada uma ocupa revelam diferentes formas de expressão com diferentes nuances de autoridade expressas na língua.

Isso equivale a dizer que há sempre crianças exercendo liderança solidária e não solidária, crianças com expressões de mais ou menos timidez, mais e menos impulsividade quanto ao andamento do jogo. Há, enfim, diferentes posições assumidas ao longo do jogo e que produzem, através dos pequenos locutores, um conjunto de afirmações linguísticas cujas querelas somente são resolvidas com base nas relações de força simbólica travadas entre os participantes do jogo.

Contudo, deve-se reconhecer que o universo da surdez, quando comparado ao mundo dos ouvintes, sinaliza maior propensão ao desequilíbrio linguístico nas suas relações com os ouvintes justamente devido à incompatibilidade dos sistemas linguísticos, que geram inúmeros equívocos na comunicação, e pelas impossibilidades de o surdo se fazer reconhecer nas situações de maior participação coletiva. Segundo Pierre Bourdieu (1983), as leis que ordenam os discursos implicam censuras que:

[...] entre as censuras mais radicais, mais seguras e melhor escondidas, estão aquelas que excluem certos indivíduos da comunicação (por exemplo, não os convidando para os lugares de onde se fala com autoridade, ou colocando-os em lugares sem palavras) (BOURDIEU, 1983, p. 160-161).

A título de exemplo, as condições de produção linguística verificadas no ambiente familiar da criança surda mencionada anteriormente são completamente diferentes da relação censurada na brincadeira do taco: sua mãe usualmente lhe endereça uma comunicação espontânea que a conduz à condição de sujeito e lhe dirige a palavra acreditando que surtirá nela o efeito desejado, muito embora a comunicação se estabeleça pelas vias gestuais, com a utili-

zação de vocabulário sinalizado em códigos domésticos não correspondentes à língua de sinais oficial instituída no Brasil. A linguagem exerce, nesse caso, um papel de fundamental importância não restrito à competência linguística, pois, se assim fosse, as crianças surdas filhas de pais ouvintes nunca atenderiam ou reconheceriam seus chamados, ou melhor, sua autoridade.

Desse modo, um repertório novo de códigos domésticos vai se formando a cada dia, alimentando a condição de uma comunicação legítima. Tal ilustração permite que se reflita sobre pais e filhos quando paradoxalmente compartilham a mesma língua, que, por outro lado, diferem na competência e no reconhecimento da autoridade de investí-la. Há pais que não renunciam a provérbios de orientação moral cuja lista, para se descrever, seria interminável: apostam nos valores e identidade transmitidos pela família, esforçando-se muitas vezes a explicar compassadamente para as crianças como devem se comportar, como devem agradecer ou como devem tratar seus pares.

As condições de produção linguística no ambiente de casa podem ser bem mais favoráveis pois estão livres das amarras de um discurso censurável que se produz em diferentes instâncias da coletividade, embora seja fácil de constatar que as crianças que circulam em comunidades tradicionais, como o Céu e Caju-Una, apresentam receptividade comunicativa marcante, diferentemente do que se observa em grandes centros urbanos, cuja vida coletiva vem se transformando⁹ e se tornando cada vez mais individualizada.

9. Atualmente grande parte da população brasileira vive nas grandes cidades, onde se constata uma evasão de crianças dos espaços coletivos das brincadeiras em função da própria dinâmica da vida urbana e dos constantes problemas de insegurança, que,

Em comunidades tradicionais, o convívio íntimo e prolongado entre os membros de uma família ou de um determinado grupo aparentemente instaura um clima de maior interação entre as crianças, seus parentes e a vida local. Entretanto, quando a estrutura do mercado linguístico impõe novas condições de recepção comunicativa, o ambiente linguístico tensiona e entra em contradição, uma vez que as condições de recepção esperadas modificam a ordem do discurso que se instaura entre os sujeitos da comunicação.

Nesse sentido, deve-se compreender os fatos linguísticos – refletidos nos antagonismos das brincadeiras – como fenômenos que constantemente se alternam em função da dinâmica local das situações lúdicas criadas. Isso quer dizer que as brincadeiras ora podem assumir a condição de exclusão, ora assumir posições inclusivas, dependendo do ponto de vista ao qual nos referimos. Daí a possibilidade de entender as relações de dominação linguística também na perspectiva lúdica, ou seja, atreladas ao universo da infância.

Novas estratégias de comunicação quando se está inserido no campo da linguagem

Recentemente, em uma de minhas últimas idas ao Caju-Una com o propósito de entrevistar alguns dos familiares das crianças surdas a fim de concluir o registro de dados para finalização da pesquisa,

por sua vez, induzem cada vez mais as famílias a criarem nichos individualizados de convivência, oferecendo como única alternativa – em determinadas classes – para as crianças livrarem-se do marasmo as redes sociais virtuais, que se mostram em franca expansão.

tive oportunidade de pernoitar na casa de Amiga da Praia, tendo um breve convívio com sua filha Elizângela e sua neta Iris, de quem eu já falava ao início deste capítulo (mencionando a brincadeira de taco).

Era um domingo calmo na vila. Algumas crianças brincavam nas proximidades do poço, enquanto eu, da janela que me servia de tribuna, assistia ao jogo de pelada dos jovens adultos. Virei-me por instantes ao interior da casa e observei Iris chamando sua mãe: apontou as horas com o dedo indicador da mão direita tocando seu braço esquerdo (no pulso levemente dobrado) e arqueou as sobrancelhas como se aguardasse um aceno de sua mãe sobre a hora do culto evangélico previamente agendado, que começaria em aproximadamente uma hora ou, mais precisamente, às 18 horas. Seu interesse e compromisso em ir à igreja mais uma vez despertou, de pronto, minha atenção, porque, sendo ela surda, seria uma oportunidade única para entender como ela acompanharia o culto e para fazer observações sobre a sua construção da linguagem em contexto bem específico. Esperei o momento oportuno para cogitar minha ida ao culto acompanhando ambas, mãe e filha.

O interesse de Iris pelo passeio à igreja crescia na medida em que se arrumava: em frente ao espelho da sala, cuidou de suas tranças e aos poucos tornou o penteado de seu agrado, ajeitou seu minúsculo bolero de crochê lilás sobre seu vestido florido, compondo um visual singelo, e o conjunto estava pronto para o culto que se iniciaria em poucos minutos. Sua mãe esmerava-se com o mesmo capricho, guardando certa semelhança ao visual da filha, o que me fazia notar o mesmo jeito, o mesmo corpo, os mesmos gestos, a mesma maneira de se vestir: se não fosse a diferença entre as idades, seriam irmãs gêmeas, formando ambas um par de figuras repetidas. Tal era a semelhança entre mãe e filha.

Chegou a oportunidade para colocar minha questão: se seria possível eu acompanhá-las vestido de bermuda. A questão transformou-se em pergunta endereçada à mãe, que prontamente respondeu: “professor! É claro que o senhor pode ir, o senhor é um visitante, não tem que se preocupar com isso”. Resolvi, então, acompanhá-las. Ao chegar à pequena igreja, fui recebido pelos membros dirigentes do culto e pelos membros da comunidade. Estavam presentes, também, algumas das famílias com as quais mantive contato próximo nos últimos meses, que traziam consigo suas crianças.

Dentre as crianças surdas que observei na igreja, estavam Iris, acompanhada de sua mãe, e Douglas, acompanhado de seus pais. Iris sentava-se entre eu e sua mãe e Douglas sentava-se em um banco situado duas fileiras à frente, ao lado de dois colegas (sendo um deles Anderson, filho de Cláudia). Fiquei mais uma vez surpreso com o grau de envolvimento das crianças surdas no culto, sobre o qual destaco, especialmente, a maneira como seus olhares acompanhavam a cerimônia. Por uns momentos, exercitei meu pensamento, colocando-me a imaginar o mundo do silêncio das duas crianças surdas: como seria o completo silêncio de seus mundos? Como estariam elas percebendo aquelas pessoas que cantavam, que oravam, que louvavam a Deus, que se alternavam no palco para mais uma canção, a senhora que regia um pequeno grupo de senhoras ou ainda as crianças que cantavam em dupla?

As canções previamente ensaiadas eram lançadas ao ambiente e se misturavam ao sermão que evocava “ajuda de Deus, era preciso ter coragem, determinação, disposição para enfrentar os desafios que a vida nos apregoava”: eram todos ingredientes do sermão. Para acompanhar as músicas, as crianças brincavam com seus cadernos,

utilizando-os como pequenas guitarras, balançavam as perninhas e meneavam suas cabeças de um lado ao outro.

Tudo aquilo, pensei, compunha um conjunto de elementos que traduziam a paz nos corações de Iris e Douglas, um todo que se manifestava como fenômeno de linguagem, intimamente associado à tradição de suas comunidades, lhes agregando pertencimento à vida que pulsava no seu silêncio interior. Para mim, mais uma evidência de que a linguagem nem sempre coincide com a fala (a meu ver, apenas um dos elementos que a compõem), pois outros elementos foram se somando ao conjunto etnográfico, produzindo uma coisa só, um sentido total da cerimônia.

Iris esboçava um sorriso e abraçava sua mãe, as duas dançavam balançando seus corpos esqueléticos de um lado a outro. Toda aquela linguagem era movida por um sentimento transferido por uma química, estado de conexão íntima. Douglas, com sua Bíblia na mão, observava em seu silêncio as diferentes apresentações que se revezavam no palco, trocava olhares com outras crianças e estas, por sua vez, transmitiam sinais umas às outras. Seus gestos, ajudados pelos olhares, permitiam que (como eu os observara) se sentissem perfeitamente incluídas na cerimônia.

A apreensão do áudio parecia não interferir na comunhão de sentimentos que brotava naquela pequena igreja, confirmando mais uma vez que a linguagem social se faz presente, também, no todo significante que a estrutura da cerimônia propicia aos membros e visitantes da igreja. Suprimidas na percepção das crianças surdas, as palavras proferidas na cerimônia são transfiguradas em imagens que reproduzem os laços de sociabilidade a partir das significações sociais.

Para as crianças, os pais constituem importantes pontos de ancoragem, pois estão dispostos a lhes oferecer a leitura das significações sociais a ponto de saber não exatamente o que está sendo dito, mas o que constitui o signo linguístico e o que evoca o significante no campo do social.

Para que haja uma comunicação autêntica, com força de expressão de sentido na vida das crianças que emerge a partir dos diferentes contextos de produção e circulação linguística e que as envolve na relação com as pessoas com quem estabelecem trocas significativas, em termos de linguagem, deve-se pensar as condições linguísticas como possibilidades reais de instauração de uma “comunicação legítima” no meio social onde vivem (BOURDIEU, 1983). Daí a importância de se validar a posição do Outro (mãe, pai, avós, enfim, pessoas que fazem parte dos laços de afinidade das crianças) como referência de identidade no mundo a partir da qual se nota uma forte influência sobre o padrão de comunicação que se percebe na vida cotidiana, criando as condições de instauração do significante linguístico no lugar onde nós humanos ascendemos ao campo da linguagem.

Isso fica ainda mais evidente nos casos em que se está em jogo a difícil comunicação de crianças deficientes com o meio, decorrente de seus graves comprometimentos em relação aos mecanismos de percepção linguística que, por sua vez, alteram sensivelmente o padrão de percepção sobre a realidade. A despeito das intercorrências linguísticas (especificamente os casos de deficiências múltiplas, inclusive a surdez que se verifica entre algumas crianças do Céu e Caju-Una, a cegueira e outros distúrbios de comunicação que se desdobram em dificuldades de comunicação com o mundo) que criam impasses nas relações

de linguagem que circulam em diferentes níveis de comunicação com o mundo, devo afirmar que nossa capacidade simbólica enquanto membros da espécie humana não está determinada (pelo menos nos casos em que se notam as mínimas possibilidades de comunicação, a nível de um bloqueio parcial ou total do sistema perceptivo) pelo tipo de comprometimento de linguagem, mas sim pelas condições ilimitadas que caracterizam nossa espécie como provedora de artefatos simbólicos que se manifestam como linguagem.

Quando acompanhamos crianças que apresentam dificuldades de linguagem, um simples fato que muitas vezes pode parecer banal, e quando se observa a questão com mais cuidado e sob um novo prisma, podemos ter uma nova impressão justamente pelo efeito estimulante que provoca as diferentes dimensões da realidade social. Nesse sentido, os encontros engendrados a partir dos laços sociais (mesmo aqueles considerados fortuitos), que fazem parte da vida cotidiana, podem (re)produzir efeitos surpreendentes no campo da linguagem, ampliando a base de comunicação entre as pessoas e transformando suas vidas em algo melhor. É o que tento descrever quando me refiro à participação das crianças surdas em algo que tem projeção na vida de suas comunidades e delas mesmas, a exemplo do culto evangélico, que é vivido intensamente por elas como algo que revela o sentido de pertencimento à cultura, sobretudo quando as pessoas que lhe enunciam a palavra criam novas possibilidades de emergência da linguagem.

Da mesma maneira que, em algum momento de nossa evolução filogenética, experimentamos um salto à capacidade de simbolização como seres de linguagem (visto que a cultura passou

a diferenciar nossa espécie daquilo que, outrora, representava apenas a natureza na sua forma bruta¹⁰), fazendo um paralelo com crianças que apresentam particularidades em relação à subjetivação da linguagem, a possibilidade de expandir a comunicação em suas correspondentes funções torna-se fundamental (o que não necessariamente está relacionado ao aprendizado de Libras), pois representa, efetivamente, maiores chances de inserção e/ou participação (digna) na vida social.

Considerações finais

A fragilidade constatada na educação inclusiva¹¹, confirmada pela professora da escola situada na comunidade do Caju-Una (Sandra) em seu relato sobre as dificuldades enfrentadas pelos alunos surdos no município de Soure, reforça a visão de que a educação sempre esteve delimitada por uma “escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social” (MEC, 2008, p. 6).

Este fato vem, no Brasil, modificando-se gradativamente em função de um novo paradigma educacional corroborado por uma

10. Convém mencionar o interessante debate (mais especificamente as discussões sobre ‘sentimentos amorosos’ dos chimpanzés e ainda sobre o que diferencia nossa espécie como ‘produtores de símbolos’ na plenitude de sua complexidade) que suscita o referido tema no campo das ciências sociais. Em particular, menciono as discussões levantadas por Eunice Durham (2003).

11. Ver documento *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva* (Seesp/MEC), elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

nova visão dos direitos humanos que fundamenta o reconhecimento das diferenças e uma maior participação dos sujeitos deficientes em diferentes esferas da vida social. Vale ressaltar que, nos últimos anos, diferentes segmentos da sociedade passaram a dar destaque às ações de pessoas deficientes que efetivamente ganharam reconhecimento de cidadania no meio social¹².

A discrepância entre as ações propostas nas políticas educacionais e a realidade na transmissão e difusão da Libras no sistema de educação no município de Soure está intimamente relacionada à reprodução de um arbitrário cultural e à defesa de um capital linguístico de grandes repercussões, o que, de certo modo, amplia o debate sobre a sociologia da língua apresentado por Bourdieu (1983).

O fortalecimento de um sistema linguístico como a Libras no âmbito das comunidades estudadas seria, então, quase uma utopia, se levarmos em conta as condições ideais alardeadas pelas políticas públicas que professam ações inclusivas nas mais variadas esferas da educação, mas que não se concretizam na realidade¹³ de pessoas deficientes, o que torna ainda mais evidente o contraste expresso na lógica das relações de dominação, impondo aos desfavorecidos uma “violência de ordem simbólica” incomensurável (CHAUVIRÉ; FONTAINE, 2003, p. 45, tradução nossa).

12. Refiro-me ao caso do atleta Alan Fonteles, recentemente revelado campeão de atletismo na Paraolimpíada de Londres, feito amplamente noticiado pela imprensa nacional e internacional.

13. As duas escolas que se localizam nas vilas do Céu e Caju-Una, de vínculo municipal e estadual, respectivamente, não possuem ainda professores habilitados em Libras em condições de facilitar a aprendizagem das crianças surdas.

Articular minha experiência como antropólogo à das crianças surdas, sujeitos dessa pesquisa, e à experiência de suas famílias, implica entender a própria linguagem que permeia essas relações. Nessa perspectiva, “a linguagem é nossa via de acesso ao mundo e ao pensamento, ela nos envolve e nos habita, assim como a envolvemos e habitamos” (CHAUI, 1996, p. 147). Desse modo, entender a linguagem significou, para mim, desbravar os significados, as significações, os valores, sentimentos, desejos, as emoções, ideias, enfim, tudo que emanava sentido para meus informantes a partir das relações que se estabeleceram no campo.

Nas comunidades do Céu e Caju-Una, pude compreender que, subjacente às relações que se construíam em diferentes níveis, a fim de as pessoas se apropriarem do mundo, havia existência subjetiva, havia verdade que se manifestava na linguagem. Por isso, a linguagem ocupou um lugar central no método etnográfico desenvolvido na essência da tese que me permitiu expressar na vida sociocultural das crianças marajoaras.

Nesse sentido, evitei passar à deriva das significações coletivas, pois entendo que o pensamento que se arma na subjetividade das crianças, com vistas à sua imersão na linguagem, está intimamente articulado à realidade sensível, sobre a qual desenvolvem suas práticas de sociabilidade. Isso porque, por outro lado, quando evanesce aquilo que permeia as relações simbólicas e o sujeito se desencanta com o mundo, sua existência passa a equivaler-se como a de um autômato, que faz as coisas porque lhes determinam

que faça¹⁴, e não porque sente que é necessário refletir sobre sua prática, apreendendo a realidade que o circunda.

As discrepâncias, facilmente perceptíveis no modo como as crianças surdas são introduzidas no laço social, principalmente quando há uma sobredeterminação das expectativas dos pais em relação à apreensão da língua, que nem sempre é correspondida a contento, alertam-nos sobre as expectativas que se formam em torno de um trabalho que visa debater a complexidade acerca do desenvolvimento linguístico de crianças surdas, pois a reafirmação do modo de viver dessas crianças não deve ser confundida com a simples descrição de suas incapacidades, limitações ou da não apropriação da língua de sinais.

Sabemos que estamos em um campo de saber que comumente revela inúmeras contradições, como se pode verificar a partir dos debates que se travam entre oralismo e língua de sinais. Por isso, ressalto a importância de um olhar antropológico, menos contaminado pelo discurso médico e mais ampliado sobre os fenômenos que se relacionam ao contexto de suas vidas.

Somente meus leitores saberão avaliar a dimensão desse olhar, que apela insistentemente à questão subjetiva das crianças na dimensão simbólica que permeia suas relações, ainda que tenha que apontar as contradições, as ambiguidades, e as incertezas vivenciadas no campo. A possibilidade que tive de compreendê-las, ao meu modo, constituiu-se em uma rica experiência que oportu-

14. Na esfera educacional, a apreensão de determinado conhecimento por parte das crianças tem se confundido, cada vez mais, com o ato de “decorar”, que se sobrepõe à construção de um saber que deveria estar articulada à realidade de suas práticas, às particularidades locais e às tradições socioculturais que as envolvem.

nizou, também, a compreensão de mim mesmo na relação com pessoas que vivenciam, seja direta ou indiretamente, o fenômeno da deficiência:

Toda a investigação antropológica, tendo em conta a experiência de alteridade que ela implica, gera uma modificação do olhar que se tem sobre si mesmo, uma extração de si, um descentramento pela abertura ao outro, um processo de descoberta de si pelo outro (GARDOU, 2006, p. 55).

Por isso, devemos acreditar no *fascínio da alteridade* que captura o interesse das crianças pelas coisas de seu mundo e que também nos captura como antropólogos, pois sem esse entusiasmo pela vida, não daríamos conta de nossas realizações. É na alternância das relações que desvendamos “[...] os vários arranjos possíveis que constituem a nossa matéria-prima: os homens e suas vidas concretas, e plenas de sentido” (BERGER, 1999, p. 27).

Por essa lógica, alcançamos a riqueza simbólica que nos permite descortinar a linguagem na experiência humana e, para tal, temos de exercitar um novo olhar que seja capaz de testemunhar a transfiguração da vida cotidiana, que se dá no sentido das próprias experiências que são compartilhadas, a exemplo do que trata esta etnografia sobre a vida das crianças marajoaras, num cenário no qual eu também me incluo, observando e participando dessa história, ainda que por um curto período de tempo, mas que me permitiu escrever sobre esse rico universo.

As expectativas de normalização do mundo – que parecem constituir uma face inerente à própria condição humana, uma vez que estamos, a todo momento, perseguindo uma certa ordem, que nos impõe um padrão de normalidade sobre como dizer as coisas,

visando corrigir e atenuar os defeitos humanos implicados na apropriação da língua em função das relativas estruturas de dominação linguística que se formam na vida social – tornam-se um desafio à antropologia, que nos ajuda a entender a incidência da linguagem na vida das crianças não como um modelo linguístico acabado, mas sim por diferentes perspectivas que são delimitadas pelos contextos etnográficos.

Referências

AZEVEDO, A. M. F. de. *Porto das brincadeiras no Porto-do-Sal: uma leitura antropológica das práticas da infância*. 2006. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

BENJAMIN, W. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. Tradução: Marcus V. Mazzari. São Paulo: Editora 34, 2002. 176 p.

BERGER, M. *A projeção da deficiência*. 1999. 202 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, R. *A sociologia de Pierre Bourdieu*. Tradução: Paula Montero. São Paulo: Ática, 1983.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1996. 440 p.

CHAUVIRÉ, C.; FONTAINE, O. *Le vocabulaire de Bourdieu*. Paris: Ellipses, 2003.

CORSO, D. L.; CORSO, M. *Fadas no divã: psicanálise nas histórias infantis*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

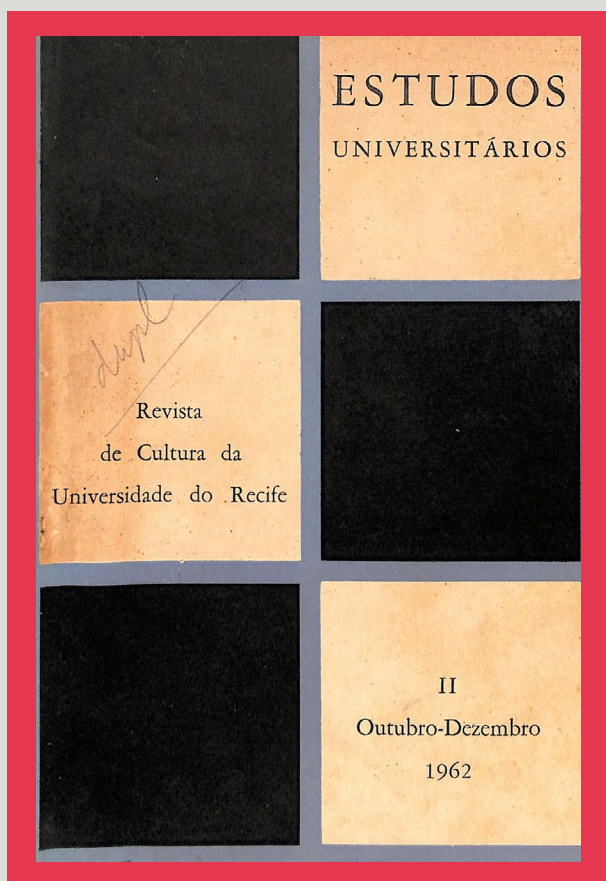
DURHAM, Eunice Ribeiro. Chimpanzés também amam: a linguagem das emoções na ordem dos primatas. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v.46, nº 1, 2003.

GARDOU, C. Quais os contributos da Antropologia para a compreensão das situações de deficiência? *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, v. 8, n. 8, p. 53-61, 2006. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/692>. Acesso em: 13 abr. 2022.

INGOLD, T. To journey along a way of life: maps, wayfinding and navigation. *In*: INGOLD, T. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. Londres: Routledge, 2000. p. 219-242.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/ SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

REZENDE, A.; VORCARO, A. M. R. Os (des)encontros do infans com a linguagem. *In*: VORCARO, A. M. R.; SANTOS, L. C.; MARTINS, A. O. (orgs.). *O bebê e o laço social*. Belo Horizonte: Editora Artesã, 2018. p. 48-68.



Volume 2

Lançado em outubro de 1962, o segundo volume da *Estudos Universitários: revista de cultura* da Universidade do Recife (UR) prossegue com sua periodicidade trimestral, referindo-se aos meses de outubro a dezembro. Nesta segunda edição, o diretor da revista era o Reitor Prof. João Alfredo Gonçalves da Costa Lima; o secretário era o Prof. Luiz Costa Lima; e o projeto gráfico e a capa foram de autoria de Orlando da Costa Ferreira. O volume apresenta ensaios de: Pierre Furter; Orlando da Costa Ferreira; Eduardo Portella; Décio Pignatari; Erthos de Souza; Haroldo e Augusto Campos; Luiz Costa Lima; João Alexandre Barbosa; e Heron de Alencar. Estudos de: Pierre Furter; João Alexandre Barbosa; Luiz Costa Lima; e José Osman de Freitas. E resenhas de: Orlando da Costa Ferreira; Vamireh Chacon; Francisco Austerliano Bandeira de Mello; Luiz Costa Lima; Sebastião Uchoa Leite; e Roberto Cavalcanti.



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

60
anos

Relato

Texto recebido em: 31 jan. 2022. Aprovado em: 13 abr. 2022.

LUCAS, Carlos Henrique de; OLIVEIRA, Samuel Souza. Letramento digital para o combate às notícias falsas e à desinformação: a experiência do JADiH, projeto de extensão de direitos humanos da UFOB. Estudos Universitários: revista de cultura, UFPE/Proexc, Recife, v. 39, n. 1, p. 303-322, jan./jun., 2022.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2022.253123>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

Letramento digital para o combate às notícias falsas e à desinformação: a experiência do JADiH, projeto de extensão de direitos humanos da UFOB¹

Digital literacy to combat fake news and disinformation: the experience of JADiH, UFOB's human rights extension project

Carlos Henrique de Lucas

Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)

Doutor em Cultura e Sociedade

E-mail: carlos.lucas@ufob.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0001-8771-9349>

 <http://lattes.cnpq.br/7826528130382371>

Samuel Souza de Oliveira

Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)

Graduando em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades

E-mail: samuel.o8583@ufob.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0003-4596-8317>

 <http://lattes.cnpq.br/5980968152350072>

Resumo

Este relato de experiência versa sobre o projeto de extensão *Jovens Ativistas pelos Direitos Humanos* (JADiH), que teve por objetivo desenvolver e estimular uma participação cidadã crítica altamente engajada no combate

1. O projeto contou com o financiamento da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proec) da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) por meio do edital PIBEX 2020–2021.

às notícias falsas (*fake news*) e aos discursos de ódio, em especial aqueles disseminados no ambiente *online*. Preocupados com os ataques diretos aos valores democráticos e constitucionais e com a ampla utilização das redes sociais para práticas racistas, misóginas, LGBTfóbicas, xenófobas e capacitistas, o projeto se apoiou na divulgação científica e acadêmica, bem como no letramento digital crítico, conforme discutido por Oliveira e Giacomazzo (2017), como modos de combate às notícias inverídicas e aos discursos de ódio. Através dos canais de comunicação do grupo de pesquisa Corpus Possíveis, o JADiH alcançou milhares de pessoas em diversas cidades e países e consolidou a parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PPGCHS/UFOB), expandindo ainda mais o seu campo de atuação através do maior evento organizado pelo programa, o Fórum Sociedade Crítica.

Palavras-chave: Discursos de ódio. *Fake news*. Democracia. Letramento digital. Ativismo digital.

Abstract

This experience report addresses the Young Activists for Human Rights (JADiH) outreach project, which aims to develop and promote a critical citizen participation highly engaged in the fight against fake news and hate speech, especially those disseminated online. Concerned with direct attacks on democratic and constitutional values and with the widespread use of social networks for racist, misogynistic, LGBTphobic, xenophobic and ableists practices, the project relied on scientific and academic dissemination, as well as critical digital literacy as ways to combat fake news and hate speech. Through the communication channels of the research group Corpus Possíveis, JADiH reached thousands of people in several cities and countries and consolidated the partnership with the Graduate Program in Human and Social Sciences (PPGCHS/UFOB), further expanding its field of action through the largest event organized by the program, the Critical Society Forum.

Keywords: Hate speeches. Fake news. Democracy. Digital literacy. Digital activism.

O projeto e suas motivações

O ascendente fenômeno da globalização, perceptível explicitamente aos nossos olhos, criou outras possibilidades para além da difundida ideia de interdependência econômica. O avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), muito mais do que facultar o processo de democratização de conhecimentos por meio de plataformas digitais, permitiu que não somente informações fossem difundidas por quem quer que possua esses meios, mas também que elas fossem criadas por qualquer um, ou seja, tanto por profissionais especializados e comprometidos com a difusão de conhecimento empírico e científico quanto por qualquer pessoa que, no mínimo, possua um aparelho de celular. Todavia, não foram mensurados os possíveis impactos que isso poderia causar à democracia, aos direitos humanos e ao bem-estar biopsicossocial das pessoas, uma vez facultados pela falta de um letramento digital² de qualidade e da escassa característica social de duvidar.

Este relato de experiência versa sobre esses aspectos. Em novembro de 2020, o projeto de extensão universitária *Jovens Ativistas pelos Direitos Humanos* (JADiH) se iniciou na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Financiado pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proec) e com a duração de um ano, o JADiH

2. Ao longo do texto, definiremos o conceito de “letramento” ou “literacia digital”. Por ora, destacamos que, neste escrito, filiamo-nos à perspectiva de Oliveira e Giacomazzo (2017), os quais, ao estender o conceito de “literacia digital”, o compreendem como capaz de oportunizar aos sujeitos reflexão, análise, classificação e crítica de uma informação falsa. Nesse sentido, seria possível, segundo as pessoas autoras, falar-se em letramento – ou literacia – digital crítica.

buscou elaborar mecanismos para a formação virtual ativista com foco no engajamento para o combate de notícias falsas (*fake news*) e discursos odiosos, âmbitos por vezes fundidos em um só. O projeto dialogava com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), de número cinco e dez, que tratam, respectivamente, da Igualdade de Gênero e da Redução das Desigualdades (ONU, 2022).

A ideia inicial era fornecer formação intelectual de qualidade a jovens estudantes (da educação básica e de graduação) no campo dos Direitos Humanos com o propósito de enfrentar as notícias falsas, muitas vezes violentas, que tanto mal fazem à democracia. Entretanto, em vistas da progressão dos boletins epidemiológicos da Covid-19³ em âmbito nacional, a metodologia do projeto foi reajustada. Não por acaso, a proposição do JADiH se contextualizou com a emergência do cenário mundial da pandemia, cujo enfrentamento tem sido muitíssimo dificultado devido à disseminação de notícias falsas e discursos de ódio. A metodologia que sustentou este projeto baseava-se na formação cidadã ativista e no entendimento dos aspectos sociais, políticos e culturais da pandemia do SARS-CoV-2, a qual não pode ser compreendida apenas em sua perspectiva biomédica, como nos ensinou a resposta brasileira à epidemia de HIV/aids.

3. Declarada em 30 de janeiro de 2020 como uma emergência de saúde pública de importância global, a pandemia de SARS-CoV-2 tem alterado todas as esferas do dinamismo social. Por se tratar de um vírus que percorre sobretudo as vias aéreas, diversas medidas foram adotadas, como o distanciamento social, a redução de aglomerações, o uso de máscaras, dentre outras. Todavia, a vacinação tem sido uma das maiores, senão a maior aliada no combate à doença. Logo, com o avanço dos índices vacinais no Brasil e no mundo, a tendência é que o número de contaminados e de mortes se reduza gradualmente (OPAS, s.d.).

É dizer: da mesma forma que o enfrentamento do vírus do HIV e da doença dele resultante, a aids, passou pelo combate do preconceito, contemplando o que poderíamos nomear de *letramento cultural* sobre a enfermidade, agora, no que concerne ao coronavírus e à doença dele resultante, a Covid-19, isso também se aplica.

Lamentavelmente, as notícias falsas e os discursos de ódio têm crescido de maneira vertiginosa no mundo todo, seja em países europeus, com larga e antiga experiência no combate a distintas intolerâncias, seja em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Racismo, misoginia, LGBTfobia, xenofobia, capacitismo, bem como outras modalidades de não aceitação da diferença podem ser incluídas no rol de discursos de ódio. Contudo, tais formas violentas de interpelação da alteridade não nascem de forma espontânea no interior das sociedades. São, isso sim, reflexo de uma compreensão torta da diversidade humana. São, mais do que isso, a evidência de que a “gramática” dos Direitos Humanos como forma de assegurar a dignidade das pessoas, de todas elas, se encontra sob ataque. Logo, verifica-se que os Direitos Humanos, sobretudo no ambiente digital, têm sido postos em xeque. Assim, entendemos que o conhecimento dos Direitos Humanos e o incentivo à participação cidadã altamente engajada, inclusive entre a população jovem, são os caminhos para o fortalecimento do Estado democrático de direito e da redução das injustiças socialmente motivadas.

A priori, quando iniciamos o projeto em novembro de 2020, pairava em nossas discussões teóricas certa insegurança quanto à aplicabilidade da metodologia prevista, dado que o nosso planejamento também estava pautado no contato direto com outras pessoas, e o quadro epidemiológico do Coronavírus em âmbito regional e nacional se agravava rápida e progressivamente.

Assim, nos propusemos a iniciar nossos encontros de discussão teórica até o final do mês de dezembro, nos debruçando em produções acadêmicas relacionadas a eixos temáticos muito caros ao nosso projeto de extensão, tais como: *fake news*, pós-verdade, redes sociais, letramento digital, discursos de ódio, democracia, dentre outros. Ficamos sempre assimilando-os à emergência da Covid-19, posto que, como antes mencionamos, fomos tomados de assalto pela irrupção desse vírus extremamente letal, o qual não apenas passou a se apresentar como um tema em nosso projeto, mas, e de maneira especial, produziu impactos sensíveis na metodologia do JADiH. Dentre outras biografias utilizadas, nos valem das contribuições de Martins (2019) e Freitas (2010). Ambas foram basilares para a compreensão dos discursos odiosos nas redes sociais e para reflexionarmos sobre o conceito de letramento ou literacia digital.

A execução da extensão universitária, mais do que somente levar a academia para o fora de si, para a sociedade, demanda que coordenador/orientador e bolsista estejam sincronizados sobretudo para mediar o diálogo entre a universidade e o público externo. É preciso uma articulação efetiva para que a produção acadêmica seja adaptada a todos os públicos que venham a acessá-la, de modo que não somente conheçam o que produzimos na universidade, mas também que produzam junto conosco um conhecimento científico de qualidade, levando-o para o convívio particular e, assim, desenvolvendo a criticidade, bem como estimulando o benefício da dúvida, cerne da ciência.

Tal entendimento de extensão universitária, preocupado com o estabelecimento de um diálogo polifônico com a sociedade, guarda

relação com o que Boaventura de Sousa Santos (2009) nomeou *ecologia de saberes*, ou seja:

[...] o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico. Isto implica renunciar a qualquer epistemologia geral. Em todo o mundo, não só existem diversas formas de conhecimento da matéria, sociedade, vida e espírito, como também muitos e diversos conceitos sobre o que conta como conhecimento e os critérios que podem ser usados para validá-lo. (SANTOS, 2009, p. 45-46)

Nesse sentido, nos parece importante destacar que os nossos objetivos com o JADiH não disseram respeito à produção de um *deslocamento* da Universidade para o fora, para o “além de seus muros”, como se costuma dizer. Não. Em absoluto. Os propósitos do projeto assentavam, em primeiro lugar, na compreensão, humilde em nossa análise, de que o entendimento que temos do mundo excede, em muito, o entendimento que a Universidade tem do mundo. Por isso é imperativo, assim defendemos, também em escuta às admoestações de Sousa Santos já referenciadas, que ocorra um *diálogo produtivo* com a sociedade; tal conversação, destacamos, teve lugar em nosso projeto.⁴

4. No desenho inicial do projeto, pensamos em produzir, no diálogo com as pessoas participantes do JADiH, uma plataforma digital, uma espécie de repositório, com conteúdos criativos com vistas ao enfrentamento das notícias falsas e dos discursos de ódio. Devido à emergência da pandemia, como apontamos, os planos foram alterados. Contudo, mesmo assim, ao nos aproximarmos da linguagem das redes sociais, parecemos, no tratamento de nossos temas, todos caros aos Direitos Humanos e à ampliação da democracia, conseguimos estabelecer uma conversação produtiva com o público-alvo do JADiH: as populações jovens.

Pesquisa e pós-graduação: eixos articuladores do projeto

Iniciado o ano de 2021, e em virtude da grave continuidade dos riscos pandêmicos, produzimos outras possibilidades de realização do JADiH, de modo a respeitar o que havia sido proposto e aprovado no projeto inicial, mas também preservando a nossa saúde, tanto física quanto mental. Desse modo, nos apropriamos dos canais de comunicação (Instagram, Facebook, WhatsApp e YouTube) do grupo de pesquisa *Corpus Possíveis* (UFOB), o qual é liderado pelo professor Dr. Carlos Henrique de Lucas e pela professora Dra. Terezinha Oliveira Santos. Essa apropriação foi importante, uma vez que não precisamos captar, de partida, público, ou melhor, “inscritos” para os conteúdos produzidos por nós. Partindo de canais com público já consolidado, nos foi demandado, notadamente, a ampliação do número de pessoas inscritas. Quem trabalha com redes sociais sabe que iniciar um canal ou página do “zero” é tarefa bastante difícil.

A estratégia de utilizarmos os canais de comunicação do *Corpus Possíveis* foi precisa, pois, desde a sua criação até o momento em que escrevemos, o canal do YouTube acumula mais de 39 mil impressões, ou seja, as miniaturas dos nossos vídeos foram exibidas mais de 39 mil vezes na plataforma de vídeo. Desde o início até aqui, os nossos vídeos têm um total de 3.164 visualizações, um público formado, pelo menos, por pessoas do Brasil, dos Estados Unidos e da Argentina. Comprometidos com a divulgação científica que responde vigorosamente contra discursos de ódio e que contesta notícias inverídicas, temos até o momento 180 inscritos.

Vale registrar, também, que o grupo *Corpus Possíveis* está ligado diretamente ao Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais (PPGCHS), responsável por um dos maiores eventos científicos da UFOB e da região Oeste da Bahia, o Fórum Sociedade Crítica (FSC), que em sua última edição (2021) teve como tema *Vida insubmissa, pensamento transgressor*. A relação com o PPGCHS e com o FSC proporcionou, de um lado, a ampliação do público a ter acesso aos conteúdos criados por nós, e, por outro, provocou algo que é não só desejado pelas agências de fomento de pesquisa, como Capes e CNPq, como ainda é imperativo, é dizer, a integração entre a graduação e a pós-graduação. Essa associação ocorreu de modo explícito durante o evento, pois diversas sugestões foram compartilhadas via *chat* entre os discentes da graduação e da pós-graduação, não somente do PPGCHS como também de outros programas. Sugestões literárias, acadêmicas, fílmicas e artísticas foram permutadas entre nós, expandindo os contatos entre a comunidade universitária da UFOB e a população externa.

Através das redes sociais do *Corpus*, propomos quadros temáticos semanais que se apoiaram sobretudo na divulgação científico-acadêmica de materiais de inegável relevância. Exemplificativamente, o quadro *Livro da semana* divulgou obras como *Erguer a Voz*, da ativista norte-americana Bell Hooks. Até o momento, somente no Facebook e no Instagram o quadro alcançou 2.388 contas e acumulou 421 interações, entre comentários, curtidas, reenvios e salvamentos. Criamos também o quadro de sugestão fílmica, onde expomos, por exemplo, a produção *Estrelas além do tempo*, filme que se passa durante a corrida espacial e mostra os desafios de mulheres negras, cientistas que trabalham na Nasa

(Agência Espacial Americana), enfrentando diariamente os desafios de um ambiente dominado por homens e pessoas brancas. Esse quadro teve até aqui mais de 1.000 contas acessadas.

Ademais, por meio do quadro *Corpus Divulga*, expomos e dialogamos com produções científicas dos membros do *Corpus Possíveis*, impelindo reflexões críticas baseadas na liberdade de pensamento e na autonomia das pessoas. Nesse ínterim, também dialogou conosco o artigo *A violência enquadrada: projetos culturais da extrema direita global*, escrito pelo professor Dr. Carlos Henrique de Lucas e por Delson dos Santos Oliveira, outro membro do *Corpus Possíveis*. Ao mesmo tempo em que investiga a mirada extremista de projetos culturais da extrema direita, a obra também aborda comentários de usuários no Portal Uol, em uma reportagem sobre a equiparação da homolesbotransfobia ao crime de racismo, decidida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). As autorias notaram nos discursos encontrados enfáticas afrontas à igualdade e à dignidade humana, bem como à democracia – âmbitos duramente atacados pelas notícias falsas (LUCAS; OLIVEIRA, 2020). Cabe dizer que essas divulgações alcançaram em torno de 1.500 perfis nas plataformas citadas, não considerando a sua disseminação por meio do WhatsApp.

Letramento digital crítico e desinformação

Foi com uma agenda de discussão virtual que prezava pelo letramento digital e estava comprometida com elementos cruciais para a manutenção dos direitos humanos que datas comemorativas, destinadas para a conscientização das pessoas, também foram

objetos para a disseminação de conhecimento científico. No dia 28 de junho, por exemplo, Dia internacional do orgulho LGBTQIA+, contextualizamos o significado da sigla e sugerimos leituras relacionadas ao tema. Como parte indissociável da nossa agenda, debatemos amplamente o termo *fake news*, evidenciamos suas ramificações, divulgamos possíveis plataformas de checagem de notícias, e o *modus operandi* da articulada rede de ataque direto aos princípios constitucionais. A ideia foi incitar as pessoas não somente à reflexão, mas também ao estudo e à ação de combate a essas notícias, considerando o quanto comprometem o nosso próprio bem-estar. Nas nossas publicações discorrendo sobre o tema, atingimos mais de 1.388 contas.



Figura 1. Você sabe o que são *Fake News*?

Fonte: Instagram do grupo de pesquisa *Corpus Possíveis*, 2021.



Figura 2. Breve conceituação histórica das *Fake News*
Fonte: Instagram do grupo de pesquisa *Corpus Possíveis*, 2021.



Figura 3. Afinal, o que são notícias falsas?
Fonte: Instagram do grupo de pesquisa *Corpus Possíveis*, 2021.

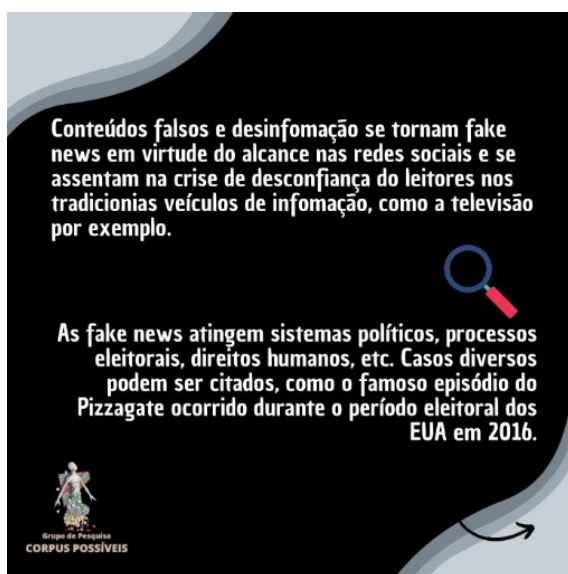


Figura 4. O caráter riscos da desinformação

Fonte: Instagram do grupo de pesquisa *Corpus Possíveis*, 2021.

Com materiais análogos aos das imagens acima, apostamos no letramento digital como um aliado no processo de combate às *fake news* e aos discursos de ódio. Urge que os espaços educativos discutam e ampliem as reflexões sobre as tecnologias e suas possibilidades de uso e desuso, sobretudo num momento histórico bruscamente repensado para o enfrentamento da pandemia, em que termos como “virtual”, “síncrono”, “assíncrono” e muitos outros passaram a fazer parte dos nossos diálogos. Através do letramento digital, ou como discutem Giacomazzo e Oliveira:

[...] sendo um letrado digital crítico, o sujeito terá condições de elaborar juízos (questionar, argumentar, significar) e verificar a veracidade das informações, dessa forma construindo criticamente seu ponto de vista, pensando sobre as implicações para seu cotidiano e a

vida em sociedade. Apropriando-se dos conhecimentos que pressupõem uma literacia digital crítica, esse sujeito poderá fazer análises tanto do contexto digital quanto do contexto real, produzindo outros sentidos nesse movimento de apropriação. (GIACOMAZZO; OLIVEIRA, 2017, p. 170)

Ora, não basta que saibamos o que significa letramento ou literacia digital. É preciso sair do lugar comum de passividade investigativa e se munir de mecanismos que permitam averiguar informações, confrontá-las entre si e contestá-las se for preciso. É assim que a habilidade de questionar induz à construção de opiniões embasadas em conhecimento científico e especializado, ao contrário do senso comum, que se escora em qualquer fonte informacional, desde que essa seja condizente com os seus interesses e arbítrios.

Indubitavelmente, não estamos aqui para reduzir a virtualidade aos riscos advindos de informações inverídicas, dado que as tecnologias fornecem diversos facilitadores no processo de ensino e aprendizagem, entretanto,

[...] a tela como espaço de escrita e de leitura traz não apenas novas formas de acesso à informação, mas também novos processos cognitivos, novas formas de conhecimento, novas maneiras de ler e de escrever, enfim, um novo letramento, isto é, um novo estado ou condição para aqueles que exercem práticas de escrita e de leitura na tela. (SOARES, 2002, p. 152)

A falta de condições para um exercício cuidadoso dessas práticas foi exposta cruelmente durante a pandemia. Basta que observemos as diversas notícias falsas relacionadas à prevenção, ao tratamento e até mesmo à vacinação contra a Covid-19. É preciso

fazer uso dos próprios veículos informacionais para difundir conhecimento de qualidade atrelado ao uso responsável da capacidade de difusão de notícias e de criação de dados.

Também basilar para a execução do projeto foi a vinculação à *Revista SUL-SUL de Ciências Humanas e Sociais*, vinculação essa que teve por propósito central evidenciar as valiosas temáticas que já haviam sido abordadas pelo periódico em relação direta com o JADiH⁵. Em parceria com o projeto, foram realizadas três *lives* de lançamento de números da revista. Em fevereiro de 2021, lançamos o v. 1, n. 3, intitulado *Nossos feminismos americanos e descoloniais: escritos anfíbios entre militâncias e academia*, um dossiê que aborda reflexões sobre a colonialidade do ser, do saber e do gênero e sobre as desigualdades e privilégios que esses regimes materializam e reproduzem nos modos de nos relacionarmos. A *live* via YouTube alcançou, até o momento, 130 visualizações e diversos comentários na plataforma.

Lançado em março de 2021, o número especial *Marielle Franco Presente!* compartilha pesquisas, ensaios, experiências, entrevistas e “escrevivências” sobre a vida, obra e legado da vereadora e ativista dos Direitos Humanos Marielle Franco. Comentários como “A *live* foi maravilhosa, ansiosa para ler os textos”, “Assistindo do RS. Temática essencial em tempos sombrios. Parabéns!!!” foram postados no *chat*, impulsionando o encontro que teve 81 visualizações e mais de 400 impressões.

5. Dentre as produções afins ao JADiH já publicadas na *SUL-SUL*, destacamos o texto *Sentidos e consequências da pandemia*, disponível no v. 2, n. 1, de 2021; e a obra *A presença de Marielle Franco: arte, direitos humanos e educação para o feminismo negro*, disponível no v. 1, n. Especial, de 2021.

Em seguida, no mês de maio, foi lançado o v. 2 n. 1, de 2021, *Da pandemia de 2020: urgências e emergências da discussão sobre dominações, opressões e discriminações*, um dossiê que interliga áreas de conhecimento de diferentes regiões do Brasil, da América Central e do Sudoeste africano, de modo a enfrentar as diversas emergências do cenário pandêmico vivido desde março de 2020. O lançamento, também via YouTube, teve mais de 180 impressões.

Apesar de não ter ocorrido uma *live* de lançamento, foi ao ar em outubro de 2021 o v. 2, n. 2: *Epistemologias e ativismos lésbicos no Sul global*, uma produção também contra-hegemônica que versa, grosso modo, sobre a descolonização epistemológica e sobre os moldes heteropatriarcais e heteronormativos presentes em macro e microrrelações. Conforme os dados dessa edição do periódico, foram feitos até o momento 510 *downloads* das produções.

Como nos diz Delmazo e Valente (2018, p. 175), “conteúdos falsos e desinformação tornam-se *fake news* em virtude do alcance”, ou seja, em virtude da sua capacidade de disseminação. Assim, quem quer que possua um aparelho de celular, por menos sofisticado que seja, pode fazer uma notícia falsa circular em diversos grupos de WhatsApp, gerando pânico e comprometendo a difusão de conhecimentos verídicos e produzidos por especialistas. Por isso, usamos a mesma possibilidade de disseminação de conhecimentos para exibir, a cada edição lançada pela *Revista Sul-Sul de Ciências Humanas e Sociais*, as obras então publicadas. Nesse movimento, alcançamos mais de 5.000 contas somente no Instagram.

Nesse ínterim, o projeto JADiH viria a se expandir ainda mais. Em outubro de 2021, lançamos o livro *Temas Contemporâneos em Ciências Humanas e Sociais*, financiado pela UFOB, também por meio da

Proec. A obra trata dos atravessamentos que perpassam a heterogeneidade dos corpos e foi organizada pelas lideranças do *Corpus Possíveis* (já supracitadas), além de contar com a atuação direta do bolsista de extensão da *Revista SUL-SUL*, Samuel Oliveira, na qual dialogamos com as autorias no processo de divulgação, submissão e adequação de textos, e na comunicação com a Editora CRV.

Juntos, preparamos um material que se torna um aliado ao JADiH, ao propor temas como gênero, sexualidade, necrobiopolítica, letramento racial, maternidade, pandemia, envelhecimento do corpo da mulher, hetero e cisnormatividade, dentre outros. Além de tudo isso, o processo trouxe visibilidade nacional e internacional para a nossa universidade que é interiorizada no oeste da Bahia, um local marcado pela presença de manifestações inconstitucionais (CAMINHONEIROS..., 2021).

Considerações finais

Ao nos alinharmos com o bom-senso, a ética e o cuidado das redes sociais e, conseqüentemente, das rotinas e lares diversos, conciliando os nossos interesses com o de todas as pessoas desejosas por um Estado promotor de bem-estar social, alcançamos um enorme público nesse período. Transpondo limites geográficos, alcançamos pessoas em Palmeiras, Barreiras, Salvador, Brasília, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul etc.; e, até mesmo, em outros países como Argentina, Portugal, Colômbia, Estados Unidos. Mesmo sabendo que parte da população não possui acesso à *internet*, os dados apontam que colaboramos com a democratização da linguagem e dos conhecimentos científicos. Além disso, o estímulo à criticidade também foi incitado por nós, por considerarmos que

esse é um dos métodos para a identificação de notícias falsas e de discursos de ódio.

Nesse período de um ano, percebemos – mais uma vez – o quanto podemos fazer para provocar fissuras em hábitos já estabelecidos. A parceria orientador/orientando não somente foi construída, como também foi ramificada, de modo que hoje estamos envolvidos em diversos projetos. Ademais, o projeto foi mais um método demonstrativo do poder que o conhecimento científico tem de ressignificar postulados e de estimular a dúvida. Reiteramos a eficácia da epistemologia dissidente para o embate direto e qualificado com estruturas de poder que maleficiam corpos diversos e, apesar da não presencialidade, consideramos, a partir dos resultados alcançados com o JADiH, que o nosso percurso foi exitoso e colaborou sobremaneira para que as pessoas soubessem o que são *fake news* e pudessem identificá-las, desse modo tornando-se capazes de combatê-las com a legitimidade da ciência.

Referências

CAMINHONEIROS realizam manifestações e bloqueiam rodovias federais da Bahia. *G1 BA*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/09/09/caminhoneiros-realizam-manifestacoes-e-bloqueiam-rodovias-federais-da-bahia.ghtml>. Acesso em: 28 jan. 2021.

DELMAZO, C.; VALENTE, J. C. L. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. *Media & Jornalismo*, Lisboa, v. 18, n. 32, p. 155-169, 2018. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/2183-5462_32_11. Acesso em: 29 jan. 2022.

FREITAS, M. T. Letramento digital e formação de professores. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 335-352, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/N5RryXJcsTcm8wK56d3tM3t/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 abr. 2020.

GRUPO DE PESQUISA CORPUS POSSÍVEIS. *Ei, você! Você sabe o que são fake news?* Barreiras. 30 jun. 2021. Instagram: @corpus.possiveis. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CQwsR_FDWgg/?utm_medium=copy_link. Acesso em: 28 jan. 2022.

LUCAS, C. H. de.; OLIVEIRA, D. S. A violência enquadrada: projetos culturais da extrema-direita global. *Revista Interações Sociais*, Rio Grande, v. 4, n. 1, p. 48-61, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/11818>. Acesso em: 27 jan. 2022.

MARTINS, A. C. L. Discurso de ódio em redes sociais e reconhecimento do outro: o caso M. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 15, n. 1, e1905, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/WPZBfgrv6Md957dSxz7Hh5h/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 abr. 2022.

OLIVEIRA, M. M.; GIACOMAZZO, G. F. Educação e cidadania: perspectivas da literacia digital crítica. *EccoS Revista Científica*, São Paulo, n. 43, p. 153-174, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/7393>. Acesso em: 29 jan. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 28 jan. 2022.

OPAS. Organização Pan-Americana Mundial da Saúde. Histórico da pandemia de Covid-19. [s.d.]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 29 jan. 2022.

SANTOS, B. S. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 23-71. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2022.

SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81. p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008100008>. Acesso em: 29 jan. 2022.



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

60
anos



A Era da intolerância. Editora Matrix, 2021.

Resenha

Texto de autor convidado. Recebido em: 4 abr. 2022. Aprovado em: 20 abr. 2022.

SILVA, Paulo André da. A Era da intolerância, de Thales Guaracy. [Resenha]. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proexc, Recife, v. 39, n. 1, p. 323-336, jan./jun., 2022.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2022.253781>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

A era da intolerância, de Thales Guaracy

The age of intolerance, by Thales Guaracy

Paulo André da Silva

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Doutor em Educação Matemática e Tecnológica

E-mail: paulo.asilva@ufpe.br

 <https://orcid.org/0000-0001-6998-2856>

 <http://lattes.cnpq.br/0199118791276993>

Resumo

No livro *A era da intolerância*, publicado em 2021 pela Editora Matrix, Thales Guaracy traça um panorama histórico desde a destruição das torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York (2001), até questões específicas da pandemia de Covid-19. O autor revela as intrigas e contradições do modelo econômico liberal que fomenta a atual era digital e os entraves e progressos políticos, sociais e tecnológicos que marcaram o final do século XX e configuraram as duas primeiras décadas do século XXI. Em 16 capítulos, Guaracy busca analisar temas que compõem esse cenário, o qual “gestou males a partir de suas próprias virtudes” (GUARACY, 2021, p. 10), e procura descrever especificidades que remontam a ações políticas, econômicas, sociais e tecnológicas que estimulam a intolerância, relacionando-as a muitos acontecimentos até então vividos. Trata-se de uma leitura importante para quem se interessa em compreender os efeitos da era digital na sociedade e, ao mesmo tempo, analisar alguns elementos significativos que ameaçam a democracia.

Palavras-chave: Intolerância. Era digital. Liberalismo. Democracia.

Abstract

In the book *The age of intolerance*, published in 2021 by Matrix Publishing House, Thales Guaracy traces a historical panorama starting with the destruction of the twin towers of New York City's World Trade Center (2001), up to specific issues of the Covid-19 pandemic. The author reveals the intrigues and contradictions of the liberal economic model that fosters the current digital age and the political, social, and technological obstacles and breakthroughs that marked the end of the 20th century and shaped the first two decades of the 21st century. In 16 chapters, Guaracy aims to analyze themes that make up this scenario, which has generated evils out of its own virtues (GUARACY, 2021), and seeks to describe specificities that go back to political, economic, social and technological actions that stimulate intolerance, relating them to many events that have taken place until then. This is an important reading for anyone interested in understanding the effects of the digital age on society and, at the same time, analyzing some significant elements that threaten democracy.

Keywords: Intolerance. Digital age. Liberalism. Democracy.

As duas últimas décadas do século XXI foram marcadas por diversos acontecimentos que podem conotar uma mudança de era, marcada sobretudo pelo avanço exponencial das tecnologias digitais. Grandes e rápidos avanços trouxeram em seu bojo uma série de conflitos e incertezas nos mais variados âmbitos, a exemplo dos campos econômico, político, social, cultural, religioso, educacional e, claro, do pessoal. Em *A era da intolerância*, Thales Guaracy põe em perspectiva alguns eventos que marcaram esse período histórico, ressaltando desde acontecimentos que circularam o atentado às Torres Gêmeas, em Nova York, até eventos relativos à pandemia de Covid-19, que se espalhou pelo mundo em 2020.

Guaracy reflete sobre algumas perspectivas do avanço da intolerância, fortemente marcado por ações no campo de políticas

nascidas e comandadas pelos EUA, e sobre os efeitos causados por um frágil equilíbrio da Guerra Fria, que apresentou ao mundo um modelo de paz progressista baseada na internacionalização da economia e fortalecimento da democracia. De fato essa paz trouxe melhor qualidade de vida e liberdade para muitas pessoas e a democracia ganhou força inclusive em locais nos quais as ditaduras prevaleciam, mas essa mesma paz gestou outros tipos de problemas que desencadearam um neocapitalismo digital, o qual desestruturou a lógica produtiva da antiga economia e escanteou muitos direitos conquistados, aperfeiçoando a lógica cumulativa do velho capitalismo selvagem e permitindo que o sistema de produção substituísse pessoas por tecnologias inteligentes e mais eficientes, resultando inclusive na ampliação do desemprego e da exclusão social.

“A liberdade gestou males a partir de suas próprias virtudes” (GUARACY, 2021, p. 10).

O desenvolvimento dessa lógica neocapitalista aponta efeitos da então Sociedade da Informação, que, ao mesmo tempo em que gerava um efeito sufocante na população, possibilitava meios para que as mesmas pudessem expressar seu desagrado e protestar massivamente contra novas formas de opressão. Destaca-se, aqui, a redução da tolerância ao erro e às limitações humanas. Os modelos produtivos daquela época levavam os trabalhadores a um serviço de pleno e contínuo esforço, desumanizando muitas profissões e fazendo com que o trabalhador, para não tornar sua função obso-

leta e consequentemente ser substituído por algum sistema tecnológico, se submetesse a um tratamento profissional exaustivo, física e mentalmente. Além disso, o cenário de subemprego e desemprego criou uma bolha de revolta, ampliando a violência em países subdesenvolvidos, em desenvolvimento e até mesmo em países desenvolvidos. Esse cenário caótico também colocou em xeque o rápido crescimento econômico em detrimento do bem-estar de todos, sendo esse bem-estar uma das bases da democracia.

A migração globalizada, movida não apenas por desemprego local, mas também por escassez, guerras e pela busca por uma vida melhor, foi um dos elementos que tornou o cotidiano mais instável, dinâmico, e ampliou a intolerância entre as pessoas. A convivência dos cidadãos nativos, tendo que abrigar, acolher e ao mesmo tempo competir por espaços de trabalho sem muitas vezes receber benefícios oriundos de direitos políticos e sociais dados a alguns grupos de imigrantes, a exemplo da isenção de alguns impostos, gerou uma precarização nas relações, criando um estresse quase permanente que se agravava por qualquer motivo.

Outro elemento significativo foi o crescimento do meio digital nas casas, nas empresas e nos governos. Essa expansão possibilitou a criação de novos instrumentos de usurpação do poder que se confundiam com o clima de maior democratização da informação, uma vez que as pessoas tinham cada vez mais acesso a conteúdos informacionais e isso gerava a percepção ou sensação de mais controle sobre o meio em que se vive, criando um status de maior pertencimento e inclusão. Ao mesmo tempo, os meios digitais se apresentavam (e ainda se apresentam) também como mecanismos de controle da opinião pública, favorecendo fanatismos e ampliando

a intolerância como “[...] o vírus por meio do qual o indivíduo contamina a sociedade, e vice-versa, e que, no limite extremo, deu origem aos maiores conflitos da humanidade” (GUARACY, 2021, p. 13).

É acerca deste aspecto da intolerância que Thales Guaracy reflete, em 16 capítulos, sobre os detalhes dos efeitos do crescimento da intolerância, a qual, via de regra, opõe-se à racionalidade, caminhando lado a lado com um discurso de defesa de interesses locais e pessoais que subsidiam fenômenos sociais opressores, seja no campo secular das ideias (ideologia) ou no campo religioso. A intolerância aparece com um discurso aparentemente lógico, mas desprovido de racionalidade. De forma fervorosa, essa intolerância repercute em grupos que buscam a defesa de seus próprios interesses, justificando em algumas situações até mesmo o uso das armas. Foi assim que regimes totalitaristas como o nazismo, o fascismo e o comunismo ascenderam ao poder.

Cada capítulo do livro procura detalhar um aspecto ou mesmo um único caso de grande impacto no mundo e no crescimento da intolerância, como no capítulo 2, que retrata a trajetória de líderes mulçumanos que resultou no protagonismo de Bin Laden, na explosão das torres gêmeas e na ascensão do Estado islâmico. Este regime espalhou o terror radical fundamentalista, em especial contra o modo de vida norte-americano, ao mesmo tempo que os EUA, em nome de um estabelecimento da democracia, lançou mão de ações radicais, conservadoras e igualmente opressoras para se contrapor ao fundamentalismo mulçumano. Tal cenário ampliou a tensão e a intolerância, fazendo com que esta trabalhasse a favor do terror, ampliasse o clima de medo na sociedade e gerasse tensões que aceleravam a ruína do sistema a partir das suas próprias estruturas.

Percebe-se bem isso após o atentado às Torres Gêmeas, com o aumento de desconfiança sobre qualquer cidadão norte-americano, em especial os que aparentavam ser árabes. Foi a diluição do inimigo dentro da própria sociedade, alimentando a intolerância.

Os capítulos 3 e 4 refletem sobre o crescimento e as consequências do fanatismo norte-americano, regado por um falso puritanismo, maquiando a intolerância e mesmo se beneficiando desse discurso para suas políticas públicas e de guerra, exercidas em nome do Estado e aceitas, de certa forma, por boa parte da população. Além disso, os capítulos retratam o aumento significativo de produção, consumo e uso de equipamentos tecnológicos e digitais, os quais impactaram fortemente a organização das atividades humanas. O conhecimento tornou-se o novo ouro e estava acessível a grande parte das pessoas, via internet, e não mais a um ou outro sujeito que se apropriava de terras produtivas ou construía suas fábricas, consolidando riquezas e poder nas mãos de poucos. Contudo, a riqueza produzida pelas tecnologias revela um contraponto com o aumento da pobreza, da exclusão social de grandes grupos sociais e da extinção ou forte minimização do trabalho formal. Novas funções e empregos surgem, mas a qualificação para essas funções ainda era limitada a alguns poucos privilegiados que possuíam acesso a escolas caras, rapidamente, adequaram seus currículos e métodos para formar pessoas com habilidades e competências para este novo mundo. Em virtude disso, amplia-se a tensão social e, consequentemente, o crescimento da intolerância e dos questionamentos acerca dos sistemas democráticos, exigindo-se lideranças mais comprometidas com a paz social e a liberdade.

Os capítulos 5 e 6 apresentam novas formas de mobilizações sociais ancoradas nas redes sociais: os chamados *swarmings* – “[...] erupções políticas oriundas da auto-organização da sociedade pelas redes sociais” (GUARACY, 2021, p. 99). Manifestações dessa natureza resultaram na Primavera Árabe, considerada o primeiro grande movimento social global ancorado nas redes sociais. Os *swarmings* aconteceram também em países da América Latina, como na Venezuela, na Argentina e no Brasil, que viviam crises econômicas graves que resultaram em processos de corrupção e *impeachments* presidenciais. O Estado já não se mostrava com capacidade de mediar os conflitos sociais, ainda mais com a percepção que se criou que o globalismo digital aproximava mais as pessoas e estas podiam, em consenso virtual, resolver seus próprios problemas. No entanto, o mecanismo que produz entendimento também é o mesmo mecanismo que produz desentendimentos: a partir desses conflitos, surgiram grupos que se aproveitaram da instabilidade social para apresentar certo amparo e “respeito às identidades”. Esses grupos aproveitavam-se do medo, da insegurança e da intolerância para representar modelos conservadores, baseados em notícias falsas (*fake news*) e campanhas de doutrinação. A polarização ideológica, típica do período da Guerra Fria, volta-se, então, para o campo digital, ancorando-se em discursos e protagonistas políticos ultraconservadores, como nos casos de Donald Trump (nos EUA) e Jair Bolsonaro (no Brasil).

Outro importante aspecto desses capítulos diz respeito ao novo comportamento social mediado pelas mídias digitais, por meio das quais a mobilidade ocupa um papel central. Com isso, um novo cenário social e político está posto e, em virtude desse cenário, cresce o demérito no próprio sistema democrático, uma vez que este não

mais responde às novas dinâmicas sociais nem resolve problemas de ordem econômica.

O capítulo 7 aborda aspectos da política internacional adotada pelo então presidente Donald Trump (EUA), relatando medidas tomadas que desagradaram muitos norte-americanos, mas sobretudo procura mostrar a forte ligação do modelo de governança associado ao uso intensivo das redes sociais. Os recursos digitais, em especial as redes sociais, vertem seus algoritmos para uma nova vertente social: o campo político profissional. A partir disso, milícias digitais se organizam com a utilização de robôs digitais, produzindo uma massa de *fake news* e promovendo um neoconservadorismo cujo discurso violento, negacionista e recheado de mentiras foi amplamente utilizado para minar a base do sistema democrático.

O capítulo 8 retrata o cenário internacional de ações terroristas no Ocidente. O terror e a intolerância a estrangeiros ampliam-se no Ocidente de forma geral e, em virtude disso, instala-se o chamado “chauvinismo social”, nome atribuído pelos franceses ao fato de que o governo deveria atender às demandas dos franceses, e não dos imigrantes. O capítulo ainda revela a ebulição política na América do Sul, em especial na Venezuela e no Brasil, decorrente de uma crescente insatisfação com modelos populistas de esquerda e do consequente aumento da intolerância. O neocapitalismo digital torna-se um elemento fundamental para se pensar e buscar soluções de como adequá-lo às demandas sociais emergentes em países em desenvolvimento, como o Brasil e outras nações da América do Sul.

O capítulo 9 revela aspectos importantes da fragilidade da democracia frente ao desenvolvimento da era digital, do aumento da intolerância e do descrédito em relação à política. A liberdade,

tão prezada pelo sistema democrático, apesar de ainda ser um bem social de extremo valor, começou a ser relativizada por esses grupos autoritaristas e isso de certa forma passou a ser aceito por uma parte considerável da população.

“A democracia sofre de mal-estar em todo o mundo” (FOA, 2020 *apud* GUARACY, 2021, p. 172)¹.

A democracia entra em xeque diante de um cenário complexo promovido pelo neocapitalismo digital, pelo aumento da intolerância espalhada pelo mundo e sem uma solução que não seja uma volta ao passado para resolver problemas presentes. Clama-se, portanto, por novas estratégias, novas soluções.

O capítulo 10 – “A via autoritária” – apresenta o caminho de países com governos autoritários, como a China e a Rússia, que adequaram suas economias ao mercado capitalista internacional, mantendo um sistema de restrição de liberdade, porém promovendo melhoria na qualidade de vida da sua população por medidas de abertura ao capital internacional.

Já no capítulo 11, o autor dedica-se a relatar sobre a expansão do messianismo político-religioso, que, associado às tecnologias digitais, ampliou seu espaço político e sua influência, resultando também no aumento da intolerância. O autor fecha este bloco no capítulo 12, apresentando com detalhes alguns aspectos da

1. Roberto Foa é coordenador da pesquisa Centro para o Futuro da Democracia, realizada em Cambridge.

ineficiência do sistema prisional brasileiro e como isso impacta na ampliação da violência e da percepção de violência.

“Em vez de resolver os problemas deixados pela democracia, o autoritarismo os aprofundava”
(GUARACY, 2021, p. 216).

O capítulo 13 trata mais especificamente sobre os impactos do surgimento da pandemia de Covid-19 e as ações tomadas para o combate ao vírus, assim como aborda campanhas discordantes que usavam as redes digitais para disseminar ações contrárias às de prevenção ao contágio e aos protocolos de segurança. O capítulo 14 continua na mesma temática, discutindo questões referentes aos efeitos da pandemia e à nova conjuntura da economia digital e as mudanças relativas aos sistemas de produção em fábricas, comércios e mercado digital em contexto pandêmico.

O capítulo 15 aponta para desafios importantes que a sociedade precisa realizar para superar os diversos problemas institucionais, econômicos e sociais em um regime democrático na sociedade da informação, em especial diante de um cenário de pandemia e pós-pandemia. O capítulo apresenta algumas ideias que podem ser soluções possíveis e que envolvem posturas mais inclusivas de governantes e pessoas para a promoção do bem-estar social.

Por fim, o capítulo 16 aponta aspectos das tecnologias digitais que permitem uma melhor qualidade de vida sob uma relação de desenvolvimento natural que permeia o comportamento humano quando se trata de defender sua existência e, ao mesmo tempo,

promover o aperfeiçoamento pessoal e social. Aspectos negativos e positivos se interpõem de forma a revelar também aspectos da intolerância, em especial em formas de uso das redes sociais, que, por sua vez, encontram-se em um claro processo conflituoso entre a propagação de conteúdos violentos e individualistas e conteúdos com fins sociais positivos. A partir dessa polarização, aumenta-se a intolerância sob muitos aspectos, mas a contraposição proporcionada pelos mesmos recursos tecnológicos busca equilibrar essa questão da sociedade digital. O capítulo é finalizado sob o argumento de que a democracia deve buscar caminhos para se reformular e atingir processos mais participativos e colaborativos, em parcerias globais e com suporte das tecnologias digitais, abandonando políticas autoritárias e intolerantes e ampliando a liberdade, mesmo com o custo de uma vigilância e construção permanente da sociedade.

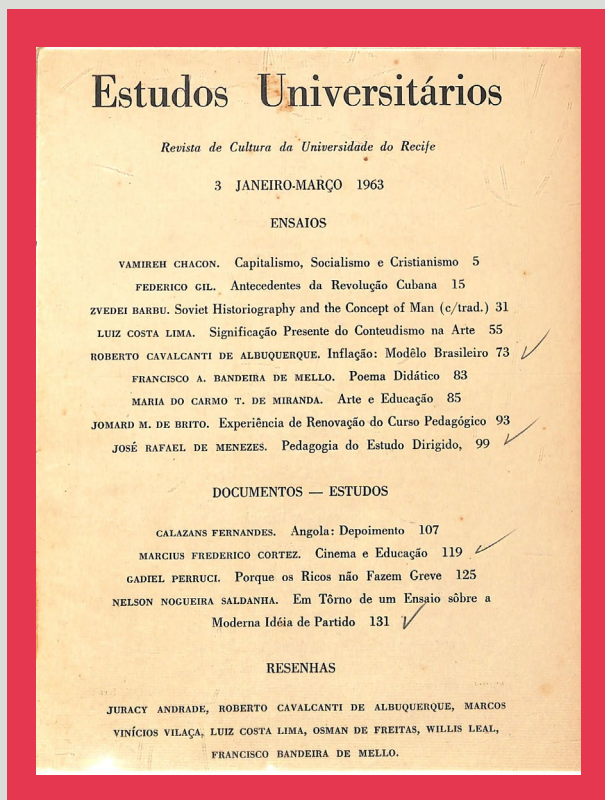
Concluimos que o livro, apesar de aprofundar em cada capítulo uma questão específica da sociedade digital do século XXI, apresenta aspectos que se entrelaçam entre si, indicando características da democracia e do autoritarismo e seus respectivos avanços e retrocessos nos campos político, econômico e social. Revela, também, alguns conflitos existentes entre EUA, China e Rússia passíveis de abrir espaço para uma 2ª Guerra Fria, agora capitaneada por motivos de negócios do mundo digital, em especial no que tange a questões que afetam diretamente a ordem da liberdade *versus* o controle de dados de usuários das redes sociais. Por fim, o livro reflete sobretudo acerca da intolerância nesses contextos e como a perda da objetividade dos fatos ante uma reação emocional pode impactar fortemente no construto da sociedade em busca de uma convivência civilizada, tolerante e democrática.

Desta forma, acreditamos que a leitura atenta e crítica deste livro compreende uma relação frutífera da compreensão dos fatos com o desejo natural de mudanças e de bem-estar social.

Thales Guaracy é jornalista, cientista social e escritor. É formado pela Universidade de São Paulo (USP) e conquistou o prêmio Esso de Jornalismo Político. Foi editor de veículos como Veja, Exame, Forbes, VIP, Playboy e o Estado de São Paulo.

Referências

GUARACY, T. *A era da intolerância: o início do século XXI e o desafio da sociedade democrática*. São Paulo: Editora Matrix, 2021. 317 p.



Volume 3

Lançado em janeiro de 1963, o terceiro volume da *Estudos Universitários: revista de cultura* da Universidade do Recife (UR) refere-se aos meses de janeiro a março. Nesta terceira edição, o diretor da revista era o Reitor Prof. João Alfredo Gonçalves da Costa Lima; o secretário era o Prof. Luiz Costa Lima; e o projeto gráfico e a capa foram de autoria de Orlando da Costa Ferreira. O volume apresenta ensaios de: Vamireh Chacon; Frederico Gil; Zvedei Barbu; Luiz Costa Lima; Roberto Cavalcanti de Albuquerque; Francisco A. Bandeira de Mello; Maria do Carmo T. de Miranda; Jomard M. de Brito; e José Rafael de Menezes. Estudos de: Calazans Fernandes; Marcius Frederico Cortez; Gadiel Perruci; e Nelson Nogueira Saldanha. E resenhas de: Juracy Andrade; Roberto Cavalcanti de Albuquerque; Marcos Vinícius Villaça; Luiz Costa Lima; Osman de Freitas; Willis Leal; e Francisco Bandeira de Mello.



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

60
anos

Conto

Texto recebido em: 28 jan. 2022. Aprovado em: 15 fev. 2022.

OLIVEIRA, Francisco das Chagas de. O peixe aflito. *Estudos Universitários*: revista de cultura, UFPE/Proexc, Recife, v. 39, n. 1, p. 337-342, jan./jun., 2022.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2022.253086>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

O Peixe Aflito

Francisco das Chagas de Oliveira

Universidade Federal de Goiás (UFG)

Professor de História; Mestrando em Sociologia

E-mail: oliveira.francisco.c@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2544-7426>

 <http://lattes.cnpq.br/7802292665143706>

O horizonte era uma navalha. E lá longe, no limite de onde a vista dava conta, ele brotou sem se cortar no fio. Ele, uma enguia que ascendeu da própria terra, do solo absurdamente quente e trêmulo que explodia em claridade, queimando-lhe os olhos. Sagaz em seu propósito de deixar o escuro, nasceu ali de qualquer jeito, ainda não existindo. Uma miragem concreta, real, assim como a sombra debaixo do chapéu do retirante.

Com a boca entreaberta em meia-lua para baixo e os olhos vidrados em seu destino vazio, andava a passos firmes com apenas uma das mãos a conferir-lhe equilíbrio; a outra segurava sua calça, que, folgada demais e suja de terra, teimava em cair. Com os cabelos quebrados pela poeira dos dias sem banho, em sua mais franca obsessão ele marchava um caminhar tão firme, com tanta energia e rapidez, que, à medida que se aproximava, era possível ouvir o baque dos seus calcanhares no chão. TUC, TUC, TUC! Não havia cansaço capaz de abater-lhe.

A graça de Deus é com todos, murmurei em solidariedade. Na velocidade de um raio, ele saiu de trás da navalha para estar ali na rua, de frente à minha varanda.

Sob a luz do sol da fome, sua cabeça saturava. Ele era o ensaio do calafrio mais medonho que poderia ir de encontro a qualquer um, mas, por ser apenas ensaio, passava invisível detrás das cortinas transparentes da rua. Aos olhos nus de quem não sabe o que são as noites de julho com estômago repleto apenas d'água, ele poderia ser, se alcançasse, apenas um fragmento desabotoado da exaustão de outro mundo. A fome.

Eu tinha o que comer, Deus é generoso. A fartura de comida e opulência da minha casa me envergonhava diante da solidez daquele homem. Ele era a Verdade nua saindo do poço com seu chicote. Incapaz de me açoitar daquela distância, resignava-se atônito.

Aquelas rugas profundas não estavam marcadas em minha testa e minha boca não estava aberta como a de um peixe já cansado de tanto buscar oxigênio onde não há. Meus olhos não eram profundos o bastante para denunciar qualquer sofrimento ou privação material e eu não sentia dentro de minhas roupas nenhum desconforto. E o mais importante: eu tinha sapatos. Sapatos que falavam outra língua. Meu Deus... é justo?

Antes que pudesse buscar em mim qualquer resposta, ele fitou-me fixo com seus olhos cinzentos. Da varanda da minha casa, eu tentava jogá-lo de volta ao fundo do poço com os meus olhos grelados. Ele se recusava a voltar. Por um longo tempo, aquele fim de tarde indefiniu-se como se nós dois habitássemos ali a dimensão do infinito, talvez. Aquele homem vasculhou cada uma das lixeiras da rua em vão, mas ganhara a batalha contra mim.

O sol desapareceu atrás da grande navalha e o Peixe Aflito sumiu na noite cega; no entanto, continuava fora do poço, empunhando seu chicote. Eu podia sentir.

Voltei para dentro de casa. Não era a primeira vez que eu via alguém com fome, claro. Em tempos de fardados que usam terno e gravata no poder não é tão raro. Aliás, raro nunca foi, mas a crueza e a profundidade daquele homem me engoliram completamente; algo na vastidão do cosmo alimentou-se de mim naquele dia, então tentei me sentir menos culpado. Mentira.

Na sala, o jantar me aguardava. Mesa posta impecavelmente por Rita, minha diarista. Hoje eu comeria pintado assado ao forno com batatas grelhadas. Ao ver o peixe na travessa, eu ri um riso estranhamente metonímico.

Posso ir embora ou o senhor quer mais alguma coisa? Não me chame de senhor, você sabe que não há necessidade. Você pode ir. Pode deixar que eu me viro com a bagunça que fizer. Eu preciso. Ela deu de ombros e me deixou sozinho com a casa. Rita era sempre muito pontual. Um exemplo.

Comi, saciei minha fome e não senti frio nem medo. Tomei suco, mas se quisesse poderia ter tomado um bom vinho branco da minha adega. Minha casa era quente, meu lar era abençoado por Deus. Há dias melhores, dias piores, e há apenas dias, mas todos eles pertencem a mim, pensei já durante a sobremesa. Mousse de maracujá. Rita tinha mãos maravilhosas.

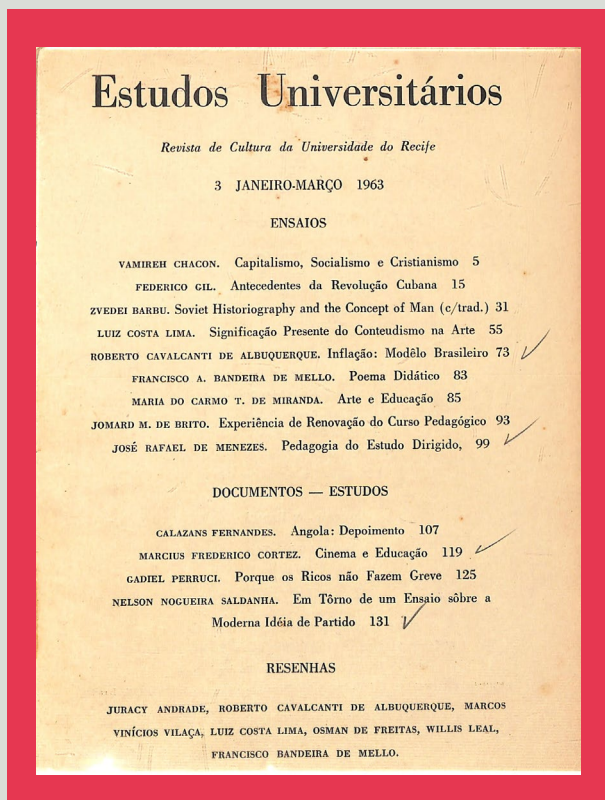
Suspirando aliviado pela providência divina que me fora reservada, lavi a louça em silêncio. Depois, enquanto saboreava um bombom de licor, recostei a cabeça no sofá e ela pendeu para trás. Olhei para o quadro da Santa Ceia que havia na parede e notei que, sem pressa ou estardalhaço, Jesus e os doze apóstolos saltaram de sua moldura. Um suor frio escorreu pela minha testa.

Sorridentes, os treze convocaram uma corte e me prenderam em uma estrela escura. Após horas, cuja quantidade não saberia precisar, eles me condenaram ao enforcamento, com a anuência de Cristo e sem direito à defesa. Cristo deixou-me mudo durante o julgamento. Era um tribunal de exceção. Não proferiram minha acusação, mas eu sabia exatamente qual era. Fui incapaz de me defender. Não era um auto.

Suspenderam, então, uma corda numa viga de madeira que atravessava o teto da sala e, enquanto João colocava carinhosamente a corda em meu pescoço, eu ouvia o chicote da Verdade estalando na minha porta com tanta violência que a madeira começou a ceder. Definitivamente não era qualquer chicote. Era a Verdade que arrombava a minha morada. O Peixe Aflito queria entrar e ver com seus próprios olhos a Justiça. Em seu assomo violento, entrou terminando de quebrar a porta aos murros, enquanto o sangue quente dos seus punhos regava o piso frio da minha casa. Era a brutalidade ela mesma.

Subi ao cadafalso mágico do Carpinteiro enquanto todos regozijavam em êxtase profano. Um cheiro de vinho tinto rondou toda a casa; minha adega havia sido esvaziada. Ladrões?!

Em velocidade inequívoca, perdi o apoio dos meus pés, meu pescoço quebrou e meu corpo murchou como um girassol sem norte sob o ranger da corda. Naquela noite, a Verdade se alimentou de mim, carcomeu os meus ossos na fila do açougue. De barriga cheia e com a consciência liberta de qualquer luz ou abismo, eu balancei serenamente a noite inteira abraçado à vastidão do nada e o único céu era o da minha boca, rasgado pelo anzol.



Volume 4

Lançado em abril de 1963, o quarto volume da *Estudos Universitários: revista de cultura* da Universidade do Recife (UR) refere-se aos meses de abril a junho. Nesta quarta edição, o diretor da revista era o Reitor Prof. João Alfredo Gonçalves da Costa Lima; o secretário era o Prof. Luiz Costa Lima; e o projeto gráfico e a capa foram de autoria de Orlando da Costa Ferreira. O volume apresenta ensaios de: Paulo Freire; Jarbas Maciel; Jomard Muniz de Britto; Aurenice Cardoso; Abdias Moura; Pierre Furter; Juracy Andrade; e Pilar Gómez Bedate. Estudos de: Alfredo Guevara; e Luiz Costa Lima. E resenhas de: Nelson Nogueira Saldanha; Francisco Austerliano Bandeira de Mello; Marcius Frederico Cortez; Jomard Muniz de Britto; Sten Bjorild; e Afonso Ávila.



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

60
anos

Poema

Texto de autora convidada. Recebido em: 18 jan. 2022. Aprovado em: 31 jan. 2022.

LARRÉ, Julia Maria Raposo Gonçalves de Melo. amor cego; amor vivo; tempo vivo; tempo certo. [Poemas]. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proexc, Recife, v. 39, n. 1, p. 343-348, jan./jun., 2022.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2022.253108>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

Julia Maria Raposo Gonçalves de Melo Larré

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Doutora em Letras (Linguística)

E-mail: jlarre1304@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-5863-6931>

 <http://lattes.cnpq.br/5560834728346049>

amor cego

a falta de um
afeto que
nunca houve.

como pude – por tanto
viver só
achando que
tinha companhia?

tantas vezes
me vi perdida
luz de brilho fraco
intensidade oprimida.

minhas calças coloridas
minhas tatuagens nos braços
minha cigania
desejo de fuga e sonho.

recupero minhas asas e
estou aprendendo a
saltar

amor vivo

Para minha Mariana

quero teu corpo
dormindo em minha pele
em minha alma.

passo a conhecer
todo o céu contigo.

todas as vidas
todas as (in)certezas.

as estrelas que
encontram nossos sonhos
e a paz.

somos do mesmo
planeta.

tempo vivo

conto minha idade
pelas cicatrizes –
da pele
da alma.

elas amadurecem
crescem comigo
não tenho mais medo.

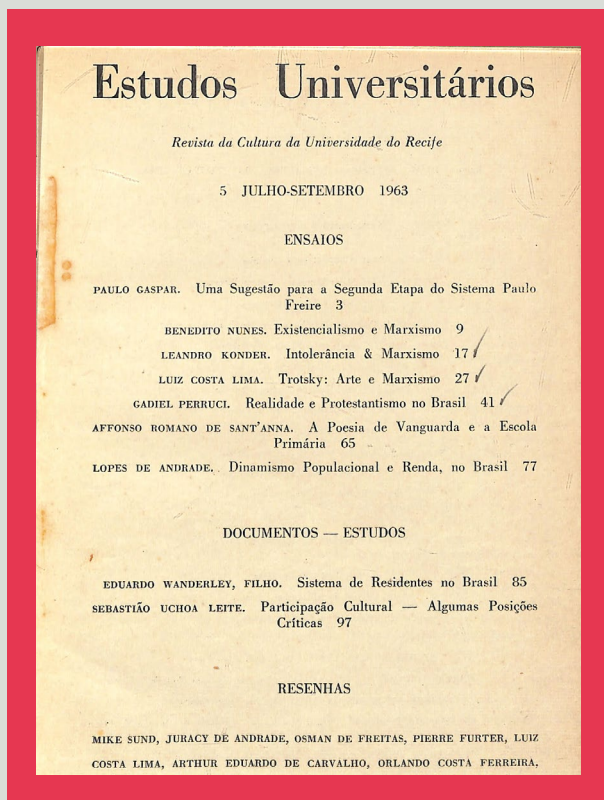
sinais de luta.

tempo certo

o tempo de incertezas
agora é morto.
sei que morreu
pelo som do vento
perene
sussurrando
que tudo se
foi.

segura minhas mãos
meu rosto
e as horas repetem
teu dizer em meu
ouvido:

é morto o
choro da criança
interrompida
é finda a lágrima
do peso das horas.



Volume 5

Lançado em julho de 1963, o quinto volume da *Estudos Universitários: revista de cultura* da Universidade do Recife (UR) refere-se aos meses de julho a setembro. Nesta quinta edição, o diretor da revista era o Reitor Prof. João Alfredo Gonçalves da Costa Lima; o secretário era o Prof. Luiz Costa Lima; e o projeto gráfico e a capa foram de autoria de Orlando da Costa Ferreira. O volume apresenta ensaios de: Paulo Gaspar; Benedito Nunes; Leandro Konder; Luiz Costa Lima; Gadiel Perruci; Affonso Romano de Sant'Anna; e Lopes de Andrade. Estudos de: Eduardo Wanderley, Filho; e Sebastião Uchoa Leite. E resenhas de: Mike Sund; Juracy de Andrade; Osman de Freitas; Pierre Furter; Luiz Costa Lima; Arthur Eduardo de Carvalho; Orlando Costa Ferreira; Marcius Frederico Cortez; e Adão Pinheiro.



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

60
anos



PROEXC
PRÓ-REITORIA DE
EXTENSÃO E CULTURA

INFORMAÇÕES GRÁFICAS

FORMATO: 180 x 250 mm

TIPOLOGIA: Fauna One / Source Sans Pro

